

Eduardo Lopes Piris
Maria das Graças Soares Rodrigues
(Organizadores)

**ESTUDOS SOBRE
ARGUMENTAÇÃO
NO BRASIL HOJE**
MODELOS TEÓRICOS
E ANALÍTICOS


edufnrn

**ESTUDOS SOBRE
ARGUMENTAÇÃO
NO BRASIL HOJE**

MODELOS TEÓRICOS
E ANALÍTICOS

**Reitor**

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFERN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Anna Cecília Queiroz de Medeiros

Erico Gurgel Amorim

Dany Geraldo Kramer Cavalcanti e Silva

Fabício Germano Alves

Gilberto Corso

José Flávio Vidal Coutinho

Josenildo Soares Bezerra

Kamyla Álvares Pinto

Leandro Ibiapina Bevilaqua

Lucélio Dantas de Aquino

Luciene da Silva Santos

Marcelo da Silva Amorim

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Dias Pereira

Marta Maria de Araújo

Martin Pablo Cammarota

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Sibele Berenice Castella Pergher

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Tiago de Quadros Maia Carvalho

Revisão

Karla Geane de Oliveira

Diagramação e Capa

Victor Hugo Rocha Silva

Foto de Capa

Sam Moqadam

Eduardo Lopes Piris
Maria das Graças Soares Rodrigues
(Organizadores)

**ESTUDOS SOBRE
ARGUMENTAÇÃO
NO BRASIL HOJE**
MODELOS TEÓRICOS
E ANALÍTICOS



Esta publicação foi aprovada pelo Conselho Editorial da EDUFRN, a partir da avaliação de pareceristas ad hoc, conforme Edital nº 2/2019-PPG/EDUFRN/SEDIS, para a linha editorial Técnico-científica.

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Estudos sobre argumentação no Brasil hoje [recurso eletrônico] : modelos teóricos e analíticos / Eduardo Lopes Piris, Maria das Graças Soares Rodrigues (organizadores). – Natal, RN : EDUFRN, 2020.
351 p. : il. PDF ; 7995 Kb.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/1/6222>
ISBN 978-65-5569-072-9

1. Retórica. 2. Oratória. 3. Argumentação. I. Piris, Eduardo Lopes.
II. Rodrigues, Maria das Graças Soares.

RN/UF/BCZM	2020/40	CDD 808
		CDU 808

Elaborado por: Jackeline dos S.P.S. Maia Cavalcanti – CRB-15/317

APRESENTAÇÃO

Eduardo Lopes Piris

Maria das Graças Soares Rodrigues

Estudos sobre argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos é a primeira obra coletiva do GT Argumentação e tem por objetivo apresentar um panorama atual dos estudos sobre argumentação no País em 2020.

O GT Argumentação foi constituído em 2017 no âmbito dos Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), contando com as linhas de pesquisa (1) Argumentação no discurso e no texto e (2) Argumentação e Ensino, nas quais se distribuem professoras e professores que orientam pesquisas de mestrado e doutorado em Programas de Pós-Graduação presentes nos distintos estados da federação, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe.

O GT Argumentação objetiva catalisar e impulsionar os estudos teórico-analíticos e aplicados em torno da argumentação, promovendo a interação e a colaboração entre pesquisadoras e pesquisadores da área de conhecimento de Letras e Linguística interessadas/os em produzir reflexões fundamentadas tanto nas inúmeras perspectivas teóricas dos estudos retóricos, argumentativos, discursivos e textuais quanto nas distintas perspectivas aplicadas ao ensino.

A expectativa é que outras representatividades mais possam vir a se somar aos esforços até então empreendidos pela atual formação do GT Argumentação, de modo que esse panorama possa se expandir e oferecer futuramente uma visão mais ampla a respeito deste campo de investigação – o da Argumentação – que se busca consolidar no Brasil. Assim, espera-se que seja possível incluir disciplinas sobre argumentação em mais cursos de pós-graduação e também na graduação em Letras, bem como na formação inicial e continuada de professores de língua portuguesa e língua estrangeira moderna, para, então, difundir a argumentação na educação básica brasileira.

Como é possível notar, a constituição heterogênea do GT Argumentação, a diversidade de instituições representadas, a abrangência geográfica e a pluralidade de perspectivas teóricas e de objetos de análise estão refletidas na organização desta obra coletiva que ora vem a público.

No primeiro artigo, “Estudos da argumentação no século XX: história, desdobramentos e rupturas”, Débora Massmann oferece uma leitura dos diferentes sentidos de “argumentação” produzidos e postos a circular no século XX por meio das obras basilares de Toulmin, *The uses of argument*, e de Perelman e Olbrechts-Tyteca, *Le traité de l'argumentation - La nouvelle Rhétorique*, publicadas em 1958, e do influente trabalho de Anscombe e Ducrot, *Argumentation Dans la Langue*, de 1983.

Os artigos que se seguem afiguram-se como exemplos de quão produtivas são essas três obras basilares do campo de investigação da Argumentação. Desse modo, passamos a apresentar os demais textos desta obra em blocos temáticos. O primeiro é composto por trabalhos que representam os diversos desdobramentos contemporâneos das visões perelmaniana e toulminiana da argumentação; o segundo mostra como essas perspectivas argumentativas podem ser aplicadas ao ensino escolar; o terceiro reúne textos dedicados à dimensão discursiva da argumentação; o quarto e último engloba artigos filiados, cada um à sua maneira, à perspectiva linguística da argumentação.

Assim, abrindo o primeiro bloco, Luiz Antonio Ferreira e Ana Cristina Carmelino, em “Humor na rede: retórica e polêmica”, apresentam uma análise argumentativa apoiada nos pressupostos teóricos de autores como Perelman e Olbrechts-Tyteca, Angenot, Amossy, entre outros, para caracterizar a dimensão polêmica da argumentação no discurso de humor que circula em meios digitais.

Na sequência, em “A interação entre os argumentos na Nova Retórica: análise de um pronunciamento parlamentar”, Eduardo Lopes Piris discute a interação entre os argumentos, focalizando a relação entre a regra de justiça e a argumentação pelo exemplo e pela autoridade por meio da análise do pronunciamento do então deputado federal Mário Covas Júnior realizado na sessão parlamentar que antecedeu a promulgação do Ato Institucional n. 5 pelo regime militar em 13 de dezembro de 1968.

Em “Posicionamento epistêmico e argumentação: articulações entre evidencialidade, modalidade epistêmica e provas retóricas”, Paulo Roberto Gonçalves-Segundo mobiliza os *layouts* de configuração funcional de movimentos argumentativos de Toulmin para abranger a argumentação epistêmica e de Fairclough e Fairclough visando compreender a argumentação prática, bem como explora o aspecto comunicativo-discursivo da argumentação, de Amossy, para a discussão do *ethos* e do *pathos*, a fim de abordar o papel retórico da construção do posicionamento epistêmico em textos de visada argumentativa, especificamente dois editoriais publicados pela *Folha de S.Paulo*, entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente sobre o plano de reorganização escolar proposto pelo governo do Estado de São Paulo e o movimento de ocupação de escolas por secundaristas que emergiu em resistência a essa proposta.

Fechando o primeiro bloco de artigos, Rubens Damasceno-Morais, em “Dialogando com a perspectiva dialogal da argumentação”, apresenta sua reflexão acerca da gestão do (des)acordo e de estratégias retóricas de posicionamento, em situações de estase argumentativa, de conflito de opiniões, observando

as peculiaridades da construção do discurso e do contradiscurso em situações argumentativas orais e escritas, síncronas e assíncronas, e em diferentes gêneros discursivos e situações de interação argumentativa. Para isso, articula diversos autores que fornecem as bases para a compreensão de uma perspectiva interacional da argumentação e expõe o modelo dialogal proposto por Plantin, ilustrando o alcance desse modelo por meio da análise do vídeo de *Youtube* intitulado “Diferença entre os Estados Unidos (EUA) e Inglaterra - com Tim Explica”.

O segundo bloco é composto de dois artigos que apresentam reflexões acerca da argumentação no ensino escolar de língua portuguesa.

Em “Argumentação em projetos de letramento: aspectos didáticos e sociais”, Isabel Cristina Michelan de Azevedo, Márcia Regina Pereira Curado Mariano e Glícia Azevedo Tinoco comparam três experiências de ensino da argumentação realizadas por meio de Projetos de Letramento em escolas localizadas nas cidades de Campo do Brito (SE), Japaratuba (SE) e Portalegre (RN), nos quais se destacam a participação ativa dos estudantes na resolução/minimização de problemas de suas comunidades. As autoras apoiam-se em concepções propostas pela retórica aristotélica e pela nova retórica perelmaniana, discutem como os Projetos de Letramento podem proporcionar condições para a aprendizagem de diferentes estratégias argumentativas e apresentam princípios orientadores para projetos de articulação entre as práticas escolares e as práticas sociais de linguagem.

Por sua vez, Soraya Maria Romano Pacífico, em “Argumentação, autoria e ideologia: o sujeito-escolar e sua relação com a escrita”, analisa como a relação do sujeito com argumentação e autoria se constrói, na escola, e quais as condições que o livro didático oferece aos alunos para que eles possam argumentar e autorar dentro e fora da escola, em um mundo que reclama sentidos *on-line* e *off-line*, o tempo todo.

Focalizando artigos que enfatizam a dimensão discursiva da argumentação, apresentamos os textos de Helcira Lima e de Maria Flávia Figueiredo e Luciana Manzano.

Em “A construção argumentativa pela emoção no discurso jurídico”, Helcira Lima analisa uma *Decisão* proferida por um juiz da 1ª Vara Criminal e Juizado da Infância e da Juventude de Sete Lagoas/MG, em 12 de fevereiro de 2007, em um processo que envolveu violência contra a mulher, buscando apontar fatores que caracterizam a polêmica de um modo geral, sustentam, em termos dóxicos, a polêmica pública colocada em cena pelo sujeito, estabelecem a relação das emoções com tal polêmica e, por fim, identificam as emoções argumentadas pelo juiz.

Por sua vez, Maria Flávia Figueiredo e Luciana Carmona Garcia Manzano, em “‘Não aceitamos crianças’: discurso e argumentação no movimento Childfree”, examinam a reportagem intitulada “‘Não aceitamos crianças’: avanço da onda ‘childfree’ é conveniência ou preconceito?”, publicada no site da BBC Brasil em 9 de agosto de 2017, articulando, fundamentalmente, o pensamento filosófico de Foucault com a perspectiva argumentativa de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

Passando aos artigos dedicados à dimensão linguística da argumentação, apresentamos, inicialmente, o texto de Erivaldo Pereira do Nascimento, “O fenômeno do SE-Locutor: índice de polifonia e de argumentatividade na língua e no discurso”. Nesse artigo, assume-se o princípio ducrotiano de que a língua fornece elementos que permitem a construção de enunciados polifônicos, para, então, descrever e analisar o funcionamento linguístico-discursivo do fenômeno do SE-locutor, ou ON-Locuteur/OMNI-Locutor, como indicador de polifonia e de argumentatividade, em textos e enunciados de diferentes gêneros discursivos, tais como charge, reportagem, ata e relatório.

Em seguida, Maria das Graças Soares Rodrigues e Ana Lúcia Tinoco Cabral, em “Responsabilidade enunciativa, emoções

e argumentação: a violência verbal em foco”, buscam identificar e analisar a responsabilidade enunciativa e as emoções na construção argumentativa de um discurso público no contexto da sociedade brasileira, veiculado no *Youtube*, observando o caráter violento desses discursos e as funções que os fenômenos analisados cumprem na construção argumentativa do discurso.

Finalizando o bloco e a obra, Argus Romero Abreu de Moraes, em “Nós x eles: a polarização argumentativa na política brasileira contemporânea”, articula os aportes teóricos de Benveniste, de Dahlet e de Amossy, para analisar o discurso de posse do presidente eleito em 2018 no Brasil, focalizando a dinamicidade dos usos do “nós” e suas estratégias de exclusão do “eles”, de modo a destacar os procedimentos de construção de “adversário” e de “inimigo” numa situação polêmica.

Esperamos que esta obra coletiva possa incentivar reflexões, diálogos e trabalhos sobre a argumentação, estabelecer novas redes de contato entre pesquisadoras/es, frentes de cooperação entre instituições de ensino de todos os níveis educacionais, inspirar práticas de ensino da argumentação na escola e, enfim, contribuir para o fortalecimento do campo de investigação da argumentação.

SUMÁRIO

Estudos da argumentação no século XX: história, desdobramentos e rupturas	11
<i>Débora Massmann</i>	
Humor na rede: retórica e polêmica	45
<i>Luiz Antônio Ferreira</i> <i>Ana Cristina Carmelino</i>	
A interação entre os argumentos na Nova Retórica: análise de um pronunciamento parlamentar	71
<i>Eduardo Lopes Piris</i>	
Posicionamento epistêmico e argumentação: articulações entre evidencialidade, modalidade epistêmica e provas retóricas	99
<i>Paulo Roberto Gonçalves-Segundo</i>	
Dialogando com a perspectiva dialogal da argumentação .	143
<i>Rubens Damasceno-Morais</i>	
Argumentação em projetos de letramento: aspectos didáticos e sociais	170
<i>Isabel Cristina Michelin de Azevedo</i> <i>Marcia Regina Curado Pereira Mariano</i> <i>Glícia Azevedo Tinoco</i>	

Argumentação, autoria e ideologia: o sujeito-escolar e sua relação com a escrita	202
<i>Soraya Maria Romano Pacífico</i>	
A construção argumentativa pela emoção no discurso jurídico ..	219
<i>Helcira Lima</i>	
“Não aceitamos crianças”: discurso e argumentação no movimento <i>Childfree</i>	243
<i>Maria Flávia Figueiredo</i> <i>Luciana Carmona Garcia Manzano</i>	
O fenômeno do SE-Locutor: índice de polifonia e de argumentatividade na língua e no discurso	269
<i>Erivaldo Pereira do Nascimento</i>	
Responsabilidade enunciativa, emoções e argumentação: a violência verbal em foco	292
<i>Maria das Graças Soares Rodrigues</i> <i>Ana Lúcia Tinoco Cabral</i>	
Nós x eles: a polarização argumentativa na política brasileira contemporânea.....	320
<i>Argus Romero Abreu de Moraes</i>	

Estudos da argumentação no século XX: história, desdobramentos e rupturas¹

Débora Massmann
Universidade Federal de Alagoas

Considerações iniciais: da retórica à argumentação

A relação entre retórica e argumentação se estende ao longo dos séculos e pode ser caracterizada como uma relação complementar, pois “*l’histoire de [...] l’argumentation se confond avec l’histoire de la rhétorique*” (BERTRAND, 1999, p. 34). Esses dois domínios disciplinares parecem andar de par tanto em situações de fortalecimento como em situações de enfraquecimento. Isso pode ser observado, por exemplo, no período em que a

1 Este estudo constitui parte da pesquisa de pós-doutoramento, intitulada “Os sentidos da argumentação”, realizada na Universidade Estadual de Campinas, sob a supervisão do Prof. Dr. Eduardo Guimarães. Neste percurso analítico em torno da história dos estudos da argumentação, o olhar do semanticista, especialista em argumentação, atrelado à perspectiva de estudo da história das ideias linguísticas, conduz à compreensão das especificidades do conceito de argumentação nas ciências humanas e, além disso, orienta à investigação sobre o papel da apropriação desse conceito para as rupturas teórico-metodológicas que a argumentação produziu e ainda produz no quadro das ciências humanas.

argumentação, criticada e desacreditada – assim como a própria retórica – passou a ocupar uma posição periférica nos estudos da linguagem. Trata-se aqui especificamente do período do Renascimento, época que baliza o começo do declínio da retórica e, conseqüentemente, da argumentação. De fato, as ideias renascentistas lançam um golpe profundo à retórica quando estabelecem uma cisão entre o argumentativo e o oratório. A ligação entre esses dois elementos fortalecia e dava sustentação à retórica. De acordo com Reboul (2004, p. 79), esse acontecimento “separa absolutamente a dialética, arte da argumentação racional, da retórica, reduzida [...] à elocução”.

A partir do século XVI, a retórica e a argumentação começam a ser alvos de muitas críticas. No contexto filosófico, Descartes, Locke e os positivistas questionaram seus objetivos e suas funções e rejeitaram-nas. No contexto literário, Victor Hugo e os românticos também as excluíram. No contexto pedagógico, a retórica, que constituía uma das disciplinas escolares, foi substituída, e o termo banido dos programas de ensino franceses (BERTRAND, 1999). Diante dessa crise, a retórica – e, pode-se dizer também a argumentação –, pouco a pouco, foi enfraquecendo, apagando-se e, por fim, acabou desacreditada no domínio filosófico, literário e pedagógico.

A revitalização dos estudos da argumentação começou a se delinear a partir da segunda metade do século XX, época em que surge uma querela englobando diferentes perspectivas teóricas reunidas sob o nome de neo-retóricas: algumas se definiam puramente literárias e outras se nomeavam persuasivas. Pesquisadores como, por exemplo, Jean Cohen, Gérard Genette, Roland Barthes e integrantes do grupo μ propunham uma Retórica Geral direcionada aos estudos literários². Nesse mesmo período, a argumentação voltou a fazer parte dos debates

2 Confira, por exemplo, Klinkenberg (1990), Meyer e Lempereur (1990), entre outros.

intelectuais e, conseqüentemente, o caráter persuasivo da retórica passou a ser novamente valorizado.

Esse movimento de revitalização produziu resultados expressivos e possibilitou o surgimento de diferentes formulações teóricas acerca da argumentação. Como exemplo disso, citam-se, de um lado, os estudos realizados no contexto da psicossociologia que se interessam pelas trocas comunicativas da sociedade moderna, mais precisamente, pelas situações de comunicação e recepção de mensagens persuasivas no domínio político e publicitário; de outro lado, destacam-se os trabalhos de cunho lógico-filosófico e lógico-linguísticos desenvolvidos por autores, como, Ducrot, Grize e Perelman, entre outros (MOSCA, 2004).

A efervescência e a produtividade dos estudos da argumentação no pós-guerra podem ser observadas pelo rigor teórico das publicações que datam deste período e, sobretudo, pelos seus desdobramentos e rupturas que contribuíram significativamente para a construção de sentidos em torno da argumentação.

Nesta reflexão, ao buscar compreender o(s) sentido(s) da argumentação, pretendemos produzir um saber sobre a argumentação que nos faz pensar sobre o seu lugar não só no campo das ciências da linguagem, mas também nas ciências humanas como um todo. Isso nos leva a refletir sobre o(s) sentido(s), sobre a história da argumentação e sobre o modo como as diferentes áreas do conhecimento se utilizam dela nas suas práticas discursivas. Considerando que a argumentatividade está presente em toda e qualquer atividade discursiva, é fundamental se interrogar sobre que concepções científicas, que teorias, que conceitos, que sentido(s) a argumentação assume no século XX.

O ponto de partida neste percurso é, sem dúvida, as duas obras publicadas, quase que simultaneamente, no ano de 1958, que constituem o marco do processo de revitalização dos estudos sobre a argumentação: *The uses of argument*, de Toulmin, e *Traité de l'argumentation. La nouvelle Rhétorique*, de Perelman

e Olbrechts-Tyteca. Essas duas publicações representam, respectivamente, as ciências jurídicas e a filosofia (com ênfase na lógica formal). Tais obras, oriundas de horizontes distintos e redigidas em estilos totalmente diferentes,

se rejoignent dans une référence commune à la pratique juridique [e filosófica]. Ils recherchent dans la pensée argumentative un moyen de fonder une rationalité spécifique, à l'oeuvre dans les affaires humaines (PLANTIN, 1996, p. 10).

No domínio das ciências da linguagem, a obra *Argumentation Dans la Langue* (ADL), de Anscombe e Ducrot, publicada em meados da década de 1970, produz inovações ao deslocar o estudo da argumentação do campo da retórica para o campo da linguística. Para os autores, a argumentação não é constituída apenas de construções retóricas, de técnicas e de figuras, ela é constituída pela própria língua e por suas estruturas linguísticas. Nessa obra, Anscombe e Ducrot se propõem a descrever os fenômenos da argumentação com base em elementos da própria língua que possibilitam o seu funcionamento.

Nas ciências da comunicação, destaca-se a obra de Breton *L'argumentation dans la communication*, publicada em 1996. Nesta publicação, a argumentação é compreendida como uma prática fundamental aos estudos da comunicação social. Breton, cujas pesquisas fundamentam-se na antropologia da fala e das técnicas de comunicação, apresenta o percurso histórico dos estudos sobre a argumentação, tomando como ponto de partida as reflexões surgidas sobre o tema no âmbito da retórica. É, portanto, filiado à retórica, considerando a argumentação como um processo, uma técnica empregada com vista a convencer e/ou persuadir que Breton propõe modos de análises argumentativa tomando, para isso, exemplos de discursos do cotidiano, da publicidade e propaganda e da política. Nessa perspectiva, o autor estabelece sua reflexão sobre a argumentação apresentando um panorama de sua evolução como prática linguageira, social e política enfatizando sua função no cotidiano da sociedade do século XX.

No campo das ciências políticas, a obra *Débat sur la justice politique*³, de Jürgen Habermas e John Rawls (1997), apresenta um embate argumentativo de cunho filosófico-científico entre os dois autores, referências consolidadas no domínio da filosofia moral e política contemporânea. Nessa publicação, é possível observar o lugar da argumentação não só nas ciências políticas, mas também nas práticas discursivas do cotidiano já que o pilar de sustentação deste debate é a divergência de opiniões, o conflito e a negociação. Como o próprio título indica, a obra trata de um debate entre os autores e não de uma publicação conjunta, elaborada por eles, sobre a questão da argumentação. A discussão promovida em *Débat sur la justice politique* traz à tona uma produtiva discussão sobre o sentido de democracia e de justiça política. Nessa obra, os fundamentos da sociedade democrática são colocados em discussão em função das posições de cada um dos autores sobre a questão. Assiste-se assim a um litígio, uma verdadeira batalha simbólica em torno de temas que tocam diretamente às propostas teóricas dos dois autores que lançam questionamentos sobre a estrutura argumentativa que possibilitaria o consenso na linguagem. Além disso, discute-se sobre o aspecto argumentativo e o entrelaçamento de horizontes como elemento fundamental para o debate público acerca de questões de justiça.

Situada no domínio das ciências sociais e da sociologia cognitiva, a obra *L'argumentation philosophique. Étude de sociologie cognitive*, de Alban Bouvier (1995), filósofo e sociólogo francês, desenvolve um amplo estudo cujo campo de interesse situa-se entre sociologia cognitiva e a dimensão argumentativa da sociedade. Conforme destaca Berthelot (1996, p. 651), a obra de Bouvier pode ser descrita como

[...] pioneira à medida que se inscreve em uma dupla continuidade: aquela da ruptura Kuhniana em sociologia da

3 O debate foi promovido e publicado, originalmente, por Michael Kelly, editor do *The Journal of Philosophy*, em 1995.

ciência, problematizando as condições da *adesão* às teorias científicas, se orienta em Laudan em direção à exploração de seu plano de fundo filosófico; aquela da renovação de uma tradição cognitiva em sociologia do conhecimento que, através de contribuições variadas de Mill, Pareto, Weber Simmel e, evidentemente, Raymond Boudon, interroga os fundamentos lógicos das crenças errôneas.

Nessa perspectiva, observa-se que, na obra de Bouvier, a argumentação filosófica se insere em um domínio teórico extremamente produtivo o que permite ao autor promover uma teoria que se apresenta, de fato, como um programa de pesquisas sobre o tema. Embasando-se, portanto, nas questões filosóficas e cognitivistas e fundamentando-se em obras de referência para a teoria da argumentação (sobretudo nos trabalhos de Perelman e de Toulmin), Bouvier desenvolve uma reflexão teórica sobre argumentação compreendendo-a como um processo dinâmico, interativo em que a construção de um raciocínio, que se dá através do discurso, só tem, segundo o autor, sua progressão devido à dimensão cognitiva que estaria subjacente ao ato de argumentar. Verifica-se assim sua aproximação às teorias cognitivistas que se deve, em parte, à influência que Bouvier recebeu do trabalho de Vignaux (1976).

Dispositivo teórico e analítico: corpus e gestos de interpretação

Considerando que o *corpus* resulta “de uma construção do próprio analista” (ORLANDI, 2002, p. 63), sua seleção e sua organização constituem já o primeiro gesto de análise. Desse modo, a partir do conjunto de obras descrito anteriormente, compomos o *corpus* deste estudo com as seguintes publicações: *The uses of argument*, de Toulmin (1958), *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1958), e *L'Argumentation Dans la Langue*, de Anscombe e Ducrot (1983).

Nessa perspectiva, a etapa subsequente do trabalho com o *corpus* diz respeito ao recorte⁴ dos enunciados que vão compor as unidades de análise. Cada obra constituirá um conjunto de enunciados que serão analisados conforme o dispositivo teórico-analítico da Semântica Histórica da Enunciação (ou Semântica do Acontecimento). Essa perspectiva de estudos semânticos considera que *é*, no acontecimento da enunciação, que o sentido se constitui, pois a língua⁵ em funcionamento movimenta-se, transforma-se e significa de diferentes formas. Este processo de produção de sentidos mobiliza procedimentos enunciativos distintos que afetam, reescrevem, retomam e ressignificam aquilo que já foi dito.

Estudar a rede de sentidos que se constrói a partir do funcionamento da palavra “argumentação” implica observar suas relações semânticas não só no âmbito do enunciado, como também ao longo do texto. Toma-se então o enunciado como a unidade de sentido já que ele se constitui pela sua consistência interna e pela sua independência relativa em relação ao texto (GUIMARÃES, 2002). Tomar o enunciado como unidade de análise implica investigar não só a relação entre as palavras no interior do próprio enunciado, mas também, e sobretudo, entre os diferentes enunciados que compõem o texto. Tem-se assim que o sentido da palavra “argumentação” é tomado aqui a partir de uma perspectiva relacional, isto é, pelo funcionamento da palavra nas suas relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo. Essas relações de determinação acontecem principalmente a partir de dois

4 A noção de recorte é tomada aqui como “uma unidade discursiva. Por unidade discursiva, entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação” (ORLANDI, 1984, p. 14).

5 Neste trabalho, a língua é tomada como “um sistema de regularidades determinado historicamente e que é exposto ao real e aos falantes nos espaços de enunciação” (GUIMARÃES, 2007, p. 96).

procedimentos enunciativos: de reescrituração⁶ e de articulação⁷ (GUIMARÃES, 2002, 2007, 2009). Observando estes diferentes procedimentos enunciativos, é possível chegar ao Domínio Semântico de Determinação (DSD) (GUIMARÃES, 2007) das palavras. O DSD funciona como um mecanismo de descrição⁸ e de interpretação que mostra como, no acontecimento do dizer, o funcionamento das palavras produz sentidos. O DSD se apresenta então como um instrumento de descrição e de interpretação dos sentidos.

De acordo com Guimarães (2007), dizer qual é o sentido de uma palavra implica poder estabelecer seu DSD. Ou melhor, implica descrever as relações de significação que essa palavra estabelece com outras no interior dos enunciados (e dos textos) em que aparece. Cabe ao DSD representar, a partir de uma escrita

-
- 6 A reescrituração produz sentido ao redizer o que já foi dito. Ao longo de um texto – ou entre textos distintos – expressões linguísticas retomam e reportam-se umas às outras através de operações enunciativas que reescrevem o já dito de outra maneira. Ao reescrever, ressignifica-se o que já foi dito de outro modo e assim constroem-se sentidos (GUIMARÃES, 2002).
- 7 Enquanto a reescrituração diz respeito ao processo de construção de sentidos na unidade do texto, a articulação remete à análise das relações de sentido no interior do próprio enunciado. Ela permite investigar também a relação que se estabelece entre o Locutor e o seu dizer. Definida como uma relação de contiguidade que é significada pela enunciação (GUIMARÃES, 2009), a articulação permite observar como o funcionamento dos elementos linguísticos pode afetar e modificar seus próprios sentidos, ressignificando-os e redizendo-os no interior de um mesmo enunciado. Do ponto de vista semântico, é possível dizer que na articulação o funcionamento dos elementos linguísticos se configura através de diferentes modos de significação, como, por exemplo, referência, predicação, determinação, pressuposição, argumentação e performatividade, entre outras.
- 8 Nesta descrição do sentido, o DSD é identificado por sinais muito específicos: 1) os sinais \top ou \perp ou \vdash ou \dashv , indicam “determina” (em qualquer direção); 2) o traço $-$ indica uma relação de “sinonímia”; 3) o traço maior $_____$, dividindo o DSD, significa “antonímia”; 4) além disso, o DSD, normalmente, apresenta-se emoldurado.

que lhe é própria, como os sentidos são construídos enunciativamente. Para isso, ele se ampara nas relações de determinação semântica que as palavras estabelecem no funcionamento da língua. Tem-se assim que a história do sentido de uma palavra é produzida pela “ação que as palavras exercem, à distância, umas sobre as outras. Uma palavra é levada a restringir cada vez mais sua significação, pelo fato de existir uma companheira que estende a sua” (BRÉAL, 2008, p. 182).

“O tratado da argumentação: a nova retórica”⁹

A fim de compreender o modo como a argumentação é significada na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, toma-se como primeiro recorte¹⁰ para análise:

Recorte 1: “O tratado da argumentação: A nova retórica”.

Aqui a palavra “argumentação” articula-se ao substantivo “tratado”, através do determinante “de + a”. Este enunciado é especificado, logo na sequência, no próprio título. O sinal de pontuação, dois pontos (:) marca uma ruptura na exposição do título que é seguida imediatamente de uma especificação através do sintagma nominal “A nova retórica”. Para compreender o(s) sentidos que estão funcionando neste enunciado, propõe-se as seguintes paráfrases:

1’ O tratado da argumentação é a nova retórica.

1” Este tratado da argumentação é a nova retórica.

A relação de predicação que pode ser verificada a partir das duas paráfrases revela que, já no título da obra, a enunciação de Perelman e Olbrechts-Tyteca traz consigo e coloca

9 Para as análises, utilizamos a edição que foi traduzida para o português do Brasil e publicada pela Editora Martins Fontes em 2002.

10 Os recortes analisados são apresentados, em ordem numérica, de acordo com a obra em estudo. A cada obra analisada a contagem é reiniciada

em funcionamento uma memória de sentidos cuja gênese é a retórica clássica. Em seu dizer, os autores mostram que a argumentação, concebida como cerne da antiga retórica, está sendo ressignificada neste acontecimento enunciativo não só pela reescrituração de “argumentação”, mas também e, sobretudo, a partir da designação “nova retórica”. O tratado sobre a argumentação que os autores propõem apresenta-se como um desdobramento da retórica clássica, ou melhor, como uma nova perspectiva da retórica.

No segundo recorte, a palavra “argumentação” é reescrita por um procedimento de repetição em “A publicação de um tratado consagrado à argumentação” e aparece articulada explicitamente à retórica clássica através de “sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas”. Neste recorte, nota-se que, além de reescrever aquela memória de dizeres sobre a Retórica grega, as relações de sentidos da palavra “argumentação” no acontecimento enunciativo inscrevem-na como uma ruptura, ressignificando e reescrevendo aqui, por uma elipse, a “nova retórica”, e demarcando assim um lugar teórico muito específico para a obra de Perelman.

Recorte 2: A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica e da dialética gregas, constituem *uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (p. 1)

Na sequência do texto, Perelman e Olbrechts-Tyteca dedicam-se a apresentar os detalhes de sua teoria. Assim, no Recorte 3, a palavra “argumentação” articula-se ao substantivo “campo” através do determinante “de + a”: “O campo da argumentação”.

Recorte 3: O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo (p. 1)

A partir deste enunciado, é possível apresentar as seguintes paráfrases a fim de se visualizar as relações semânticas que estão aí funcionando:

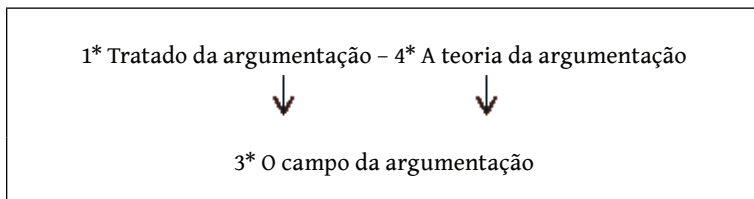
3' A argumentação é um campo de atuação.

3'' A argumentação é do mesmo campo de atuação do verossímil, do plausível, do provável.

3''' A argumentação é do campo do verossímil, do plausível, do provável.

Tem-se a partir daí que a argumentação é descrita e está inscrita como/em um determinado campo de atuação da atividade humana. Este “campo da argumentação” é colocado numa relação de sinonímia com outros campos, a saber, o do verossímil, o do plausível e o do provável. Assim, tem-se que a “argumentação” é apresentada como um procedimento, prática ou ainda como uma atividade linguageira que se manifesta quando há dúvidas, embate de opiniões, desacordo. É, pois, nestas situações de confronto de ideias que a argumentação se constitui como um caminho na busca pelo verossímil e pelo acordo.

No quarto recorte, a palavra argumentação é reescrita novamente por repetição e aparece, pela primeira vez, articulada ao substantivo “teoria” também através do determinante “de + a”: “teoria da argumentação”. Observa-se aqui um deslizamento de sentido que marca a posição de Perelman em relação à argumentação, ou seja, “Teoria da argumentação” reescritura “tratado da argumentação”. E esta dupla de expressões se relaciona diversamente com “Campo da argumentação”. Este é, de certo modo, o objeto da teoria, do tratado.



Ou seja, a sinonímia entre “tratado da argumentação” e “teoria da argumentação” tem como objetivo estudar o “campo da argumentação”, aquele do verossímil.

Ao apresentarem sua teoria da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca optam por defini-la a partir de uma negação “A teoria da argumentação não pode se desenvolver se toda a prova é concebida como redução à evidência”. Além de reescrever, por um procedimento de especificação “certezas do cálculo” que já havia sido enunciado no Recorte 3, neste enunciado, a negação aparece para delimitar o domínio da argumentação. Ou seja, não há como se considerar as provas (argumentos) como sendo reduzidas à evidência ou à certeza do cálculo, já que na concepção dos autores, em conformidade com a retórica clássica, a argumentação pertence ao domínio da incerteza, da dúvida, do diálogo. É por estar inscrita neste domínio da controvérsia que ela se estabelece e se desenvolve.

Recorte 4: [...] a teoria da argumentação não pode se desenvolver se toda a prova é concebida como redução à evidência. Com efeito, o objeto dessa teoria é o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão às teses que lhes apresentam ao assentimento*. (p. 4)

Ainda neste recorte, o autor reescreve elipticamente “argumentação” através de uma condensação pelo substantivo “teoria” e reforça seu caráter científico ao especificar qual o seu objeto. As seguintes paráfrases permitem perceber as relações semânticas deste enunciado:

4’ Há uma teoria da argumentação;

4” Esta teoria tem um objeto de estudo;

4”” O objeto desta teoria é estudo técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão às teses que lhes apresentam ao assentimento.

Ao inscrever o estudo da argumentação no plano do científico, Perelman e Olbrechts-Tyteca atribuem a ela um objeto de estudo: as “técnicas discursivas” que, como mostram os autores, estão a serviço da persuasão.

Na continuidade do texto, tem-se o Recorte 5 em que a “argumentação” é reescrita também de forma elíptica por condensação através do substantivo “tratado” que, por sua vez, articula-se através de um sintagma verbal com “as preocupações do Renascimento” e com “autores gregos e latinos” redizendo aqui, por um procedimento de expansão, a memória de sentido sobre a história da retórica, e porque não dos estudos da argumentação. Neste mesmo recorte, verifica-se que “tratado” é reescrito através do pronome oblíquo “o” e articula-se a “uma nova retórica” também através de um sintagma verbal.

Recorte 5: [...] nosso tratado se relaciona sobretudo com as preocupações do Renascimento e, conseqüentemente, com as dos autores gregos e latinos, que estudaram a arte de persuadir e de convencer, a técnica da deliberação e da discussão. É por essa razão que o apresentamos como uma *nova retórica*. (p. 5)

É preciso chamar a atenção para este último enunciado do recorte que explicita a justificativa do título da obra: “É por essa razão que o apresentamos como uma *nova retórica*”. Desmembrando isso em uma paráfrase, tem-se que:

5’ O tratado da argumentação é uma nova retórica.

Ou seja, “nova retórica” está aqui determinando “tratado da argumentação” e não somente a argumentação. É este tratado proposto pelos autores que se apresenta como uma nova retórica. Pela memória de sentidos que a expressão “nova retórica” faz funcionar, sabe-se que a argumentação ocupa aí, neste tratado e nesta nova retórica, um lugar central, como acontecia na Retórica clássica.

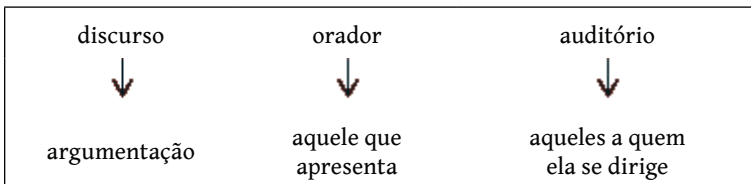
A fim de delimitar o modo como a argumentação é compreendida nesta obra, apresenta-se para reflexão o Recorte 6. A expressão “nosso estudo”, ao reescrever “tratado da argumentação”, introduz uma especificação sobre o objeto de estudo. O foco do tratado será, pois, a “estrutura da argumentação”.

Recorte 6: Nosso estudo, preocupando-se sobretudo com a estrutura da argumentação, não insistirá, portanto, na maneira pela qual se efetua a comunicação com o auditório. (p. 6)

Por outro lado, ao desenvolver os detalhes da teoria que propõem, Perelman e Olbrechts-Tyteca tentam mostrar a importância do auditório, que tem “papel essencial” na sua proposta teórica como é possível verificar no Recorte 7.

Recorte 7: [...] por razões de comodidade técnica e para jamais perder de vista esse papel essencial do auditório, quando utilizarmos os termos “discurso”, “orador” e “auditório”, entenderemos por isso a argumentação, aquele que a apresenta e aqueles a quem ela se dirige, sem nos determos no fato de que se trata de uma apresentação pela palavra ou pela escrita, sem distinguirmos forma e expressão fragmentária do pensamento. (p. 7)

Nesse mesmo recorte, observa-se que os autores enumeram os componentes centrais da sua teoria que são: discurso, orador e auditório. Além disso, tratam de especificar o que cada componente significa. Tem-se assim a seguinte reescritura:



Como é possível perceber, na reescrituração acima indicada, “discurso”, “orador” e “auditório” são empregados aqui numa enumeração a fim de ressignificar “argumentação”. Na sequência do enunciado, “argumentação” está reescrevendo “discurso” e aparece também reescrita, através do pronome oblíquo “a” e do pronome pessoal “ela” nas designações “aquele que a apresenta” e “aqueles a quem ela se dirige”. Essas designações, por sua vez, reescrevem orador e auditório, respectivamente, por um procedimento de especificação. Além disso, mais adiante, percebe-se que “argumentação” é reescrita também por especificação em: “que se trata de uma apresentação pela

palavra ou pela escrita”. Este enunciado pode ser parafraseado da seguinte maneira:

7’ A argumentação é uma apresentação pela palavra ou pela escrita.

Nesse caso, a “argumentação” é designada como uma forma de apresentação verbal que pode acontecer pela “palavra”, ou seja, oralmente, ou pela “escrita”. As duas formas interessam, portanto, para os autores.

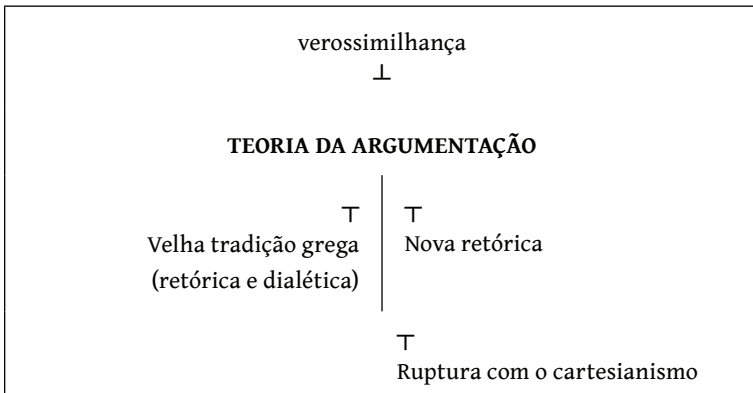
Ao final de sua exposição, os autores apontam de forma objetiva o propósito da obra como se pode verificar no seguinte recorte.

Recorte 8: Nosso tratado só versará sobre *recursos discursivos* para se obter a adesão dos espíritos: apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada a seguir. (p. 8)

Observe que “nosso tratado”, ao reescrever por condensação elíptica “argumentação”, articula-se ao adjetivo “só” para delimitar e definir seu objeto de estudo “*recursos discursivos* para se obter a adesão dos espíritos” que aparecem aqui reescrevendo as “técnicas discursivas” que já haviam sido enunciadas no Recorte 4 e que reescrevem por substituição “argumentação”. É preciso chamar a atenção aqui para a reescritura por repetição que aparece, após o sinal de pontuação “:” (dois pontos) em “apenas a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer será examinada a seguir”. O advérbio “apenas” enfatiza a especificação do tratado que se propõe a refletir sobre “a técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer”. Ou seja, a “argumentação”.

A partir dos recortes apresentados, foi possível organizar o seguinte Domínio Semântico de Determinação (DSD) em que se pode observar as relações de significação da palavra “argumentação” na obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca.

Campo/domínio	ARGUMENTAÇÃO	discurso
Objeto de estudo		orador
Técnica discursiva		auditório
Técnica da deliberação		persuasão



Através destes DSD's, representa-se a teia de sentidos da palavra “argumentação” que foi sendo construída não só no nível do enunciado, mas também ao longo do texto. Trata-se de uma rede de significações que, no acontecimento enunciativo, colocou em funcionamento um dizer específico sobre a argumentação que se produziu a partir de uma memória de sentidos sobre a retórica clássica e sobre racionalismo cartesiano. Nessas relações de sentidos, a argumentação foi ressignificada como um domínio científico (“teoria”, “objeto de estudo”, “tratado”, “técnica discursiva”) que está, na obra de Perelman, inscrito em um campo de saber, aquele da “nova retórica”. Assim, ao ser reescrita e ressignificada, a palavra “argumentação” é determinada por “verossimilhança”, “discurso”, “orador”, “auditório” e “arte de persuasão”.

“Os usos do argumento”¹¹

Conforme se destacou anteriormente, a obra de Toulmin constitui um marco para a constituição de um saber sobre a argumentação. Para Plantin (1990), a importância do texto de Toulmin deve-se, em parte, ao fato de que seus postulados metodológicos estão fundados em uma espécie de “análise linguística”, cujas origens remontam à filosofia da linguagem inglesa dos anos 40 e 50: “essa influência é reivindicada por Toulmin, que vê em sua obra um desenvolvimento e uma aplicação no domínio da argumentação de algumas ideias de Hare, Urmsom, Ryle ou Austin, entre outros” (Plantin, 1990, p. 22). Tal filiação teórica pode ser observada já desde o título da obra em estudo:

Recorte 1: “Os usos do argumento” (Recorte 1).

Essa enunciação-título faz ecoar já de início a célebre frase de Wittgenstein “*meaning is use*” (significado é uso) através da qual ele relaciona a significação de uma palavra ao seu uso (Plantin, 1990). Eis o memorável (a memória de sentidos) que faz funcionar a língua, em um presente tornando-se perceptível logo na enunciação-título da obra. A partir deste primeiro gesto de análise, percebe-se como a exterioridade da enunciação se faz presente na obra de Toulmin constituindo sentidos para argumentação no acontecimento de dizer, mesmo sem dizê-la. Ou seja, a memória discursiva e a língua significam no presente, na enunciação-título, apontando para o processo incessante da história dos sentidos.

Na busca pelos sentidos em torno da argumentação na obra de Toulmin, amplia-se o procedimento de análise a fim de descrever outros movimentos da significação e seus efeitos que, no acontecimento de dizer, produzem uma rede de sentidos

11 Para as análises, utilizamos a edição que foi traduzida para o português do Brasil e publicada pela Editora Martins Fontes, em 2006.

para a argumentação. Para isso, apresenta-se um conjunto de recortes retirados da obra, justamente, das passagens em que o autor apresenta sua proposta teórica e estabelece as fronteiras e os limites de sua reflexão. Diante da ausência da palavra “argumentação”, selecionou-se como entrada para as análises a palavra “argumento” que aparece desde o título e vai sendo reescrita ao decorrer da obra de Toulmin, como se pode observar no Recorte 2.

Recorte 2: Questão central para nós será saber até que ponto a lógica pode esperar ser uma ciência formal e, ainda assim, conservar a possibilidade de ser aplicada na avaliação crítica de argumentos que efetivamente usamos ou podem ser usados por nós. (p. 3)

A partir deste recorte, pode-se propor a seguinte paráfrase:

2' a lógica, que é uma ciência formal, pode, enquanto tal, ser aplicada na avaliação crítica de argumentos efetivamente usados?

A partir desse recorte e dessa paráfrase, chega-se ao seguinte DSD que apresenta a designação de argumento:

Uso ⊢ ARGUMENTO

O mesmo recorte permite ainda propor um segundo DSD em que se verifica que a “lógica” é determinada por “ciência formal” e por “avaliação crítica de argumentos ordinários”.

ciência formal ⊢ LÓGICA ⊢ Avaliação crítica de argumentos ordinários
--

Tem-se assim que a lógica, como ciência, tem como objeto justamente a crítica de argumentos ordinários. Ou seja, a lógica tem como objeto o estudo dos argumentos.

Mais adiante, em sua exposição, Toulmin, ao discorrer diretamente sobre os usos do argumento, apresenta uma reflexão em que trata das falhas da argumentação, como se pode verificar no Recorte 3.

Recorte 3: [...] é concebível que métodos falhos de argumento conservem sua influência numa sociedade, e sejam transmitidos através das gerações, assim como uma deficiência física constitucional ou um defeito na psicologia individual. (p. 5)

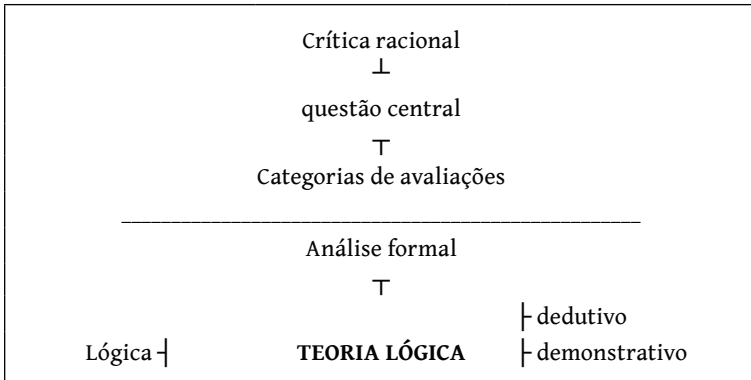
Nesse terceiro recorte, “argumento” é reescrito de maneira direta, no entanto, o autor considera a possibilidade de haver “falhas” na argumentação. A analogia que se estabelece, neste recorte, entre “métodos falhos de argumento”, “deficiência física” e “deficiência psicológica” assinala para as relações que este autor estabelece, ao longo desta obra, com as ciências biológicas e psicocognitivas. Ou seja, os “métodos falhos de argumento” são descritos como um mal que perdura na sociedade sendo (re)produzidos de geração em geração. Apesar de o recorte em questão não produzir um DSD, ele indica um argumento para sustentar a posição do autor sobre o fato de o argumento ser analisado pela lógica ou pela crítica racional. Ou seja, o sentido de “uso” determina “argumento” e é determinado por “questão central”. “Uso” determina também o sentido de “métodos falhos” que, por sua vez, determina “sociedade” e está em uma relação de sinonímia com “deficiência física” e “defeito psicológico”. Observa-se aqui que Toulmin aproxima o domínio da argumentação a outras áreas do conhecimento, àquelas que não necessariamente concernem ao funcionamento e organização da linguagem, mas que dizem respeito ao sujeito, psicofísico no mundo.

Assim, se no Recorte 3 estabelecem-se relações com outros domínios científicos que, para Toulmin, são constitutivas do sentido de “argumento”, no Recorte 4, observa-se a necessidade de delimitar, com precisão, o lugar de estudo do argumento, lugar este que se afasta da “análise formal” (relação antonímica) e que se aproxima de uma “crítica racional”, como observa no Recorte 4.

Recorte 4: Para atacar os nossos principais problemas, vale a pena tirar da cabeça algumas ideias derivadas da teoria lógica existente, para ver, por inspeção direta, quais são as categorias pelas quais expressamos, de fato,

as nossas avaliações, e o quê, precisamente, significam para nós. Esta é a razão pela qual, pelo menos nos primeiros estudos, evitarei deliberadamente termos como “lógica”, “lógico”, “logicamente necessário”, “dedutivo” e “demonstrativo”. Todos esses termos carregam associações que vêm da teoria lógica, e que poderiam distorcer um dos principais objetivos da nossa investigação: ver como – e se, afinal de contas – a análise formal da lógica teórica tem alguma ligação com o que se visa obter pela crítica racional (p. 9).

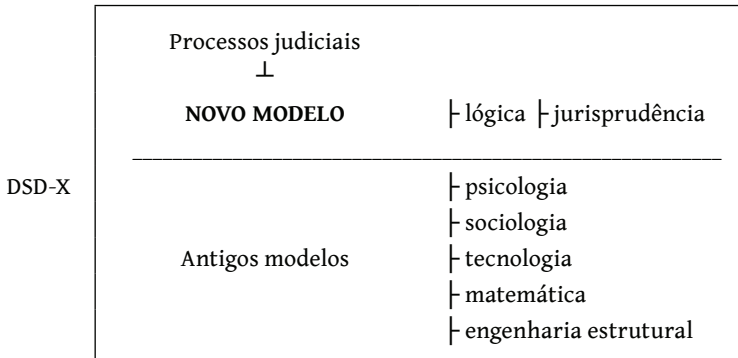
A partir destes recortes, chega-se ao seguinte DSD:



Aqui, observa-se que “questão central” é determinada por “crítica racional” e por “categorias de avaliações”. Este bloco semântico, localizado na parte superior do DSD, está em oposição ao bloco inferior que está assim representado: “Teoria lógica” determina “análise formal” e é determinada por “Lógica”, “dedutivo” e “demonstrativo”.

Mais adiante, no Recorte 5, tem-se a apresentação explícita de um novo modelo teórico-metodológico para o estudo do argumento. Novamente, é possível perceber que o autor parece ter a necessidade de demarcar o lugar teórico em que suas reflexões se situam, afastando-se de alguns domínios científicos para se aproximar do que vai se chamar “jurisprudência”.

Recorte 5: [...] para quebrar o poder de antigos modelos e analogias, vamos tratar de nos munir com um novo modelo. [...] Assim, deixemos de lado a Psicologia, a Sociologia, a tecnologia e a Matemática, ignoremos os ecos da engenharia estrutural e da *collage* nas palavras “fundamentos” e “suporte”, e tomemos a jurisprudência como nosso modelo. A lógica [...] é jurisprudência generalizada. Os argumentos podem ser comparados a processos judiciais (p. 10).



Nesse DSD, pode-se visualizar outras relações de sentido que são construídas no texto de Toulmin, a saber, “Processos judiciais” determina “novo modelo”. “Jurisprudência” (o modelo de referência adotado por Toulmin) determina “lógica” que, por sua vez, determina “novo modelo”. Este bloco de significações está em relação de antonímia com o que Toulmin chama de “antigos modelos” que é determinado por “psicologia”, “sociologia”, “tecnologia”, “matemática” e “engenharia estrutural”. Ou seja, os antigos modelos são modelos psicológicos, sociológicos, tecnológicos, matemáticos e modelos de engenharia estrutural.

No recorte seguinte, os procedimentos de reescrituração e de articulação permitem visualizar, de modo mais pontual, as filiações da proposta de Toulmin às ciências jurídicas.

Recorte 6: Nossa investigação visa a um objetivo semelhante: temos de caracterizar o que se pode chamar de “o processo racional” – os procedimentos e as categorias mediante os quais se podem discutir e decidir todas as “causas” (p. 10).

DSD-Y	ARGUMENTO		└ processo racional
	└	└	
	causas	uso	

Ou seja, “causas”, “uso” e “processo racional” determinam “argumento”.

Na sequência, no Recorte 7, observa-se que Toulmin propõe uma nova via para se investigar o uso dos argumentos partindo da lógica como uma espécie de jurisprudência generalizada. Este Recorte 7, de acordo com as análises, mostra, de certo modo, a relação que se estabelece entre o que está no DSD-X (estudo crítico do argumento) e o que está no DSD-Y (o que é o argumento).

Recorte 7: [...] ao tratar a lógica como jurisprudência generalizada e ao testar nossas ideias mediante a prática real de avaliar argumentos – em vez de compará-los com um ideal de filósofo –, podemos chegar a construir um quadro bem diferente do tradicional (p. 14).

lógica └	jurisprudência └	
	└	
	Prática real └	ARGUMENTO

Modelos tradicionais		

Verifica-se, a partir deste DSD, que “argumento” é determinado por “prática real” e por “jurisprudência” sendo que esta é determinada por “prática real” e determina “lógica”. Estas relações de determinação estão em relação de antonímia com os chamados “modelos tradicionais”.

Os DSD's expostos, em sequência, representam a rede de sentidos que se constitui em torno da palavra “argumento” na obra de Toulmin. A partir dos recortes apresentados e dos DSD's, pode-se verificar que há um esforço de Toulmin na direção de estabelecer um deslocamento de campo teórico para o estudo do argumento e não necessariamente de propor uma

teoria da argumentação. A questão central para este autor é criticar o modo como algumas teorias lógicas privilegiaram alguns tipos de argumentos que não, necessariamente, se fazem presente na argumentação do cotidiano. Para refutar a tese de que a lógica é uma ciência de argumento racional, Toulmin propõe a jurisprudência das ciências jurídicas em detrimento aos modelos tradicionais (oriundos da lógica formal). Com base no resultado desta análise, pode-se, portanto, compreender o motivo pelo qual a palavra “argumentação” não aparece na obra deste autor. Ou seja, em nenhum momento seu objetivo foi refletir sobre a argumentação como prática linguageira, mas sim discutir os domínios teóricos que teorizam sobre ela e sobre o uso do argumento. A proposta de Toulmin é, pois, a de buscar alternativas para o modo como os argumentos são utilizados no cotidiano e para o modo como esses usos são compreendidos e analisados pelos domínios teóricos, principalmente, por aqueles das ciências filosóficas.

“L’argumentation dans la langue”¹²

A teoria da “Argumentação na Língua” defende a ideia de que a argumentação está inscrita estruturalmente nos elementos da língua, ou seja, os enunciados apresentam um direcionamento, uma orientação argumentativa que objetiva encaminhar o interlocutor a determinadas conclusões. Para descrever e interpretar semanticamente essa orientação argumentativa, cumpre observar determinadas marcas, as marcas linguísticas da argumentação, que aparecem explicitamente na própria estrutura do enunciado. Para Ducrot (1981), o valor argumentativo de um enunciado não pode ser visto como uma consequência exclusiva das informações expressas por ele, visto que o enunciado

12 Para as análises, utilizamos a segunda edição publicada pela editora Mardaga, em 1988.

pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além do conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa aos enunciados, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção (DUCROT, 1981, p. 178).

Os “morfemas, expressões ou termos” a que se refere o autor, constituem as marcas da argumentação, que se configuram, principalmente, sob a forma de conectores, ou melhor, de operadores argumentativos. Além de fazer as devidas conexões entre as palavras e os argumentos do texto, os operadores argumentativos têm a função de orientar e de indicar a força argumentativa dos enunciados, isto é, apontar o sentido para o qual eles se direcionam. Ademais, de acordo com Plantin (1990), cabe aos operadores argumentativos colocar a informação do texto a serviço da intenção argumentativa global do locutor veiculada ao longo do texto, ou seja, são os operadores que determinam o valor argumentativo dos enunciados e orientam a direção da argumentação.

Considerando que esta teoria se apresenta inserida, fundamentalmente, nas ciências da linguagem, inicia-se a seguir o estudo sobre o funcionamento do sentido da palavra “argumentação” na obra *L'argumentation dans la langue*. Assim como se procederam as outras análises, toma-se o título como o primeiro recorte:

Recorte 1: “l'argumentation dans la langue”

Nesse enunciado, pode-se verificar, através do procedimento enunciativo da articulação, que os autores situam a argumentação como um componente, uma parte constitutiva da própria língua, “a argumentação na língua”. Nota-se aqui que a posição adotada por Anscombe e Ducrot, no que concerne à teoria da argumentação, muito se difere das propostas apresentadas pelos autores anteriores, uma vez que Anscombe e Ducrot não concebem a argumentação como uma técnica, uma retórica exterior ao processo de produção de sentido. Em

outras palavras, para Ducrot, a argumentação está inscrita no funcionamento da língua e assim quer ser considerada, apreendida e investigada.

Língua | ARGUMENTAÇÃO

De fato, os retóricos de plantão poderiam afirmar que a teoria de Ducrot apresenta-se como uma teoria instável já que, ao longo das últimas décadas, ela sofreu diversas alterações. Do ponto de vista adotado nesta pesquisa, considera-se que as reformulações ducrotianas no que diz respeito à argumentação devem ser compreendidas mais pela produtividade das pesquisas deste autor do que por suas possíveis falhas. A favor disso, tem-se o fato de que, apesar das ampliações e reescrituras teóricas, em nenhum momento, o autor abandonou a tese inicial, que nomeia a obra em análise, de que a argumentação está na língua e não fora dela.

No segundo recorte, observa-se que a palavra “argumentação” está reescrita a partir do título através de um procedimento de repetição:

Recorte 2: [...] l'argumentation, telle que nous la concevons, satisfait pour sa part aux deux conditions. Pour nous en effet, un locuteur fait une argumentation lorsqu'il présente un énoncé E1 (ou un ensemble d'énoncés) comme destiné à en faire admettre un autre E2 (ou un ensemble d'autres). Notre thèse est qu'il y a dans la langue des contraintes régissant cette présentation. (p. 8)

O procedimento enunciativo da reescritura da palavra “argumentação” aparece em dois momentos distintos no enunciado, a saber, “*l'argumentation, telle que nous la concevons, satisfait pour sa part aux deux conditions*” e em “*un locuteur fait une argumentation lorsqu'il présente un énoncé E1*”. Além disso, há também outra reescritura, agora por substituição no fragmento “*Notre thèse est qu'il y a dans la langue des contraintes régissant cette présentation*”. Assim, através do movimento das

paráfrases, é possível observar os desdobramentos da significação neste enunciado.

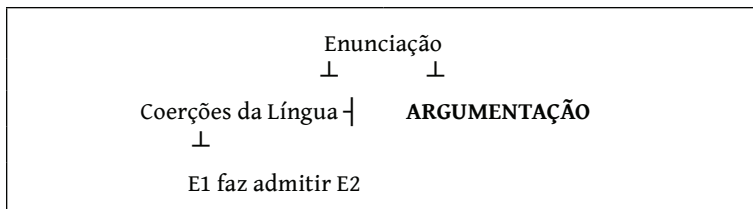
1' Argumentação é apresentar um enunciado E1.

1" O enunciado E1 é destinado a fazer admitir um enunciado E2.

1''' A argumentação é regida pelas coerções da língua.

De acordo com as paráfrases, compreende-se que a argumentação, ao se manifestar através da língua na enunciação, tem seu funcionamento regulado pelas coerções da própria língua. A utilização de termos como “locutor”, “E1”, “E2”, “enunciado” apontam para uma memória de sentidos que nos remetem à obra de Benveniste, linguista que investigou o funcionamento enunciativo da língua e promoveu o surgimento da linguística da enunciação.

Tomando como base o Recorte 2, foi possível representar os sentidos de “argumentação” no seguinte DSD.



Ou seja, “enunciação” determina “argumentação” e “coerções da língua”. “Coerções da língua”, por sua vez, também determina o sentido de “argumentação” e determina ainda o sentido de “E1 faz admitir E2”.

Posto isso, segue-se à análise de outros recortes. O terceiro fragmento selecionado aponta, de modo mais específico, para as relações semânticas que se estabelecem entre argumentação e estrutura linguística.

Recorte 3: Les enchaînements argumentatifs possibles dans un discours sont liés à la structure linguistique des énoncés et non aux seules informations qu'ils véhiculent. (p. 9)

A partir das paráfrases, observa-se que, para Anscombe e Ducrot, a argumentação é determinada pela estrutura da língua. Dito de outra forma, haveria na língua elementos e modos de funcionar que colocam a argumentação em funcionamento. Nesta perspectiva, à medida que se enuncia, argumenta-se.

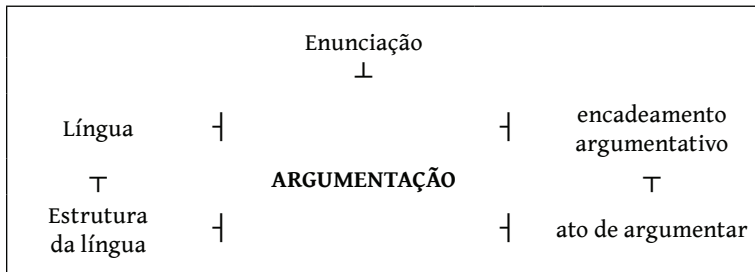
3' A argumentação é feita de encadeamentos argumentativos.

3" Os encadeamentos argumentativos em um discurso são ligados à estrutura linguística dos enunciados.

3''' A argumentação é determinada pelas coerções da língua.

3'''' A argumentação é determinada pela estrutura linguística.

A fim de dar mais visibilidade ao jogo semântico posto em funcionamento neste recorte, apresenta-se, abaixo, outro DSD:



Nesse DSD, “estrutura da língua” determina o sentido de “língua” e ambas determinam o sentido de “argumentação”. Esta, por sua vez, determina “encadeamento argumentativo” e “ato de argumentar”. Observa-se ainda que “ato de argumentar” determina o sentido de “encadeamento argumentativo”. Nesta representação, é possível perceber os laços semânticos que estão em funcionamento no recorte analisado de modo que o sentido de uma palavra afeta, restringe e/ou amplia o sentido de outras a sua volta. Pode-se dizer que aqui há uma espécie de

circuito de determinação em que a rede de sentidos se produz de modo que a significação gira e volta a ecoar na relação língua/enunciação/argumentação.

Conforme destacado anteriormente, para Ducrot e Anscombe, a argumentação não pode ser compreendida como um fenômeno de linguagem externo à língua. Sobre isso, no Recorte 4, a seguir, observa-se que, ao falar dos encadeamentos argumentativos, os autores diferem sua proposta teórica do que chamam de “*rhétorique extra-linguistique*”. Nota-se aqui que argumentação aparece reescrita através da expressão “encadeamentos argumentativos” e, mais adiante, o sentido de argumentação já desliza na textualidade para “*d’un acte de langage particulier, l’acte d’argumenter*”.

Recorte 4: C’est ce qui nous justifie de relier les possibilités d’enchaînements argumentatif à une étude de la langue et de ne pas les abandonner à une rhétorique extra-linguistique. Pour nous, elles sont déterminées au travers d’un acte de langage particulier, l’acte d’argumenter [...]. (p. 15)

A partir das paráfrases, observa-se os movimentos de sentido da argumentação na teoria de Ducrot e Anscombe.

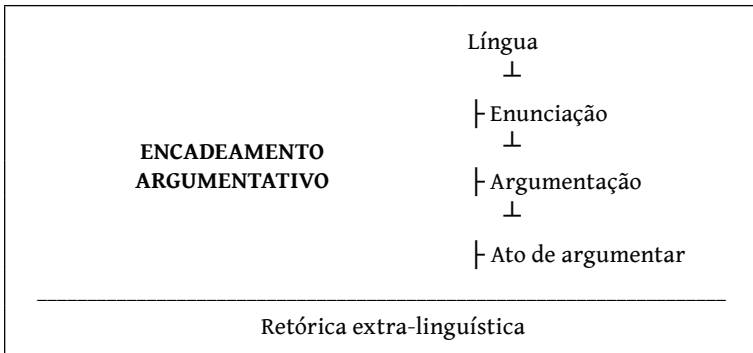
4’ As possibilidades de encadeamentos argumentativos são ligadas à língua.

4” O encadeamento argumentativo é produzido na língua.

4''' Argumentação é o encadeamento argumentativo.

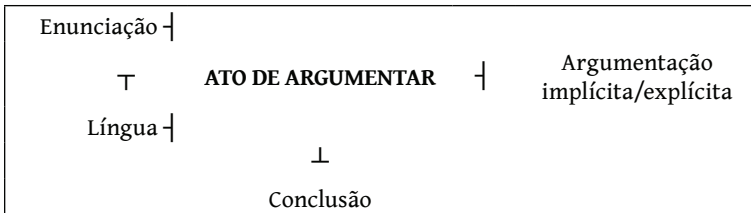
4'''' O encadeamento argumentativo é o ato particular de argumentar.

Chega-se assim a seguinte representação:



Nessa sequência de análise, observa-se que “língua” determina enunciação que determina “encadeamento argumentativo” e “argumentação”. Esta, por sua vez, determina “encadeamento argumentativo” e “ato de argumentar” que também vai determinar “encadeamento argumentativo”. Toda essa rede de significação coloca novamente em funcionamento o que se chamou, anteriormente, de circuito de determinação, a saber, o sentido de uma palavra afeta o sentido de outra numa espécie de “efeito dominó”. Dito de outra forma, trata-se de um ir e vir de relações de significação que parecem ter por função homologar a tese de Anscombe e Ducrot de que a “argumentação está na língua”. Tese esta que se confirma, ainda neste mesmo DSD, quando se observa que essas relações semânticas descritas aqui acima estão em relação de antonímia com “retórica extra-linguística”.

A partir deste recorte, compreende-se que pensar sobre o sentido da palavra “argumentação” em Anscombe e Ducrot conduz a refletir sobre a relação que se estabelece entre a palavra “argumentação” e aquilo que os autores estão chamando de “ato de argumentar”.



Nesse DSD, além de se confirmar o que já havia sido exposto e analisado nos DSD's anteriores no que diz respeito às relações semânticas que se produzem entre “Enunciação”, “língua” e “ato de argumentar”, observa-se que “ato de argumentar” determina ainda “argumentação explícita/implícita” e “conclusão”. Toda essa rede de significação exposta neste DSD incide sobre o DSD da palavra “argumentação” apresentado no Recorte 3.

Considerações finais

Ao estudar o(s) sentido(s) produzidos em torno de “argumentação” nas obras que compõem o *corpus* deste estudo, buscamos compreender, a partir de uma perspectiva enunciativa, as relações de sentido que são produzidas, no e pelo acontecimento da enunciação, e colocadas em funcionamento em um dizer específico sobre a argumentação em Perelman e Olbrechts-Tyteca, Toulmin, e Anscombe e Ducrot.

No caso da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, a partir das análises realizadas, observamos que as relações de determinação semântica da palavra “argumentação” foram construídas levando em consideração um memorável da Retórica Clássica. Esse memorável foi retomado e ressignificado projetando novos sentidos para a argumentação no século XX. Assim, a “argumentação” em Perelman e Olbrechts-Tyteca, ao ser determinada pela verossimilhança, inscreve-se no domínio da controvérsia, no domínio da opinião, das discussões, do embate e do conflito que permeia as relações sociais, políticas e econômicas de nosso

tempo. O sentido da “argumentação” ressignifica o exercício da persuasão e reafirma que a força do simbólico, o poder da palavra, se sobrepõe à força física, o poder da violência.

Observando a rede de significações na obra de Toulmin, verificamos que este modelo se propõe a repensar teoricamente o lugar para a argumentação nas ciências humanas, distante da lógica formal, da argumentação filosófica, e mais próxima do uso cotidiano. Trata-se, pois, de um modelo de ruptura teórica com a lógica formal e com as ciências matemáticas em que se busca uma abordagem mais racional e em que se utiliza da jurisprudência das ciências jurídicas para fundamentar um modelo de estudo da argumentação. Assim, o sentido da “argumentação” que pode ser apreendido a partir das análises é justamente aquele da ruptura com os sentidos atribuídos a ela pelas ciências lógicas e matemáticas. Nessa perspectiva, a reflexão proposta pelo autor tomou como ponto de partida argumentação “ideal” e “exata” dos lógicos e dela se distinguiu à medida que deu lugar a um modelo de argumentação mais próximo do real. Trata-se da argumentação racional que se aproxima da prática de linguagem. A partir das análises, compreende-se que as relações semânticas em torno da “argumentação” na obra de Toulmin apontam para uma importante diferença que deve ser considerada: a saber, a distinção entre o objeto de estudo, a argumentação, e a teoria na qual este objeto é investigado.

Na obra de Anscombe e Ducrot, o sentido de “argumentação” coloca em funcionamento um memorável que diz respeito justamente ao próprio movimento das ciências da linguagem. De modo mais explícito, referimo-nos aqui à questão do estruturalismo, da teoria de enunciação e a teoria dos atos de fala. Os autores ressaltam que a argumentação, compreendida aqui como prática linguageira, objeto de estudo, por estar presente na própria língua, não estabelece relação com aquilo que chamam de “retórica extra-linguística”. Neste ponto, pode-se dizer que

o sentido de “argumentação” na teoria de Anscombe e Ducrot distancia-se daqueles sentidos observados nas outras obras.

De acordo com as análises, as três obras tiveram de romper com a discursividade de determinados domínios teóricos para instaurar novos e outros sentidos para a argumentação, seja como teoria, seja como objeto de estudo. Trata-se, pois, do funcionamento político e histórico do(s) sentido(s) que, no acontecimento de dizer, precisa romper, dividir, funcionar na contradição para assim significar diferentemente, ressignificar na temporalidade deste acontecimento. Tem-se assim que o(s) sentido(s) de argumentação nestas obras trabalham incessantemente o dizer reescriturado. O antigo repaginado no parafraseamento de textos que, uma vez enunciados no presente dessas enunciações, abrem novas possibilidades de significação em função das condições de produção em que o acontecimento de dizer se inscreve.

Nesse sentido, dizer qual é (ou quais são) o(s) sentido(s) da argumentação no século XX significa considerar o processo incansável de formulação, de circulação e (re)produção da argumentação neste período. Significa ainda considerar suas rupturas epistemológicas que se produzem impulsionadas pela história, pela sociedade e pela linguagem. O(s) sentido(s) de argumentação no século XX coloca(m) em funcionamento, portanto, redes de significação que ora se aproximam ora se distanciam e que passam necessariamente pela linguagem, pelo litígio, pelo simbólico, pelo real da língua que se atualiza constantemente em função das condições históricas, políticas e ideológicas do acontecimento de dizer. Cada obra e cada domínio científico traz consigo um conjunto de contribuições para se compreender o fenômeno da argumentação, seja pela proposta de uma nova teorização, seja pela perspectiva de uma nova abordagem deste objeto de estudo.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. L'argumentation dans la langue. **Langages**, Paris, n. 42, p. 5-27, 1976.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'Argumentation dans la langue**. 2. ed. Bruxelles: Mardaga, 1988.
- BERTRAND, Denis. **Parler pour convaincre**. Paris: Gallimard, 1999.
- BERTHELOT Jean-Michel. Compte-rendu: Alban Bouvier, *L'argumentation philosophique. Étude de sociologie cognitive*. **Revue française de sociologie**, n. 37, v. 4, p. 651-653, 1996.
- BOUVIER, Alban. **L'argumentation philosophique**. Études de sociologie cognitive. Paris: PUF, 1995.
- BOUVIER, Alban. **Philosophie des sciences sociales**. Un point de vue argumentativiste en sciences sociales. Paris: PUF, 1999.
- BREAL, Michel. **Ensaio de semântica – Ciências das significações**. Tradução: Aída Ferrás *et al.* Campinas: RG, 2008.
- BRETON, Philippe. **L'argumentation dans la communication**. Paris : La Découverte, 1996.
- DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**. Tradução: Maria Aparecida Barbosa *et al.* São Paulo: Global, 1981.
- GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo. Domínio Semântico e Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo. **A Palavra: Forma e Sentido**. Campinas: Pontes, 2007. p. 77-96.
- GUIMARÃES, Eduardo. A enumeração funcionamento enunciativo e sentido. **Cadernos de Estudo Linguísticos**, Campinas, n. 51, v. 1, p. 49-68, 2009.
- HABERMAS, Jürgen; RAWLS, John. **Débat sur la justice politique**. Tradução do inglês e do alemão: Rainer Rochlitz. Paris: CERF, 2005.
- KLINKENBERG, Jean-Marie. **Les sens rhétorique**. Essais de sémantique littéraire. Bruxelles: Les Eperonniers, 1990.
- MEYER, Michel; LEMPEREUR, Alain (dir.). **Figures et conflits rhétoriques**. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles, 1990.

- MOSCA, Lineide Salvador (org.). **Retóricas de Ontem e de Hoje**. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? **Linguística: questões e controvérsias**. Série Estudos 10. Uberaba: FIUBE, 1984, p. 9-26.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Traité de l'argumentation: La nouvelle rhétorique**. Paris: PUF, 1958.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de Argumentação: A nova retórica**. Tradução: Maria de Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PLANTIN, Christian. **Essais sur l'argumentation**. Paris: Kimé, 1990.
- PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- TOULMIN, Stephen E. **The Uses of Argument**. Cambridge: Editora Cambridge University Press, 1958.
- TOULMIN, Stephen E. **Os usos do argumento**. Tradução: Reinaldo Guarany. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- VIGNAUX, Georges. **L'argumentation: Essai d'une logique discursive**. Genève: Droz, 1976.

Humor na rede: retórica e polêmica

Luiz Antônio Ferreira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ana Cristina Carmelino
Universidade Federal de São Paulo

Internet, polêmica e humor

Em tempos de redes sociais e Internet avassaladoras, qualquer discurso se marca fortemente pelas tintas da paixão. Um tema banal pode ganhar, nas rapidíssimas trocas de mensagem entre internautas, virulência tal que a retórica, como a conhecemos tradicionalmente – um espaço de saudável troca dialética de ideias – se abala respeitosamente para dar espaço às manifestações violentas de ódio, de preconceito inescandível, de ideologias mal conformadas. O banal se transmuta em essencial e o processo de autoria fluida impregna Twitter, Facebook, WhatsApp e tantas outras redes sociais de divulgação de um fato do mundo.

Uma onda cinética, eivada de medo, para uns, e de ousadia, para outros, dissemina opiniões que se desdobram em difamações, boatos e intrigas indomáveis na fala de detratores arditos. Uma língua ferina, sem compromisso algum com a verdade, pode desmontar o *ethos* de uma pessoa com uma palavra, uma

expressão, um parágrafo e, pior, disseminar o seu dizer com uma velocidade capaz de atingir um auditório universal em questão de minutos. Situações polêmicas são instauradas com veemência e a voz que eclode nas ondas da Internet surge, de forma apócrifa, institucionalizada, autoritária, autorizada, lúdica com menor ou maior vigor, mas sempre vigorosa. O auditório, muitas vezes perplexo, se vê pronto para julgar o que, nem sempre, não seria de sua competência. Sente-se envolto em uma bolha opinativa que suscita aprovação ou reprovação, participação ou refreamento de imagem e, de qualquer modo, o belo e o feio, o justo e o injusto, o moral e o imoral, o certo e o errado se interpõem como valores que precisam ser ferrenhamente defendidos. Discursos se acomodam em gêneros discursivos distintos e se disseminam nos blogs, nas notícias da mídia *on-line*, nas fotos e vídeos do WhatsApp, nas frases de filósofos nomeados que jamais disseram o que se diz que afirmaram. Nesse movimento discursivo, altamente retórico, impõe-se, na base, o verossímil.

Por outro lado, sempre com a paixão norteando o dizer, uma campanha para arrecadar fundos para comunidades carentes, o apelo para encontrar uma criança perdida ou para salvar um doente em estado grave pode impactar positivamente um auditório e, assim, para muito além do dizer, o discurso impulsiona o fazer-criar e o fazer-fazer. Como uma Ágora multidimensionada da contemporaneidade, as ondas da Internet funcionam como o reduto primordial da palavra no mundo democrático. Quando utilizadas para persuadir, movem-se retoricamente e são passíveis de análise. Quando descambam para a violência tola de fanáticos por um time ou por uma cor partidária podem instaurar uma guerra verbal, mas não uma retórica de guerra, aquela que se pauta por princípios argumentativos, por meio de provas, argumentos e raciocínios dignos de homens que defendem um ponto de vista e aceitam, nas regras do debate proposto, ouvir a opinião contrária. Uma arma fundamental nessa retórica que se instaura a partir de um fato polêmico é a produção da graça na Internet.

Este texto busca refletir sobre formas e condições de produção do humor nos meios digitais para realçar o caráter não apenas operativo, vigilante, fluido, mas, sim, polêmico, muitas vezes arrojado e audacioso, que caracteriza o ato de argumentar por meio dos recursos humorísticos na Internet. A proposta é pensar como o engraçado – seja no sentido canônico de graça, seja por nuances semânticas outras, pode assumir¹ tons de zombaria, humor, comicidade, ironia, sátira, farsa, grotesco e ridículo (ALBERTI, 1999) que, por suas características intrínsecas e constitutivas aparecem como um elemento difuso na rede.

A reflexão será sustentada tanto por conceitos de teóricos do humor quanto por pressupostos da Retórica e da Nova Retórica. Para desenvolvê-la, em termos metodológicos, analisaremos um caso específico a fim de mostrar como um acontecimento gera instantaneamente, por parte do auditório-orador atento, diferentes produções humorísticas e como tais produções são difundidas. O episódio-fonte que norteará a reflexão ocorreu durante o carnaval brasileiro, em fevereiro de 2019: dois tuítes postados pelo atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro², do Partido Social Liberal (PSL), geraram polêmica de proporções mundiais.

1 Conforme atesta Alberti (1999), a vasta nomenclatura aplicada ao universo do riso gera dificuldades aos pesquisadores que tomam como objeto de estudo qualquer material risível, tendo em vista que zombaria, humor, cômico, ironia, sátira, farsa, grotesco e ridículo, entre outros termos, designam categorias que se sobrepõem em diferentes teorias; provocando, muitas vezes, dúvidas quanto à denominação do objeto do riso. Nesse sentido não faremos distinção entre os termos aqui usados.

2 Foi deputado, ao longo de quase 3 décadas e 7 mandatos, tendo aprovado dois projetos de sua lavra e integrado 7 legendas partidárias distintas. Apesar de sua rápida passagem pelo PTB (2005) e pelo PFL (2005), sempre se filiou a partidos do chamado “centrão” alcunhados como “nanicos”, por seu baixo número de filiados e de eleitos: PDC (1988-1993), PPR (1993-1995), PPB (1995-2003), PSC (2005-2016), flertou com a sigla ‘Patriotas’ (2017) até filiar-se ao PSL (2018), com o qual disputou e se elegeu presidente da República.

Próximo a contabilizar três meses de gestão após a posse, Bolsonaro extraiu uma cena de homens em atos obscenos em bloco isolado na cidade de São Paulo³, publicou-a em sua conta no Twitter e tratou o caso como síntese do que teria se transformado a festa mais popular brasileira. O texto, com 280 caracteres, acompanhado do vídeo pornográfico⁴, dizia: “Não me sinto confortável em mostrar, mas temos que expor a verdade para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades. É isto [sic] que tem virado muitos blocos de rua no carnaval brasileiro. Comentem e tirem suas conclusões” (cf. Twitter, 5 mar. 2019, às 20h08). As reações na Internet foram imediatas. O universo da *doxa* movimentou-se nervosamente. No dia seguinte, Bolsonaro perguntou, pelo mesmo veículo, aos seguidores o que significava “*golden shower*”⁵ (cf. Twitter, 6 mar. 2019, às 9h26), algo autoexplicativo para quem vira a cena no vídeo.

É preciso destacar que a comunicação política de Bolsonaro (seja em período de campanha eleitoral, seja após ser eleito) sempre tendeu a centrar-se nas plataformas virtuais – no Twitter, no Facebook e no mensageiro WhatsApp. Ao explorar esses recursos, o trabalho administrativo do presidente se alinha às modernas formas de interação (que se valem do simulacro de familiaridade, de intimidade e de espontaneidade próprios dos usos das redes sociais) e se caracteriza, especialmente, por opiniões (ou gostos), posições (ou moral) e questionamentos (ou ignorância) típicos da intimidade.

Para nossos propósitos, filtraremos, portanto, o humor em situações consideradas polêmicas, aquelas nascidas do

3 A imagem mostra dois homens dançando sobre a estrutura de um ponto de táxi em São Paulo. Um deles urina na cabeça do outro, segundos depois de o companheiro exibir seu aparelho excretor, insinuando penetração anal (cf. LIMA; FILGUEIRA, *IstoÉ*, 13 mar. 2019).

4 O vídeo, publicado em 5 de março de 2019, está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F4GEmIi0tJY>.

5 A expressão em inglês *golden shower*, conhecida como “chuva dourada”, remete a uma prática fetichista que envolve urina (urofilia) (cf. PAIVA, *Carta Capital*, 13 mar. 2019).

choque – muitas vezes brutal – entre opiniões antagônicas, ligadas sobretudo ao desacordo, ao dissenso (cf. AMOSSY, 2017). Consideraremos, sobretudo, a polêmica como um ato retórico, pois, se configura num ambiente democrático, em que o *ethos* dos oradores se ressalta sobremaneira para infundir conformações patéticas no interior de um auditório particular ou universal. Nesse sentido, o humor, a graça e suas arestas intencionais são vistas como discursos persuasivos. É, pois e em resumo, sobre a retórica da guerra pelo riso que pretendemos refletir neste texto.

Polêmica e Retórica na Internet

Algumas palavras, hoje, em tempos de comunicação pela Internet, merecem estudo acurado: intempestividade, truculência, adequabilidade e passionalidade exacerbada. Para pensar, escrever e clicar para o mundo poucos segundos bastam. A velocidade das postagens, então, reflete o sensível imediato. Os segundos de autoria podem se transformar em horas e horas de comentários ligados a relações racionais ou irracionais de um evento manifestado publicamente por um orador intempestivo, truculento ou passional. A virulência midiática tem consequências: as paixões podem obnubilar o racional e exaltar o demasiadamente sensível. Os critérios necessários para demonstrar compreensão e justificativa para atos de nossa vida social fragilizam-se retoricamente, pois a velocidade utilizada pode colocar em segundo plano as reações do auditório. Quando o orador perde os critérios para julgamento, sujeita-se a críticas muito incômodas, vindas de um auditório ávido por traduções de nossa realidade social. A parcialidade trunca muitas e muitas vezes a tolerância, a amabilidade, a simpatia e até a magnanimidade do auditório. A polêmica, nesses casos, se instaura.

O resultado na mídia é uma série de manifestações patéticas em resposta aos criadores de hábitos e pregadores de moral social que manifestaram, num gesto intempestivo, apenas um ângulo entusiasmado e parcial de uma questão

maior. A velocidade da comunicação traz consigo também a falta de moderação, coerência, ordem e respeito, quando auditório e orador se digladiam em dissensos e polêmicas. A mesma velocidade, porém, caracteriza o tempo de duração da polêmica na Internet: a efemeridade. Quando melhor julgadas, as polêmicas verbais pouco tempo depois, desaparecem, são apagadas fisicamente ainda que deixem no ar resquícios de uma discussão acirrada sobre um tema nem sempre fundamental para o destino dos homens sob a vigilância do Estado.

Ressalte-se, nessa perspectiva, que os mesmos motivos que geram polêmicas funcionam como gatilhos para manifestações bem-humoradas que procuram provocar o riso a partir dos costumes humanos. A velocidade e a intempestividade têm relevância retórica. Consubstanciadas em raiva e bom humor, as polêmicas revelam dose significativa do que entendemos por ser social.

O gatilho da polêmica

O exemplo a seguir possibilita ilustrar a condição retórica ligada à intempestividade, à demonstração parcial de uma realidade e os poderes da velocidade internautica:



Fonte: Bolsonaro, Twitter, 5 mar. 2019, às 20h08

Para divulgar o tuíte do presidente, a *Folha de S.Paulo* assim se posicionou:

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) publicou nesta terça-feira (5) em sua conta oficial no Twitter um vídeo de uma cena que causou polêmica no Carnaval paulistano. Um homem aparece dançando sobre um ponto de táxi após introduzir o dedo no próprio ânus. Na sequência, surge outro rapaz que urina na cabeça do que dançava.

Em sua publicação, Bolsonaro diz que não se sente “confortável em mostrar”, mas argumenta que tem “que expor a verdade para a população ter conhecimento e sempre tomar suas prioridades. É isto que tem virado muitos blocos de rua no carnaval brasileiro. Comentem e tirem suas conclusões [conclusões]”.

Nos comentários à publicação do presidente, críticos do presidente e até mesmo alguns que se identificam como apoiadores dele têm lamentado a iniciativa de publicar o vídeo. (SETA, Uol, 5 mar. 2019).

O foco polêmico, a julgar pelos comentários do jornal, centrou-se na adequabilidade ou não da publicação do vídeo. O aspecto moral, acentuado pela fala do orador, ficou, temporariamente, em segundo plano. Mas os temas polêmicos se conformam em gêneros discursivos muito diferentes e, desse modo, editoriais, notícias, crônicas, textos opinativos, charges, tiras, *fake news*, comentários em *microblogs* moldam o que entendemos por realidade e, de modo menos ou mais explícito, revelam intencionalidade. A polissemia do discurso atinge auditórios variados em qualquer sentido, amplifica o real imaginado e conforma ideias e ideais numa dependência direta da força oratória de um autor na rede. Visto como um espaço privilegiado da *doxa*, os gêneros discursivos são, então, moldes persuasivos de rapidez incontrolável e, por consequência, um ato retórico, conformado no Twitter, por exemplo, pode instaurar uma polêmica também multidimensionada, nascida e impregnada de contornos subjetivos, grupais, organizacionais e estatais cujo objetivo último é registrar desacordos profundos de opiniões sobre o mundo e, em muitos casos – como mostraremos – fazer rir para persuadir. Retórica, humor e polêmica,

então se entrelaçam fortemente nas mídias sociais para exaltar ou aviltar um esforço de consolidação do *ethos* de um orador.

O diálogo dos surdos

A retórica incita os “humores”, uma vez que é capaz de sedimentar ou alterar estados de espírito, mover a disposição e modificar temperamentos. A reportagem da *Folha de S.Paulo* avalia o ato retórico do orador como “polêmico” (no carnaval paulistano). No plano retórico, a generalização de um acontecimento isolado, considerado metonimicamente como uma prática geral, e o argumento *ad hominem* tentam refletir, pelo ato retórico postado no Twitter, o que seria da responsabilidade de um governante: firmeza e empenho para obter moderação, ordem e respeito e decoro no Estado. Por alguma razão, motivada muito provavelmente pela intempestividade e pela paixão da raiva (o presidente estava sendo aviltado por alguns blocos carnavalescos na ocasião⁶), o orador, apesar de afirmar estar desconfortável, ao postar sua mensagem colocou o auditório como juiz e o incitou a estabelecer suas “prioridades”.

A forma de publicação, ao abandonar os recursos de um governante (lei, projetos de lei, deliberações), excitaram os tentáculos polêmicos e as postagens em resposta não demoraram a surgir, nem sempre racionalizadas ou educadas, mas com grande carga passional. Como afirma Angenot (2008),

6 Lima e Filgueira (*IstoÉ*, 13 mar. 2019, p. 27), destacam, entre os malogros experimentados pelo governo, “a taxa de aprovação de apenas 38,9%, depoimento de Fabrício Queiroz confessando a rachadinha” no gabinete do filho de Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, os protestos contra o mandatário, quando vozes se levantaram país a fora; o pretexto de condenar a pseudo-devassidão dos blocos de rua era para exibir seu rancor pelas críticas recebidas pelos foliões. Os esquemas de candidaturas laranjas envolvendo gente de confiança de Bolsonaro acabou sendo alvo de galhofa no Carnaval: diversos blocos de rua e foliões se pintaram de laranja e produziram marchinhas às quais um presidente jamais havia se deparado”.

baseado em São Jerônimo, os adversários de ideias acabam por se ver, uns aos outros, como loucos. Observe-se, nas postagens a seguir, que há desvios temáticos, inverdades (“*crianças que votam nele*”) que apenas acentuam uma sensível supressão de lógica argumentativa (cf. ANGENOT, 2008). Tais argumentos, no caso em análise, baseados na estrutura do real (cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996), valem-se de uma realidade para determinar as conexões que o orador pretende estabelecer com seu auditório. Como se sustentam na ligação entre coisas e fatos, não se apoiam na lógica, mas na experiência, nos elos reconhecidos pelos oradores entre os elementos por sucessão (causa e efeito) ou por coexistência (associar o caráter de uma pessoa a seus atos).

De qualquer modo, nas postagens a seguir, o orador é considerado como incapacitado, incompetente e desqualificado. A polêmica se constrói então em torno de “desacordos fundamentais” quanto ao que é racional, evidente, demonstrável, cognoscível, uma vez que as ideias não formam mais uma base comum e se tornam um “diálogo de surdos” (cf. ANGENOT, 2008):

“O cara usa o Twitter para falar com as crianças que votam nele e posta um vídeo desses. JÁ DENUNCIEI. TwitterBrasil bloqueia logo a conta desse incapacitado!”, diz um usuário. (SETA, Uol, 5 mar. 2019)

DANIEL BUTTELLI HENRICKSON - 7.mar. 2019 às 11h30

Esse indivíduo vai receber mais de 30 mil por mês para o resto da vida para não fazer mais nada a não ser ficar postando coisas que não interessam para um presidente de nação. Ele tenta desviar a atenção de sua falta de programas para o país e sua incompetência em governar. Escolheram um desqualificado desses para ocupar o cargo mais importante da nação. Serão quatro anos de atraso. (SETA, Uol, 5 mar. 2019)

A repercussão foi grande e veloz. As opiniões, manifestadas nos principais jornais do mundo, confirmam o caso polêmico: o presidente “errou no tom, no modo, no alvo e mesmo no tema, que mais a mais, não deveria estar no radar de assuntos afeitos à presidência da República” (MARQUES, *IstoÉ*, 13 mar. 2019, p.

14). Nas redes sociais, a *hashtag* #ImpeachmentBolsonaro liderou as *trending topics*. Uma reportagem da revista *IstoÉ* (LIMA; FILGUEIRA, *IstoÉ*, 13 mar. 2019) trouxe manchetes de alguns jornais do mundo afora, como *The New York Times* (“o presidente da quarta maior democracia do mundo que se dedicou a aberrações”), o britânico *The Guardian* “Bolsonaro foi ridicularizado na aparente tentativa de revidar críticas. Provocou indignação e nojo”, *The Independent* (“O presidente quis saber o que era ‘Golden shower’”) e *El País* (“A maior economia da América latina, com seus 200 milhões de habitantes, assiste atônita a outro excesso de um político que havia abaixado o tom que caracterizou sua carreira política até a vitória eleitoral. O mandatário conservador causa vergonha e indignação”).

Houve, no entanto, postagens que defenderam a atitude do presidente de forma veemente, mas, como costuma acontecer nesses casos de desacordo, nem sempre o tema da polêmica fica no centro do debate:

COLOMBO MELO - 6.mar. 2019 às 11h02

Estou descansando dos 4 dias de sodomia e desrespeito aqui na minha rua. Gente fazendo suas necessidades à vista de todos, danças e gestos pornográficos entre pessoas do mesmo sexo e de sexos opostos, palavras, total desprezo pelos valores da família. Os derrotados nas eleições de 2018 estão furiosos com o Bolsonaro e aproveitar-se-ão de qualquer bobagem para fazer estardalhaço e minar sua popularidade. Mas não vão conseguir. A imensa maioria da população está de acordo com o que ele fez. (SETA, Uol, 5 mar. 2019)

ERATOSTENES ARAUJO - 6.mar. 2019 às 23h39

O conteúdo do vídeo é nojento. Gostei do Bolsonaro tê-lo divulgado. Dei meu voto p/ele nas últimas eleições acreditando q ele iria desmascarar e combater o crime, a corrupção e a imoralidade hoje predominantes em nosso País Vamos em frente Capitão Selva. Aço! #BolsonaroTemRazão (FERNANDES, Uol, 6 mar. 2019)

O ato retórico, empreendido no tuíte de Bolsonaro, pretendia conclamar a razão social, pelo *logos*, para ressaltar, na

constituição do *ethos*, duas preocupações: o caminho que conduz à degeneração dos valores e a necessidade de alcançar uma resposta moral para um “problema” que conspurca a festa e o povo que a promove. O lugar retórico explorado pelo presidente foi o da qualidade, balizada pela própria hierarquização do orador sobre valores morais que, supostamente, como foi apresentada pela voz de um conselheiro muito compenetrado, poderia estabelecer um acordo com os pares do auditório brasileiro. Havia, enfim, um argumento que, pela instauração do dissenso, pretendia mudar a disposição do auditório, alertá-lo para o que é considerado “verdade” (de forma genérica, a partir de um único exemplo) e exaltar, por dois ângulos, o lugar derivado do valor da pessoa, aquele que incide sobre o mérito (ou demérito) de um orador. O orador, compenetrado em sua seriedade, pretendia ressaltar a dignidade e o senso de justiça. De qualquer modo, o propósito maior era estabelecer hierarquias.

No entanto, a atitude de Bolsonaro liga-se ao aspecto moral que permeia o carnaval brasileiro. Sem contextualizar ou levar em conta que o Carnaval, pela tradição, consiste em “festejos populares e manifestações sincréticas oriundas de ritos e costumes pagãos, como as festas dionísicas, as saturnais, as lupercais” e se caracteriza “pela alegria desabrida, pela eliminação da repressão e da censura, pela liberdade de atitudes críticas e eróticas” (FERREIRA, 1999). O *ethos* do moralista, portanto, é altamente polêmico em um instante do calendário em que moral social sofre um relaxamento acentuado e a hierarquia de valores é subvertida em nome da folia, da fugaz liberdade de três dias de comemoração a Momo. A busca de um acordo pretendido pelo presidente se dirige a um auditório que, a seu ver, precisa hierarquizar “prioridades”.

O riso e a polêmica

A natureza do humor e sua intencionalidade em quaisquer circunstâncias sociais estende-se igualmente para a produção

de humor na “rede”, termo metafórico que se associa a um sistema de relações de toda espécie. Para Musso (2013, p. 34), rede consiste numa estrutura elementar de telecomunicações, cujo funcionamento leva em conta dois lados: “vigilância da circulação e circulação da vigilância”. Para os propósitos deste texto, a rede é considerada, juntamente com Weissberg (2013), como uma ferramenta veloz de difusão de conhecimentos, crenças, representações e práticas que estruturam o “ser conjunto” de uma sociedade. Quando o humorístico se exterioriza na Internet, sua criação, publicação e veiculação (replicação) não modifica o cerne do ato retórico investido, pois os textos engraçados sustentam-se sobre a retoricidade, ou seja, valem-se da “virtude que tem qualquer texto, em qualquer linguagem de ser persuasivo e dialético” (TRINGALI, 2014, p. 50).

Em seis de março de 2019, um dia depois de ter postado a mensagem com vídeo pornográfico no Twitter sobre o Carnaval brasileiro, aparentemente alheio às críticas e elogios que recebera, o presidente lançou uma pergunta para o mundo (cf. BOLSONARO, Twitter, 6 mar. 2019, às 9h26), o que significava *golden shower*:



Fonte: Bolsonaro, Twitter, 6 mar. 2019, às 9h26

A pergunta do orador desencadeou o bom humor do auditório e as mais diversas formas de exploração do risível. Em busca da persuasão, os homens articulam a linguagem para fazer rir (*gratia, ae*). Se é inegável que o humor é um fenômeno universal (POSSENTI, 2010) e elenca características culturais, é preciso salientar, como afirma Bergson (2007), que possui função social. Nesse sentido, a graça pode estar vinculada a ações positivas de reciprocidade, como predisposição amigável, boa vontade, benevolência, simpatia, alegria, leveza, encanto (cf. FERREIRA, 2015), mas pode também ligar-se a ações não tão encantatórias, como o sarcasmo, o escárnio, a ironia ácida, o grotesco e causar dor, tristeza, impotência ou constrangimento. O resultado retórico obtido pelos argumentos ligados ao fazer rir revelam, então, o caráter perturbador das forças passionais.

Para nossos propósitos, destacaremos, por meio de alguns exemplos de textos/gêneros do campo do humor que circularam na Internet, como um ato retórico, seja ele banal ou não, ganha contornos polêmicos e o presidente-orador, que pretendia apenas externar, seriamente, uma opinião, não consegue mais controlar o auditório que fomenta a polêmica, sobretudo por meio de um humor cáustico, mas de intensa força persuasiva.

Desnotícia

A intensidade do efeito patético liga-se objetivamente à capacidade do orador de conhecer o limite de aceitabilidade do auditório e, com engenho, praticar um ato retórico que faça rir e, simultaneamente, provoque o *pathos* pretendido. Todo ato retórico que impulse o riso guarda em si uma dose de autocrítica, de crítica social, de exteriorização de uma visão racional ou passional da realidade. O tema polêmico, quando parodiado, pode tomar formas de conteúdo de outros textos para, com exploração do bom-humor, ironia e até deboche criar um contexto outro, mas verossímil:

BOLSONARO aprova medida para fundir Twitter e XVideos

CORRUPTOLÂNDIA, Brasil

“comentem e tirem suas próprias conclusões”, disse o presidente comemorando ao lançar o primeiro vídeo pornográfico na plataforma híbrida de Microblog/Site Pornô.

“eu só vejo gente falando merda nesse Twitter, e fico puto. Pelo menos o pornô ajuda a dar uma relaxada, talkei?” declarou o presidente em uma entrevista ao site O Antagonista.

Mas não acaba por aí: o projeto de lei nº 666/19 já segue para sanção presidencial. Este projeto prevê a inclusão do aplicativo de mensagens WhatsApp à nova plataforma. “No whatsapp só tem putaria mesmo”, explica Marco Feliciano, autor da lei.

EDIT: Jair Bolsonaro recebe dicas de Kama Sutra no Twitter muito mais eficiente que o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, nosso ilustre presidente já está expandindo as funcionalidades da nova plataforma: fórum para dicas de Kama Sutra. “O que é Golden shower?” foi o novo tópico debatido hoje nas redes sociais, demonstrando um grande engajamento do público na Rede Social/Red Tube/4chan.

Fonte: BOLSONARO aprova medida para fundir Twitter e XVideos, Desnotícia, Desciclopédia. Disponível em: https://desciclopedia.org/wiki/Desnot%C3%ADcias:Bolsonaro_aprova_medida_para_fundir_Twitter_e_XVideos. Acesso em: 18 jul. 2019

No senso comum, o humor tem por objetivo primeiro despertar o prazer humano. Por trás de gestos retóricos simples, porém, essa prática da sedução pelo risível é obtida por recursos ligados à articulação entre *delectare*, *movere* e *docere*, os três níveis de persuasão a que Cicerón (2002) chama de *Tria officia*, que se encontram entre os objetivos da retórica de qualquer tempo e assumem a palavra como um recurso de formação e de conformação do homem no mundo e, nesse sentido, mantêm estreita relação com a arte de educar.

A paródia acima corresponde ao termo que estudiosos contemporâneos denominam desnotícia, um gênero discursivo recente, publicado em sites e blogs, que mimetiza a notícia fatural e retrata, sem pretensão de verdade, eventos reais. Por parodiar notícias bem como os eventos que narra, subvertendo os fatos

com certo exagero, constitui um texto de humor. O exemplo em questão, veiculado no site humorístico *Desciclopédia*⁷, parodia notícias que circularam sobre os dois tuítes de Bolsonaro. A produção do humor, como se observa, está na comunicação não séria, caracterizada especialmente pela reprodução irônica, hiperbólica que atinge o grotesco, uma vez que inventa dados para revelar a fragilidade do que é parodiado (cf. PROPP, 1992). No plano retórico, a intenção da desnotícia é o *delectare* (agradar), que corresponde, na terminologia latina, a *placere*, aquele que seduz, encanta, deleita, entretém, realça a faculdade do gosto sem levar em conta a natureza verdadeira ou falsa de um fato do mundo.

Piada

Pela exploração do humor, o orador pode simular que pretende apenas despertar o riso pelo riso, mas, pelo veio discursivo, oculta a intencionalidade e caracteriza o brincar como forma de suavizar fatos sérios, graves e desagradáveis do mundo. Quando o desejo é corrigir a perversão, o uso do escárnio, como recurso retórico que objetiva vilipendiar, pode servir para criticar ou denunciar os desvios de comportamento de alguém ou dos membros de um grupo (cf. MINOIS, 2003; TRAVAGLIA, 2015). Enfim, os propósitos do orador podem não apenas ser diversos (debochar, ridicularizar, diminuir, violar, vilipendiar, engrandecer, enaltecer, louvar), como podem variar a intensidade.

Embora seja útil destacar as recomendações de Quintiliano (2015) sobre o desejo de fazer rir, por extensão, produzir humor – a graça tem o papel de conquistar a plateia, relaxá-la, diverti-la com propósito definido –, é preciso considerar que nem sempre o humor foi/é usado para tal fim. Na antiguidade, o riso foi

7 Lançada em 2006, a *Desciclopédia*, versão brasileira da *Uncyclopedia*, caracteriza-se por satirizar o site da *Wikipédia*. Define-se como “enciclopédia livre de conteúdo e que qualquer um pode editar”, evidenciando que material publicado não representa nenhuma verdade, serve apenas como sátira ou humor.

tratado pelos filósofos como um instrumento da retórica, uma forma de se impor perante o adversário, um signo da vitória, ironia e sarcasmo (cf. MINOIS, 2003).

Um gaiato respondeu à pergunta do presente sobre o que viria a ser “golden shower”: “É um termo em inglês para se referir a cheques depositados na conta da primeira-dama, referentes ao pagamento de um suposto empréstimo de 40 mil reais para quem movimentou 7 milhões em três anos, presidente. Chove ouro” (PAIVA, 13 mar. 2019, p. 26)

A piada se ancora na geração de uma surpresa, reveladora de uma situação inusitada que leva ao humor. No caso, reproduzido na revista *Carta Capital*, o elemento inesperado está na resposta à pergunta feita pelo presidente para o que seria *golden shower*. A resposta apresentada associa a expressão a outra, a de chover ouro (e não urina), numa clara vinculação à obtenção de bens e, por consequência, de riqueza. A tal chuva de ouro seria resultado do suposto (por sugerir ser real) empréstimo de 40 mil reais, dinheiro que o presidente afirma ter repassado a Fabrício Queiroz, ex-assessor de seu filho. Queiroz foi acusado pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) de ter movimentado R\$ 7 milhões entre 2014 e 2017 (o período de três anos mencionado na piada). A produção do humor deve-se, portanto, ao trocadilho feito com a expressão em inglês e sua tradução e ao fato de, ironicamente, vinculá-la à situação política referida. No caso, o orador faz rir por ter conquistado uma vitória, mostrar fraquezas do presidente (a ignorância), denunciando seu comportamento, já que o riso, como fenômeno social, pode ser classificado entre aqueles constantes da divisão feita por Hobbes: rir das próprias ações, das fraquezas do outro e dos ditos ou atos engraçados (cf. ALBERTI, 1999).

Meme

Tomar a palavra é um ato social que envolve compromissos e compreende um orador, um auditório e um discurso. Falar em retórica, portanto, é revelar *ethos*, é movimentar *pathos* e usar os recursos adequados na construção do *logos*. No que tange ao *ethos*, é preciso destacar dois aspectos que lhes são constitutivos, pois envolvem a questão da aparência do caráter do orador: um deles, fundado na moral, engloba as atitudes e virtudes nascidas da honestidade, benevolência ou equidade necessárias para obter persuasão. Outro, porém, de sentido mais neutro, refere-se aos hábitos, modos e costumes do orador.

Aristóteles (1991), em um dos capítulos de *Ética a Nicômaco*, no qual aborda as paixões, entende que a virtude moral corresponde a um “meio-termo entre dois vícios”, que seria um equilíbrio entre o excesso e a carência. Como exemplo, no que concerne ao prazer em proporcionar divertimento, o virtuoso seria o espirituoso, aquele que se distancia dos extremos, que seriam: o excessivo chocarreiro/bufão e o deficiente rústico, sem senso de humor algum. Mendes (2008) afirma que tais considerações inspiraram a classificação dos tipos cômicos da comédia, quais sejam: o impostor ou fanfarrão (*alazón*), o ironista ou autodepreciador (*eíron*) e o bufão (*bomolóchos*).

Ressalte-se que a graça é pré-requisito para alcançar qualquer um dos tipos citados e o intento é sempre o mesmo: fornecer instruções necessárias para o bom uso do risível no discurso. Desse modo, a produção do humor liga-se objetivamente à constituição do *ethos* do orador, uma vez que todo ato de expressão se efetua em um espaço social, sob determinadas condições de menor ou maior tensão, numa dependência direta do estatuto daquele que se apresenta no discurso, do papel que desempenha, da imagem que o orador fornece de si próprio por meio de seu discurso:



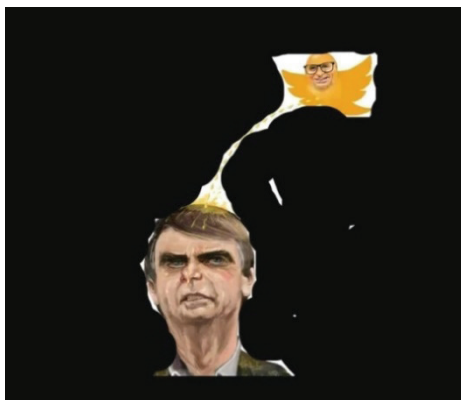
Fonte: <http://twixar.me/g0VT>

Os memes são considerados produtos digitais com características comuns de conteúdo, forma e/ou posição criados conscientemente pelos usuários da Internet e que circulam em forma de imitações/paródias/transformações através de múltiplos usuários na web (cf. SHIFMAN, 2014). O exemplo acima se pauta em frases que marcaram três presidentes brasileiros, cujas fotos são mostradas ao lado das declarações de cada um, dado que ajuda a desvelar *ethos* de cada uma das figuras. O primeiro, Michel Temer, afirmou que não renunciaria após revelação de conversas suas, gravadas clandestinamente, em que sugeria pagamento para comprar silêncio de político envolvido em caso de corrupção. A segunda citação, de Getúlio Vargas, é creditada à carta-testamento dele, divulgada após seu suicídio, em 24 de agosto de 1954. A terceira, de Jair Bolsonaro, reproduz a pergunta feita por ele no Twitter. O humor do meme está no caráter inusitado da última declaração. Ao contrário das duas frases anteriores, marcadas por fatos mais sérios – construção de *ethos* de seriedade –, a de Bolsonaro envolve tema que distancia muito da atuação de um presidente – e que, por isso, não se

espera ouvir dele. Valendo-se da falta de decoro, o presidente arranhou seu *ethos* e, na perspectiva dos oradores-humoristas agiu como bufão (*bomolóchos*).

Sticker

Docere é palavra latina correspondente a instruir, ensinar ou apontar. Praticar o *docere* é fortalecer a vontade por meio de argumentos racionais, por meio de provas indutivas (exemplos) ou dedutivas (argumentos) e declaração de fatos (cf. CICERÓN, 2002). Assim, podemos ver qualquer texto considerado humorístico como um esforço retórico para ensinar, encantar e mover por meio de vários recursos discursivos e estilísticos (*docere, probare, delectare, conciliare, movere, flectere*):



Fonte: Sticker, WhatsApp, s/d

A imagem acima é um *sticker*. O termo, do inglês, significa adesivo ou autocolante, mas tornou-se conhecido atualmente como as “figurinhas” *on-line*, criadas a partir de outras imagens (especialmente memes ou charges), por meio das quais os internautas se comunicam. Mais compacto que outras imagens, permite maior rapidez no envio e menor espaço de armazenamento no celular. O *sticker* em análise – produzido

com base em uma charge, criada pelo desenhista Aroeira e divulgada na imprensa e digitalmente – mostra dois rostos, o de Jair Bolsonaro e o do que parece ser o do ensaísta Olavo de Carvalho, creditado como o “guru” intelectual do presidente (Carvalho teve influência na indicação de nomes ministeriais e de decisões do executivo tomadas nos primeiros seis meses do governo). O ensaísta é mesclado ao corpo de um pássaro, semelhante ao do símbolo do Twitter. A diferença é que, ao invés de ser azul, foi feito com cores amareladas, para ficar próximo ao tom da urina. A linha que aparece entre a ave e a cabeça de Bolsonaro indicaria a trajetória da urina. Vem daí o humor: o presidente seria ele mesmo participante de um *golden shower*, só que realizado entre ele e Carvalho. Vemos, portanto, que os recursos midiáticos contemporâneos discursivos e estilísticos, como o *sticker*, fazem ecoar uma ideia, um argumento, um ponto de vista que busca convencer ou persuadir. Nesse sentido, o discurso humorístico envia sinais ligados ao desejo de provar uma suposta verdade do orador para conquistar a simpatia do auditório e movê-lo, influenciá-lo sentimentalmente de acordo com o tema e assunto que advoga.

Charge

Em retórica, as paixões são racionalmente provocadas. É o assunto que determina a intensidade das paixões do auditório e faz entender como o orador pode alterar as afecções ou emoções que são partes muito suscetíveis de alteração. Quintiliano (2015) registra que o risível pode desviar a atenção prestada aos fatos e suscitar no ouvinte circunstâncias propícias à calma e à amizade em busca da ausência de sofrimento. Tanto Cicerón (2002) como o próprio Quintiliano (2015) asseguram que o riso não é uma doutrina, mas uma forma de captação de afeto dos ouvintes em busca do sucesso na argumentação.

Na charge a seguir, o riso é provocado pela associação criativa de elementos estranhos à suposta resposta à pergunta

inicial do presidente. No entanto, mantém a principal característica do gênero: pela crítica, busca censurar “os excessos” e a “impostura” ou falta de compostura de Bolsonaro. Provoca, portanto, o fazer-creer, que movimenta as paixões humanas e as transforma, menos ou mais potentemente, em consonância com a exploração das paixões latentes no auditório.

GOLDEN SHOWER



Fonte: Duke, DomTotal, 7 mar. 2019

Golden retriever, ou somente *golden*, é o nome de uma raça de cães. É feita uma brincadeira a partir da designação do animal: há um cachorro (o *golden*) urinando (praticando o *shower*) no corpo de Jair Bolsonaro. O ato é explicitado ao leitor no topo do desenho (onde consta o enunciado *golden shower*). Ou seja, uma das possíveis respostas à pergunta feita pelo presidente no Twitter seria essa, e é também o que deflagra o humor.

Tira cômica

Amossy (2017) resume os caminhos da inserção do humor no dissenso: alertar para o bom funcionamento da democracia a

partir de um evento de natureza prática, que impacta a cultura no plano moral e ético e faz digladiar entre si duas concepções discursivas: o discurso dominante, consagrado, moralizador e conservador e o discurso instituinte, que admite mudanças tanto morais quanto sociais para benefício da ordem democrática. A despeito do gênero discursivo escolhido por cada orador para expressar, a sua maneira, uma posição conservadora ou liberal, é o razoável que se impõe discursivamente, por meio de uma argumentação passível de diminuir o dissenso para realçar a distância opinativa entre orador e auditório. Nesse sentido, provocar o riso é convocar a reflexão sobre os símbolos e sua representatividade na formação cidadã:



Fonte: Adão, A vida como ela yeah, Folha de S.Paulo, 7 mar. 2019

As tiras cômicas têm como marca a tendência de apresentarem um final inesperado, tal qual uma piada. No caso do exemplo, criado por Adão Iturrusgarai para o jornal *Folha de S.Paulo*, o humor segue essa característica e é revelado na cena final. A revelação surpreendente traz comicidade à narrativa. A história em quadrinhos feita por Iturrusgarai traz ainda outro dado na cena final, a frase “d’après todo mundo”, mostrada entre parênteses ao lado do primeiro nome do autor. Com base nela, pode-se depreender que o desenhista teria extraído humor da situação criada pelo presidente após várias outras pessoas já terem feito o mesmo. Embora a frase registrada pelo desenhista não tenha especificamente essa proposta, ela explicita uma marca muito comum de piadas lidas e ouvidas no Brasil, a de se

pautarem em um tema contemporâneo e circularem livremente histórias cômicas sobre ele.

Valendo-se da política difusa de divulgação de qualquer fato, ideia ou evento na rede, os oradores-autores-humoristas lançaram pontos de vista sob a capa de diferentes textos e gêneros do campo do humor. Como tomar a palavra é um ato social que envolve compromissos, revelaram imagens de si: os oradores-autores-humoristas de tais produções revelaram ora *ethos* de impostor (caso da desnotícia), uma vez que procuram enganar o auditório, não fazendo uma mentira passar por verdade, mas, para divertir, ora *ethos* de ironista (piada, charge, meme, *sticker* e tira cômica), visto que se caracterizaram pela crítica, buscando censurar a falta de decoro de Bolsonaro.

À guisa de conclusão

Os recursos midiáticos contemporâneos fazem ecoar uma ideia, um argumento, um ponto de vista que convence ou persuade, agrega, desagrega ou, até, manipula nervosamente os menos atentos às artimanhas do discurso. Para fomentar a polêmica, os oradores-autores-humoristas, vigilantes e audazes, conhecidos ou não, reconhecidos ou não, lançam na rede vieses interpretativos sob a capa de diferentes textos e gêneros do campo do humor. Instiladas por um vento midiático, as paixões são excitadas e provocam opiniões que, por sua vez, se alastram na mesma velocidade. Por meio de um conglomerado de atos retóricos, os acontecimentos são dramatizados, espetacularizados e, desse modo, oradores de todos os tipos e auditórios cada vez mais amplos se veem, interativamente, envolvidos num processo de persuasão generalizado por uma retórica efervescente e fluida. O humor, nesse processo, visto como paixão e argumento, por possuir capacidade de provocar dor e prazer, atinge as paixões humanas e as transforma menos ou mais potentemente, em consonância com a exploração das paixões latentes no auditório.

Os vigilantes de plantão percebem que, em determinados atos retóricos, o humor constrói seu próprio *script* e pode divertir com a estupidez, o absurdo, o ridículo, o rústico, o grotesco. Desse modo, o efeito humorístico pretendido pelos oradores dos exemplos mencionados é sempre uma manifestação de dissenso, natural da polêmica, entendido como uma divisão violenta ou profunda de sentimentos, de interesses, de convicções (cf. AMOSSY, 2017). É a *doxa* traduzida, de forma jocosa, tanto para explorar o discurso epidítico (no caso, para vilipendiar, detratar, diminuir), quanto para exortar o gênero judicial (em que se condena alguém por um ato considerado adequado ou inadequado no plano social). Falar na rede é exaltar o *ethos*, é insuflar o *pathos*, é encontrar os recursos necessários para promover o *logos*.

Criadas por profissionais ou não do humor, as produções “engraçadas” que circulam velozmente nas redes sociais ou nas plataformas diversas da Internet pretendem, sobretudo, assegurar não apenas o fazer-saber, colocando em evidência o orador-autor-audaz, mas, especialmente, o fazer-crer, que busca movimentar as paixões do auditório. No universo do *pathos*, é sensível que, em tempos de Internet e de redes sociais, o apelo emocional funcione como um estopim tão ou mais poderoso do que a lógica e a demonstração. Como se tornou o maior veículo de disseminação da *doxa*, a rede não controla quem constitui de fato o auditório contemporâneo. Desse modo, movimentar o auditório por meio do humor pode ser muito confortável (como cativar, prender a atenção, fazer refletir, replicar a crítica) ou extremamente perigoso (como gerar processo jurídico, penalizar), pois o auditório continua agindo estrategicamente para dirigir e autorregular o plano da credibilidade que pode atribuir ao orador.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- AMOSSY, Ruty. **Apologia da polêmica**. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante, Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.
- ANGENOT, Marc. **Dialogue de Sourds**: Traité de rhétorique antilologique. Paris: Mille et une nuits, 2008.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução: L. Vallandro e G. Bornheim. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação da comicidade. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BOLSONARO aprova medida para fundir Twitter e XVídeos, Desnotícia, **Desciclopédia**. Disponível em: https://desciclopedia.org/wiki/Desnot%C3%ADcias:Bolsonaro_aprova_medida_para_fundir_Twitter_e_XV%C3%ADdeos. Acesso em: 18 jul. 2019.
- CICERÓN, Marco Tulio. **Sobre el orador**. Madrid: Gredos, 2002.
- DUKE. **DomTotal**, Disponível em: <https://domtotal.com/charge.php?chaId=2516>. Acesso em: 7 mar. 2019.
- FERNANDES, Talita. ‘O que é golden shower’, pergunta Bolsonaro após publicar vídeo polêmico, **Folha de S.Paulo**, 6 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/o-que-e-golden-shower-pergunta-bolsonaro-apos-publicar-video-polemico.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, Luiz Antônio. Tá rindo de quê? Aspectos da graça e do risível em retórica. In: CARMELINO, Ana Cristina (org.). **Humor**: eis a questão. São Paulo: Cortez, 2015. p. 181-194.
- LIMA, Wilson; FILGUEIRA, Ary. Caiu a máscara. **IstoÉ**, São Paulo, n. 2576, p. 24-29, 13 mar. 2019.
- MARQUES, Carlos José. Carnaval de asneiras de Bolsonaro. **IstoÉ**, São Paulo, n. 2576, p. 14, 13 mar. 2019.

- MENDES, Cleise Furtado. **A gargalhada de Ulisses: a catarse na comédia**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- MINOIS, George. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Unesp, 2003.
- MUSSO, Pierre. A autoria na Rede. *In*: PARENTE, André (org.). **Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 17-38.
- PAIVA, Fred Melo. Quem está na chuva é para se molhar. **Carta Capital**, São Paulo, ano XXIV, n. 1045, p. 24-29, 13 mar. 2019
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- POSSENTI, Sírio. O humor é universal. *In*: POSSENTI, Sírio. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 139-152.
- PROPP, Vladímir. **Comicidade e riso**. Tradução: Aurora Fornoni Bernardi e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.
- QUINTILIANO, Marcos Fábio. O riso, Livro VI. *In*: QUINTILIANO, Marcos Fábio. **Instituição oratória**. Tradução: Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Ed.Unicamp, 2015. p. 463-525.
- SETO, Guilherme. Bolsonaro compartilha vídeo de homem mexendo no ânus e sugere que cena é comum no Carnaval, **Uol**, 5 mar. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/bolsonaro-compartilha-video-de-homem-mexendo-no-anus-e-sugere-que-cena-e-comum-no-carnaval.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2019.
- SHIFMAN, Limor. **Memes in Digital Culture**. Cambridge: MIT Press, 2014.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto humorístico: o tipo e seus gêneros. *In*: CARMELINO, Ana Cristina (org.). **Humor: eis a questão**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 49-90.
- TRINGALI, Dante. **A Retórica Antiga e Outras Retóricas: a retórica como crítica literária**. São Paulo: Musa, 2014.
- WEISSBERG, Jean-Louis. Paradoxos da Teleinformática. *In*: PARENTE, André (org.). **Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 113-141.

A interação entre os argumentos na Nova Retórica: análise de um pronunciamento parlamentar

Eduardo Lopes Piris
Universidade Estadual de Santa Cruz

Introdução

Situado no âmbito da Nova Retórica, este trabalho se propõe a discutir a interação entre os argumentos, focalizando a relação entre a regra de justiça e a argumentação pelo exemplo e pela autoridade, por meio da análise do pronunciamento do então deputado federal Mário Covas Júnior realizado na sessão parlamentar que antecedeu a promulgação do Ato Institucional n. 5 pelo regime militar em 13 de dezembro de 1968, que, entre outras determinações, manteve o Congresso Nacional em recesso até 22 de outubro de 1969.

Já é bem conhecida a citação em que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996)¹ definem como objeto de seu *Tratado da Argumentação* “o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou*

1 A obra foi originalmente publicada em francês em 1958, mas mencionamos aqui a edição brasileira de 1996.

aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (p. 4, grifo dos autores), porém acreditamos que ainda é necessário ressaltar que a proposta do *Tratado*, apesar de se dedicar à análise da estrutura dos argumentos tomados de forma isolada, alerta que essa primeira aproximação obriga “a separar articulações que são, na verdade, parte integrante de um mesmo discurso e constituem uma única argumentação de conjunto” (p. 211), de modo que a análise de um elo da argumentação como um todo deve considerar a relação com outros elos, outros argumentos, o contexto e a situação retórica em que se insere, bem como “interpretar as palavras do orador” (p. 211), sob o risco de a análise argumentativa do discurso retórico reduzir-se à esterelidade e à mecanicização de um mero inventário de tipos de argumentos.

Vale relembrar que o projeto teórico de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) vincula a argumentação à tradição da retórica e da dialética gregas, com a ambição de promover “*uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes*, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos” (p. 1, grifo dos autores), portanto a argumentação como uso da razão para influenciar a ação somente encontra espaço se criticar a “*ideia de evidência como característica da razão*” (p. 4, grifo dos autores). Assim, o *Tratado* dedica-se às técnicas argumentativas voltadas à adesão e à persuasão de um auditório às teses de um orador, afastando-se justamente das certezas dos cálculos e da evidência dos axiomas como marca de uma razão demonstrativa.

Por conseguinte, nosso objetivo neste momento é observar no pronunciamento do então deputado federal Mário Covas Júnior, de 12 de dezembro de 1968, de que maneira os argumentos pela autoridade e pelo exemplo mais o estatuto de fato atribuído a uma premissa embasada na regra de justiça colaboram para a construção do acordo entre o orador e seu auditório, considerando aí a situação retórica em que essa

argumentação se desenvolve. A análise focaliza o argumento forte² apresentado pelo orador para defender a tese de que seu colega, o então deputado federal Márcio Moreira Alves, no uso de suas atribuições parlamentares, não atentou contra a ordem nem praticou corrupção, ao investir contra as Forças Armadas, o que não legitima o Parlamento a conceder a licença para processar o referido deputado.

Quanto ao plano deste texto, buscamos, na primeira seção, situar a distinção entre as racionalidades demonstrativa e argumentativa, destacando as raízes dessa separação na tradição clássica grega, bem como estudiosos da argumentação retórica contemporânea. Depois, na segunda seção, explanamos sobre o papel da razão prática e do acordo entre o orador e seu auditório na construção da racionalidade argumentativa, caracterizando os tipos de objetos que funcionam como ponto de partida da argumentação. Na terceira seção, tencionamos explorar as bases teóricas da ideia de esquema argumentativo numa teoria da argumentação, expondo um panorama da tipologia proposta pela nova retórica. Na quarta seção, examinamos a interação entre os argumentos pela autoridade e pelo exemplo mais a regra de justiça no pronunciamento do então deputado federal Mário Covas Júnior, eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro de São Paulo (MDB/SP), líder da minoria na 43ª Legislatura do Congresso Nacional (1967-1970).

Sobre as raízes da distinção entre as racionalidades demonstrativa e argumentativa

Alexandre Júnior (2012, p. XIV) afirma que a retórica, ao lado da gramática, da lógica e da poética, “não é uma ciência *a priori* [...], é o produto da experiência consumada de hábeis oradores, a elaboração resultante da análise das suas estratégias [...]”, pois desde

2 Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958], p. 524ss).

Homero que a Grécia é eloquente e se preocupa com a arte de bem falar. Tanto a *Iliada* como a *Odisseia* estão repletas de conselhos, assembleias, discursos; pois, falar bem era tão importante para o herói, para o rei, como combater bem (ALEXANDRE JÚNIOR, 2012, p. XIV).

Barthes (1975) relata que o surgimento da retórica está ligado aos processos de direito à propriedade ainda incipientes na Sicília em 485 a.C., nos quais começaram a mobilizar “grandes júris populares, diante dos quais, para convencer, era necessário sobretudo ser ‘eloquente’” (BARTHES, 1975, p. 151). Segundo Alexandre Júnior (2012, p. XVII), nessa mesma época, a arte do diálogo começa a se desenvolver em Eleia e “graças a uma habilidade prodigiosa de articular estes dois métodos, a Grécia inteira adere ao fascínio e ao deslumbramento de ver discutir e dissertar sobre qualquer tema [...]”, de onde podemos encontrar as origens tanto da retórica quanto da dialética, duas modalidades da argumentação.

Alexandre Júnior (2012) menciona ainda que, graças aos elogios de admiradores e aos ataques de Platão (cf. PLATÃO, 1991), Górgias foi o mais célebre entre aqueles que seguiram a vertente retórica, sendo enviado a Atenas em 427 a.C. na qualidade de embaixador da Sicília e, aí então, se estabelecendo como professor de dialética e retórica. Ainda em seus primórdios, a retórica se viu num conflito com a filosofia, decorrente especialmente das reflexões de Platão acerca da retórica filosófica e da retórica sofista. Com relação a isso, Alexandre Júnior (2012, p. XXIII) sintetiza que Platão, em *Fedro*, defende uma retórica filosófica e, em *Górgias*, rejeita uma retórica sofista. Por sua vez, McCoy (2010, p. 96) sugere que Platão escreve *Górgias* com o objetivo de “examinar criticamente o discurso filosófico, e não apenas rebater a retórica sofística”, assim “Platão junta os dois para explorar mais profundamente a natureza e o valor da filosofia”, questionando, por exemplo, “noções conflitantes do racional e do que constitui o bom argumento”.

Discípulo de Platão, Aristóteles posiciona-se, entretanto, favoravelmente à retórica, produzindo entre 350 e 315 a.C. os três livros de sua *Retórica*, em que, segundo Alexandre Júnior (2012, p. XXVII-XXVIII), critica seus predecessores por priorizar o discurso judicial em detrimento dos demais gêneros, negligenciar o uso da argumentação lógica em favor das emoções e valorizar a estrutura formal do discurso. Alexandre Júnior (2012, p. XXVIII) destaca que a “grande inovação de Aristóteles foi o lugar dado ao argumento lógico como elemento central na arte de persuasão”, afirmando que a “*Retórica* é sobretudo uma retórica da prova, do raciocínio, do silogismo retórico; isto é, uma teoria da argumentação persuasiva”.

Não é sem razão que Aristóteles define a retórica como correlata à dialética logo no primeiro enunciado de sua *Retórica*: “A retórica é a outra face da dialética” (*Retórica*, Livro I, 1354a). Como explica Alexandre Júnior (2012, p. XXIX-XXX), a expressão “outra face” é a tradução encontrada para antístrofe [ἀντίστροφος], que, como bem explica o autor, “é um termo tomado de empréstimo do movimento de um coro na execução das odes corais: a estrofe denota seu movimento numa direção; a antístrofe, seu contramovimento”. Portanto, nos termos de Alexandre Júnior (2012, p. XXIX), “a verdadeira retórica é uma forma de argumentação comparável à dialética”, visão esta que é corroborada por Segurado e Campos (2007, p. 81-82), ao esclarecer que a retórica e a dialética:

- compartilham o mesmo objetivo de obter um efeito de persuasão (sobre o auditório, no caso da retórica; sobre o oponente no debate, no caso da dialética) e o mesmo ponto de partida (proposições não necessariamente verdadeiras, mas verossímeis);
- mas se distinguem na apresentação formal da argumentação (o discurso longo no caso da retórica; o método de indagação por pergunta e resposta no caso da dialética) e no método que empregam para persuadir (na retórica, o entimema e o exemplo; na dialética, o raciocínio dedutivo).

Para situar as raízes da racionalidade demonstrativa e sua oposição à racionalidade argumentativa, é necessário compreender que, conforme Segurado e Campos (2007, p. 82-83), a dialética, embora se assemelhe à analítica “na apresentação e na estrutura formal, dado que tanto uma como a outra praticam o método de pergunta e resposta” e se estruturam por meio do silogismo (dialético e apodítico, respectivamente), essas duas artes não compartilham a mesma finalidade (a persuasão, na dialética, e a demonstração, na analítica) nem o mesmo ponto de partida (o verossímil, na primeira, e o verdadeiro, na segunda), ao passo que “a retórica e a analítica divergem por completo uma da outra”. Para uma visualização bem mais precisa dessas distinções e aproximações, vale a pena reproduzir o quadro-síntese de Segurado e Campos (2007, p. 82):

Quadro 1 – Aproximações e distinções entre Retórica, Dialética e Analítica

	Retórica	Dialética	Analítica
Finalidade a atingir	Persuasão	Persuasão	Demonstração
Ponto de partida	Verossímil	Verossímil	Verdadeira
Apresentação formal	Discurso longo	Pergunta Resposta	Pergunta Resposta
Estrutura formal	Entimema Exemplo	Silogismo (dialético)	Silogismo (apodítico)

Fonte: Segurado e Campos (2007, p. 82)

Considerando essas relações entre as três artes antigas, Kennedy (1994, p. 52) afirma que Aristóteles, em seus *Analíticos*, “foi a primeira pessoa na história a desenvolver uma exposição da lógica formal, incluindo a teoria do silogismo”. Kennedy recapitula que a dialética, além de “uma forma de exercício

que treinava os alunos no método, exigindo argumentos dos dois lados de uma questão”, é também a “aplicação da lógica a questões filosóficas”, tal como descrita por Aristóteles em seu tratado intitulado *Tópicos*, em que as tópicas “são as estratégias lógicas empregadas na dialética e úteis na retórica também”, uma vez que descreve vinte e oito tópicas em sua *Retórica*. Nesse sentido, Alexandre Júnior (p. 29) diz que “esta mudança de sentido entre o valor da retórica em Platão e o valor da retórica em Aristóteles foi de algum modo assumida por C. Perelman”, pois, “ao reescrever Aristóteles, ele abre caminho a uma nova retórica, fundindo por assim dizer a *Retórica* e os *Tópicos*”.

Essas distinções fundamentais entre as três artes antigas – a analítica, a dialética e a retórica – são um ponto de partida muito valioso para compreender, nesse debate milenar que opôs a filosofia à retórica, o posicionamento de Perelman (1992, p. 25)³ em subordinar a lógica filosófica à nova retórica, defendendo aí a argumentação retórica. Assim, é com base nessas distinções que Perelman parte da lógica da razão, da verdade, para propor uma lógica do preferível, pois entende que, diferentemente da racionalidade demonstrativa da lógica, a retórica é uma disciplina prática, da qual não se pode exigir o falso e o verdadeiro, mas se argumenta sobre o razoável, sobre o opinável.

Na base da racionalidade argumentativa: a razão prática, o orador e seu auditório

Perelman (1992, p. 24) considera como objeto de estudo de sua teoria da argumentação o “discurso não demonstrativo, a análise dos raciocínios que não se limitam a inferências formalmente corretas, a cálculos mais ou menos mecanizados”. A questão, em última instância, é compreender que o que está

3 A edição original em francês foi publicada em 1977. Daqui em diante, faremos menção apenas à edição em língua portuguesa publicada em 1992 aqui por nós citada.

em jogo na argumentação é a sobreposição da razão prática e dos problemas da ação à razão demonstrativa e aos problemas do conhecimento enquanto expressão de uma evidência da verdade, um pensamento burguês que ascendeu no final do século XVI, “trate-se da evidência pessoal do protestantismo, da evidência racional do cartesianismo ou da evidência sensível do empirismo” (PERELMAN, 1992, p. 27). Assim, nas palavras de Perelman (1992, p. 24), podemos encontrar que

a teoria da argumentação concebida como uma nova retórica (ou uma nova dialéctica) cobre todo o campo do discurso que visa convencer ou persuadir, seja qual for o auditório a que se dirige e a matéria a que se refere.

Grácio (1993, p. 48) inscreve o uso prático da razão na filosofia do pluralismo, cuja vocação é “compreender o homem concreto e comprometido em relações e grupos sociais de toda a espécie e decididamente obstinada na luta contra o autoritarismo”. Conforme Grácio (1993, p. 48), com base nesse ideário, os pressupostos perelmanianos fundamentam-se em, “por um lado, pensar, a partir do modelo jurídico, a razão no seu uso prático; por outro, tentar encontrar, a partir da ideia de justiça, a regra mestra da razão prática”.

Grácio (1993) explica que, diferentemente do modelo matemático, o modelo jurídico suscita o problema da aplicação, que, ao colocar em questão a relação entre “regra geral, abstrata, e caso concreto”, deixa de ser mecânica e “exige a intervenção de um juiz” (p. 50) que deve justificar suas decisões, tornando-as razoável ou conferindo-lhe “uma certa razoabilidade” (p. 52). Para isso, “em vez de associar a ideia de razão à ideia de verdade”, assume-se uma perspectiva em que a razão desempenha um papel no plano da ação e dos valores, concebendo-se, portanto, um tipo de racionalidade assentada “na solidariedade existente entre argumentação, crítica e justificação⁴” (p. 52), em que “raciocinar não é calcular, mas ajuizar e decidir” (p. 55).

4 Para mais detalhes sobre a relação entre argumentação e justificação, ver Grácio (1993, p. 63-66).

É nesse contexto da razão prática, voltada para a decisão e a ação, que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 73) sublinham que “tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório”, o que significa que a argumentação versa sobre o que é admitido pelo auditório, que pode aceitar ou recusar as premissas dependendo de como o orador as escolhe e as apresenta.

No *Tratado da Argumentação*, os objetos de acordo que podem servir de premissas são agrupados em duas categorias, uma relativa ao real e outra ao preferível, sendo que a primeira compreende os fatos, as verdades e as presunções; a segunda, os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Uma sugere acordo com um auditório universal; a outra, com um auditório particular. Ao lado dos fatos e das verdades, também são aceitas pelo auditório universal as presunções, que, no entanto, necessitam de reforço, visto que a adesão a uma presunção não é máxima, ou seja, aquilo que é apresentado com o estatuto de algo presumido, que é assentado em conjecturas antecipadas e não em fatos, precisa ser justificado.

Quanto à categoria dos objetos de acordo relativos ao preferível, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 84) entendem que “estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada”. Os valores são aí pontos de vista que não se impõem a todos, por isso são dirigidos a um auditório particular e não ao universal, embora alguns valores possam ser tratados como fatos ou verdades. Nessa categoria do preferível, a hierarquia importa à argumentação até mais que os valores, uma vez que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 90) afirmam que “a argumentação se esteia não só nos valores, abstratos e concretos, mas também nas hierarquias” e que “as hierarquias de valores são, decerto, mais importantes do ponto de vista da estrutura de uma argumentação do que os próprios valores”, pois “o que caracteriza cada auditório é menos os valores que admite do que o modo como os hierarquiza” (p.

92). Trata-se aí da preferência que certos auditórios têm sobre um ou outro valor, bem como da preferência que o orador pode dar a certos valores em seu discurso.

Em suma, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a argumentação pode se basear no objeto (construído a partir de fatos, verdades e presunções) ou no preferível (valores, hierarquias e lugares), isso denota que as possibilidades de escolha das premissas e de montagem de um raciocínio podem configurar um leque diversificado de acordos entre orador e auditório, ou seja, de maneiras de argumentar, o que remete ao contato inicial entre o orador e seu auditório e à manutenção desse contato durante o desenvolvimento da argumentação, pois, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 21), “como a argumentação visa obter adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar”.

Por mais que se tenha em vista que o auditório é uma construção do orador, acreditamos que nunca é o bastante reforçar essa concepção, trazendo, portanto, as seguintes ilustrações fornecidas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 21):

Como definir semelhante auditório? Será a pessoa que orador interpela pelo nome? Nem sempre: o deputado que, no Parlamento inglês, deve dirigir-se ao presidente pode estar procurando convencer não só os que o ouvem, mas ainda a opinião pública de seu país. Será o conjunto de pessoas que o orador vê à sua frente quando toma a palavra? Não necessariamente. Ele pode perfeitamente deixar de lado uma parte delas: um chefe de governo, num discurso ao Parlamento, pode renunciar de antemão a convencer os membros da oposição e contentar-se com a adesão de sua maioria. Por outro lado, quem concede uma entrevista a um jornalista considera que seu auditório é constituído mais pelos leitores do jornal do que pela pessoa que está à sua frente.

Assim, é justamente esta a definição de auditório apresentada no *Tratado da Argumentação*: “parece-nos preferível definir o auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Ocorre que, de acordo com

Danblon (2013, p. 236), o orador e o auditório estão implicados numa comunidade argumentativa previamente formada a qualquer tentativa de persuasão, de modo que o auditório sequer estaria pronto para ouvir os argumentos do orador.

Vale lembrar que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 31) apresentam sua célebre distinção entre auditório universal e auditório particular, propondo “chamar de *persuasiva* uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional”. No entanto, os autores conduzem uma discussão a fim de mostrar sua preferência em deixar imprecisas as fronteiras entre o persuadir e o convencer e os tipos de auditório. Como não é nosso objetivo entrar nessa discussão, que é longa e polêmica, tencionamos apenas assinalar o caráter normativo do auditório universal.

A esse respeito, Jørgensen (2012, p. 138) explica que, na visão de Crosswhite⁵, o auditório universal “atua como um auditório *modelo* ou *paradigmático* para assegurar a *boa* argumentação”, além de funcionar “como uma ferramenta normativa para expor a argumentação *fraca* ou *manipuladora* e bloquear argumentos que só seriam persuasivos para o auditório particular”, de modo que “o orador não oscila entre auditórios; ele dirige-se a ambos *simultaneamente*, embora de modo indireto, chegando ao universal por meio do particular”. Baseados nessas ponderações, podemos perceber em que sentido Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam que é, de fato, “ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores” (1996, p. 29) e, portanto, traçar algumas linhas centrais a respeito da relação entre o orador e seu auditório na racionalidade argumentativa, para, então, passarmos a considerar as técnicas argumentativas tais como descritas no *Tratado da Argumentação*.

5 Ver o livro de James Crosswhite intitulado *The rhetoric of reason*, publicado em 1996.

A fundamentação dos esquemas argumentativos

Como dissemos anteriormente, a teoria retórica da argumentação de Perelman afirma-se como uma teoria do uso prático da razão inscrita na filosofia do pluralismo, considerando as relações sociais humanas e o engajamento contra o autoritarismo. Assim, para compreender a natureza dos esquemas argumentativos propostos na tipologia de Perelman e Olbrechts-Tyteca, meditemos mais um instante sobre o tipo de raciocínio que subjaz à argumentação.

Perelman (2005, p. 278) assevera que, enquanto “um raciocínio teórico consiste numa inferência que tira uma conclusão a partir de premissas, o raciocínio prático é o que justifica uma decisão”. A estrutura do raciocínio prático é diferente da do raciocínio demonstrativo, porque implica um poder de decisão e um valor pragmático que independem da conclusão a partir de premissas ajustadas a regras de inferência incontestáveis pelo raciocínio demonstrativo, pelo valor de verdade ou pela probabilidade de uma conclusão, o que, conseqüentemente, requer esquemas argumentativos de ordem prática que são regidos por uma lógica das relações sociais: é nisso que se fundam as técnicas argumentativas.

Assim, em primeiro lugar, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 212) anunciam que o objeto de estudo da terceira parte do *Tratado da Argumentação* são os esquemas de argumentos, fazendo a ressalva de que os “casos particulares examinados servem apenas de exemplos, que poderiam ser substituídos por mil outros”, o que, mesmo assim, não os livrou de críticas. Por exemplo, McGee (1975, p. 238) observa que,

como Platão ignorou o ‘povo’ *real* na tentativa de refazer a retórica de *Fedro*, Perelman ignora o ‘povo’ *real* ao escrever uma *Nova Retórica* que não é mais que um *Tratado da Argumentação* para a elite.

Palmerini (1999, 276), por sua vez, reconhece que partilha em grande parte da tese de fundo do *Tratado*, mas lamenta

que, “apesar do seu alto nível filosófico, da sua abundância de informações e de sua imensa erudição”, não encontrou nele as chaves que mais importavam: “Ainda estamos em uma torre de marfim, entre os grandes autores. Da persuasão na vida cotidiana, não há nesta obra o menor traço”. E, por fim, conforme Herman (2020)⁶, Palmerini, na verdade, repreende Perelman e Olbrechts-Tyteca por terem ficado no meio do caminho do que seria uma jornada de retorno à argumentação comum, ordinária.

Apesar dessas justas críticas, é necessário sublinhar que o mérito do *Tratado* é exatamente propor uma teoria da argumentação que privilegia a retórica dos valores e das ações sociais, em que os esquemas argumentativos são considerados num processo de persuasão que depende do acordo entre o orador e seu auditório para a manutenção do ato argumentativo, em vez das certezas dos cálculos e da evidência dos axiomas como marca de uma razão demonstrativa. É nesse contexto teórico que chamamos a atenção para a questão da interação dos argumentos, pois essa é também uma das consequências da ruptura da Nova Retórica com a Lógica, da racionalidade argumentativa com a racionalidade demonstrativa, uma vez que segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 214):

Contrariamente ao que se passa numa demonstração na qual os procedimentos demonstrativos ocorrem no interior de um sistema isolado, a argumentação se caracteriza por uma interação constante entre todos os seus elementos.

Dito isso, passemos aos elementos da tipologia argumentativa encontrada na nova retórica, tal como apresentada no *Tratado da Argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), e sintetizada, vinte e um anos depois, por Perelman (1992) em sua obra intitulada *O império retórico*.

No quadro da nova retórica, um mesmo discurso pode desenvolver esquemas argumentativos que se caracterizam por

6 Obra publicada no Canadá em francês em 2016 e traduzida ao português em 2020.

dois tipos de processos de argumentação complementares e que operam conjuntamente, os quais são entendidos por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 215) como:

- Processos de ligação, que são “esquemas que aproximam elementos distintos e permitem estabelecer entre estes uma solidariedade que visa seja estruturá-los, seja valorizá-los positiva ou negativamente um pelo outro”;
- Processos de dissociação, que são “técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo, ou pelo menos um conjunto solidário dentro de um mesmo sistema de pensamento”.

No *Tratado*, podemos ver que o processo de ligação engloba os argumentos quase-lógicos, os argumentos fundados na estrutura do real e os argumentos que fundam a estrutura do real.

Os argumentos quase lógicos aproximam-se do pensamento formal, de natureza lógica ou matemática, apresentando-se como comparáveis a raciocínios formais, sem sê-los de fato, pois, segundo Perelman (1992, p. 69), “um argumento quase lógico difere de uma dedução formal pelo fato de pressupor sempre uma adesão a teses de natureza não formal, as únicas que permitem a aplicação do argumento”. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 220) destacam, de um lado, os argumentos “que apelam para estruturas lógicas – contradição, identidade total ou parcial, transitividade” e, de outro, os argumentos “que apelam para relações matemáticas – relação da parte com o todo, do menor com o maior, relação de frequência”.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 299-300), os argumentos fundados na estrutura do real são aqueles apresentados como conformes à própria estrutura das coisas, baseando-se em ligações que existem entre elementos da experiência socialmente compartilhada do real e que estabelecem uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que o orador procura promover no auditório acerca de realidades variadas,

tais como o vínculo causal – em que uma argumentação pode relacionar dois acontecimentos sucessivos ocorridos entre eles, investigar a existência de uma causa que pode determinar um dado acontecimento, evidenciar o efeito que deve resultar de um dado acontecimento – ou a relação entre uma pessoa e as suas ações, da qual podemos destacar o argumento de autoridade.

Por sua vez, os argumentos que fundamentam a estrutura do real são, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 216-217),

argumentos que se estribam no caso particular, os argumentos de analogia que se esforçam em reestruturar certos elementos do pensamento em conformidade com esquemas aceitos em outros campos do real.

Nas ligações que fundamentam o real, encontramos, pelo recurso ao caso particular, o exemplo, a ilustração e o modelo/antimodelo, bem como a analogia e a metáfora. Em síntese, o exemplo permite uma generalização; a ilustração esteia uma regularidade já estabelecida; o modelo (que implica seu antimodelo) incentiva a imitação.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 402) afirmam que o argumento pelo exemplo se afigura com estatuto de fato, visto que

seja qual for a maneira pela qual o exemplo é apresentado, em qualquer área que se desenvolva a argumentação, o exemplo invocado deverá, para ser tomado como tal, usufruir do estatuto de fato, pelo menos provisoriamente.

Tendo-se em vista que “só estamos em presença de um fato, do ponto de vista argumentativo, se podemos postular a seu respeito um acordo universal, não controverso” (p. 76).

Conforme o *Tratado*, “a argumentação pelo exemplo implica [...] certo desacordo acerca da regra particular que o exemplo é chamado a fundamentar” (p. 399), ou seja, uma regra de comportamento social que, uma vez aplicada num caso particular, busca-se generalizá-la para aplicá-la no caso sobre o qual se argumenta. Isso, tendo em vista que “essa argumentação

supõe um acordo prévio sobre a própria possibilidade de uma generalização a partir de casos particulares” (p. 399). Desse modo, ao passo que o exemplo visa fundamentar uma regra, “a ilustração tem a função de reforçar a adesão a uma regra conhecida e aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral” (p. 407). Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 410) explicam que a ilustração contribui para aumentar a presença, de modo a concretizar uma regra abstrata por meio de um caso particular, todavia devemos atentar que a ilustração não visa substituir o abstrato pelo concreto, tampouco fazer transposição de estruturas entre diferentes áreas, como é o caso da analogia.

Do exemplo e da ilustração, é preciso distinguir o argumento pelo modelo, uma vez que este fundamenta o real por meio da apresentação de uma dada conduta a se imitar. Assim:

Podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos. O valor da pessoa, reconhecido previamente, constitui a premissa da qual se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular. Não se imita qualquer um; para servir de modelo, é preciso um mínimo de prestígio (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 414).

O argumento pelo antimitelo pode ser apresentado de forma explícita, distinguindo-se de uma pessoa, de um grupo de pessoas ou de certas condutas que devem ser rejeitadas, ou de forma implícita apenas pela inferência ao avesso ou ao distinto do que o modelo representa. Ademais, o comportamento do orador para com suas crenças também pode servir de modelo, para “incentivar a que se comportem como ele; e, inversamente, se ele é o antimitelo” (p. 419).

Nesta seção, em vez de levantar e pormenorizar toda a tipologia argumentativa de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), já que existem inúmeros trabalhos⁷ que fazem isso muito bem,

7 Ver Declercq (1992), Reboul (2004), Ferreira (2010), Fiorin (2015), entre outros.

tencionamos explicar sobre os pressupostos que sustentam a ideia de esquema argumentativo no quadro de uma teoria da argumentação, bem como traçar um panorama da tipologia para visualizar sua organização geral e, depois, mobilizar parte desses esquemas argumentativos na análise do pronunciamento parlamentar em estudo.

A interação dos argumentos num discurso de oposição à ditadura de 1964

Sobre a interação entre os esquemas argumentativos

Em primeiro lugar, para discutir a interação entre os esquemas argumentativos, é importante ressaltar que, em se tratando da argumentação, as condições que desenvolvem os fenômenos de interação não são precisas como na demonstração, contudo podemos dizer, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 524), que são os fenômenos de interação “que determinam em grande parte a escolha dos argumentos, a amplitude e a ordem da argumentação”.

A escolha dos argumentos tem a ver com a força dos argumentos (p. 524), cuja manifestação se dá “tanto pela dificuldade que haveria para refutá-lo como por suas qualidades próprias” (p. 524), tendo sempre em vista que o “princípio capital [...] continua a ser a adaptação ao auditório, às teses por ele admitidas, levando em conta a intensidade dessa adesão” (p. 525), pois

não basta escolher premissas nas quais se apoiar; cumpre prestar atenção, uma vez que a força do argumento se deve em grande parte à sua possível resistência às objeções, a tudo quanto o auditório admite (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 525).

É nesse sentido que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 528) dizem que “na prática, distinguem-se argumentos fortes e argumentos fracos”, o que coloca em jogo o grau de adesão do auditório, a intensidade da adesão, e não a ideia de argumentos verdadeiros ou falsos.

A amplitude da argumentação tem a ver com a acumulação dos argumentos, ou seja, com a apresentação, em maior ou menor quantidade, dos argumentos que compõem tanto os pontos de partida e final quanto os elos intermediários de uma argumentação, com vistas a reforçar as relações entre os argumentos e a alcançar a diversidade dos auditórios. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) entendem que, se, na demonstração, a disposição mínima das premissas para extrair uma conclusão é suficiente para um raciocínio completo, na argumentação, ao contrário, “não há limite absoluto para a acumulação útil dos argumentos” (p. 538), de modo que a “extensão da argumentação não passa de uma nova forma do esforço para assegurar-se de premissas mais firmes” (p. 539).

A ordem da argumentação tem a ver com a disposição dos argumentos nas partes do discurso, tal como os antigos a concebiam: exórdio, narração, prova, refutação, conclusão e epílogo. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 556), como

a argumentação é, essencialmente, adaptação ao auditório, a ordem dos argumentos de um discurso persuasivo deveria levar em conta todos os fatores suscetíveis de favorecer-lhes a acolhida pelo ouvinte.

Dessa forma, pelo menos, três pontos de vista devem ser observados na escolha da ordem dos argumentos para causar efeitos sobre o auditório:

- A situação argumentativa, que é a influência que pode ser exercida pelas etapas anteriores de uma argumentação sobre as possibilidades argumentativas de um orador, com vistas a pensar “nas premissas que o auditório é levado progressivamente a admitir” (p. 557);

- O condicionamento do auditório, que abrange as modificações de atitude do auditório geradas pelo discurso do orador, a fim de considerar os “sucessivos efeitos sofridos pelo ouvinte” (p. 557);
- As “reações suscitadas, no auditório, pela apreensão de uma ordem no discurso”, tomando-se a própria ordem do “discurso como matéria para reflexão” (p. 557).

Feito nosso percurso teórico, passemos à análise a fim de buscar a argumentação ordinária e as questões que mobilizam os interesses da sociedade, que é o que este nosso trabalho pretende fazer ao explorar a interação entre os argumentos que constituem o ato retórico de um deputado federal, líder da bancada de oposição ao governo ditatorial brasileiro, que se notabilizou pela relação direta com a promulgação do Ato Institucional n. 5 em 13/12/1968.

O caso do pronunciamento do deputado federal Mário Covas Júnior em 12/12/1968

Após o Golpe de Estado de 1964⁸, o Brasil sucumbiu a um regime ditatorial que manteve o Congresso Nacional em funcionamento apenas para sustentar, internacionalmente, a imagem de um regime democrático, aparência que perdurou até a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 13/12/1968, que impôs ao Congresso Nacional um recesso que perdurou até 22 de outubro de 1969 e intensificou a censura, a repressão e o terrorismo de Estado.

A sessão deliberativa da Câmara dos Deputados Federais caracteriza-se como uma sessão ordinária ou extraordinária em que há pauta ou Ordem do Dia designada pela Presidência da Casa legislativa, diferentemente da sessão de debates à qual não é

8 A esse respeito, consultar a obra fundamental do brasilianista René Armand Dreifuss publicada em 1981 sob o título *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*.

designada pauta ou Ordem do Dia. Na sessão do dia 12 de dezembro de 1968, a Ordem do Dia estava voltada para a votação do pedido de concessão de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves, sendo que a votação favorável suspenderia seu direito à inviolabilidade e culminaria na cassação de seu mandato.

Resumindo, esse pedido chegou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal por encaminhamento do Superior Tribunal Federal, em decorrência de o Presidente da República – Mal. Arthur da Costa e Silva – ter recebido uma representação dos três Ministros das Forças Armadas que solicitavam “providências sobre o problema criado”, pois entendiam que os pronunciamentos feitos pelo deputado Márcio Moreira Alves em 2 e 3 de setembro de 1968 ofendiam e desmoralizavam as Forças Armadas. Assim, o desfecho dessa crise política e institucional dependia de uma decisão da Câmara Federal, que, na sessão deliberativa de 12 de dezembro de 1968, negou o pedido de concessão de licença solicitado pelo governo militar. Numa resposta imediata, o regime concluiu a chamada “Revolução de 31 de março de 1964”, editando o Ato Institucional nº 5 na noite de 13 de dezembro.

Nessa sessão deliberativa, destaca-se o pronunciamento do deputado federal e líder da minoria Mário Covas Júnior (MDB/SP) em defesa ao deputado Márcio Moreira Alves (MDB/GB⁹) por supostamente ter ofendido as Forças Armadas em seus pronunciamentos de 2 e 3 de setembro de 1968, nos quais, além de exortar os pais a não levarem seus filhos ao desfile de 7 de setembro, em comemoração à Independência do Brasil, aconselhou às moças que não silenciassem perante seus namorados militares e “que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam a Nação [...]”, conforme o Diário Oficial da Câmara dos Deputados (1968, p. 9).

9 Eleito pelo então estado da Guanabara, incorporado ao estado do Rio de Janeiro em 15 de março de 1975.

Em sessões plenárias que têm em sua pauta a votação de pedidos de licença ou mesmo de cassação do mandato de um membro da Casa, obedece-se a uma ordem predeterminada em que, primeiramente, o acusado faz seu pronunciamento de autodefesa e, na sequência, os líderes da minoria (oposição) e da maioria (governo) fazem seus pronunciamentos. Assim, nesse encaminhamento de votação, ocuparam a tribuna, respectivamente, os deputados Márcio Moreira Alves (MDB/GB), Mário Covas Júnior (MDB/SP) e Gilberto Freire (ARENA/MG). O deputado é, então, convidado pelo presidente da Câmara a ocupar o espaço físico da tribuna para proferir seu discurso, assumindo o lugar do orador para dirigir sua palavra, inicialmente, ao próprio presidente da mesa e, depois, aos seus colegas deputados, inscrevendo-os todos como o plenário da Câmara. Assim, o pronunciamento do deputado Mário Covas dirige-se a uma comunidade argumentativa, na acepção de Danblon (2013), formada pelos colegas deputados, cuja maioria é governista e filiada à ARENA e minoria é oposição e filiada ao MDB, e pela mesa diretora da Câmara Federal, presidida pelo então deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada (ARENA/MG), tendo-os também como auditório, juntamente com a opinião pública, a imprensa, a população e a história do Brasil.

O pronunciamento de Mário Covas, em seu exórdio, procura captar a benevolência de seu auditório por meio da identificação entre orador e plenário, ao se apresentar não como líder de bancada, mas como um membro igual e abaixo da importância da pauta em votação, do objeto da sua argumentação:

Sr. Presidente, permita V.Exa. e os meus pares que eu reivindique, inicialmente, um privilégio singular: o de despir-me da roupagem vistosa da liderança transitória, com que companheiros de partido me honraram [...]. Será, talvez, um desvio regimental concedido, entretanto, plenamente compreensível, já que a causa que somos obrigados a apreciar sobrepaira, superpõe-se às próprias agremiações partidárias (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000, p. 99).

Após construir a identificação com o plenário da Câmara e destacar a importância do objeto da argumentação, o orador inicia a partição de seu discurso, estabelecendo a ordem de apresentação de seus argumentos:

Creio, Sr. Presidente, ser necessário um exame do problema, ainda que dentro das limitações do tempo regimental, sob vários aspectos. O primeiro deles é o jurídico, evidentemente (p. 101).

Na *narratio* e na *confirmatio*, o orador articula a exposição dos relatos e o desenvolvimento dos argumentos que incidem sobre os vários aspectos anunciados em seu exórdio, discutindo em primeiro lugar o aspecto jurídico do problema por meio de uma argumentação que promove a interação entre os argumentos pelo exemplo, pela autoridade e a regra de justiça, o que aumenta a força argumentativa a ponto de conferir a essa interação o estatuto de argumento forte desse pronunciamento. Acompanhem, pois, a formulação desse argumento:

Há uma constante neste problema, e o desenrolar dos acontecimentos o evidencia. Muitos tentam justificar o voto; outros pleiteiam a validade da tese. Creio, entretanto, que em todo o elenco de autoridades, em todo o rol de fontes citadas, um nome foi esquecido. As razões desconheço. Porém, minha condição de engenheiro certamente me absolverá, se, inspirando-me em sua lição, a tomar para guia e orientação. Trata-se do atual ocupante do Ministério da Justiça, o Dr. Luiz Antônio da Gama e Silva. Leio-lhe um parecer a respeito deste problema; e este parecer está exarado num outro processo, em curso nesta Casa, em que solicita a licença para processar o Deputado Hermano Alves.

Eis S.Exa. em seu ofício ao Procurador da Justiça Militar:

“Realmente os artigos publicados pelo citado parlamentar configuram, indubitavelmente, violações dos preceitos expressos nos artigos 14, etc., do Decreto-Lei 314, porque:

- a) por sua falsidade, tendenciosidade e deturpação, põe em perigo o bom nome, a autoridade e o prestígio do Brasil;
- b) constituem atos destinados à guerra revolucionária ou subversiva;
- c) ofendem a honra e a dignidade do Exmo. Sr. Presidente da República diretamente ou através de seus Ministros de Estado e auxiliares;

d) incitam, publicamente, a subversão da ordem política e social e animosidade entre as instituições civis e as Forças Armadas”.

Mais adiante, conclui S.Exa, de forma límpida e cristalina, a orientar-nos no atual problema.

“No tocante, porém, aos discursos proferidos na tribuna da Câmara dos Deputados, não se afigura, *in casu*, exista qualquer delito, diante da indenidade assegurada do Art. 34, *caput*, da Constituição, e porque o abuso do direito político praticado, sem dúvida, pelo incontinente Deputado não atenta contra a ordem democrática nem visa à prática de corrupção, e somente quando o abuso do direito tende a esses objetivos ou a qualquer deles, se justifica a medida prevista no art. 151 da Lei Maior.”

Creio, Sr. Presidente, creio, Srs. Deputados, que a frente poderá ser contestada. Eu entretanto me auto-absolvo, porque, sendo engenheiro, acho inteiramente válido consultar a figura do Ministro da Justiça neste episódio, desta natureza (DIÁRIO OFICIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000, p. 102-103).

Podemos notar que a argumentação do deputado Mário Covas baseia-se no argumento de autoridade para fundamentar uma regra a partir da argumentação pelo exemplo, pois o orador invoca um fato precedente para fundamentar uma regra, ou seja, o parlamentar invoca o exemplo de outro deputado – também processado na Câmara Federal e objeto do parecer do Ministro da Justiça Gama e Silva citado no pronunciamento de Mário Covas –, mostrando que “[...] aos discursos proferidos [pelo deputado Hermano Alves] na tribuna da Câmara dos Deputados, não se afigura, *in casu*, exista qualquer delito, diante da indenidade assegurada do Art. 34, *caput*, da Constituição [...]”.

Assim, mediante o exemplo oferecido a partir do caso particular, a argumentação de Mário Covas busca fundamentar a regra ou a generalização de que, igualmente ao deputado Hermano Alves, o deputado Márcio Moreira Alves, em seus pronunciamentos feitos na tribuna da Câmara Federal em 2 e de 3 de setembro de 1968, não atenta contra a ordem democrática nem visa à corrupção, o que lhe preserva o direito à inviolabilidade e o afasta da suspensão dos direitos políticos, o que lhe permite requerer a aplicação do tratamento idêntico, da regra de justiça.

Em suma, a argumentação pelo exemplo estabelece a regra de justiça, a qual, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 248), “requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria [...]”.

Se o argumento pelo exemplo fundamenta a regra de justiça na argumentação do deputado Mário Covas, ele se fundamenta na interação com o argumento de autoridade, que é um tipo de argumento “totalmente condicionado pelo prestígio” (p. 237) e que “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (p. 348). Vale notar que a construção desse argumento de autoridade está associada à manutenção do acordo entre o orador e seu auditório, pois esse pronunciamento, embora seja o discurso do líder oposicionista, apresenta como argumento de autoridade justamente um parecer escrito Gama e Silva, o mesmo Ministro da Justiça – governista, portanto – que encaminhou à Câmara Federal o pedido de licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves. A esse respeito, Perelman (1992, p. 109) explica que na “maior parte das vezes, aliás, não é o argumento de autoridade que, numa controvérsia, se põe em questão, mas a autoridade invocada”. Assim, o Ministro da Justiça Gama e Silva é apresentado pelo orador como um jurista que possui autoridade máxima sobre o assunto para enunciar que “o abuso do direito político praticado, sem dúvida, pelo incontinente Deputado não atenta contra a ordem democrática”, pleiteando assim, a partir do caso particular de Hermano Alves, a generalização da regra a ser aplicada no caso de Márcio Moreira Alves.

Assim, o orador Mário Covas, ao citar o parecer do Ministro Gama e Silva, evoca o discurso do *status quo* para amparar sua tese, projetando numa argumentação astuciosa em que o orador apresenta ao plenário da Câmara o argumento de um representante do próprio governo como argumento de autoridade que sustenta o ponto de vista da oposição. No entanto, podemos dizer também que esse pronunciamento

endereçado a uma frente ampla, ao mesmo tempo em que busca o consenso não somente pela regra de justiça, mas pelo argumento de autoridade, acaba por abdicar do dissenso e da ruptura com o regime militar, assumindo, portanto, a condição de ator político que integra o jogo de cena da legalidade que sustenta a pretensa legitimidade do regime e projeta um auditório universal que partilha as evidências ou os *endoxon* que colaboram para a manutenção da subsistência clandestina da democracia no regime ditatorial.

Considerações finais

Procuramos mostrar, neste percurso teórico-analítico, que a distinção entre a racionalidade demonstrativa e a racionalidade argumentativa está fundada nas três artes antigas, em que a retórica e a dialética visam à persuasão, ao passo que a demonstração é a finalidade da analítica, base da lógica formal. Tentamos ainda destacar que a origem de tal distinção é fundamental para a compreensão do ambicioso projeto de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) de romper com a longa tradição cartesiana de pensar a argumentação.

Consequentemente, na perspectiva de estudo reinaugurada pelo *Tratado da Argumentação*, tencionamos reiterar um modelo de análise argumentativa que não se limite ao exame isolado da estrutura dos argumentos nem ao levantamento do inventário dos tipos de argumentos que compõem um ato retórico, uma vez que um elo da argumentação integra-se a outros elos, a outros argumentos, à situação retórica, às palavras do orador e ao auditório, cujas imagens são – sabemos isso desde Aristóteles – projetadas pelo próprio discurso, independentemente de qualquer opinião prévia e pessoal que se tenha do orador e do auditório. E, nesse projeto da Nova Retórica, pontuamos a centralidade da razão prática, em que raciocinar não significa fazer cálculos, mas avaliar e tomar decisões com vistas a uma dada ação, considerando

áí o acordo do auditório tanto como ponto de partida quanto desenvolvimento da argumentação.

Com base nesses princípios, conduzimos uma análise argumentativa do pronunciamento do então deputado Mário Covas Júnior, realizado na véspera da promulgação do Ato Institucional n. 5, o famigerado AI-5, tão solicitado pelas forças ultrarreacionárias e protofascistas brasileiras que se manifestaram publicamente nas ruas durante a corrida presidencial de 2018 e a quarentena de 2020 em atos contra a democracia. Assim, nossa análise buscou, de um lado, apresentar como os diferentes argumentos se integram a favor da construção de uma tese e, de outro lado, dar a ver, ao leitor de hoje, discursos argumentativos produzidos e postos a circular num período de tensão política, crise institucional e ameaça truculenta aos princípios de liberdade conquistados e mantidos a duras penas pelo que chamamos de Estado de direito.

FONTES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Seção I. Brasília, 3 set. 1968. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/index.html#>. Acesso em: 29 ago. 2016

DIÁRIO OFICIAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de publicações da Câmara dos Deputados. Brasília, Suplemento ao nº 098, 1º jun. 2000. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD01JUN2000SUP.pdf#page=>. Acesso em: 29 ago. 2016.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Introdução. In: ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. p. XIII-LI.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

- BARTHES, Roland. A Retórica Antiga. In: COHEN, Jean *et al.* **Pesquisas de Retórica**. Tradução: Leda Pinto Mafra Iruzun. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 147-221.
- DANBLON, Emmanuelle. A adesão em Perelman: reflexões sobre o pensamento retórico. Tradução: Silvana Gualdieri Quagliuolo Seabra. Revisão da tradução: Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 5, p. 235-247, dez. 2013.
- DECLERCQ, Gilles. **L'art d'argumenter**: structures rhétoriques et littéraires. Paris: Editions Universitaires, 1992.
- FERREIRA, Luiz Antônio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. **Racionalidade argumentativa**. Porto: Edições ASA, 1993.
- HERMAN, Thierry. As técnicas argumentativas, uma pesada herança sem herdeiro? Tradução: Melliandro Mendes Galinari. In: ANGENOT, Marc; BERNIER, Marc André; CÔTÉ, Marcel (org.). **Renascimentos da Retórica**: Perelman hoje. Coordenação da tradução: Helcira Maria Rodrigues de Lima e Eduardo Lopes Piris. Coimbra: Grácio Editor, 2020 [2016].
- JØRGENSEN, Charlotte. Interpretando o Auditório Universal de Perelman: Gross versus Crosswhite. Tradução: Paulo Roberto Gonçalves-Segundo. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 3, p. 133-141, nov. 2012.
- KENNEDY, George Alexander. Greek Rhetorical Theory from Corax to Aristotle. In: KENNEDY, George Alexander. Greek Rhetorical Theory from Corax to Aristotle. **A New History of Classical Rhetoric**. Princeton University Press: New Jersey, 1994. p. 30-63.
- MCCOY, Marina. A competição entre filosofia e retórica em Górgias. In: MCCOY, Marina. **Platão e a retórica de filósofos e sofistas**. Tradução: Livia Oushiro. São Paulo: Madras, 2010. p. 95-121.
- McGEE, Michael Calvin. In Search of 'the People': a Rhetorical Alternative. **Quarterly Journal of Speech**, v. 61, n. 3, p. 235-249, 1975.

- PALMERINI, Massimo Piattelli. **L'art de persuader**. Paris: Odile Jacob, 1999.
- PERELMAN, Chaïm. **O império retórico**. Tradução: Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Edições ASA: Porto, 1992.
- PERELMAN, Chaïm. O raciocínio prático. *In*: PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito**. 2. ed. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 278-287.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a nova retórica**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PIRIS, Eduardo Lopes. Análise dialógica de um discurso que antecedeu o AI-5: o Pronunciamento Parlamentar de Márcio Moreira Alves *In*: AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan (org.). **Linguagens em diálogos: reflexões bakhtinianas em diferentes perspectivas**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p. 61-83.
- PIRIS, Eduardo Lopes. O *ethos* e suas noções conexas: análise do discurso do líder do governo na sessão parlamentar que antecedeu o AI-5. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 61, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v61i0.8655042>
- PLATÃO. **Górgias**. Tradução: Manuel Pulquério. Lisboa: Edições 70, 1991.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SEGURADO E CAMPOS, José António. Introdução. *In*: ARISTÓTELES. **Tópicos**. Tradução: José António Segurado e Campos. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2007. p. 13-227.

Posicionamento epistêmico e argumentação: articulações entre evidencialidade, modalidade epistêmica e provas retóricas

Paulo Roberto Gonçalves-Segundo
Universidade de São Paulo

Introdução

Nosso objetivo, neste trabalho, é discutir o papel retórico da construção do posicionamento epistêmico em textos de visada argumentativa (AMOSSY, 2018), ou seja, em instâncias de uso nas quais visamos à adesão de um auditório acerca de alguma Alegação ou de alguma Proposta de Ação. Para isso, tomamos como *corpus* dois editoriais publicados pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em 05 de dezembro de 2015 e em 07 de janeiro de 2016, que analisavam e avaliavam tanto o plano de reorganização escolar proposto pelo governo do Estado de São Paulo naquele momento quanto o movimento de ocupação de escolas por secundaristas que emergiu em resistência a essa proposta.

Englobam a dimensão do posicionamento epistêmico as construções linguísticas ligadas, primariamente, aos domínios da evidencialidade e da modalidade epistêmica e, secundariamente, aos campos da miratividade e da extensão. Embora, em maior ou menor grau, a análise de tais componentes linguísticos

integre a gama de procedimentos associados ao estudo da argumentação, falta ainda sistematização no potencial que tal dimensão linguística pode assumir no que se refere à construção das provas retóricas – *ethos*, *pathos* e *logos*. Logo, este trabalho busca constituir-se em um passo inicial para esse esforço de delimitação de potenciais.

Para fazê-lo, procuramos promover diálogos teóricos nas duas frentes de trabalho desta pesquisa: no plano linguístico, orientamo-nos por convergências entre os paradigmas funcionalista (em especial, MARTIN; WHITE, 2005; BEDNAREK, 2006a, 2006b; CARIOCA, 2011) e cognitivista (principalmente, MARÍN-ARRESE, 2011a, 2011b, 2013; CHILTON, 2014) e, no plano argumentativo, por um diálogo entre vertentes centradas no aspecto justificatório – como é o caso dos *layouts* de configuração funcional de movimentos argumentativos (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018), entre os quais destacamos o de Toulmin (2006 [1958]) para a argumentação epistêmica e o de Fairclough e Fairclough (2012) para a argumentação prática – e vertentes orientadas ao aspecto comunicativo-discursivo – como é o caso de Amossy (2018), para a discussão do *ethos* e do *pathos*.

Organizamos o texto da seguinte forma: na primeira seção, debateremos a noção de posicionamento epistêmico, enfocando as dimensões modal e evidencial, e apresentaremos alguns parâmetros relevantes para a análise de tais fenômenos em termos discursivos e argumentativos; na segunda seção, discutiremos, de forma sintética, os *layouts* argumentativos de Toulmin (2006 [1958]) e de Fairclough e Fairclough (2012), a partir de uma perspectiva que seja linguística, cognitiva e discursivamente coerente; na terceira, procederemos à análise dos dados, orientada a depreender os efeitos e os papéis que o posicionamento epistêmico exerce em termos de *logos*, *ethos* e *pathos* – será nesta mesma seção que tais noções serão

sinteticamente apresentadas¹; por fim, teceremos considerações finais que recuperam a proposta deste estudo e que sistematizam, ainda que parcialmente, as possíveis correlações entre o posicionamento epistêmico e as provas retóricas.

Posicionamento epistêmico: conceituação e tipologia para análise discursivo-argumentativa

A noção de **posicionamento epistêmico**, bem como suas categorias de análise, vem sendo desenvolvida – ainda que com terminologias, bases teóricas e interesses de investigação distintos² – por pesquisadores que defendem haver uma sobreposição entre os domínios da **evidencialidade** e da **modalidade epistêmica** tanto na gramática quanto no uso. Segundo González; Roseano; Borràs-Comes; Prieto (2017, p. 69, tradução nossa),

a ideia subjacente é a de que, como falantes e escritores, fazemos uso de formas evidenciais e epistêmicas para avaliar a validade de nossas asserções e opiniões, atribuindo confiabilidade às nossas palavras e, assim, um certo grau de autoridade.

Em termos gerais, podemos entender a **evidencialidade** como um fenômeno linguístico responsável pela qualificação da base de conhecimento que apresentamos para validar uma proposição, e a **modalidade epistêmica**, como o fenômeno responsável pela explicitação tanto do grau de comprometimento

1 Com isso, desejamos deixar claro, desde o início, que não propomos realizar um debate teórico sobre as provas retóricas em si, mas uma discussão sobre métodos de análise linguisticamente orientados para o exame de tais provas.


2 Na perspectiva sistêmico-funcional, o termo utilizado é **posicionamento epistemológico** (BEDNAREK, 2006a, 2006b; *epistemological positioning*); na cognitivista, **postura epistêmica** (MARÍN-ARRESE, 2011a, 2011b, 2013; *epistemic stance*); na crítico-discursiva de base cognitivista, **estratégias de legitimação** (HART, 2010; *legitimising strategies*).

que assumimos diante das proposições, o que se encontra relacionado à manipulação do estatuto de realidade de tais proposições, quanto pelo grau de abertura dialógica a que submetemos nossas representações. Ambos os fenômenos, contudo, parecem ter pontos de contato, na medida em que, por um lado, o tipo e a força da evidência mobilizada parecem interferir diretamente no grau de comprometimento e no grau de abertura dialógica que assumimos em nossos enunciados e, por outro, as diferentes construções linguísticas ligadas a um mesmo paradigma evidencial (perceptivo, cognitivo ou comunicativo) revelam distintos graus de adesão autoral diante da proposição, conforme debateremos posteriormente.

Para uma análise discursiva, voltada para a dimensão argumentativa, parece-nos relevante considerar quatro parâmetros para a descrição de instâncias linguísticas de posicionamento: (i) o modo de acesso ao conhecimento (aplicável exclusivamente ao domínio evidencial); (ii) o grau de responsabilidade do conceptualizador³ sobre a proposição; (iii) o grau de comprometimento do conceptualizador diante da proposição (ou ainda o estatuto de realidade da proposição); (iv) o grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado. No Quadro 1, sintetizamos a proposta, a ser detalhada posteriormente.

3 Embora conheçamos as especificidades dos conceitos que subjazem às diferentes terminologias, ligadas aos diferentes campos de estudo com os quais dialogamos, alternaremos livremente o uso das expressões *produtor (textual)*, *orador*, *voz autoral*, *conceptualizador* e *falante-escriptor*. Discutir tais questões não consiste em objetivo deste capítulo.

Quadro 1 – Tipologia discursivamente orientada para análise do posicionamento epistêmico

Parâmetro	Categorias	
Modo de acesso ao conhecimento	a. Percepção b. Cognição c. Comunicação	
Grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição	a. Pessoal b. Compartilhada c. Institucional d. Opaca e. Delegada (específica x difusa)	
Grau de comprometimento do conceptualizador sobre a proposição/ Estatuto de realidade da proposição	a. Certo b. Provável c. Possível d. Conjectural e. Isento f. Incerto g. Improvável h. Impossível	<i>Realis</i>
		 <i>Nem realis nem irrealis</i>
		<i>Irrealis</i>
Grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado	a. Expansão dialógica b. Contração dialógica	

Fonte: Elaboração própria a partir de diálogo com diversas fontes, discutidas na sequência

Começemos pelo **modo de acesso ao conhecimento**, que consiste em um parâmetro exclusivamente evidencial e que terá grande relevância na análise dos dados. Em primeiro lugar, devemos destacar que existem diversas tipologias para dar conta desse parâmetro: algumas são gramática e tipologicamente orientadas, como é o caso de Aikhenvald (2004; 2007); outras são pragmaticamente embasadas, como a de Hanks

(2014); há ainda as textual e discursivamente ancoradas, como a de Bednarek (2006a; 2006b), de Marín-Arrese (2011a; 2011b) e Carioca (2011)⁴; e, por fim, existem as sociocognitivamente orientadas (van Dijk, 2014). Entre elas, contudo, verificamos uma sobreposição de três campos: a **percepção**, a **cognição** e a **comunicação**.

Evidenciais **perceptivos** indicam que a representação enunciada – que, muitas vezes, se constitui na Alegação ou nos Dados de um movimento argumentativo – tem origem na experiência sensorial de algum conceptualizador, em geral, decorrente de – mas não restrita à – observação. Evidenciais **cognitivos** sinalizam que a representação textualizada origina-se ou das crenças e dos saberes de algum ator social, ou dos processos inferenciais produzidos por ele. Por fim, evidenciais **comunicativos** indicam que a representação enunciada será calcada em um dizer prévio de algum conceptualizador. Embora possamos imaginar que tal categoria coincida com a noção de discurso relatado, devemos ressaltar que, na verdade, o que ocorre é intersecção – nem sempre os casos de discurso relatado correspondem a instâncias de uso de evidenciais, conforme discutiremos na análise.

O segundo parâmetro para discutirmos é o **grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição**. Marín-Arrese (2011a, 2011b, 2013) propõe considerar três possibilidades: a **responsabilidade pessoal**, quando nos valem os recursos linguísticos que apontam que é a experiência e o julgamento da própria voz autoral que asseguram um espaço de legitimidade para uma dada representação; a **responsabilidade compartilhada**, nas instâncias em que utilizamos recursos linguísticos que sinalizam que estamos dividindo com outros membros da comunidade discursiva a responsabilidade pela proposição; **responsabilidade opaca**, quando instanciamos

4 Em nosso ponto de vista, a tipologia de Carioca (2011) parece buscar articular o gramatical, em perspectiva funcionalista, ao textual.

recursos linguísticos que geram efeito de impessoalização, invocando um conceptualizador genérico, de forma a simular que dado conhecimento está ao alcance de qualquer ator social razoável. Além dessas formas, também podemos imaginar situações em que desejamos responsabilizar outro ator social pela proposição, sinalizando que ela deriva da experiência e do julgamento desse outro. Trata-se dos casos que denominamos **responsabilidade delegada**. Dizemos que ela é **específica**, quando identificamos o ator social ou a instituição responsabilizada, e **difusa**, quando não identificamos claramente a fonte ou o fazemos de forma genérica. Por fim, também há situações em que responsabilizamos a instituição a que estamos vinculados pela proposição, atribuindo a ela o posicionamento enunciado, de forma a diluir a relevância do nosso papel como fonte. Trata-se da **responsabilidade institucional**. As categorias formam entre si um *continuum* que se inicia na máxima responsabilização autoral (pessoal), passando pelos graus intermediários (compartilhada, institucional e opaca) até atingir a mínima responsabilização autoral (delegada).

Embora esteja primariamente associado ao campo modal, construções evidenciais também podem indicar nosso comprometimento diante daquilo que enunciamos, o que, em geral, está associado ao estatuto de realidade da proposição. Trata-se, pois, do parâmetro **grau de comprometimento do conceptualizador/estatuto de realidade da proposição**. Assumimos, baseados em Chilton (2014), que o estatuto de realidade consiste em uma escala que vai do *realis* ao *irrealis*. O polo do *realis* está associado à polaridade positiva; em sua extremidade, podemos situar as afirmações categóricas. O polo do *irrealis*, por sua vez, está ligado à polaridade negativa; em sua extremidade, encontramos a negação polêmica. O ponto intermediário da escala consiste nas instâncias *nem realis, nem irrealis*; nas quais a voz autoral busca isentar-se de assumir um comprometimento diante da representação enunciada. Tradicionalmente, os pontos de tal escala (excluindo as extremidades) costumam

ser denominados **certeza, probabilidade, possibilidade, conjectura, incerteza, improbabilidade e impossibilidade**. Estamos denominando o ponto intermediário como **isenção**, ressaltando que estamos nos referindo ao efeito ou à simulação de não aderir a uma proposição nem refutá-la.

Por fim, tanto modais quanto evidenciais também realizam operações dialógicas, na medida em que sua instanciação pode indicar distintos graus de abertura a discursos outros ou a alternativas de representação da realidade. Nesse sentido, vemos como relevante considerar um parâmetro de **grau de abertura dialógica**. Tal abertura pode ser dividida em dois grupos: a **expansão dialógica** e a **contração dialógica**. Martin e White (2005) propõem essas categorias no âmbito do seu sistema semântico-discursivo de engajamento, ligado ao arcabouço sistêmico-funcional da linguagem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014 [1985]), para dar conta das distintas formas pelas quais as vozes autorais se engajam com o fundo heteroglóssico de vozes que atravessam a atividade discursiva, o que revela traços de seu posicionamento diante da realidade. Tais relações são mais complexas que as anteriores; por isso, faremos uma sistematização inicial no Quadro 2, que também comporta explicações e exemplificações.

Quadro 2 - Relações entre abertura dialógica, estatuto de realidade e modo de acesso ao conhecimento

Expansão dialógica	<p>Modalidade Epistêmica</p> <p>Especialmente ligada aos campos da <i>probabilidade</i>, <i>possibilidade</i> e <i>conjectura</i>. Ao assumir que uma representação da realidade é <i>possível</i>, a voz autoral abre um espaço que admite/pondera alternativas dialógicas, não se fechando para Alegações ou Dados contrários; em outros termos, não desestimula Refutações (ex. verbos <i>poder</i> e <i>dever</i>; construções predicativas, como <i>é provável que</i>, <i>é possível que</i>).</p>
	<p>Evidencialidade</p> <p>Ligada, principalmente, a evidenciais cognitivos e comunicativos. São dois os fenômenos de destaque:</p> <p>a. reconhecimento⁵, quando a voz autoral traz uma fala ou um pensamento de outro conceptualizador ao texto, posicionando-se de forma <i>nem real</i>, <i>nem irreal</i> em relação a seu conteúdo (ex. <i>dizer</i>, <i>falar</i>, <i>afirmar</i>, <i>crer</i>, <i>acreditar</i>);</p> <p>b. distanciamento, quando a voz autoral traz uma fala ou um pensamento de outro conceptualizador ao texto, sinalizando que considera o conteúdo <i>irreal</i>. Trata-se, portanto, de uma situação em que se traz ao texto um discurso com o qual o falante-escritor não adere; daí a expansão do dialogismo (ex. <i>alegar</i>, <i>blasfemar</i>, certos usos de <i>pensar</i>, <i>iludir-se</i>).</p>

5 Na proposta de Martin e White (2005), as categorias de **reconhecimento**, **distanciamento** e **endosso** estão associadas apenas ao que aqui denominamos campo **comunicativo**; na terminologia da LSF, trata-se dos Processos Verbais. cremos que a extensão ao domínio cognitivo (Processos Mentais Cognitivos, na LSF) faz sentido; há paralelos sintático-semânticos para estabelecer essa analogia.

Contração dialógica	<p>Modalidade Epistêmica</p> <p>Majoritariamente ligada ao campo da <i>certeza</i>. Ao assumir que uma representação da realidade é <i>certa</i>, a voz autoral admite haver alternativas dialógicas, mas procura limitar seu potencial de emergência; em outros termos, Refutações são desestimuladas (ex. construções predicativas, como <i>é certo que</i>, <i>é óbvio que</i>). Há sobreposição parcial com evidencialidade e miratividade⁶.</p>
	<p>Evidencialidade</p> <p>Três são os principais fenômenos:</p> <p>a. confirmação de expectativa⁷, quando a voz autoral constrói a representação como esperada e como se fosse facilmente acessível a qualquer conceptualizador razoável (ex. advérbios, como <i>evidentemente</i>, <i>claramente</i>; construções predicativas, como <i>é natural que</i>, <i>é evidente que</i>). Há sobreposição parcial com o domínio semântico da miratividade e da modalidade epistêmica;</p> <p>b. enfrentamento polêmico, quando a voz autoral se vale da sua experiência sensorial ou cognitiva como forma de polemizar contra um fundo de alternativas dialógicas, de forma a contrair o espaço de aceitação de tais alternativas e construir o seu ponto de vista como o <i>real</i> (ex. certos usos do verbo <i>ver</i> e <i>saber</i>, especialmente em contextos de discordância explícita);</p> <p>c. endosso, quando a voz autoral instancia uma fala ou pensamento de outro conceptualizador no texto, sinalizando que está comprometida e considera <i>real</i> o posicionamento comunicado (ex. <i>mostrar</i>, <i>provar</i>, <i>saber</i>).</p>

Fonte: Elaboração própria

Apresentamos, na sequência, manipulações de um complexo oracional extraído do editorial *Lições de Política*, que compõe o *corpus* deste estudo, para exemplificar o conjunto de parâmetros discutidos nesta seção:

6 Sobre **miratividade**, ver nota 17.

7 Estamos adaptando a terminologia utilizada na Linguística Sistêmico-Funcional para que fique mais claro o viés argumentativo dos recursos assinalados. Para verificar as traduções usualmente utilizadas, consultar Ninin e Barbara (2013).

(a) *O plano tem méritos, como vem afirmando esta Folha desde que foi delineado.*

- Modo de acesso ao conhecimento: **comunicação**
- Grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição: **institucional**
- Grau de comprometimento do conceptualizador sobre a proposição/Estatuto de realidade da proposição *O plano tem méritos*: **realis**
- Grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado: **expansão dialógica: reconhecimento**⁸

(b) *Parece que o plano tem méritos.*

- Modo de acesso ao conhecimento: **percepção**
- Grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição: **opaca**
- Grau de comprometimento do conceptualizador sobre a proposição/Estatuto de realidade da proposição *O plano tem méritos*: **provável; próximo ao realis**.
- Grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado: **expansão dialógica**

(c) *[Diferente do que você pensa]⁹, eu sei que o plano não tem méritos.*

- Modo de acesso ao conhecimento: **cognição**
- Grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição: **peçoal**
- Grau de comprometimento do conceptualizador sobre a proposição/Estatuto de realidade da proposição *O plano (não) tem méritos*: **irrealis** (conceptualizador desafia explicitamente o posicionamento alternativo)
- Grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado: **contração dialógica: enfrentamento polêmico**

8 Trata-se de caso não prototípico, uma vez que a voz autoral traz a voz da própria instituição a que ele se vincula e da qual é porta-voz no editorial para responsabilizar-se pela proposição. Em geral, o **reconhecimento** ocorre quando essa outra voz é, de fato, externa.

9 O segmento em colchetes é necessário para que possamos entender o contexto em que o enfrentamento polêmico ocorre.

(d) **Evidentemente**, o plano não tem méritos.

- Modo de acesso ao conhecimento: na zona de sobreposição entre **percepção** e **cognição**
- Grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição: **opaco**
- Grau de comprometimento do conceptualizador sobre a proposição/Estatuto de realidade da proposição *O plano (não) tem méritos: **irrealis** (posição do conceptualizador coincide com o esperado)*
- Grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado: **contração dialógica: confirmação de expectativa**

(e) **Estudos provam** que o plano tem méritos.

- Modo de acesso ao conhecimento: **comunicação**
- Grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição: **delegada: difusa**
- Grau de comprometimento do conceptualizador sobre a proposição/Estatuto de realidade da proposição *O plano tem méritos: **realis** (posição do conceptualizador coincide com a da fonte)*
- Grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado: **contração dialógica: endosso**

(f) **Meu professor de Sociologia pensa/se ilude** que o plano tem méritos.

- Modo de acesso ao conhecimento: **cognição**
- Grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição: **delegada: específica**
- Grau de comprometimento do conceptualizador sobre a proposição/Estatuto de realidade da proposição *O plano tem méritos: **irrealis** (posição do conceptualizador se choca com a da fonte; no caso, para a fonte, é **realis**)*
- Grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado: **expansão dialógica: distanciamento.**

- (g) *Imagino que o plano possa ter méritos.*
- Modo de acesso ao conhecimento: **cognição**
- Grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição: **peçoal**
- Grau de comprometimento do conceptualizador sobre a proposição/Estatuto de realidade da proposição *O plano ter méritos*: **conjectura; próximo ao nem realis nem irrealis.**
- Grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado: **expansão dialógica**

(h) *É certo que o plano tem méritos.*

- Modo de acesso ao conhecimento: **não se aplica (valor exclusivamente modal)**
- Grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição: **opaco**
- Grau de comprometimento do conceptualizador sobre a proposição/Estatuto de realidade da proposição *O plano tem méritos*: **certeza; quase realis**
- Grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado: **contração dialógica**

(i) *O plano deve ter méritos.*

- Modo de acesso ao conhecimento: **não se aplica (valor exclusivamente modal)**
- Grau de responsabilidade do conceptualizador sobre a proposição: **opaco**
- Grau de comprometimento do conceptualizador sobre a proposição/Estatuto de realidade da proposição *O plano (não) ter méritos*: **probabilidade; próximo realis**
- Grau de abertura dialógica efetivado pelo enunciado: **expansão dialógica**

Isso posto, passamos à síntese dos *layouts* de argumentação epistêmica e prática.

A configuração funcional da argumentação

Relendo o layout de Stephen Toulmin (2006 [1958])

O estudo da configuração funcional da argumentação visa a compreender como são constituídos os movimentos argumentativos em termos do papel exercido pela rede de proposições na sustentação de concepções de realidade ou de projetos de mudança da realidade. Os textos de visada argumentativa (AMOSSY, 2018) podem constituir-se de um ou mais movimentos argumentativos, estruturados de forma coordenada, subordinada ou mista. O que define um movimento é sua orientação a uma Alegação – no caso da argumentação epistêmica, que visa a um **fazer crer**, ou seja, a provocar adesão em relação a uma concepção de realidade, de modo a formar ou atualizar uma crença do auditório – ou a uma Proposta de Ação – no caso da argumentação prática, que visa a um **fazer fazer** ou a um **fazer decidir**, ou seja, a provocar adesão em relação a um projeto de mudança da realidade.

O *layout* de argumentação proposto por Stephen Toulmin (2006 [1958]) e ampliado em Toulmin, Rieke e Janik (1984 [1978]) consiste em uma ferramenta útil para a descrição da rede proposicional que embasa uma argumentação epistêmica. Embora haja toda uma tradição dedicada ao desenvolvimento e à crítica do modelo (VERHEIJ, 2006; SLOB, 2006; LANGSDORF, 2011; FREEMAN, 2011; GONÇALVES-SEGUNDO, 2016), tentaremos mesclar as formulações iniciais a considerações de base cognitivo-discursiva, que consideram o dialogismo e que ressaltam a importância do posicionamento epistêmico.

Alegações configuram-se em concepções de realidade que funcionam como alternativas de resposta a um problema epistêmico, ou seja, um dissenso em relação a concepções de realidade que podem responder a uma questão argumentativa (GRÁCIO, 2010). Em um movimento argumentativo, em geral, é uma dessas respostas que está em foco. Por estarem em tensão

dialógica, requisitam justificação. Logo, os Dados consistem nos “fatos aos quais recorreremos como fundamentos para a alegação” (TOULMIN, 2006 [1958], p. 140). O estatuto “factual” dos Dados, na verdade, deriva de efeitos de regimes de discursividade distintos, uma vez que as distintas esferas de atividade humana e os variados gêneros discursivos comportam critérios variados para aquilo que pode ser considerado como aceitável para fundamentar uma Alegação. Trata-se do “treinamento cultural” a que Langsdorf (2011) faz menção.

Dados sustentam Alegações com base em uma Garantia. Garantias podem ser lidas de duas formas: por um lado, elas têm origem no interdiscurso e se encontram pré-legitimadas por algum discurso; por outro, são ativadas, inferencialmente, pelo leitor-ouvinte com base na relação de justificação que se estabelece entre os Dados e a Alegação.

Contudo, tanto os Dados quanto as Garantias podem ser questionadas, e tal crítica pode, inclusive, ser antecipada pelo orador. Bases (ou Apoios) atuam, portanto, como a sustentação evidencial desses componentes, tornando explícito o conjunto de experiências que nos permitem estabelecer confiabilidade em relação a esses elementos. Em geral, o tipo de Base selecionado deriva de coerções da esfera e do gênero discursivo. Trata-se da campo-dependência já apontada por Toulmin (2006 [1958]).

As críticas, que podem ser dirigidas aos Dados, às Bases, às Garantias, atuam no sentido de, por um lado, minar o fluxo argumentativo rumo à Alegação, enfraquecendo a possibilidade de aderir a ela e, por outro, ativar um movimento argumentativo alternativo, orientado à sustentação de uma Contra-Alegação, que representa uma das alternativas dialógicas que configuram o fundo heteroglóssico de respostas ao problema epistêmico de base. Tais proposições são denominadas Refutações no modelo: as primeiras são classificadas como internas; as últimas, como externas.

Por fim, a proposta de Toulmin (2006 [1958]) ainda prevê um elemento denominado Qualificador. A Qualificação consiste,

no fundo, no estatuto de realidade da Alegação, não raro expresso por um valor modal epistêmico. Em termos linguísticos, como já argumentamos, consideramos que toda proposição apresenta um valor na escala que vai do *realis* ao *irrealis*. Contudo, no que se refere à Alegação, devemos destacar que o estatuto de realidade serve tanto para indicar a avaliação autoral sobre a razoabilidade da Alegação, considerando, por um lado, sua confiança (discursivamente construída) na capacidade de a Garantia interligar os Dados à Alegação e, por outro, a possibilidade de emergência de Refutações, quanto para sinalizar o grau de abertura crítica ao qual tanto a Alegação quanto a argumentação subjacente deveriam ser submetidas, de forma que quanto mais alto é o estatuto de realidade, menor espaço para a diferença de opinião se estabelece e, portanto, mais contraído fica o espaço de abertura crítica, o que pode gerar polemização mais explícita e até conflitos.

Apresentando o layout de Fairclough e Fairclough (2012)

Fairclough e Fairclough (2012) propõem um *layout* de argumentação prática orientado à defesa de Propostas de Ação, assumindo como fundante desse tipo de atividade a racionalidade condutiva, ou seja, aquela orientada à pesagem de prós e contras para a tomada de decisão (ZENKER, 2011).

Uma atividade de argumentação prática origina-se de uma leitura negativa do estado-de-coisas presente, denominado Circunstâncias, caracterizado como problemático. Em função de ser considerado indesejado ou inaceitável – processo mediado pelos Valores que atravessam o discurso dos participantes da interação, em práticas dialógicas, ou da voz autoral, nas monológicas –, emergem projetos de mudança de realidade, ou seja, Propostas de Ação orientadas a alcançar um Objetivo, um estado-de-coisas futuro almejado que corresponda aos Valores do orador.

Em geral, aderimos a dadas Propostas de Ação com base nas consequências positivas ou negativas projetadas como decorrentes da Proposta de Ação, o que está diretamente relacionado ao esquema/argumento pragmático, conforme bem expõem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002 [1958]); no (des)respeito aos Valores assumidos pelos participantes da interação, oriundos das discursividades aos quais estão filiados; e na viabilidade de efetivar a Ação nas Circunstâncias vigentes, considerando a eficácia da Proposta de Ação em termos de concretizar os Objetivos ou a eficiência do procedimento, que diz respeito ao custo ou ao esforço para colocar a Proposta de Ação em prática.

Por conseguinte, o *layout* de Fairclough e Fairclough (2012) apresenta uma macroestrutura complexa em que Valores são explícita ou implicitamente invocados para justificar tanto a leitura das Circunstâncias vigentes quanto à proposição de Objetivos, que, por sua vez, se tornam o Fim a ser alcançado pela Proposta de Ação, o Meio. Por essa razão, os autores propõem que haja uma Garantia, em geral, implícita, denominada Meio-Fim, que atua para legitimar o raciocínio que concebe a Proposta como uma solução para o problema prático em questão; problema esse que é caracterizado pelo dissenso em relação a alternativas de projetos para atingir o estado-de-coisas futuro visado.

Tendo sido expostos os pressupostos mínimos para a compreensão do *layout* de argumentação prática, passamos à análise dos dados.

Análise do posicionamento epistêmico no discurso da mídia impressa sobre as ocupações secundaristas

Buscaremos, neste procedimento analítico, mostrar o papel que os recursos linguísticos de posicionamento epistêmico – primariamente, a evidencialidade; secundariamente, a modalidade epistêmica – exercem na construção da argumentação em

dois editoriais da *Folha de S.Paulo* que analisam e avaliam tanto o plano de reorganização das escolas públicas paulistas, proposto pela gestão do governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP), em 2015, quanto o movimento de ocupação das escolas engendrado em resistência ao referido plano. Sintetizamos, no Quadro 3, a seguir, as informações pertinentes ao *corpus* desta pesquisa:

Quadro 3 - Corpus da pesquisa: editoriais da Folha de S.Paulo

sigla	título	jornal	data de publicação
LP (FSP)	<i>Lições de política</i>	<i>Folha de S.Paulo</i>	05 dez. 2015
LM (FSP)	<i>Lições de um movimento</i>	<i>Folha de S.Paulo</i>	07 jan. 2016

Fonte: Elaboração própria

Em termos mais específicos, discutiremos como o posicionamento epistêmico atua na construção das provas retóricas: em primeiro lugar, examinaremos o seu papel na construção dos Dados, da Base e da Alegação, processo que está associado à dimensão do *logos*; em segundo lugar, discutiremos o papel que exerce na construção da imagem da instituição jornalística, processo que está ligado à dimensão do *ethos*; e, em terceiro lugar, investigaremos como ele atua no gerenciamento de possíveis respostas do leitor, o que passa por construir aproximação ou distanciamento em relação a dadas expectativas e a determinados conjuntos de valores e crenças, processo que se encontra vinculado à dimensão do *pathos*.

Isso posto, passamos para a análise propriamente dita¹⁰.

10 Aconselhamos uma leitura prévia dos dois editoriais – presentes na seção de Anexos – para que se possa maximizar a compreensão da análise.

Posicionamento epistêmico e logoi: a legitimação do raciocínio argumentativo

O valor dos recursos evidenciais na construção da argumentação já se faz visível no início do editorial LP (FSP). Vejamos os cinco primeiros parágrafos do texto:

- (1) O experimentado Geraldo Alckmin (PSDB), em seu quarto mandato à frente do Estado de São Paulo, parece ter aprendido só nesta sexta-feira (4) algo básico a respeito de governos democráticos: nem sempre a população aceitará políticas públicas impostas de cima para baixo, sem o devido debate e um mínimo de transparência.

Pouco mais de dois meses após anunciar sua intenção de reorganizar a rede de ensino paulista, Alckmin viu-se obrigado a suspender o plano. Tomou a decisão pressionado pelo desmoronamento de seus índices de popularidade e pelos rumorosos protestos estudantis.

Às vésperas de se reeleger, no ano passado, o governador ostentava aprovação de 48%, segundo o Datafolha; na pesquisa ora divulgada, a taxa caiu para 28%. Além disso, as manifestações contra a proposta do governo vinham se espalhando, com bloqueios de vias e sobretudo invasão de escolas.

Alckmin parecia apostar no desgaste do movimento. Errou. O número de colégios ocupados passou de poucas dezenas a quase duas centenas num intervalo de 15 dias, e 55% dos entrevistados pelo Datafolha apoiaram os alunos.

Sem saída, o tucano disse o óbvio: “Entendemos que devemos aprofundar o diálogo”. É o que deveria ter dito há muito tempo.

O primeiro parágrafo concentra uma das principais Alegações da voz autoral editorial no texto. Tal Alegação é construída por meio de uma relação lógico-semântica de **elaboração**¹¹ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014 [1985]), em que *algo básico a respeito de governos democráticos* é construído como

11 Segundo Halliday e Matthiessen (2014 [1985], p. 461, tradução nossa), a relação lógico-semântica de **elaboração** diz respeito a uma “caracterização ulterior do que já está dado, reafirmando, clarificando, refinando ou adicionando um atributo descritivo ou comentário”

equivalente a *nem sempre a população aceitará políticas públicas impostas de cima para baixo, sem o devido debate e um mínimo de transparência*. Assim, podemos afirmar que a Alegação central do excerto é: *O experimentado Geraldo Alckmin parece ter aprendido só nesta sexta-feira (4) que nem sempre a população aceitará políticas públicas impostas de cima para baixo sem o devido debate e um mínimo de transparência*. Entre os inúmeros recursos linguísticos instanciados na construção da tese, gostaríamos de destacar os seguintes, uma vez que são relevantes em termos de posicionamento: o verbo evidencial *parecer*, em primeiro plano; e o modificador adjetivo *básico* e a partícula de restrição *só*, em segundo plano.

O verbo *parecer* atua, no excerto, como um recurso **evidencial** que põe em tensão os limites entre os valores **perceptivo** e **cognitivo**, na medida em que indica uma conclusão verossímil da voz autoral em face do que ela nota e depreende do comportamento do então governador de São Paulo. Tal comportamento encontra-se enunciado tanto no segundo quanto no quinto parágrafo do texto; naquele, consiste na decisão de suspender o plano; neste, na declaração de que ele entendia ser necessário aprofundar o diálogo. Nesse sentido, a decisão de suspensão do plano e a declaração acerca da necessidade de dialogar são construídas como pistas (Dados) a partir dos quais se pode alegar que Alckmin aprendera algo. O esquema argumentativo que estrutura o raciocínio é, portanto, sintomático¹² (van EEMEREN; HOUTLOSSER; SNOECK HENKEMANS, 2007; HITCHCOCK; WAGEMANS, 2011), baseado na premissa

12 Para van Eemeren, Houtlosser e Snoeck-Henkemans (2007, p. 154, tradução nossa), “em uma argumentação baseada em uma relação sintomática, uma propriedade, um vínculo a uma classe, uma característica distintiva ou a essência de uma coisa, pessoa ou situação particular referida no argumento também se aplica à coisa, pessoa ou situação referida na alegação”. Trata-se, basicamente – mas não exclusivamente – das relações de coexistência discutidas no Tratado de Argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002 [1958]).

implícita – a Garantia – de que *rever os posicionamentos e as decisões tomadas é sinal de aprendizado*.

O uso do verbo *parecer* assume, pois, uma dupla função: por um lado, incita a conceptualização de que há Dados que se constituem em evidências fortes o suficiente para sustentar a Alegação por ele escopada – a de que Alckmin aprendera uma lição¹³ –; por outro lado, deixa explícita a tensão dialógica que constitui qualquer Alegação, sinalizando para o leitor que se trata de um posicionamento “em questão”, de uma alternativa de representação de realidade. Isso é realizado, contudo, visando a conduzir o leitor à alta plausibilidade do posicionamento, o que passa por construir a expectativa de que um Dado preciso será fornecido para sua sustentação. Trata-se, portanto, de um recurso argumentativo estratégico no sentido de demarcar a tensão do que é alegado e evidenciar que há um Dado forte para embasar a alternativa focalizada.

Atuando de forma complementar ao verbo *parecer*, o adjetivo *básico* e a partícula de restrição *só* – quando combinados com o adjetivo *experimentado*, um julgamento de capacidade (MARTIN; WHITE, 2005) – constroem um quadro de avaliação negativa de Geraldo Alckmin, colocando em questão sua competência como gestor democrático e sinalizando uma reação afetiva implícita de frustração; afinal, ele não fez o que deveria ter feito desde o início: suspender o plano. Se é *básico* saber que a população nem sempre aceita políticas públicas autoritárias, alguém *experimentado* deveria deter tal conhecimento; se ele *só* parece ter aprendido isso pouco tempo antes da redação do editorial, significa que ele teve oportunidades anteriores para ter feito o que deveria, o que caracteriza, no mínimo, inércia; no máximo, empáfia. Logo, temos um início de editorial que

13 A propósito, tal ponto de vista fica claro no fim do editorial – *A lição de política foi boa* –, que aponta para uma releitura do título do texto: quem recebe a lição de política é Alckmin, e os responsáveis por dar essa lição – ou seja, os professores – são os alunos manifestantes.

constrói, ainda que indiretamente, uma representação deveras crítica da figura do governador.

A função dos evidenciais, contudo, não se circunscreve à construção da Alegação e de seus efeitos sobre os Dados; eles também podem escopar os Dados em si, gerando efeitos sobre a aceitabilidade da Alegação. Podemos encontrar tal fenômeno no movimento argumentativo construído entre o segundo e o quarto parágrafos.

O terceiro parágrafo como um todo assume, no texto, a função de **elaborar** o último complexo oracional do parágrafo anterior, explicitando os valores que permitem afirmar que houve um *desmoronamento dos índices de popularidade* do governador, bem como descrevendo as atividades que caracterizavam os *rumorosos protestos estudantis*. O quarto parágrafo amplia esse detalhamento, mostrando, por um lado, o aumento significativo das escolas ocupadas e, por outro, o nível de aprovação do movimento pela população. Temos, portanto, dois parágrafos com proposições que, majoritariamente, atuam como Dados que legitimam a Alegação de que *Alckmin [se] viu obrigado a suspender o plano*; esta, por sua vez, conforme discutimos anteriormente, configura-se em um dos Dados que sustentam a Alegação inicial – a de que o governador parecia ter aprendido apenas tardiamente algo básico sobre os regimes democráticos.

É no âmbito do terceiro parágrafo, contudo, que podemos destacar o uso de construções de **evidencialidade**. A voz autoral vale-se de instâncias do tipo **comunicativo de evidencial** – *segundo o Datafolha e na pesquisa ora divulgada* – para marcar a fonte das informações enunciadas. Trata-se do já recorrentemente debatido uso de vozes externas – no caso, um órgão de pesquisa ligado ao próprio Grupo Folha –, dotadas de reconhecimento social no que tange à sua credibilidade, para barrar possível incredulidade do leitor e emprestar ao Dado a confiabilidade depositada na fonte, processo que prepara o

leitor – prospectiva ou retrospectivamente, como é o caso – para a aceitabilidade da Alegação.

Logo, o papel que o **evidencial comunicativo** assume no excerto é o de incitar a conceptualização de que aqueles enunciados consistem em Dados confiáveis, cujo conteúdo proposicional pode ser assumido como *realis*. Nesse sentido, o que podemos dizer é que a expressão **evidencial** como um todo atua como Base¹⁴ para os Dados, procedimento que parece intensificar a força argumentativa do movimento rumo às Alegações instanciadas.

O quinto parágrafo, que finaliza o movimento argumentativo complexo iniciado no primeiro parágrafo, concentra um uso não **evidencial** do verbo *dizer*; não se trata aqui de indicar a fonte de uma informação que a voz autoral utilizará como Dado ou Alegação. O que importa aqui é o ato de fala em si; é o fato de Alckmin ter dito que entendia que o diálogo deveria ser aprofundado que é relevante; é esse reconhecimento que consiste em **sintoma** para concluirmos que ele aprendeu algo básico sobre a democracia.

14 No modelo Toulmin original (TOULMIN, 2006 [1958]; TOULMIN; RIEKE; JANIK, 1984 [1978]), a Base atua como “considerações de suporte [de caráter campo-dependente] que tornam explícito o conjunto de experiências e de conhecimentos que nos permite confiar na Garantia” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2016, p. 74, colchetes nossos). Contudo, partilhamos da concepção de Langsdorf (2011, p. 69, tradução nossa), conforme discutimos na seção 2.1, de que tanto Dados quanto Garantias são sustentadas por Bases, na medida em que “os grupos para os quais o conhecimento geral e a linguagem que o articula pertencem desenvolvem modos informados de ver e de comunicar que refletem ‘seleções das realidades’ comuns que informam (e, em algum grau, geram) suas culturas. [...] A pergunta ‘por quê?’, quando direcionada à seleção dos Dados, indaga acerca das particularidades desse ‘treinamento’ cultural, aprendido por hábitos de pensar e ser bem como por exemplares que nos são fornecidos desde o nascimento, muitos dos quais conhecidos tacitamente”.

Logo, é importante diferenciarmos usos em que os verbos de elocução ou *dicendi* atuam como **evidenciais** – indicando a forma pela qual a voz autoral se engaja com o conteúdo do dizer, tomando como base a confiabilidade imputada na fonte – dos usos em que tais verbos apenas atuam como **introdutores de discurso relatado**, o que é relevante em termos de construção narrativa, mas não necessariamente da elaboração de um movimento argumentativo. É claro que – como ocorre no segmento em análise – a construção reportativa em si, que abarca fonte, verbo *dicendi* e relato, pode ocupar o papel de Dado ou de Alegação em um movimento argumentativo. Nesse caso, é o fato de se dizer algo que é aproveitado argumentativamente. Esquematizamos tal distinção no Quadro 4.

Quadro 4 - Construção Reportativa em Movimentos Argumentativos

Construção reportativa (ou Discurso Relatado) com uso evidencial de verbo de elocução	
É o Relato que tende a ocupar papel no movimento argumentativo.	
Fonte	Participante oracional a quem é imputada a responsabilidade pela produção do Relato. É com base na sua credibilidade, para uma dada comunidade discursiva, que o Relato adquire maior ou menor grau de confiabilidade, impactando no efeito de convencimento ou de persuasão.
Verbo de elocução/<i>dicendi</i>	Uso evidencial.
Relato	Informação/Proposição que ocupa o papel de Dado ou de Alegação em um movimento argumentativo.

Construção reportativa (ou Discurso Relatado) com uso não evidencial de verbo de elocução	
A construção reportativa como um todo pode ocupar papel no movimento argumentativo.	
Fonte	Participante oracional a quem é imputada a responsabilidade pela produção do Relato. É com base na sua credibilidade, para uma dada comunidade discursiva, que o Relato assume um estatuto de crível ou não crível, verdadeiro ou mentiroso, impactando, primariamente, na verossimilhança narrativa.
Verbo de elocução/<i>dicendi</i>	Uso não evidencial.
Relato	Informação/Proposição que não ocupa, sozinha, o papel de Dado ou de Alegação em um movimento argumentativo.

Fonte: Elaboração própria

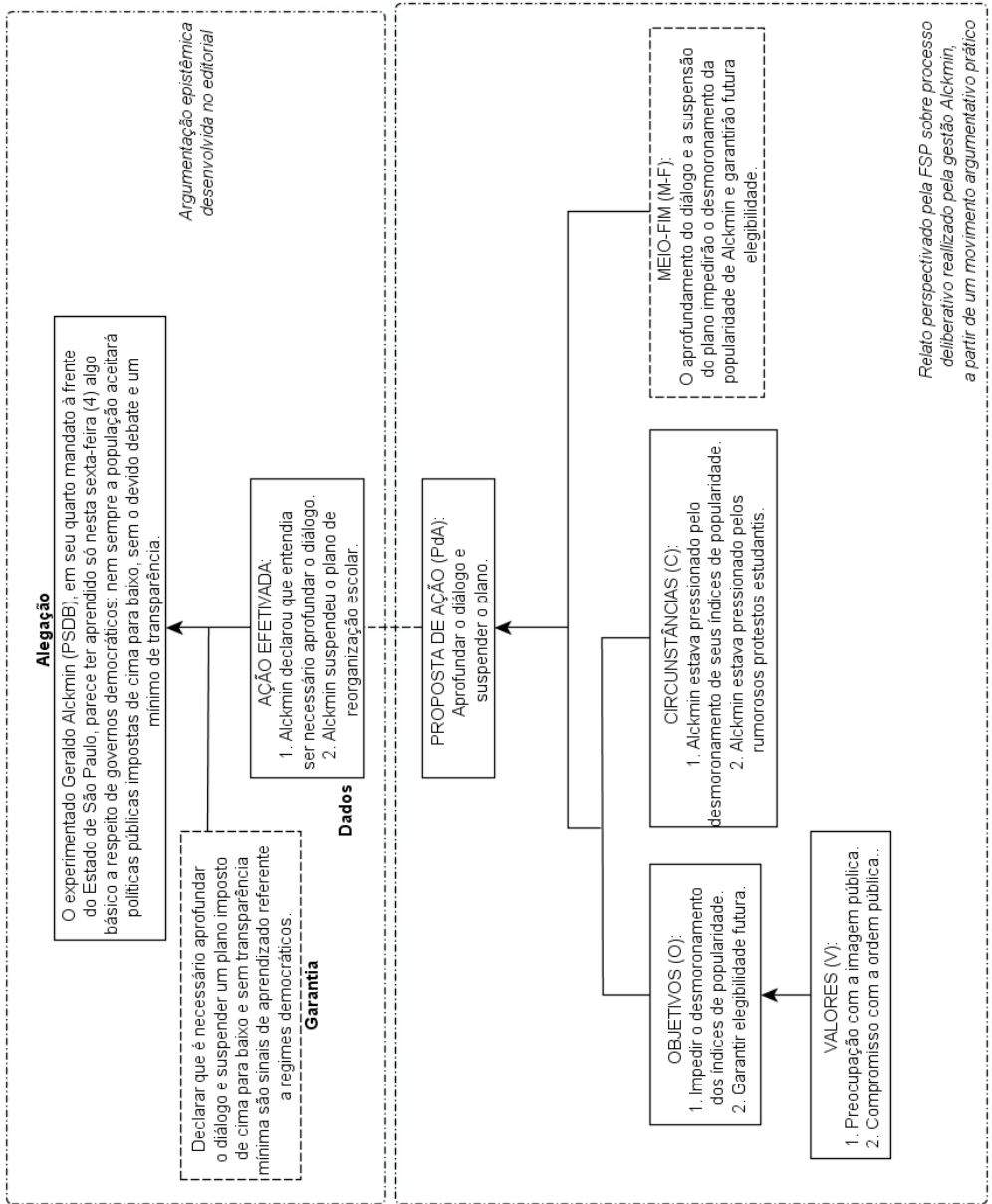
Além disso, é importante destacarmos o uso do verbo *entender* na fala do governador, bem como das expressões *sem saída*, *óbvio* e *há muito tempo*. De forma análoga ao que afirmamos acerca do verbo *dizer*, *entender* também pode ser usado ou não como evidencial; no caso, ocorre um uso **evidencial** que marca como fonte da Proposta de Ação *devemos aprofundar o diálogo a **cognição*** de Alckmin. Trata-se de seleção lexical relevante, uma vez que ela sinaliza um processo cognitivo que levou a tal decisão, motivada por todas as pressões anteriormente mencionadas e metafóricas pela expressão *sem saída*. Em outros termos, a FSP constrói as Circunstâncias que cercam a decisão

como completamente desfavoráveis ao governador, incitando a conceptualização de que não havia alternativa à ação que fora realizada. Tal posicionamento é ratificado pelo uso do termo óbvio, que imprime a avaliação de que tal decisão era fácil de ser encontrada e de que poderia ser colocada em prática por qualquer ator social razoável; logo, a lentidão denunciada pela expressão *há muito tempo* corrobora a construção da imagem negativa do gestor que, apesar de *experimentado*, não conhece o *básico* de democracia, associando-o a posturas autoritárias. Fica implícito, portanto, na esteira dessa orientação argumentativa, que os valores que embasam a nova decisão de Alckmin são, na verdade, a preocupação com a sua imagem e – talvez – com a manutenção da ordem pública, mas não uma preocupação real com o funcionamento da democracia. Logo, o objetivo central da medida seria evitar um desgaste político ainda maior.

Temos, no excerto, portanto, um uso de **evidencial cognitivo** que, além de implicar a ocorrência de um processo decisório do enunciador (Alckmin), que culmina em uma Proposta de Ação, incita-nos a conceber que foi gestado – na instância governamental – um procedimento deliberativo, recontado no editorial pela perspectiva do jornal. A FSP constrói, assim, um editorial complexo que combina argumentação epistêmica e relato de argumentação prática. Sintetizamos, na Figura 1, a configuração funcional desses dois movimentos argumentativos, mostrando de que forma eles são integrados em uma unidade complexa nucleada pela Alegação do primeiro parágrafo¹⁵.

15 Os layouts mostram os componentes essenciais para a compreensão do aspecto justificatório da argumentação empreendida no edital sob análise; não procedemos a uma análise micro de todo o encadeamento de raciocínios, por fugir ao escopo do trabalho.

Figura 1 - Configuração funcional dos movimentos argumentativos integrados em LP (FSP)



Fonte: Elaboração própria a partir do software yEd Graph Editor

Posicionamento epistêmico e ethos: a construção da imagem institucional

Além de terem papel significativo na construção de componentes dos *layouts* de argumentação epistêmica e prática, **evidenciais** e **modais epistêmicos** também são relevantes na configuração do *ethos*. Entendemos, a partir de Amossy (2018), que dialoga com uma longa tradição sobre o tema, que o *ethos* comporta uma dimensão pré-discursiva, que engloba imaginários sobre a identidade social, pessoal ou institucional do/a orador/voz autoral, bem como uma dimensão discursiva, que diz respeito a imagem que ele projeta de si pelo modo como enuncia, dadas as coerções ligadas aos gêneros discursivos, à configuração do contexto situacional e os discursos com os quais se filia. Tendo isso em vista, observemos os seguintes excertos – o primeiro corresponde aos parágrafos finais de LP (FSP); o segundo, a um recorte que se inicia no quarto parágrafo e termina no sétimo parágrafo do editorial LM (FSP):

- (2) O plano tem méritos, como vem afirmando esta **Folha** desde que foi delineado. Dado o evidente potencial de conflito implícito na medida, defendeu-se aqui implementá-la com vagar, em caráter experimental e área restrita.

Contudo, talvez imaginando que pudesse conter os críticos na base da truculência policial, o governo lançou a proposta sem nem indicar quais escolas seriam afetadas. Para os grupos que se opõem à gestão tucana, foi uma festa; dificilmente encontrariam pretexto melhor para mostrar aos alunos o reino das manifestações políticas.

Perderam espaço, nesse processo, os bons argumentos a favor da reorganização. Por força da queda nas taxas de natalidade, da municipalização de parte do ensino e da migração para o sistema particular, a rede estadual perdeu 2 milhões de alunos de 1998 a 2014 (são hoje 3,8 milhões). Muitas salas, portanto, estão ociosas.

Fechando 92 unidades (menos de 2% das mais de 5.000 existentes) e remanejando 311 mil estudantes (cerca de 8% do total), o governo espera ampliar em 30% as vagas de tempo integral e reabrir quase 3.000 classes desocupadas.

Pretende, ademais, aumentar de 1.443 para 2.197 as escolas em ciclo único, com estudantes de idade aproximada. É indiscutível que esse modelo facilita a gestão, permitindo equipamentos adaptados para determinada faixa etária.

Faz todo o sentido, como se vê, levar adiante a reorganização escolar. Os alunos mostraram-se intransigentes, mas ao final obtiveram sua vitória – e ensinaram a Geraldo Alckmin boas lições de política.

- (3) Num movimento que, ao atingir seu auge, envolveu 196 escolas da rede pública em todo o Estado, naturalmente ocorreriam danos. O governo Geraldo Alckmin (PSDB) aponta 81 incidentes desse tipo.

Sem minimizar tais eventos, que teriam resultado em prejuízo de R\$ 1 milhão, é inegável que, de modo geral, o protesto se desenvolveu de forma pacífica, ordenada e feliz.

Pode-se certamente discordar, como esta **Folha** o fez diversas vezes, dos objetivos do movimento. A reorganização intentada pelo governo estadual – num contexto em que, de 1998 a 2014, o sistema perdeu 2 milhões de alunos – faz sentido por razões econômicas e pedagógicas, embora a elas os estudantes não tenham dado atenção.

É melhor o desempenho das escolas onde se concentram alunos de uma única faixa etária. Além de aumentar em 52% o número de instituições desse tipo, o plano governamental previa utilizar quase 3.000 salas de aula hoje ociosas.

Em ambos os editoriais, a voz autoral instancia recursos de **evidencialidade comunicativa** de responsabilidade **institucional** para, por um lado, marcar um posicionamento conciliatório no que se refere à avaliação tanto da atuação e dos objetivos do movimento estudantil, quanto da forma de implementação e das implicações do plano de reorganização escolar elaborado pela gestão Alckmin; e, por outro, construir-se como uma voz ciente do que ocorre no presente e do que deve ocorrer no futuro, com capacidade de propor as melhores alternativas de ação para que se alcançar os objetivos pertinentes.

As construções como vem afirmando esta Folha desde que [o plano] foi delineado e como esta Folha o fez [discordar dos objetivos do movimento] diversas vezes apontam para a consistência do

posicionamento do jornal. Constrói-se a imagem de que a instituição consegue separar os métodos propostos pelo governo para a implementação da reorganização e os objetivos dos estudantes com o movimento da análise do próprio plano de reorganização escolar, o que inclui as razões para a sua execução, a saber: os benefícios pedagógicos e administrativos. Nesse sentido, o que vemos é um jornal destacando para o seu leitor um posicionamento firme – marcado pela iteração aspectual (*vem afirmado e diversas vezes*) – e distante o suficiente para avaliar o problema a partir de uma perspectiva que permite enxergar o que subjaz à prática tanto estudantil quanto governamental.

A FSP, contudo, vai além. Ao utilizar o modificador adjetivo *evidente*, que sinaliza **evidencialidade perceptual** em *dado o evidente potencial de conflito implícito na medida*, o editorialista cria um duplo efeito: por um lado, constrói a instituição jornalística como aquela que conhece tão bem o funcionamento da sociedade que consegue prever o curso dos acontecimentos – no caso, um conflito social; por outro, constrói esse potencial de conflito como empiricamente observável a qualquer leitor razoável, o que atua como mais um ataque à imagem de governante *experimentado* atribuída a Geraldo Alckmin. Por conseguinte, a FSP parece construir para si um **ethos de “ciência”**, ou seja, a imagem de quem sabe o que acontece, que prevê o que vai acontecer e que, inclusive, sabe como os atores sociais se sentem¹⁶. Uma

16 Depreendemos esse saber relativo aos sentimentos dos outros no segundo parágrafo do excerto (01), reproduzido na sequência: *Pouco mais de dois meses após anunciar sua intenção de reorganizar a rede de ensino paulista, Alckmin viu-se obrigado a suspender o plano. Tomou a decisão pressionado pelo desmoronamento de seus índices de popularidade e pelos rumorosos protestos estudantis. O evidencial viu-se constrói o editorialista como alguém que tem acesso ao que ocorre tanto na gestão Alckmin quanto no universo psicológico do governador; ele sabe, inclusive, que o político estava pressionado – ou se sentia pressionado – e que tal pressão consistia na causa da suspensão do plano. O alto grau de responsabilidade enunciativa – verbos no Pretérito Perfeito, ausência de modalizadores epistêmicos, indicadores de *realis* máxima – corrobora ainda mais para a consolidação do *ethos* de “ciência”.*

consequência da construção desse *ethos* consiste na possibilidade de **poder dizer o que fazer**. Sendo “ciente” do que ocorre, a FSP constrói-se como instituição que propõe as melhores formas de agir diante das circunstâncias vigentes. É o que podemos depreender do seguinte segmento em (03), que conta com um novo **evidencial comunicativo de responsabilidade institucional**, marcado, neste caso, pelo locativo *aqui*: *Dado o evidente potencial de conflito implícito na medida, defendeu-se aqui implementá-la com vagar, em caráter experimental e área restrita.*

Observamos, contudo, ao analisarmos esses excertos em face da argumentação de ambos os editoriais, que eles consistem, na verdade, em concessões do jornal a um discurso outro que valida o plano de reorganização escolar, assumindo-o como meritório, uma vez que concebe como dignas de apreço as mudanças a serem efetivadas, com consequências administrativas, financeiras e pedagógicas positivas; em consequência disso, o movimento de ocupação das escolas torna-se condenável e míope. O que a FSP parece fazer é buscar conciliar esse discurso ao discurso que condena a forma como o plano fora implementado: nesse sentido, expõe, em primeiro plano, o autoritarismo da gestão Alckmin na condução da reorganização, criticando-a, mas deixa, ainda que em segundo plano, seu rechaço ao fato de o movimento orientar-se a barrar um processo, de modo geral, benéfico, por focar estritamente na resistência a uma forma de implementação. Essa atuação conciliatória do periódico consolida o *ethos* de “**ciência**”, apontando para uma voz autoral que conhece a complexidade da questão – o que inclui o interesse dos grupos envolvidos, bem como o funcionamento da gestão educacional – e que é capaz de opinar em aparente imparcialidade.

Posicionamento epistêmico e pathos: o gerenciamento de alternativas dialógicas

Os recursos evidenciais também exercem papéis relativos ao domínio do *pathos*. Partimos da visão de Meyer (2007), para

quem o *pathos* engloba as perguntas que o auditório projeta em face do problema em exame, as emoções que ele experencia diante dessas perguntas e das possíveis respostas ao problema em discussão, além dos valores que permitem justificar dadas respostas – e não outras – no que se refere às perguntas. Assim, em nossa leitura, podemos pensar que o *pathos* está intimamente associado à gestão de alternativas dialógicas no discurso, o que inclui movimentos de filiação e desfiliação a dados posicionamentos, bem como os gestos de antecipação refutativa e de ratificação de críticas em face de distintos auditórios projetados. É sobre tais aspectos que nos debruçaremos neste artigo¹⁷.

Vejamos, na sequência, o segmento que corresponde ao intervalo entre o quarto e o oitavo parágrafo do editorial LM (FSP), que permite compreender a relação entre o **posicionamento epistêmico** e o *pathos*:

- (4) Num movimento que, ao atingir seu auge, envolveu 196 escolas da rede pública em todo o Estado, naturalmente ocorreriam danos. O governo Geraldo Alckmin (PSDB) aponta 81 incidentes desse tipo.

Sem minimizar tais eventos, que teriam resultado em prejuízo de R\$ 1 milhão, é inegável que, de modo geral, o protesto se desenvolveu de forma pacífica, ordenada e feliz.

Pode-se certamente discordar, como esta **Folha** o fez diversas vezes, dos objetivos do movimento. A reorganização tentada pelo governo estadual – num contexto em que, de 1998 a 2014, o sistema perdeu 2 milhões de alunos – faz sentido por razões econômicas e pedagógicas, embora a elas os estudantes não tenham dado atenção.

É melhor o desempenho das escolas onde se concentram alunos de uma única faixa etária. Além de aumentar em 52% o número de instituições desse tipo, o plano governamental previa utilizar quase 3.000 salas de aula hoje ociosas.

Decidido sem suficiente diálogo, porém, o projeto enfrentou reação ampla e surpreendente.

17 Logo, o papel argumentativo dos afetos e das emoções não será objeto de análise neste artigo.

O excerto, como um todo, parece apresentar um esforço autoral de conciliação de perspectivas favoráveis e desfavoráveis tanto à reorganização escolar quanto ao movimento secundarista, processo que podemos depreender pela instanciação de recursos **evidenciais** e **modais epistêmicos** que sinalizam a busca do editorialista pela adesão de dois auditórios distintos.

O uso do advérbio *naturalmente* no primeiro parágrafo do excerto, referindo-se aos danos decorrentes dos protestos, ativa uma conceptualização de que seria esperado, pela proporção do movimento – quase 200 escolas da rede pública envolvidas –, que houvesse incidentes e avarias, o que é confirmado em oração posterior, na qual *O governo Geraldo Alckmin (PSDB)* é construído como fonte de Dados que comprovam a expectativa – *houve 81 incidentes desse tipo*.

Tal advérbio, segundo Carretero e Zamorano-Mansilla (2013), encontra-se numa zona de sobreposição entre a **evidencialidade** e a **miratividade**¹⁸. Embora haja instâncias de uso em que podemos associá-lo a cada um desses domínios isoladamente, ele usualmente aponta tanto para uma base evidencial consistente que conduz a uma dada conclusão, quanto para a sinalização de uma forte expectativa baseada no conhecimento enciclopédico. É o que parece ocorrer no exemplo: há, por um lado, os Dados relativos ao número de incidentes, relatado via **evidencial comunicativo delegado**, e, por outro, a expectativa consolidada de que protestos de grande porte tendam a causar danos.

O que é mais interessante observarmos, contudo, é que esse uso parece sinalizar algum grau de condescendência para a atividade estudantil, subtraindo-lhe a responsabilidade pelos danos e atribuindo-os ao gigantismo da movimentação em si, de forma a minimizar o espaço de validação de discursos que pudessem condenar as ocupações com base nas avarias

18 Assumimos, na esteira de Carretero e Zamorano-Mansilla (2013), que a **miratividade** diz respeito à construção linguística do acordo e do desacordo em relação a expectativas.

geradas e na associação dos estudantes a vândalos. Ocorre, pois, por um lado, um enfrentamento de um possível auditório que já associasse as ocupações à criminalidade (vandalismo), condenando-as em consequência disso (denominaremos esse auditório construído discursivamente como **auditório-contra**), e, por outro, a construção de solidariedade com um auditório que enxerga o movimento como uma forma válida de resistência (o **auditório-pró**).

O parágrafo seguinte é também relevante no que tange ao processo conciliatório. O segmento *Sem minimizar tais eventos, que teriam resultado em prejuízo de R\$1 milhão*, subordinado ao complexo oracional *é inegável que, de modo geral, o protesto se desenvolveu de forma pacífica, ordenada e feliz*, atua no sentido de antecipar a crítica do **auditório-contra**, que poderia entender a argumentação da Folha como tolerante à “marginalidade”, por minimizar a relevância dos eventos que causaram danos às escolas. É importante mencionarmos, contudo, que o montante de dinheiro ligado ao prejuízo governamental é construído no Futuro do Pretérito, recurso **modal epistêmico** que insere tal proposição em um domínio hipotético, sinalizando um descomprometimento e/ou uma possível incredulidade do jornal face aos números, apontando para uma desconfiança diante da fonte dos dados – a gestão Alckmin, justamente aquele que é alvo dos protestos estudantis.

A proposição nuclear do período expõe, então, a Alegação central do editorialista quanto ao movimento – *o protesto se desenvolveu de forma pacífica, ordenada e feliz* –, Alegação esta que é sustentada pelos Dados apresentados nos três primeiros parágrafos do editorial, expostos na sequência, em (05), e cujas possíveis Refutações (os danos e os consequentes prejuízos) são debeladas pelos recursos que acabamos de discutir:

- (5) As imagens falaram por si mesmas. Encerrados 55 dias de protesto, os estudantes que estavam na escola Fernão Dias Paes, no bairro Pinheiros (zona oeste de São Paulo), promoveram um mutirão de limpeza antes de devolver o edifício à administração estadual.

Apresentaram um “termo de entrega”, lido num jogral, pelo qual se comprometiam a reparar eventuais danos ao patrimônio público, citando como exemplos uma mesa e alguns espelhos quebrados.

Ao longo de toda a mobilização, houve registro de atividades culturais, festas e debates, assim como dos sinais, expressos em cartazes onde se especificavam as tarefas cotidianas, da organização com que se empreendeu o protesto.

Cabe, todavia, deter-nos na formulação da Alegação é *inegável que, de modo geral, o protesto se desenvolveu de forma pacífica, ordenada e feliz*, apresenta no excerto (04). Em primeiro lugar, o marcador de extensão *de modo geral* atua, igualmente, como um recurso de antecipação de crítica do **auditório-contra**, que poderia valer-se de qualquer instância do protesto que não tenha sido *pacífica, ordenada e feliz* para minar a força da argumentação que leva à Alegação, diminuindo sua consistência e seu potencial de promover adesão. Assim, *de modo geral* atua como um recurso que sinaliza que a voz autoral reconhece casos discrepantes – concedendo, pontualmente, a uma parcela do discurso que ela projeta integrar o **auditório-contra** –, mas que os considera como exceções ou insuficientemente recorrentes ou relevantes para inviabilizar a Alegação – voltando a assumir um posicionamento ligado ao **auditório-pró**. Em segundo lugar, a oração matriz é *inegável que*, a qual codifica um **evidencial comunicativo de responsabilidade opaca** (impessoal), atua no sentido de desestimular vozes contrárias, aumentando o esforço interpessoal para assumir um posicionamento antagônico, na medida em que a opacidade contribui para um efeito de que tal conclusão poderia ser alcançada por qualquer conceitualizador razoável.

Até esse ponto, vemos uma tendência de a voz autoral realizar concessões ao **auditório-contra**, mas assumir posicionamentos que tendem a compatibilizar-se ao **auditório-pró**.

Isso ocorre em função do padrão – já comentado – de o jornal posicionar-se de forma a não condenar a realização dos protestos em si, dado o caráter autoritário da implementação do plano de reorganização. No parágrafo seguinte, entretanto, o editorialista passa a tratar do conteúdo do plano propriamente dito e das possíveis consequências positivas de sua implementação. Nesse âmbito, a aproximação ao **auditório-contra** começa a ficar mais evidente. Voltemos ao antepenúltimo e ao penúltimo parágrafos do excerto (04), replicados abaixo:

- (6) Pode-se certamente discordar, como esta **Folha** o fez diversas vezes, dos objetivos do movimento. A reorganização tentada pelo governo estadual – num contexto em que, de 1998 a 2014, o sistema perdeu 2 milhões de alunos – faz sentido por razões econômicas e pedagógicas, embora a elas os estudantes não tenham dado atenção.

É melhor o desempenho das escolas onde se concentram alunos de uma única faixa etária. Além de aumentar em 52% o número de instituições desse tipo, o plano governamental previa utilizar quase 3.000 salas de aula hoje ociosas.

O advérbio **modal epistêmico** *certamente* aponta para uma solidariedade com o **auditório-contra** com base na concepção de que as motivações para a realização das ocupações não são válidas. Tal recurso linguístico legitima, portanto, a crítica às razões pelas quais o movimento ocorreu, valorizando o discurso antagônico e com ele se filiando pontualmente. Tal efeito é potencializado pelo modal *pode-se* – que não parece situar-se no domínio epistêmico no excerto, mas estar em um campo fluido entre leituras dinâmica e deôntica, remetendo à legitimidade e à validade de *discordar* – e pela autocitação (**evidencial comunicativo de responsabilidade institucional**) – como a **Folha** o fez [*discordar*] diversas vezes.

Na sequência, a voz autoral expõe uma série de Dados que sustentam a Alegação de que *pode-se, certamente, discordar [...]* dos objetivos do movimento, valendo-se de concessões para avaliar criticamente a postura dos estudantes e, por conseguinte, diminuir sua solidariedade ao **auditório-pró**. Ao afirmar que

[a reorganização] faz sentido por razões econômicas e pedagógicas, embora a elas os estudantes não tenham dado atenção, a voz autoral implícita que os estudantes deveriam ter dado atenção às razões econômicas e pedagógicas, o que implica, de alguma forma, ter havido uma espécie de cegueira, uma inabilidade em separar o conteúdo do plano da sua forma de implementação.

Logo, a voz autoral parece agir discursivamente no sentido de cindir retoricamente as instâncias teórica e prática tanto do plano de reorganização escolar quanto do movimento secundarista, para colocar-se em um papel de representante de diferentes vozes, assumindo, no que tange à prática efetiva do movimento, uma postura de não condenação que a aproxima do – mas não a filia ao – **auditório-pró** e, no que tange às propostas teóricas do plano de reorganização, uma postura de apoio que a aproxima do **auditório-contra**. Organizamos o funcionamento dessa estratégia no Quadro 5.

Quadro 5 - Sistematização do posicionamento conciliatório da FSP nos editoriais

Auditório	Auditório-contra	Auditório-pró	Jornal
Avaliação teórica do plano, considerando as circunstâncias vigentes e as consequências (positivas ou negativas) projetadas	Válido	Inálido	Válido
Avaliação sobre a forma de implementação da reorganização escolar	Adequada	Inadequada	Inadequada
Posicionamento frente às ocupações escolares	Condenação	Apoio	Não condenação

Fonte: Elaboração própria

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi discutir de que maneira a construção linguística do posicionamento epistêmico pode revelar facetas importantes da configuração das três provas retóricas. Para corroborar essa hipótese de trabalho, analisamos dois editoriais da *Folha de S.Paulo* que tematizavam a problemática das ocupações estudantis realizadas em 2015 e 2016 como forma de protesto contra o plano de reorganização das escolas públicas do estado de São Paulo, conforme elaborado pela gestão Alckmin.

Dessa maneira, pudemos mostrar, em primeiro lugar, que tanto as expressões **evidenciais** quanto **modais epistêmicas** estão ligadas a efeitos argumentativo-retóricos importantes, cumprindo papéis relevantes na dimensão do *logos*, uma vez que atuam na construção de Dados, Bases e Alegações, sinalizando o modo pelo qual textualizamos nossos raciocínios e pelo qual incitamos a reconstrução desses raciocínios. Em segundo lugar, pudemos discutir o papel desses recursos na construção do *ethos*, mostrando de que maneira eles podem contribuir para investigar a constituição da autoridade do falante-escritor e da credibilidade relativa a seu dizer. Por fim, pudemos articular a relação entre posicionamento epistêmico e *pathos*, debatendo como **evidenciais** e **modais epistêmicos** estão envolvidas no gerenciamento de expectativas e na negociação de alternativas dialógicas, o que inclui as distintas formas de nos relacionarmos com refutações efetivamente produzidas ou antecipadas e de nos filiarmos a determinados discursos.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, Alexandra. **Evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- AIKHENVALD, Alexandra. Information source and evidentiality: what can we conclude? **Rivista di Linguistica**, v. 19, n. 2, p. 209-227, 2007. Disponível em: <http://www.italian-journal-linguistics.com/wp-content/uploads/10.aikhenvald.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Coordenação da tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Revisão da tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2018.
- BEDNAREK, Monika. Epistemological positioning and evidentiality in English News discourse: A text-driven approach. **Text & Talk**, n. 26, v. 6, p. 635-60, 2006a. DOI: [dx.doi.org/10.1515/TEXT.2006a.027](https://doi.org/10.1515/TEXT.2006a.027). Acesso em: 30 jun. 2019.
- BEDNAREK, Monika. **Evaluation in Media Discourse: Analysis of Newspaper Corpus**. London; New York: Continuum, 2006b.
- CARIOCA, Cláudia Ramos. Aspectos semânticos da evidencialidade nos trabalhos acadêmicos de grau. In: NOGUEIRA, Márcia Teixeira; LOPES, Maria Fabíola Vasconcelos (org.). **Modo e Modalidade: gramática, discurso e interação**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 143-163.
- CARRETERO, Marta; ZAMORANO-MANSILLA, Juan Rafael. Annotating English adverbials for the categories of epistemic modality and evidentiality. In: MARÍN-ARRESE, Juana; CARRETERO, Marta; ARÚS, Jorge; VAN DER AUWERA, Johan (org.). **English Modality: Core, Periphery and Evidentiality**. Berlin; Boston: Mouton de Gruyter, 2013. p. 317-355.
- CHILTON, Paul. **Language, Space and Mind: The Conceptual Geometry of Linguistic Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- EEMEREN, Frans H. van; HOUTLOSSER, Peter; SNOECK HENKEMANS, A. Francisca. **Argumentative indicators in discourse: A pragma-dialectical study**. Dordrecht: Springer, 2007.

FAIRCLOUGH, Isabella; FAIRCLOUGH, Norman. **Political Discourse Analysis: A method for advanced students**. London; New York: Routledge, 2012.

FREEMAN, James B. **Argument Structure: Representation and Theory**. Dordrecht; Heidelberg; London; New York: Springer, 2011.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Argumentação e falácias em entrevistas televisivas: por um diálogo entre o modelo Toulmin e a perspectiva textual-interativa. **Revista Linha D'Água**, n. 29, v. 2, p. 69-96, 2016. dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p69-96. Acesso em: 30 jun. 2019.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Argumentação e perspectiva conceptual: possibilidades teórico-analíticas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO (SEDiAr), IV, 2018, Buenos Aires, **Anais [...]**. Ilhéus: Editus, 2018. p. 922-934. Disponível em: <http://sediar.com/pdf/ActasIVSEDiAr.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

González, Montserrat; Roseano, Paolo; Borràs-Comes, Joan; Prieto, Pilar. Epistemic and evidential marking in discourse: Effects of register and debatability. **Lingua**, v. 186-187, p. 68-87, jan./fev. 2017. DOI: dx.doi.org/10.1016/j.lingua.2014.11.008. Acesso em: 30 jun. 2019.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas**. Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação). Universidade do Minho, 2010. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>. Acesso em: 30 jun. 2019.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; MATTHIESSEN, Christian. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. London; New York: Routledge, 2014 [1985].

HANKS, William F. Evidentiality in social interaction. In: NUCKOLLS, Janis; MICHAEL, Lev (org.). **Evidentiality in interaction**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Group, 2014. p. 01-12.

HART, Christopher. **Critical Discourse Analysis and Cognitive Science: New Perspectives on Immigration Discourse**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

- HITCHCOCK, David; WAGEMANS, Jean. The pragma-dialectical account of argument schemes. *In*: FETERIS, Eveline; GARSEN, Bart; SNOECK HENKEMANS, Francisca (org.). **Keeping in touch with Pragma-Dialectics**: in honor of Frans H. van Eeremen. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 185-205.
- LANGSDORF, Lenore. Argumentation as contextual logic: An appreciation of backing in Toulmin's model. **Cogency**, n. 3, v. 2, p. 51-78, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3963390>. Acesso em: 30 jun. 2019.
- MARÍN-ARRESE, Juana. Epistemic legitimizing strategies, commitment and accountability in discourse. **Discourse Studies**, v. 13, n. 6, p. 789-797, dez. 2011a.
- MARÍN-ARRESE, Juana. Effective vs. Epistemic stance and subjectivity in political discourse: Legitimising strategies and mystification of responsibility. *In*: HART, Christopher (org.). **Critical Discourse Studies in Context and Cognition**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011b. p. 193-223.
- MARÍN-ARRESE, Juana. Stancetaking and Inter/Subjectivity in the Iraq Inquiry: Blair vs. Brown. *In*: MARÍN-ARRESE, Juana; CARRETERO, Marta; ARÚS, Jorge; VAN DER AUWERA, Johan (org.). **English Modality: Core, Periphery and Evidentiality**. Berlin; Boston: Mouton de Gruyter, 2013. p. 411-445.
- MARTIN, James; WHITE, Paul. **The language of evaluation**: appraisal in English. New York; Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.
- MEYER, Michel. **A retórica**. Tradução: Marly N. Peres. Revisão técnica: Lineide S. Mosca. São Paulo: Ática, 2007.
- NININ, Maria Otília Guimarães; BARBARA, Leila. Engajamento na perspectiva linguística sistêmico-funcional em trabalhos de conclusão de curso de Letras. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 52, n. 1, p. 127-146, jan/jul. 2013. DOI: [dx.doi.org/10.1590/S0103-18132013000100008](https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000100008). Acesso em: 30 jun. 2019.
- PERELMAN, Chaïm; Olbrechts-Tyteca, Lucie. **Tratado da Argumentação**: A Nova Retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1958].

- PLANTIN, Christian. **A argumentação**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.
- SLOB, Wouter H. The voice of the other: A dialogico-rhetorical understanding of opponent and of Toulmin's rebuttal. *In: HITCHCOCK, David; VERHEIJ, Bart (org.). **Arguing on the Toulmin model**. New essays in argument analysis and evaluation. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2006. p. 165-180.*
- TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento**. 2. ed. Tradução: Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1958].
- TOULMIN, Stephen; RIEKE, Richard; JANIK, Allan. **An introduction to reasoning**. 2. ed. New York: Macmillan Publishing Company, 1984 [1978].
- VAN DIJK, Teun A. **Discourse and Knowledge: A Sociocognitive Approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- VERHEIJ, Bart. Evaluating arguments based on Toulmin's scheme. *In: HITCHCOCK, David; VERHEIJ, Bart (org.). **Arguing on the Toulmin model**. New essays in argument analysis and evaluation. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 2006. p. 181-202.*
- ZENKER, Frank. Deduction, Induction, Conduction. An Attempt at Unifying Natural Language Argument Structures. *In: BLAIR, Anthony; JOHNSON, Ralph (org.). **Conductive Argument: An Overlooked Type of Defeasible Reasoning**. London: College Publications, 2011. p. 74-85.*

ANEXO 1 – “Lições de política”, FSP, 5 dez. 2015

O experimentado Geraldo Alckmin (PSDB), em seu quarto mandato à frente do Estado de São Paulo, parece ter aprendido só nesta sexta-feira (4) algo básico a respeito de governos democráticos: nem sempre a população aceitará políticas públicas impostas de cima para baixo, sem o devido debate e um mínimo de transparência.

Pouco mais de dois meses após anunciar sua intenção de reorganizar a rede de ensino paulista, Alckmin viu-se obrigado a suspender o plano. Tomou a decisão pressionado pelo desmoronamento de seus índices de popularidade e pelos rumorosos protestos estudantis.

Às vésperas de se reeleger, no ano passado, o governador ostentava aprovação de 48%, segundo o Datafolha; na pesquisa ora divulgada, a taxa caiu para

28%. Além disso, as manifestações contra a proposta do governo vinham se espraiando, com bloqueios de vias e sobretudo invasão de escolas.

Alckmin parecia apostar no desgaste do movimento. Errou. O número de colégios ocupados passou de poucas dezenas a quase duas centenas num intervalo de 15 dias, e 55% dos entrevistados pelo Datafolha apoiaram os alunos.

Sem saída, o tucano disse o óbvio: “Entendemos que devemos aprofundar o diálogo”. É o que deveria ter dito há muito tempo.

O plano tem méritos, como vem afirmando esta Folha desde que foi delineado. Dado o evidente potencial de conflito implícito na medida, defendeu-se aqui implementá-la com vagar, em caráter experimental e área restrita.

Contudo, talvez imaginando que pudesse conter os críticos na base da truculência policial, o governo lançou a proposta sem nem indicar quais escolas seriam afetadas. Para os grupos que se opõem à gestão tucana, foi uma festa; dificilmente encontrariam pretexto melhor para mostrar aos alunos o reino das manifestações políticas.

Perderam espaço, nesse processo, os bons argumentos a favor da reorganização. Por força da queda nas taxas de natalidade, da municipalização de parte do ensino e da migração para o sistema particular, a rede estadual perdeu 2 milhões de alunos de 1998 a 2014 (são hoje 3,8 milhões). Muitas salas, portanto, estão ociosas.

Fechando 92 unidades (menos de 2% das mais de 5.000 existentes) e remanejando 311 mil estudantes (cerca de 8% do total), o governo espera ampliar em 30% as vagas de tempo integral e reabrir quase 3.000 classes desocupadas.

Pretende, ademais, aumentar de 1.443 para 2.197 as escolas em ciclo único, com estudantes de idade aproximada. É indiscutível que esse modelo facilita a gestão, permitindo equipamentos adaptados para determinada faixa etária.

Faz todo o sentido, como se vê, levar adiante a reorganização escolar. Os alunos mostraram-se intransigentes, mas ao final obtiveram sua vitória – e ensinaram a Geraldo Alckmin boas lições de política.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/12/1715344-liceos-de-politica.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2019

ANEXO 2 – “Lições de um movimento”, FSP, 7 jan. 2016

As imagens falaram por si mesmas. Encerrados 55 dias de protesto, os estudantes que estavam na escola Fernão Dias Paes, no bairro Pinheiros (zona oeste de São Paulo), promoveram um mutirão de limpeza antes de devolver o edifício à administração estadual.

Apresentaram um “termo de entrega”, lido num jogral, pelo qual se comprometiam a reparar eventuais danos ao patrimônio público, citando como exemplos uma mesa e alguns espelhos quebrados.

Ao longo de toda a mobilização, houve registro de atividades culturais, festas e debates, assim como dos sinais, expressos em cartazes onde se especificavam as tarefas cotidianas, da organização com que se empreendeu o protesto.

Num movimento que, ao atingir seu auge, envolveu 196 escolas da rede pública em todo o Estado, naturalmente ocorreriam danos. O governo Geraldo Alckmin (PSDB) aponta 81 incidentes desse tipo.

Sem minimizar tais eventos, que teriam resultado em prejuízo de R\$ 1 milhão, é inegável que, de modo geral, o protesto se desenvolveu de forma pacífica, ordenada e feliz.

Pode-se certamente discordar, como esta Folha o fez diversas vezes, dos objetivos do movimento. A reorganização tentada pelo governo estadual – num contexto em que, de 1998 a 2014, o sistema perdeu 2 milhões de alunos – faz sentido por razões econômicas e pedagógicas, embora a elas os estudantes não tenham dado atenção.

É melhor o desempenho das escolas onde se concentram alunos de uma única faixa etária. Além de aumentar em 52% o número de instituições desse tipo, o plano governamental previa utilizar quase 3.000 salas de aula hoje ociosas.

Decidido sem suficiente diálogo, porém, o projeto enfrentou reação ampla e surpreendente.

Surpresa sobretudo positiva. O movimento contou com a simpatia de parte expressiva da opinião pública; expôs as deficiências do sistema. No colégio Fernão Dias, por exemplo, viu-se um laboratório de química aparentemente há anos sem uso.

Os alunos expressaram comprometimento para com seu local de estudo. Aprenderam a se organizar e a ter voz ativa na sociedade; cresceram. Saem vitoriosos, e com eles a cultura democrática do país.

A lição de política foi boa. O que falta? Tudo aquilo que protestos, por si sós, são incapazes de prover. Faltam recursos públicos e qualidade de ensino. Faltam aulas de química – e de economia também.

Fonte: <https://m.folha.uol.com.br/opiniao/2016/01/1726695-licoes-de-um-movimento.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2019

Dialogando com a perspectiva dialogal da argumentação

Rubens Damasceno-Morais
Universidade Federal de Goiás

Introdução

Grize, notável filósofo da linguagem, já dizia que o estudo da arquitetura argumentativa de textos permite “desnudar os movimentos de nossos pensamentos” (GRIZE, 1996, p. 252)¹, além de nos ajudar a dali extrair um pouco do funcionamento de uma língua, ou seja, de uma cultura. E esse movimento de “despir” uma estrutura linguística com o fim de utilizá-la como objeto próprio de reflexão, como sugere Danblon (2005, p. 38), é já uma imensa responsabilidade para um pesquisador da área de estudos da linguagem.

A pesquisa que ora empreendemos toma como pressuposto o fato de que toda argumentação é também uma maneira de se apropriar da realidade (EGGS, 1994, p. 11). E, mais que isso, o ato de argumentar chega mesmo a ser visto como uma *função* da linguagem (DANBLON, 2005, p. 13), pressuposto que não se pode ignorar, sobretudo porque uma das questões de trabalho que nos interpela é observar, por meio da descrição de dados,

1 No original: “*dégager les mouvements de pensée*” (GRIZE, 1996, p. 252).

de que forma a argumentação, em contexto de interação verbal, pode interferir no jogo da persuasão, território da Retórica.

De fato, estudos na seara da argumentação e Retórica intrigam filósofos há mais de dois mil anos. Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Perelman, entre outros, que o digam. Não obstante, é preciso reforçar que os estudos em argumentação, muitas vezes entendidos como mera catalogação de tipos de argumento ou coleção e análise de marcadores argumentativos (conjunções e elementos coesivos afins), deve ir além dessas etapas (também importantes, certamente) e possibilitar perspectivas de investigações mais originais e exploratórias dos aspectos sociais. Nesse domínio, além de tentar compreender operações cognitivas, em língua natural (não matemática), em contextos vários (jurídico, médico, educacional etc.), é importante que se trabalhe exaustivamente *corpora* que permitam a descrição e busca de sistematização de ocorrências que caracterizem a forma de se apresentar argumentos e, mais importante, o potencial persuasivo dos textos, modos de interação argumentativa, maneiras de se defender um ponto de vista ou de contestá-lo, entre outras atividades. Desse modo, compreender a orientação pragmática de um texto e até mesmo a “lógica” da língua (AMOSSY, 2000, p. 10) é missão que permitirá melhor compreender inclusive nosso mundo, pois, sabemos, os textos são um reflexo da época em que vivemos.

Embora tal mergulho nunca seja de todo pleno, visto que a essência de uma argumentação nunca é completamente visível, segundo defendiam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2008, p. 251) – e como lembra a já metáfora-clichê do *iceberg*, exaustivamente utilizada para fazer alusão às informações não ditas mas presentes em um texto –, a relevância de um trabalho que se preocupe com as questões aqui evocadas permitirá que se depreenda o fazer argumentativo em textos que integram boa parte de veículos formadores de opinião, como jornais de grande circulação, vídeos de plataformas como o *Youtube* (hoje

em dia até mais persuasivos do que as mensagens dos veículos convencionais de informação), comentários deixados em páginas de sites diversos etc.

O olhar perscrutador de interações argumentativas, principal ponto de ancoragem de nossas análises, tem já nos permitido identificar e diferenciar diversas formas de interação (argumentativa) a partir de contradiscursos afins, num trabalho que, segundo alguns autores que se preocupam com a perspectiva especificamente dialogal da argumentação, “está ainda por fazer” (GRÁCIO, 2010, p. 55), sobretudo porque as questões de fundo relevantes para uma teoria geral da argumentação precisarão auscultar o que, de fato, numa situação de *estase* argumentativa, isto é, de conflito, adquire valor de argumento. Vão, nesse sentido, as palavras de Marianne Doury, quando afirma que, de um ponto de vista analítico, “a descrição das normas que subjazem às argumentações correntes é ela mesma um dos objectivos da análise argumentativa” (DOURY, 2004 apud GRÁCIO, 2009, p. 142).

O tipo de trabalho que ora buscamos desenvolver tem-nos ajudado a perceber o que se pode enxergar quando se descrevem trocas verbais distintas e que partem da análise das dinâmicas de interação verbal oral ou escrita, síncrona ou assíncrona, quando utilizamos uma lupa para melhor descrever aspectos das forças ilocutórias das falas pronunciadas pelos interactantes, ao longo de situações de *estase*. Nesse sentido, tentar enxergar de perto os meandros das interações nos momentos em que o desacordo se manifesta, isto é, no fio de interações, tem nos permitido ampliar nossa forma de compreender a argumentação. Esse olhar mais cuidadoso tem-nos mostrado que argumentar não é apenas um jogo de argumentos e contra-argumentos. Tal ação, em interlocução direta ou indireta, propicia muitos aspectos que vão além da mera troca de razões/justificativas, isso se pararmos para de fato observar todo o aparato que abriga uma interação argumentativa.

Nesse sentido, as análises que temos empreendido tentam extrair algum sentido dos argumentos empregados, sem perder de vista as reações que costuram tais momentos, pois, como buscamos deixar claro aqui, é a dinâmica da interação argumentativa que nos interpela, e não meramente a quantidade de argumentos utilizados, suas premissas, conclusões etc. Desse modo, as reações, os efeitos perlocutórios de uma fala, o resultado final de uma negociação, a forma como uma intervenção pode interferir nas atitudes de alguém, tudo isso precisará sempre ser (re)visto em conjunto, e não separadamente, o que metodologicamente pode nos levar a resultados mais instigantes e menos mecanizados, como usualmente acontece em elaboração de meras listas de argumentos utilizados, em aulas de “ensino” de argumentação, necessárias, mas às vezes limitantes, caso não ampliemos nosso olhar.

Nesse contexto, perscrutar a gestão do (des)acordo e eventuais estratégias retóricas de posicionamento, em situações de *estase* argumentativa, poderá contribuir para a formação de alunos/leitores mais críticos e questionadores dos modos de produção de textos cotidianos, dando pistas de como as pessoas interagem, imbricam-se em situações de conflito de opiniões. Nesse sentido, a própria questão da cidadania vem à tona, uma vez que pensar a linguagem pressupõe examinar como se cumprem direitos e deveres, fundamentais no panorama social em que estamos inseridos, no Brasil contemporâneo, quando é fundamental sabermos (ou tentarmos) diferenciar meras estratégias retóricas de argumentos bem construídos. Nossa preocupação aqui é, de fato, a identificação de recursos empreendidos no fio das trocas realizadas em situações argumentativas diversas, como já ressaltado.

A pesquisa ora empreendida também zela por abordagens multidisciplinares, num convite a leituras no campo das ciências da língua (argumentação, retórica, análises de discurso), para que, num mergulho em gêneros discursivos diversos, possamos

delinear um foco na discussão acerca da gestão do (des)acordo, em situações de interação. Afinal o sentido de um texto é construído na confluência entre o dito e o não dito: nos interstícios. E a linguagem – em sua infinidade de manifestações – “é um fenômeno complexo que não se reduz ao simples manejo das regras de gramática e das palavras do dicionário, como tendem a fazer crer a escola e o senso comum” (CHARAUDEAU, 2008, Prefácio). Por isso tem sido fundamental empreendermos análises sob o prisma da Argumentação e da Retórica, pois, desse modo, tentamos enxergar, por meio de descrições cuidadosas, padrões e peculiaridades da argumentação como produto, como procedimento e como processamento. E, muito embora outros trabalhos sobre a gestão do (des)acordo existam, uma vez que a argumentação tem seus estudos marcados desde a Grécia antiga, e sobretudo porque na seara das ciências da linguagem muitas são as escolas que teorizam sobre um mesmo objeto, acreditamos que essa proposta de abordagem a qual toma a perspectiva dialógica como balizadora tem sido uma forma instigante e atual de abordar as situações de *estase* argumentativa.

O objetivo de nossos trabalhos tem sido bem demarcado: a análise da gestão do (des)acordo e de estratégias retóricas de posicionamento, em situações de *estase* argumentativa, isto é, de conflito de opiniões, observando-se as peculiaridades da construção de discurso e contradiscurso em “episódios argumentativos” variados (PLANTIN, 2005, p. 204), orais/escritos, síncronos/ assíncronos, em diferentes gêneros discursivos, em situações de interação argumentativa.

Fundamentação teórica

No exercício de descrição da dissonância, da dúvida ou do conflito de opinião em situações de interação argumentativa, cotidianas, já de início deparamo-nos com um fogo cruzado de possibilidades teóricas, devido à amplitude e possibilidade de temas afins, ligados aos estudos da argumentação e da Retórica.

Não obstante, o norte que temos seguido, isto é, o da perspectiva dialogal, apresenta um marcante pressuposto, propugnado por Plantin (1990, p. 227) e, segundo o qual,

partimos do princípio de que mesmo as argumentações mais complexas têm suas raízes nas trocas linguísticas ordinárias orais ou escritas, nos discursos cotidianos fortemente dependentes do contexto que os constitui.

O trabalho de Plantin vem na esteira de diversos escritos, frutos de pesquisas que levam em conta o discurso nas interações verbais que, desde os anos 80, tomavam como proposta de trabalho a descrição da linguagem em uso real, no calor das interações reais.

Nessa perspectiva, uma interação, seja ela argumentativa ou não, suscitará sempre um interessante olhar analítico. Nesse começo, a forma como se entendiam as interações verbais, conceito, aliás, considerado “nômade” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, p. 14), é bem abrangente, incluindo, por exemplo, as interações face a face; mas não só². Na França, muitos trabalhos impulsionaram essa tendência (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992; 2002; 2009; 2011; TRAVERSO, 2007, entre outros); os Estados Unidos também tiveram nomes engajados (COX; WILLARD, 1982; JACOBS; JACKSON, 1982), o que potencializou diversos trabalhos nessa seara. Os autores que se debruçavam sobre situações de interação tinham o propósito de atribuir um lugar a certas considerações outrora consideradas, digamos, extravagantes, acerca das condições de produção/recepção de uma mensagem, assim como a natureza e o status particular do enunciador, do enunciatário e da situação de enunciação. Segundo eles, o conjunto da atuação de um interlocutor (gestos, postura, discurso etc.) trazia enorme influência sobre o resultado final, no tipo de interação resultante do contato entre pessoas em situações diversas. Naquele contexto:

2 Os conversacionalistas interessam-se por situações de interação, não necessariamente argumentativas.

praticar a linguística da enunciação [era] descrever o funcionamento de enunciados à luz de certos fatores enunciativos, e não descrever a situação dos participantes de uma enunciação à luz de um enunciado (KERBRAT-ORECCHIONI, 2009, p. 242).

Nesses estudos, o mais importante não era discurso em si, mas todo o processo que abrigava a construção discursiva. A observação e descrição atenta do conjunto era talvez mais relevante do que o recorte específico de um discurso transmutado em texto a ser analisado.

A partir desse enfoque, e já na seara da perspectiva dialogal - e ao contrário da abordagem exclusivamente conversacionalista -, priorizam-se as situações de interação com ênfase no teor argumentativo das trocas, pois, ali, os estudos da língua precisam ir além da camada enunciativa, devendo enfatizar a mecânica das interações verbais, a partir das quais se podem analisar várias dimensões linguísticas, sobretudo a argumentativa, sempre a partir de uma “questão argumentativa” (GRÁCIO, 2009; 2010; 2011; 2012; PLANTIN, 1990; 1996; 2005; 2016). Nesse sentido, a atividade argumentativa é entendida como “irredutivelmente biface” (PLANTIN, 2016, p. 322), isto é, enunciativa e interacional, devendo ser analisada de forma mais aberta, na ocorrência em tempo real de um conflito que passa a ser visto como:

[...] algo que deriva de uma percepção empírica de que existem partes (discurso e contra-discurso) que a tematizam de forma divergente, eventualmente alternativa. É a percepção empírica de uma real, discursiva e personificada divergência — nem sempre inicialmente nítida — que permite adjectivar como argumentativa a questão em torno da qual os participantes se dividem (GRÁCIO, 2012, p. 314).

Nesse sentido, e nesse jogo argumentativo entre ao menos dois atores, entender as regras do jogo faz parte do próprio jogo (PLANTIN, 1990, p. 129). Desse modo, ao contrário da dialética aristotélica, em que se busca a eliminação do falso, e ainda contrariamente à dialética hegeliana, que busca uma síntese

do diálogo entre A e B (PLANTIN, 2016, p. 213), na abordagem dialogal, importa como A e B desenvolvem pontos de vista antagônicos para uma mesma questão, em interações reais.

Como temos reforçado em trabalhos diversos, sob o enfoque dialogal, a argumentação não é apenas questão de raciocínio, nem tampouco a mera constatação da existência de pontos de vista antagônicos. Trata-se de uma inter-relação surgida a partir do *díptico* argumentativo, isto é, da perspectivação de pontos de vista antagônicos, como assevera Plantin. Nesse sentido, as análises feitas nesse enfoque tomarão por base a existência de uma questão-problema (termo-chave precursor da perspectiva dialogal), como já ressaltamos acima, para, num corte transversal, analisar os meandros da construção dos pontos de vista que se tornaram efetivamente dissonantes. Nesse sentido, Plantin mostra insatisfação ligada ao estudo de “modelos puramente monológicos de argumentação” (PLANTIN, 2005, p. 53) e tenta buscar outras maneiras de se debruçar sobre os estudos da argumentação. O autor busca, desse modo, destacar a articulação de discursos contraditórios (e não de vozes contraditórias e/ou complementares que podem permear o mesmo discurso), focalizando-se na constituição de dois discursos em franca oposição. Por isso, ali (na perspectiva dialogal), enfatiza-se o duo, a divergência de pontos de vista.

A perspectiva dialogal resgata pressupostos da antiga Retórica para, a partir daí, reconfigurar o seu modelo. Desse modo, o olhar de autores como Plantin parte da noção de ‘orador → interlocutor → contraditor’ (FUMAROLI 1980, p. III apud PLANTIN, 2016, p. 515), caros à Retórica, e que representam, respectivamente, “aquele que deve persuadir” → “aquele que deve ser persuadido” → “o que deverá ser contestado”, para chegar à tríade ‘proponente → oponente → terceiro’. A partir daí, (re)pensar o modelo dialogal é tomar em consideração a tensão que carbura a interação entre A e B, na emergência de um conflito, o que não deixa de sugerir a ideia de movimento,

ida-e-vinda, na movimentação dos atuantes e dos atores e que dará fôlego à interação argumentativa, que, em fim de contas, refletirá a imbricação de pontos de vista (não necessariamente erística) acerca de um assunto, pois, como dissemos, a perspectiva dialogal lança um olhar atento para a tensão, para a costura e para a dinâmica das interações, sem jamais perder de vista a emergência de um desacordo (PLANTIN, 1993, p. 233). Curiosamente, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2008), ao identificarem o campo da argumentação com o reino do provável, não pensam diferente. Para eles a argumentação entra em ação desde que não haja certeza acerca de uma questão, no mundo dos valores atribuíveis.

No modelo dialogal observa-se como se processa o antagonismo e a costura de ao menos dois pontos de vista, *in loco*, o que permitirá ao analista melhor buscar descrever os “elementos semióticos articulados em torno de uma questão” (PLANTIN, 2005, p. 53) que compõem aquela interação que se tornou argumentativa, porque houve o aprofundamento de duas perspectivas. Na tentativa de decifração desse jogo, caberá ao analista equacionar o todo e buscar extrair sentido das maneiras pelas quais um “ator” pode influenciar ou interferir no comportamento de seu interlocutor, por exemplo. Nessa labuta complexa, a análise terá como fim descrever como as pontas do externo com o interno costumam uma interação. Seguindo esse posicionamento metodológico, fica patente que muitos dos fenômenos que se poderão detectar em uma interação argumentativa não poderiam ser percebidos em textos monológicos, ainda que dialógicos, porque é o ricochete fruto de uma situação de interação que permitirá aos fenômenos tornarem-se visíveis, graças à descrição da interação, a qual pressupõe compreender, por exemplo, a pressão do momento real e das vicissitudes de cada situação posta diante dos olhos do pesquisador. Por isso, na perspectiva dialogal, o discurso não pode ser nevrosado, alexitímico (PLANTIN, 2011), visto que uma situação argumentativa, em uma interação real, emulsionará

emoções. Em outras palavras, não interessa à perspectiva dialogal apenas o discurso, mas os bastidores, a coxia, o *making of*, os filamentos que costuram o conflito maior, transmutado em questão argumentativa, a partir de uma *estase*.

Desse modo, a ideia de ‘interação’ norteia nossa pesquisa. Trata-se, na verdade, de um importante termo chave da perspectiva dialogal, uma vez que, ali, toda interação, argumentativa, precisa ser auscultada pelo olhar arguto do analista. Nesse ângulo epistemológico, mais importante do que definir um argumento é tentar compreender como um argumento emerge, num caldeirão caudaloso de opiniões conflitantes, sobretudo no momento político delicado em que nos encontramos, quando uma divergência de opinião pode levar a agressões físicas, algo próximo às situações de guerra civil, em que, sabemos, o matiz racional das interações perde completamente o valor e a força bruta impera, como acontece em situações de argumentação *ad baculum*. De forma muito emblemática, Plantin (2016, p. 322) também resume a perspectiva dialogal não erística ao reforçar: “podemos até não dialogar, mas não podemos não interagir”. Desse modo, a noção ampla de interação permite ainda que se analisem situações desiguais entre atores e atuantes, em contextos complexos e diversificados, em que o que mais importa é a preeminência da linguagem construída em torno de uma questão.

Importante destacar ainda que, na seara da interação argumentativa, o contradiscurso pode ser perquirido de diversos ângulos: seus efeitos no processo, aspectos procedimentais, contextos institucionais; tudo dependerá do tipo de interação que se estabelece e, certamente, da complexidade do contexto. E tudo isso só é possível porque a argumentação “deixa traços no discurso” (PLANTIN, 1996, p. 18), além de ser uma atividade de pensamento que se materializa também em ações. Nesse panorama, interessa mais o processo do que o produto, como já ressaltamos. Desse modo, na perspectiva interacional considera-se que todo discurso argumentativo, mesmo monologal,

é fundamentalmente determinado por um contradiscurso, constituindo, desse modo, uma roda dentada que só funciona se houver uma contraparte.

Para autores como Grácio, cujas obras foram citadas anteriormente, a perspectiva da teoria interacionista da argumentação defende que o melhor enquadramento para estudar o fenômeno é a comunicação e tal significa ter em atenção explicações de processos cognitivos, relações sociais e as dinâmicas da produção e da recepção de mensagens. Nessa perspectiva, isto é, numa visão interacionista da argumentação, enfatiza-se o fato de os argumentos serem algo que vão surgindo e, por conseguinte, precisam ser considerados a partir da sua emergência. A tônica é, assim, posta na dinâmica do processo argumentativo e naquilo que concretamente sucede nessa dinâmica, como em um jogo cujas regras podem ser estabelecidas, seguidas e aplicadas. Nessa visada, a argumentação como prática é um processo de atenção através do qual, numa interação, os participantes vigiam e triam aquilo que deixam funcionar e valer, ou não, como argumentos (GRÁCIO, 2009, p. 103).

Na perspectiva dialogal, um lugar-comum, um *topos*, pode ser desafiado por uma nova perspectiva, geralmente testemunhada por um auditório, que teria ali um papel determinante. É nesse sentido que a própria noção de “questão” imiscui-se com a ideia de Retórica. No entanto, a noção de argumentação como controvérsia consubstanciada ou plausível passa a receber, no bojo dos diversos trabalhos de Plantin, caracterização mais arguta, uma vez que o autor sempre enfatiza a necessidade da ocorrência de dois pontos de vista antagônicos, imprescindíveis para transformar uma questão na pedra angular de um debate, no qual têm valor argumentativo todos os elementos semióticos articulados em torno dessa “questão”, pouco importando se tratar de um texto oral ou escrito.

Desta feita, na perspectiva dialogal, a noção de “questão argumentativa” passa a se constituir quando uma dúvida (ou o

que Plantin chama de “Terceiro papel de atuação”) constituir-se como peça chave na dinâmica interacional. E é justamente a dúvida - que gera uma ‘questão’ e que desencadeará uma ‘estase’ - a catalisadora de pontos de vista antagônicos e que atuará como rotor da interação. Levando-se em consideração que a argumentação “é uma atividade trabalhosa tanto do ponto de vista cognitivo quanto interacional” (PLANTIN, 2016, p. 221), faz sentido entendermos a dúvida, ou a resistência ao ponto de vista do outro, como peça obrigatória do território argumentativo, uma vez que, como sabemos, na perspectiva dialogal, é a divergência suscitada por uma questão a condição necessária para o desenvolvimento de uma interação, argumentativa.

A partir dos estudos do *footing* (GOFFMAN, 1969 apud KERBRAT-ORECCHONI, 1992, p. 65), de grande acolhida por analistas de interações verbais, Plantin esboça uma estrutura ternária, na qual se demarcam os papéis de atuação (*rôles actantiels*), os quais, em fim de contas, representam posições abstratas dos participantes reais de uma interação argumentativa, com a participação de três atuantes: o Proponente, o Oponente e o Terceiro, como já destacamos em outros trabalhos. Nesse sentido, esses três papéis de atuação representariam os três atos fundamentais de uma argumentação, isto é, ‘propor → opor → duvidar’. Tais atos são os delineadores dos papéis de atuação de um “ator” e de sua performance ao longo de uma interação em que efetivamente pontos de vista contrários são desenvolvidos a partir de uma *questão*. Como sabemos, de acordo com o modelo dialogal, são esses três os papéis a serem exercidos no jogo argumentativo, cabendo ao analista descobrir/descrever, na análise de uma interação argumentativa, *quem, quando e de que forma* um ‘ator’ (pessoa real) assume um ‘papel’ (proponente, oponente, terceiro), na costura conflituosa (não necessariamente erística) de uma interação.

Além das três posições possíveis descritas acima, Plantin diferencia “atores” de “atuantes”: os “atores” de uma situação

argumentativa são os indivíduos concretos engajados em uma argumentação, o que significa dizer que um mesmo ator pode ocupar as três posições argumentativas ao longo de uma interação. Desse modo, um ator poderá, no jogo de uma interação argumentativa, a partir de uma estase, intercambiar papéis de atuação, isto é:

- posição a) deixar de ser Proponente e passar a Oponente;
- posição b) abandonar a posição de Oponente e voltar à de Proponente;
- posição c) atuar como o questionador, isto é, Terceiro.

Do mesmo modo, um ator que ocupe a posição de Terceiro pode, ao longo da interação argumentativa, abandoná-la e ocupar a posição de Proponente ou Oponente, pois, como dissemos, essas posições podem variar ao longo de uma interação argumentativa, possibilitando o decurso de diversas e diferentes trajetórias. Dessa forma, vários indivíduos (vários atuantes nas posições de atores) podem produzir intervenções co-orientadas e defenderem um mesmo ponto de vista, formando regimes de aliança, a depender do tipo de orientação que se esboce. A partir do que resumimos acima, fica patente que a identificação dos papéis de atuação é importante na identificação do posicionamento dos atores, os quais poderão estar em situação de coalizão (ou em rota de colisão), dependendo da posição que adotarem (Proponente, Oponente, Terceiro), ou da frequência com que vão mudando de posição, ao longo de uma interação argumentativa. Em meus trabalhos, e considerando o projeto atual, tenho dado mais ênfase à descrição do desacordo, não do acordo, em situações de interação argumentativa³.

Como não temos podido deixar de destacar em nossas análises, é importante reforçar que a apreensão de interações argumentativas, nos moldes reconfigurados por Plantin, a partir

3 Em Damasceno-Morais (2016a; 2016b; 2019), tentei mostrar como se constrói o jogo do (des)acordo, a partir de algumas análises apresentadas.

do trabalho que lançou sua perspectiva epistemológica, no seu *Essais*, em 1990, o autor leva em consideração os diferentes códigos sociais dos contextos interacionais em que uma *estase* toma corpo. Por essa razão, na análise de uma interação argumentativa, é importante atentar para os “ritos de interação” (GOFFMAN, 2011) e as “rotinas” (COLMAS, 1981), uma vez que, não podemos ignorar, a troca de papéis de atuação (Proponente, Oponente, Terceiro) é sempre circunscrita por códigos sociais de cunho interacional (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992, p. 304; 2002, p. 509). Desse modo, concomitantemente à descrição dos papéis na evolução de uma estase, na perspectiva dialogal também é produtivo lançarmos um olhar para as regras de polidez, as quais “são onipresentes nas interações, das mais familiares às mais formais” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2002, p. 241). Observar esse aspecto permitirá aos analistas de textos argumentativos em contextos de interação depreenderem aspectos instigantes do funcionamento do discurso enquanto afetado (ou constituído) por atos ritualísticos interacionais e que podem se revelar eficazes peças na compreensão de uma interação argumentativa. Desse modo, e para além da significação sociológica dos atos de polidez, deferência e tato, produzidos em diferentes contextos (institucionais ou não), a análise de interações argumentativas pode aproximar os analistas de valores semióticos que se desvelam numa interação e que, como dissemos, vão além da troca de argumentos e contra-argumentos.

Procedimentos metodológicos

Os trabalhos analíticos que temos buscado empreender, seja em grupos de estudo⁴, em trabalhos em parcerias⁵, em orientações em nível de graduação⁶ ou de pós-graduação⁷ – ou mesmo em trabalhos de extensão com estudantes secundaristas⁸ – estão todos focados na perspectiva interacional, na busca por ampliar os contextos de análise, aperfeiçoando e refinando as questões de pesquisa, de acordo com o tipo de (con)textos com os quais nos deparamos (sobretudo em trabalhos de orientações de alunos tanto em nível de pós quanto de graduação, por meio de TCCs). Desse modo, temos escrutinado textos públicos do campo jurídico, econômico, acadêmico, entre outros, desde que isso traga ganhos para a perspectiva aqui brevemente discutida, sempre tentando levar em consideração os desdobramentos teóricos a essa perspectiva atinentes. Tanto no breve excerto que apresentaremos a seguir quanto nos trabalhos atualmente sendo desenvolvidos (ou orientados, em nível de graduação e

-
- 4 Na UFG começamos um grupo de estudos aberto a todos que tenham interesse pelos estudos da argumentação: Grupo de Pesquisa Teorias de Argumentação e Retórica – TEAR [dgp. cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5737083227344579](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5737083227344579)
 - 5 Um artigo publicado em parceria: EMEDIATO, Wander; DAMASCENO-MORAIS, Rubens. L'analyse dialogique de l'argumentation: les deux dimensions du dialogue. *Studii de Lingvistica*, v. 9, p. 111-132, 2019.
 - 6 Trabalhos de Iniciação à Ciência (2019-2020), com alunos de graduação, todas as pesquisas ancoradas na perspectiva interacional. Eis uma amostra: *Articulação entre estase, argumento ad hominem e polêmica no debate público eleitoral de 2018; Análise da estase argumentativa em matérias sobre o projeto Escola Sem Partido veiculadas na mídia*, entre outros.
 - 7 Uma amostra de trabalhos, em nível de mestrado, ambos defendidos no 1º semestre de 2020, via perspectiva dialogal: *A construção da face argumentativa erística pelo argumento ad fidem, no discurso do Cabo Daciolo, nos debates eleitorais de 2018*, do mestrando Marcos Dias Camelo; e *A construção retórica do auditório universal e o silenciamento da estase argumentativa nas redações do ENEM de 2015 a 2018*, da mestranda Ana Gabriela Moreira e Silva.
 - 8 Projeto de extensão: Concurso de oratória, em escola secundarista de Goiânia (agosto a dezembro de 2019).

de pós-graduação), os passos da perspectiva dialogal da argumentação, de forma descritiva ou exploratória (SALOMON, 2014, p. 158)⁹, será a tônica.

Nesse sentido, tudo o que em geral apresentamos como fruto desse esforço acadêmico lançará mão, precipuamente, da abordagem qualitativa, haja vista a necessidade de ampliar o propósito das pesquisas tradicionais. Para Creswel (2010), a intenção da pesquisa qualitativa é entender uma situação social, um evento, um papel, um grupo ou uma interação específica, tratando-se, em grande parte, de um processo investigativo, o que se coaduna com os objetivos da pesquisa ora empreendida e aqui esboçada, com o fim de apresentar uma fotografia da pesquisa em argumentação, destacando-se a heterogeneidade e pluralidade do GT ARGUMENTAÇÃO, no qual encontro contribuições de pessoas que se interessam pelos estudos da argumentação e da retórica. Trata-se de uma maneira de estar em contato com e produzir estudos na seara da argumentação no Brasil, hoje.

É sabido que, na pesquisa qualitativa, existe uma relação dinâmica entre o mundo real e a visão do pesquisador, o que leva à instauração de um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos, não traduzível em números. A descrição e interpretação de fenômenos argumentativos, como ora propomos, por exemplo, e a atribuição de significados a esses, a descrição de padrões, a identificação de estratégias retóricas ou argumentativas (enunciativas e/ou interacionais) balizadoras de ações responsáveis pelo estabelecimento de pontos de vista antagônicos certamente ajudarão a construir

9 Para Salomon (2014, p. 158), há três tipos de pesquisas: 1) exploratória ou descritiva (observar fenômenos existentes, situações, eventos, procurando descrevê-los, classificá-los, avaliá-los), 2) aplicada, 3) pura ou teórica. No entanto, a questão é mais complexa, pois existem diversas maneiras de classificar métodos e pouco consenso entre os teóricos sobre qual o número e o nome exato dos métodos.

as análises que temos empreendido, via análise de conteúdo em situações diversas.

A breve análise parcialmente apresentada a seguir e ainda em fase de elaboração¹⁰, e que, como já dissemos, é meramente ilustração de trabalho oriundo da trilha teórica e metodológica da pesquisa que temos empreendido, debruça-se no cenário intercultural de falantes nativos de inglês debatendo em português como língua não materna, em situação interacional de *estase* argumentativa. Ali nos chamou atenção de que forma os estranhamentos socioculturais favorecem na construção do enredo do debate transformado em *questão* argumentativa, no desenrolar da interação. O breve foi visto sob as lentes da perspectiva dialogal, que, como sabemos, vislumbra o mapeamento da construção argumentativa em momento de interação, o que nos permite descrever os posicionamentos motivados por interesses e os papéis de atuação (Proponente, Oponente, Terceiro), desempenhados pelos falantes no momento do debate.

Breve retrato de análise

Assim como o ambiente intercultural promove uma série de aprendizados para aqueles que interagem no momento da imersão, ali também se dá espaço para os chamados *estranhamentos* (FARNEDA, 2012), que ocorrem quando os falantes possuem diferenças socioculturais marcantes e, por algum motivo, desconhecem esse fator no outro, gerando-se, nesse momento, uma tensão que pode vir à tona por meio de preconceitos,

10 Trata-se de análise em fase de elaboração oriunda do atual projeto de pesquisa com o qual tenho trabalhado (A dinâmica do discurso argumentativo - Estudo de interações agonais). A breve análise está sendo empreendida pela aluna Izadora Araújo Barbosa, sob minha supervisão e intervenção. Apesar de sucinto, o texto ilustra bem um tipo de análise que emerge da perspectiva teórica com que temos lidado, a partir da descrição do jogo de papéis de atuação em uma interação argumentativa.

juízos (inapropriados ou não), entre outras formas de estase, o que pode esquentar a temperatura do diálogo intercultural. Não obstante, o estreitamento do contato intercultural é muito transformador, caracterizando as interações situadas naquele espaço algo extremamente positivo, apesar dos possíveis embates. Segundo PAIVA (2015, p. 13):

[...] apenas com as explicações apresentadas no dicionário, poderíamos compreender o fator intercultural como o estreitamento de relações entre indivíduos (grupo social ou sociedade) que compartilham conhecimentos, informações e saberes adquiridos segundo perspectivas evolutivas distintas, legitimando, desse modo, o caráter transformador das trocas vivenciadas por esses indivíduos.

Nesse sentido, e como não estamos focados numa perspectiva meramente erística, além do lado transformador, nos interessa, nesse contexto, o momento de formação da estase, não perdendo de vista que o domínio da língua estrangeira em si já é um desafio e tanto para quem está em processo de aprendizado, pois, afinal, são outras estruturas gramaticais, fonológicas e sintáticas que estão constituindo a língua não materna. Ademais, a grande questão envolvendo a argumentação nesse contexto é que, além de se preocupar apenas em ter uma boa pronúncia ou estruturar sintaticamente uma frase, por exemplo, a escolha de elementos semânticos da linguagem embasados na carga cultural pode variar de acordo com o impacto que o falante deseja impor sobre o discurso do outro, abrindo brechas para duplas interpretações e possíveis desentendimentos.

Nesse sentido, compreender e descrever a importância dessa carga cultural na constituição de argumentos construídos no fio das interações, nos momentos de tensão, condiz com a perspectiva dialogal que apresentamos na primeira parte deste artigo, sobretudo porque as interações são um momento privilegiado para os indivíduos mostrarem o domínio de uma língua estrangeira, buscando defender seus pontos de vista, de

acordo com o papel que estão desempenhando (Proponente, Oponente, Terceiro) no momento do debate.

O fato de as línguas trazerem normas distintas (DOOLEY e LEVINSOHN, 2014), em diálogos diversos, por exemplo, os turnos de fala, os recursos paralinguísticos, entre outros aspectos que regem essa troca de enunciados, variam de acordo com os fatores tanto linguísticos quanto socioculturais de uma determinada sociedade; tudo isso explica o porquê de o ensino de língua materna ser bastante diferente do ensino de língua estrangeira, seja ela segunda língua ou língua de acolhimento.

Para leitura do breve excerto apresentado, adotamos as convenções de transcrição de Marcuschi (1986). Além das transcrições de áudio, também serão adotadas abreviaturas para designar os papéis de atuação dos falantes, que serão seguidas de comentários a respeito da influência que esses papéis possuem para o rumo da conversação: (PA) Papel de atuação; (P) Proponente; (O) Oponente; (T) Terceiro. Nesse sentido, estamos mostrando trecho da pesquisa em elaboração que prestigia um aspecto peculiar da perspectiva dialogal, isto é, o jogo dos papéis de atuação, em momento de estase argumentativa. Por fim, utilizaremos abreviaturas ainda para nos referirmos aos falantes e aos fenômenos que ocorrem ao longo da interação: (F1) Falante britânico / Falante 1; (F2) Falante norte americano / Falante 2; (ASC) Argumento Sociocultural.

O vídeo descrito é intitulado “Diferença entre os Estados Unidos (EUA) e Inglaterra - com Tim Explica”; estende-se por 8’31” e pode ser encontrado na plataforma *Youtube*, tratando-se, por sua natureza de divulgação, de material de cunho público. Sentados em um sofá estão presentes dois falantes: um de nacionalidade britânica e outro de nacionalidade norte americana; ambos encontram-se sentados lado a lado e começam a desenvolver a conversa temática sobre os dois países assim que o vídeo se inicia. Trata-se de duas pessoas que estão em processo de aprendizagem do português brasileiro, mas que já

demonstram certo domínio, tendo em vista que ambos realizam vídeos para seus respectivos canais nessa plataforma, para compartilharem a experiência pessoal de estarem falando uma língua não materna, no caso, a língua portuguesa e, mais especificamente, o português falado no Brasil. Após a descrição, apresentamos como se desenrolam ali os papéis de atuação (Proponente, Oponente, Terceiro) desempenhados no vídeo pelos dois participantes do debate, ou atores, na terminologia da perspectiva dialogal.

Figura 1 - Print da tela inicial do vídeo



Fonte: Youtube (Canal Harry Souroukides), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xmflp5ONHX8>. Acesso em: 14 ago. 2019

O excerto abaixo apresenta o momento do vídeo em que os participantes ainda se encontram sentados lado a lado e continuam o diálogo intercultural. O falante norte americano, de forma espontânea, faz uma sugestão de tema para ser inserido na conversa: comida. Trazemos neste trecho o momento em que

essa discussão se desenrola, destacando a tensão, os argumentos socioculturais e os papéis de atuação desses falantes¹¹.

Quadro 1 – Transcrição da interação, instante 2’40” ao 3’02”

TRANSCRIÇÃO 1 : INSTANTE 2’40” ao 3’02”		FALANTE
1.	a comida”	F2
2.	a comida de Londres ó’ primeiro’ a chá é o melhor coisa’ chá inglê:s ((ASC))	F1
3.	o que é a chá”	F2
4.	chá’	F1
5.	[[AH chá:’ chá:’ ((faz gestos com as mãos como se estivesse tomando chá)) tipo’ tea, tea, chá’ chá’	F2
6.	tea’ english tea’ é MUITO melhor do que café: café: café: ((ASC))	F1
7.	[[NÃO’ mas (+) como você vai começar um dia sem café” tea não dá pracom’ não dá pra começar o dia com chá’ não dá’ não dá’ ((ASC))	F2
8.	[[dor/ dor/ dormir né:’ dormir oito horas tá de bo:a	F1

Fonte: Dados da pesquisa

- 11 Convenções de transcrição: [[- falas simultâneas, [- sobreposição de vozes, [] - sobreposições localizadas: quando a sobreposição ocorre num dado ponto do turno e não forma um novo turno, trecho curto de sobreposição, Pausas: (+) ou o tempo da pausa entre parênteses (1.8), (2.5), (): dúvidas e suposições, Truncamento brusco: / - quando o falante corta uma unidade, ênfase ou acento forte: MAIÚSCULA, alongamento de vogal: “:” ou “:.”, (()) - comentários do analista, ---- : silabação, sinais de entonação: a. “ : para uma subida rápida (ponto de interrogação) b. ‘ : subida leve (vírgula ou ponto e vírgula) c. , : descida leve ou brusca, repetição: reduplicação da letra ou sílaba (reduplicação da parte repetida), hesitação ou sinais de atenção: “eh”, “ah”, “oh”, “ih::”, “mhm”, “ahã”, indicação de transcrição parcial ou de eliminação: “...” e “/.../” a. “...” no início e no final de transcrição.

O que podemos observar das atuações neste trecho é que o Falante 1/F1 assume o papel de Proponente ao dizer, por meio do argumento na linha 2, que a comida de Londres é “o *melhor coisa*”; e aqui não estamos tratando da má compreensão acerca da palavra “chá” (l.3), pois tal incompreensão, por si, não caracterizaria uma *estase*, de acordo com a perspectiva dialogal, nem tampouco iniciaria uma “questão argumentativa”. Como dissemos, para que uma questão se torne de fato argumentativa é preciso que haja o aprofundamento do desacordo¹². Não obstante, no breve excerto apresentado, fica patente o delineamento de uma questão argumentativa, que pode ser consubstanciada na seguinte expressão: “*O chá inglês é melhor do que café (americano)?*” e desenvolvida em duas perspectivas antagônicas (l. 6 e l.7) respectivamente. Como se trata de uma forma de estranhamento cultural, podemos inferir que ali é o hábito de tomar chá inglês que se contrapõe ao hábito dos americanos de tomarem café. Não nos parece exatamente ser o produto (chá ou café) o objeto de dissensão, mas o hábito cultural, evidenciado pela fala “*mas (+) como você vai começar um dia sem café*” *tea não dá pracom’ não dá pra começar o dia com chá’ não dá’ não dá’*” (l.7), que se torna, como podemos observar, um argumento sociocultural ou um ASC, nesse caso o balizador do conflito de opiniões e forte impulsionador da *estase* argumentativa, nem tão evidente na fala: “*tea’ english tea’ é MUITO melhor do que café: café: café:*” (l.6), quando, ali sim, observamos que F1 está fazendo alusão apenas ao produto (café versus chá).

Como foi citado anteriormente, apesar da incompreensão acerca do gênero da palavra “chá”, o que é irrelevante para o sentido dos argumentos ali arrolados, houve um pequeno intervalo para explicar o que seria o “chá” (linhas 3, 4 e 5). No entanto, o mais interessante ali, no fio da conversa, é que o Falante 1 mantém-se no *papel de atuação* de Oponente, reforçando o próprio argumento

12 Devido ao exíguo espaço, não mostraremos o desenvolvimento das duas perspectivas que se apresentam no vídeo.

através da fala presente na linha 6, já destacada. Nesse sentido, ao colocarmos uma lente naquele jogo de interações, percebemos que o Falante 2 assume dois papéis de atuação, e o curioso é que eles ocorram na mesma linha, 7. Primeiramente, o papel de atuação de *Oponente* ocorre quando F2 nega o que foi dito por F1, ao responder: “não”, deixando patente ali uma objeção. Já a sua atuação como *Terceiro* ocorre em seguida, quando lança uma dúvida sobre o fato de ser possível começar o dia sem café, algo que aparentemente não seria possível para esse falante (“*como você vai começar um dia sem café*” /l. 7). Ali o papel de atuação e o domínio linguístico conversam diretamente, no jogo da interação. E isso se percebe porque, ainda em referência à intervenção de F2 na linha 7, o falante faz um movimento aparentemente intencional de pausa, seguida de repetição, num gesto que, parece-nos, soa mais como uma estratégia para se ganhar tempo e elaborar uma resposta para enfrentamento de um posicionamento contrário ao seu, suscitado por seu interlocutor.

Quanto à função dos argumentos, note que aqueles presentes nas linhas 2, 6 e 7 não possuem explicações fundamentadas a respeito dos benefícios que cada tipo de bebida pode apresentar ou não, mas só o fato de o chá ser demasiadamente consumido na Inglaterra já faz com que o britânico (F1) utilize essa afirmação sociocultural como argumento, assim como o alto consumo de café nos Estados Unidos seja motivo suficiente para que o norte americano (F2) discorde da proposição apresentada pelo parceiro de conversação. Essa interação foi demonstrada anteriormente através dos papéis de atuação. Não obstante, o único resquício de explicação do porquê de se consumir mais uma bebida do que a outra é a última fala do trecho feita pelo falante britânico, que diz “*dormir 8h tá de boa*” (linha 8), referindo-se à capacidade que o café possui de ser um antagonista do sono, devido à sua alta concentração de cafeína. Ainda assim, apesar disso não ficar claro para o falante (afinal, como dissemos anteriormente, o objetivo dos participantes é fazer um comparativo entre as culturas ressaltando a que

lhes é própria), podemos depreender que tal justificativa não é argumento suficiente para justificar o alto consumo, já que nem todos os americanos consomem café apenas para impedir o sono, e sim por outros motivos que atravessam eixos gastronômicos e culturais por exemplo, e que não vem ao caso na análise que estamos empreendendo. Podemos, então, apontar um movimento falacioso na construção de tal justificativa, mas que não temos tempo de desenvolver neste momento.

Conclusão

Esse breve mergulho num contexto de interculturalidade mostra que questões de compreensão de língua, facilmente identificáveis (l. 3-5), não levam ao surgimento de uma *estase*, simplesmente porque são questões pontuais e que, uma vez compreendidas, não geram conflito de opinião (ninguém discordaria do gênero de uma palavra em português, por exemplo, salvo em casos de homonímia). Na breve análise empreendida, o jogo de papéis de atuação se delineia efetivamente quando, após a compreensão do termo “chá” (l.5), formou-se, naquele ambiente intercultural, uma questão argumentativa (“*O chá inglês é melhor do que café (americano)?*”). Ali, os atores (F1 e F2), na costura interacional, lançam mão do que chamamos de argumentos socioculturais (ASC), os quais reforçaram o aparecimento da *estase*, o que caracterizou a situação transcrita como argumentativa.

Por fim, cabe destacar que o ambiente intercultural por ser tão diverso e apresentar peculiaridades que lhe são próprias certamente abre diversas possibilidades de análise e observações. Para concluir a análise que está no escopo deste artigo, observamos que os argumentos socioculturais e o nascimento da *estase* apontam para a mesma direção e que a forma como os argumentos são estruturados revela maior ou menor domínio da língua que esses falantes estão utilizando. Apesar de concisa, a análise propiciou a mobilização de vários conceitos que possibilitaram um diálogo com a perspectiva dialogal da argumentação.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours** – discours politique, littérature d'idées, fiction. Paris: Nathan Université, 2000.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Tradução: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.
- COLMAS, Florian. **Conversational routine**. Paris; New York: Mouton, 1981
- COX, Robert; WILLARD Charles Arthur. **Advances in argumentation theory and research**. Carbondale: Illinois University Press, 1982.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa** – método qualitativo, quantitativo e misto. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAMASCENO-MORAIS, Rubens. A pré-estase como preparação do terreno em deliberações jurídicas. In: PINTO, Rosalice *et al* (org.). **Linguagem e Direito: perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Contexto, 2016a. p. 51-66
- DAMASCENO-MORAIS, Rubens. Emotional legal arguments and a broken leg. ONTARIO SOCIETY FOR THE STUDY OF ARGUMENTATION (OSSA), 11, 2016b, Windsor, **Proceedings Conference Archive**, 94.
- DAMASCENO-MORAIS, Rubens. O acordo dissonante: um caso de dano moral na mídia. In: EMEDIATO, Wander (org.). **A Construção da Opinião na Mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. p. 175-201.
- DAMASCENO-MORAIS, Rubens. As emoções em campo jurídico: o argumento da experiência vivida. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, p. 170-189, 2019.
- DANBLON, Emmanuelle. **La fonction persuasive** – Anthropologie du discours rhétorique: origines et actualité. Paris: Armand Colin, 2005.
- DOOLEY, Robert A.; LEVINSOHN, Stephen H. **Análise do discurso: conceitos básicos em linguística**. 6. ed. Tradução: Ruth Julieta da Silva e John White. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

- EGGS, Ekkehard. **Grammaire du discours argumentatif** - le topique, le générique, le figuré. Éditions Kimé: Paris, 1994.
- FARNEDA, Eliete Sampaio. Língua e cultura no contexto de português língua estrangeira. **E-escrita**, Nilópolis, v. 3, n. 1, 2012.
- GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Tradução: Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. **Discursividade e perspectivas**: Questões de argumentação. Coimbra: Grácio Editor, 2009.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. **A interação argumentativa**. Coimbra: Grácio Editor, 2010.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. **Fenomenologia, hermenêutica, retórica e argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2011.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. **Teorias da argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2012.
- GRIZE, Jean-Blaise. **Logique naturelle et communication**. Collection Psychologie Sociale. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- JACOBS, Sally; JACKSON, Scott. Conversational Argument: a Discourse Analytic Approach. In: COX, Robert ; WILLARD, Charles Arthur (Ed.) **Advances in Argumentation Theory and Research**. Southern Illinois: University Press: Carbondale and Edwardsville, 1982. p. 205-237.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les Interactions Verbales**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1992. Tome II.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Rhétorique et interaction. In: Roselyne Koren et Ruth Amossy (ed.). **Après Perelman quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?** L'argumentation dans les sciences du langage. Paris: L'Harmattan, 2002.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'énonciation** - de la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 2009.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Le discours en interaction**. Paris: Armand Colin, 2011.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

- PAIVA, Rosa Maria Barral Gregores. **A argumentação em aula de língua materna e de língua estrangeira**. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português e de Língua Estrangeira), Universidade Nova de Lisboa: Lisboa, 2015.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Traité d'argumentation**. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 2008.
- PLANTIN, Christian. **Essais sur l'argumentation**. Paris: Kimé, 1990.
- PLANTIN, Christian. **Lieux communs, topoi, stereotypes, clichés**. Paris: Éditions Kimé, 1993.
- PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Paris: Le Seuil (Mémo), 1996.
- PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Histoire, théories et perspectives. Paris: PUF (Que sais-je?), 2005.
- PLANTIN, Christian. Análise e crítica do discurso argumentativo. Tradução: Rodrigo Mota *et al.* Revisão da tradução: Moisés Olímpio-Ferreira e Sérgio Israel Levemfous. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 17-37, 2011.
- PLANTIN, Christian. **Dictionnaire de l'argumentation** – une introduction aux études d'argumentation. Lyon: ENS Éditions, 2016.
- SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 13. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- TRAVERSO, Véronique. **L'analyse des conversations**. Lyon: Armand Colin, 2007.

Argumentação em projetos de letramento: aspectos didáticos e sociais

Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Universidade Federal de Sergipe

Marcia Regina Curado Pereira Mariano
Universidade Federal de Sergipe

Glícia Azevedo Tinoco
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução

Articulações entre o ensino de argumentação na educação básica e os estudos de letramento de vertente etnográfica vêm sendo construídas por pesquisadores de diferentes instituições brasileiras (AZEVEDO; TINOCO, 2019; SILVEIRA; MARIANO, 2016; BESSA; NASCIMENTO, 2012, entre outros). Essas publicações retratam contextos socioespaciais, colaboradores, metodologias e interesses diferentes, mas se aproximam por evidenciar o quão produtivo é o ensino de argumentação via projeto de letramento (doravante PL). Acerca disso, pretendemos, neste trabalho, em particular, explorar as bases retóricas, uma vez

que essa perspectiva permite focalizar as dimensões políticas, discursivas e dialógicas da argumentação de maneira integrada.

Com base em Brockriede (1977), que, por sua vez, responde à proposta de O’Keffe (1977), compreende-se que são três as principais dimensões ou perspectivas da argumentação: (i) como **produto** (perspectiva lógica), (ii) como **processo** (perspectiva retórica) e (iii) como método ou **procedimento** (perspectiva dialética). Essa compreensão foi aprofundada por Wenzel (2006 [1990]) e tem servido de referência para muitas pesquisas, pois tais dimensões/perspectivas foram associadas aos objetivos da argumentação.

No que tange à perspectiva retórica, desde sua origem na Antiguidade Grega (século V a.C.), a argumentação se desenvolve em função das necessidades de uso mediante situações sociais concretas e singulares. Em outras palavras, a argumentação tem lugar quando os cidadãos¹ atenienses passam a se empenhar para a definição da propriedade de terras anteriormente usurpadas².

1 Para Aristóteles, na obra *Política* (1275a-1276a), cidadão é um conceito derivado do conceito de *polis*, por isso diz respeito àqueles que partilham direitos cívicos. É um conceito que se complementa no de lei, visto que somente aquele com direito de administrar a justiça ou com condições para exercer atividades públicas, com função judicial ou deliberativa, poderia ser considerado um cidadão (ARISTÓTELES, 1998 [IV a.C.]).

2 “Foi, porém, na Sicília, que a retórica teve a sua origem como metalinguagem do discurso oratório. Por volta de 485 a.C., dois tiranos sicilianos, Gélon e Hierão, povoaram Siracusa e distribuíram terras pelos mercenários à custa de deportações, transferências de população e expropriações. Quando foram destronados por efeito de uma sublevação democrática, a reposição da ordem levou o povo à instauração de inúmeros processos que mobilizaram grandes júris populares e obrigaram os intervenientes a socorrerem-se das suas faculdades orais de comunicação. Tal necessidade rapidamente inspirou a criação de uma arte que pudesse ser ensinada nas escolas e habilitasse os cidadãos a defenderem as suas causas e lutarem pelos seus direitos. E foi assim que surgiram os primeiros professores da que mais tarde se viria a chamar retórica” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2012, p. XVI).

Assim, é uma situação social específica que requer dos cidadãos a articulação de recursos expressivos que possam promover mudanças nas ações alheias, em função de uma tomada de decisão em relação a quem algumas propriedades deveriam pertencer. Enquanto processo, então, “[...] a argumentação é um fenômeno que envolve atores sociais que se dirigem a outros com o fim de obter a adesão [...]” (ALVES, 2015, p. 50).

É justamente essa origem social o que nos interessa neste trabalho. Tomando como pressuposto que os PL se articulam em torno de problemas sociais do cotidiano e, em considerável número de casos, esses problemas se revestem de questões controversas, exige-se dos estudantes a assunção de posicionamentos que estimulam atitudes deliberativas. Eis o lugar propício da argumentação.

Nesses projetos, interessa mais o agir em sociedade do que o esforço de provar a “verdade” das ideias em discussão. Isso não significa, porém, desmerecer a compreensão de nossas decisões, mas tomar “[...] a argumentação sobretudo em seus efeitos práticos: voltada para o futuro [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 53). Embora essa afirmação esteja alinhada à perspectiva retórica, buscamos, com Kock (2003), demarcar a especificidade da argumentação deliberativa situada nos PL:

[...] não predica um estado de coisas nem o que ele deveria ser, propõe uma ação [...]. Isso ocorre porque a “lógica” é sobre proposições, enquanto a argumentação deliberativa é sobre propostas. E isso explica outra característica essencial da argumentação deliberativa, a saber, o que podemos chamar de *multidimensionalidade*³ (KOCK, 2003, p. 158, grifo do autor).

3 No original: “[...] it does not predicate a state of affairs, nor what ought to be the case; it proposes an action [...]. This is because “logic” is about propositions, whereas deliberative argumentation is about proposals. And this accounts for another essential feature of deliberative argumentation, namely what we may call its *multidimensionality*” (KOCK, 2003, p. 158).

Com efeito, reconhecer a multidimensionalidade da argumentação deliberativa⁴ é o que nos possibilita orientar o planejamento de um trabalho pedagógico que estimule os estudantes a considerar variadas dimensões quando se encontram diante de uma questão problemática ou polêmica e resolvem elaborar argumentos favoráveis e contrários a posições possíveis, visando à organização de uma proposta de intervenção social.

Para aprofundar essa discussão, propomo-nos comparar três experiências de ensino da argumentação, planejadas em diferentes ambientes escolares: duas são desenvolvidas em cidades do interior de Sergipe (Campo do Brito e Japaratuba) e outra no interior do Rio Grande do Norte (Portalegre). Em comum, as três desenvolvem PL que requerem a participação ativa dos estudantes na resolução/minimização de problemas de suas comunidades.

A fim de favorecer a reflexão sobre as mencionadas experiências, este trabalho está organizado da seguinte maneira: após a retomada de algumas concepções propostas pela Retórica (aristotélica) e pela Nova Retórica (perelmaniana), discutiremos como os PL podem proporcionar condições para a aprendizagem de diferentes estratégias argumentativas. Depois, são apresentados princípios orientadores que talvez possam guiar professores interessados em estimular projetos que estabeleçam relações

4 Kock (2003) nos informa que a perspectiva multidimensional da argumentação deliberativa encontra apoio não apenas na *Retórica* de Aristóteles, mas também na *Retórica a Alexandre*, texto erroneamente atribuído a Aristóteles, que provavelmente foi escrito pelo sofista Anaxímenes de Lâmpsaco (380 – 320 a. C.) e deve ter sido concluído antes da publicação da obra completa do famoso Estagirita (CHIRON, 2000 [1997]). Também destaca que, ao tratar do discurso de tipo deliberativo, o texto de autoria questionada indica que “[...] um discurso de persuasão necessita demonstrar que as coisas às quais exorta são justas, legais, apropriadas, honrosas, prazerosas e facilmente exequíveis [...]” (ARISTÓTELES [ANAXÍMENES DE LÂMPACO], 2012, p. 44, 1421b). Em outras palavras, a *Retórica a Alexandre* declara explicitamente que, na deliberação, muitas dimensões são intervenientes.

entre práticas escolares e práticas de linguagem decorrentes das relações entre os sujeitos organizados em diferentes sociedades. Por fim, apresentamos algumas considerações que arrematam os aspectos didáticos e sociais aqui priorizados.

Bases retóricas da argumentação

A argumentação pode ser definida de maneira bastante diversa, conforme já mencionado em relação às três perspectivas cunhadas por Brockriede (1977) e aprofundadas por Wenzel (2006 [1990]). Dadas as especificidades da proposta que ora trazemos à reflexão, optamos pela argumentação retórica, que se ocupa “[...] da arte da comunicação, do discurso feito em público com fins persuasivos [...]” (ALEXANDRE JUNIOR, 2012, p. XXVII). Isso se justifica porque, desde a tradição aristotélica, essa perspectiva centra-se no *processo* persuasivo, o que favorece colocar os atores sociais em interações nas quais é preciso lidar com uma teoria dos signos, com fatos construídos historicamente e com posições divergentes (que podem estar em conflito), visando à negociação das representações e à adesão do outro às ideias colocadas em questão (PLANTIN, 2008).

Nessas interações, as práticas sociais de linguagem são sempre situadas, pois os contextos estabelecem condições para a participação nas variadas situações comunicativas. Essa demarcação, proveniente da *Retórica* de Aristóteles, reconhece a existência de uma teoria da argumentação persuasiva, “[...] aplicável a qualquer assunto [...]” (ALEXANDRE JUNIOR, 2012, p. XXVIII), como uma forma de conhecimento prático voltado a disputas de pontos de vista em sociedade (entre um orador e seu auditório). Isso é o que, a nosso ver, serve de base para a afirmação da Nova Retórica: “[...] o campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 1), extensível a todos os discursos (da simples conversa ao redor da mesa familiar até o debate acadêmico mais especializado).

A Nova Retórica, então, não está fundada em verdades definitivas nem indiscutíveis. Pelo contrário, ela parte do princípio de que os grupos sociais aderem “[...] a toda espécie de opiniões com intensidade variável, que só é conhecida quando posta à prova [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 577), seja por meio de enunciados referentes a fatos seja por aqueles referentes a valores, porque, na prática argumentativa, a linguagem está sempre vinculada a uma comunidade específica. Com isso, justifica-se que a

[...] adesão a certos usos linguísticos é normalmente a expressão de tomadas de posição, explícitas ou implícitas, que não são nem o reflexo de uma realidade objetiva nem a manifestação de uma arbitrariedade individual. A linguagem faz parte das tradições de uma comunidade e, como elas, só se modifica de um modo revolucionário em caso de inadaptação radical a uma nova situação; senão sua transformação é lenta e inacessível (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p. 580).

Nesse sentido, seguir as “tradições de uma comunidade” e tomar posição em cada “nova situação” são aspectos privilegiados pela perspectiva retórica desde Aristóteles até a Nova Retórica. É essa compreensão que tem favorecido a organização de ações didáticas que não se apoiam em uma formalização técnica, voltada à elaboração de argumentos, mas que proporcionam aos estudantes a busca por meios diversificados para a defesa de um ponto de vista, especialmente quando se tem de deliberar acerca de alguma questão.

Em PL, particularmente, os sujeitos da enunciação têm a oportunidade de ampliar suas capacidades e demonstrar competências argumentativas⁵ porque são capazes de “[...] discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso [...]” (ARISTÓTELES, 2012 [c. 330-326 a.C.], p. 11, 1355b), especialmente ao realizar as seguintes práticas de linguagem:

5 Para um aprofundamento relativo às noções de capacidade e competência argumentativas, sugerimos consultar Azevedo (2019).

1. avaliar situações cotidianas de maneira a identificar os temas mais importantes de deliberação;
2. construir argumentos com base em valores, crenças e ideologias assumidas pelo(s) orador(es) diante de seu público-alvo (auditório);
3. identificar modos de apelo ou formas de persuasão, a lógica do assunto, a emoção dos ouvintes;
4. ordenar as partes do discurso, a partir de gêneros discursivos historicamente definidos, que circulam em espaços sociais em que os sujeitos escolares se encontram;
5. interagir a partir de uma questão problematizadora, visando às finalidades estabelecidas para os discursos;
6. elaborar propostas de intervenção social, considerando as necessidades de cada situação que se relaciona ao grupo ao qual pertence ou a si mesmo.

Como pode ser observado, tomamos a Retórica como uma teoria do discurso (PLEBE, 1978). Assim, empreendemos o esforço de entender como o ensino da argumentação pode ampliar as condições de participação social dos estudantes. Respalda esse esforço o fato de Cícero, ao retomar a obra de Córax e Tísias – retóricos sicilianos que, no século V a.C., produziram o primeiro tratado sobre os estudos retóricos –, explicar que a prática retórica é tanto um modo de agir quanto um método (*arte et via*), por isso cada pensador optou por enfatizar um fundamento filosófico particular na descrição da Retórica, conforme a análise que realizaram das circunstâncias sociais. A título de ilustração, podemos notar que enquanto Córax e Tísias destacaram a demonstração técnica do verossímil, Protágoras retomou a teoria pitagórica da “oportunidade retórica”, em um viés mais semântico-expressivo do que moralista. Górgias, por sua vez, insistiu no ensino da arte retórica com destaque para o estilo (figuras retóricas) em lugar do conteúdo e Aristóteles dedicou-se a explicar um tipo de conhecimento prático que favorecesse os meios de persuasão, conforme esclarece Plebe (1978).

As especificidades assumidas pelos citados filósofos orientam-nos a perceber que, como aconteceu com o ensino da

retórica, em PL, o ensino da argumentação requer a constituição de um método alinhado à formação de agentes sociais, ou seja, as práticas escolares não podem ficar restritas à identificação das técnicas argumentativas nem aos tipos de raciocínio. Visto que, em situações deliberativas, a multidimensionalidade da argumentação diz respeito tanto aos aspectos teórico-metodológicos quanto aos práticos, é preciso escolher uma entre as várias possibilidades existentes (KOCK, 2003).

Com isso, não estamos reforçando o abandono dos trabalhos que detalham, por exemplo, a construção da cadeia argumentativa por meio do ensino da identificação das estratégias de argumentação e dos problemas de argumentação mais recorrentes. Defendemos, isso sim, que os conhecimentos lógicos, técnicos e linguísticos precisam estar a serviço da ação social. Para tanto, torna-se essencial realizar uma análise da realidade, visando a perceber quais fatores impactam um determinado contexto e como as relações de poder interferem e, por vezes, impedem que os sujeitos possam efetivamente contribuir com a sociedade. Essa posição alinha-se à pedagogia de Paulo Freire, que se define por ser

[...] anti-autoritária, dialógica e interativa, e colocar o poder nas mãos de estudantes e trabalhadores. Mais importante, a pedagogia freireana colocou a análise social e política da vida cotidiana no centro do currículo. A apresentação concisa do argumento básico de Freire é [...] que o conhecimento é um ato dialógico – um ato político de conhecimento. [Assim,] a importância central de Freire na pedagogia crítica pode ser atribuída ao seu modelo de conhecimento emancipatório como práxis [...]” (McLAREN, 2000, p. 7).

Para desenvolver uma “pedagogia crítica” – capaz de tornar o “conhecimento emancipatório como práxis” – e

6 No original: “[...] Freire’s pedagogy was anti-authoritarian, dialogical, and interactive, and put power into the hands of students and workers. Most important, Freirean pedagogy put social and political analysis of everyday life at the center of the curriculum. The concise rendering of Freire’s basic argument [...] is that knowledge is a dialogical act – a political act of knowing. Freire’s central importance in critical pedagogy can be traced to his model of emancipatory knowledge as praxis [...]” (McLAREN, 2000, p. 7).

identificar alternativas para o planejamento de trabalhos com argumentação na escola, de maneira a aprimorar a formação dos estudantes e também atender uma das competências gerais⁷ (n. 7) da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), assumimos que os PL se configuram como um *locus* produtivo. Em decorrência disso, passaremos a uma análise de suas características constitutivas.

Práticas de letramento associadas à argumentação

A definição de letramento varia conforme a época, o contexto e as bases teóricas assumidas como referência. Entre as concepções em circulação, na atualidade, considerando a vertente sociocultural das reflexões de Street (2014 [1995]) e de Kleiman (1995), entendemos que letramento representa um conjunto de “[...] práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos [...]” (KLEIMAN, 1995, p. 19).

Essa definição pressupõe que as “práticas”, segundo Scribner e Cole (1981), são uma sequência recorrente de atividades direcionadas a objetivos, que usam uma tecnologia específica e sistemas específicos de conhecimento. Em outras palavras, uma prática articula três componentes: tecnologia, conhecimento e capacidades⁸.

7 “Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitam e promovem os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta” (BRASIL, 2017, p. 7).

8 Scribner e Cole (1981) utilizam o termo “habilidades” em lugar de “capacidades”. Contudo, por escolhermos como apoio para nosso trabalho a psicologia sociocultural, resolvemos fazer a substituição, pois o termo “capacidade” não se limita à capacidade intelectual. Ao considerarmos o desenvolvimento cultural, passamos a integrar, em igual medida, todos os aspectos da personalidade constituída em sociedade – configurando um todo complexo –, por isso integra uma série de funções e elementos que configuram sua estrutura (VIGOTSKI, 2017).

Como todas as práticas inter-relacionam tarefas que compartilham ferramentas, as atividades se organizam em torno de objetos comuns ou de empreendimentos mais específicos dentro de certos domínios. Em síntese,

[...] as tarefas em que os indivíduos se envolvem constituem uma prática social quando direcionadas a metas e objetivos socialmente reconhecidos [de modo a] fazer uso de um sistema compartilhado de tecnologia e conhecimento⁹ (SCRIBNER; COLE, 1981, p. 236).

Ao partir da concepção de que os sujeitos escolares cotidianamente participam de práticas de letramento, resolvemos planejar práticas pedagógicas direcionadas ao ensino de argumentação com origem em um problema social que solicite dos estudantes diferentes recursos comunicativos. Como, na perspectiva retórica, os discentes estão necessariamente em interação, quando implicados nas situações argumentativas¹⁰, terão de analisar a realidade circundante, avaliar as perspectivas disponíveis para a assunção de um posicionamento e selecionar os recursos linguísticos, enunciativos e discursivos, a fim de serem capazes de realizar ações de linguagem adequadas a cada circunstância.

9 No original: “[...] tasks that individuals engage in constitute a social practice when they are directed to socially recognized goals and make use of a shared technology and knowledge system” (SCRIBNER; COLE, 1981, p. 236).

10 Segundo Grácio (2013, p. 120-121), “[...] uma situação argumentativa remete para uma situação de oposição discursiva, mas também para os processos de avaliação colocados em ação na relação de interdependência discursiva. [...] Caracteriza-se por ser essencialmente problemática e ocorre dada a natureza ambígua (pelo menos duas perspectivas possíveis) das questões em causa”. Com base na pragma-dialética, Grácio descreve as quatro fases distintivas desse tipo de situação: *fase de confrontação* (choque entre discursos), quando se estabelece um díptico argumentativo; *fase da polarização* (em função da tematização de um assunto), que corresponde à fase de abertura e progressão da interação (coordenação interdiscursiva); *fase de fecho* (encerramento), na qual há o desvanecimento da oposição discursiva e a identificação de uma resposta à situação.

Essas ações são constitutivas de PL, um tipo de projeto interdisciplinar que oferece uma via para realizar certa subversão das práticas de ensino e aprendizagem da escrita e da oralidade, circunscritas ao domínio dos aspectos formais,

[...] pois permite a construção conjunta de novas significações nos vários domínios do saber, tornando os papéis de professor e aluno mais flexíveis e encurtando a distância que os separa em função de um objetivo comum já negociado (KLEIMAN; MORAES, 1999, p. 49-50).

Nos PL, assume-se uma base etnográfica, o que significa que os aspectos sociais e culturais de uma dada comunidade se configuram como uma rede de relações que favorece o ensino e a aprendizagem da leitura, da escrita e da oralidade de modo significativo para todos. Alinhada a essa concepção, admitimos que, diante de problemas sociais, identificados dentro e fora da escola, os estudantes têm a chance de buscar alternativas para resolver problemas, por meio de soluções locais ou de atitudes de enfrentamento de questões e crises generalizadas que afetam toda a sociedade. Insistimos que, quando se compreende a realidade, é possível “[...] levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, [o sujeito] pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio [...]” (FREIRE, 2016 [1979], p. 38).

Nos PL, então, os diálogos estabelecidos entre todos promovem interações nas quais se observam a interdependência discursiva e a influência recíproca entre os interlocutores, fundada na avaliação contínua que os participantes da argumentação realizam. Nesse sentido, a sala de aula torna-se

[...] um lugar para a comunicação de informações, para o estabelecimento de relações sociais e para a expressão da identidade e de atitudes. Ou seja, é o espaço de convergência do cognitivo, do social e da expressão pessoal na construção de redes de conhecimento (KLEIMAN; MORAES, 1999, p. 50).

Com base nessas concepções, passaremos à análise de três PL, desenvolvidos em turmas de educação básica e associados

a pesquisas acadêmicas: os dois primeiros são da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e o terceiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Com eles, pretendemos ilustrar como essas referências serviram para concretizar práticas de letramento e de argumentação em três cidades diferentes do Nordeste.

Quadro 1 - Características dos PL em foco

Autoria (ano)	Âmbito da pesquisa	Objetivo do Projeto
Josefa Almeida da SILVEIRA (2016)	Mestrado Profissional em Letras (UFS, câmpus Itabaiana)	Desenvolver competências comunicativas a partir da análise e do uso dos mecanismos de argumentação dos discursos políticos.
Marcia Oliveira MOURA (2019)	Mestrado Profissional em Letras (UFS, câmpus São Cristóvão)	Promover a assunção de diferentes posicionamentos sobre um tema polêmico (empoderamento feminino).
Jaciera Limeira de AQUINO (2018)	Doutorado em Estudos da Linguagem (UFRN)	Analisar as habilidades, relacionadas à competência da argumentação, desenvolvidas em eventos de letramento.

Fonte: Dados das pesquisas

A fim de viabilizar melhor compreensão desses PL, em primeiro lugar, apresentaremos uma breve descrição de cada um deles. Depois, realizaremos uma reflexão conjunta.

Produção de uma carta aberta em Campo do Brito

Os estudos da retórica de tradição aristotélica nos fazem compreender que a construção do discurso persuasivo é um processo que envolve estratégias linguísticas, textuais e discursivas, que vão desde a escolha do tema e dos argumentos até a adequação da estrutura textual ao gênero, a adequação da linguagem ao auditório e a apresentação convincente desse discurso, tendo em vista a persuasão. Nesse sentido, a fim de realizar um ensino significativo da argumentação, alinhado às preocupações, aos conhecimentos prévios e às práticas sociais dos estudantes, Silveira (2016) desenvolveu um PL que se organizou a partir de leituras, análises e produção de textos de gêneros diversos, orais e escritos, verbais e não verbais.

A proposta voltada às séries finais do ensino fundamental teve como atividade de culminância a produção de uma carta aberta, elaborada em aulas de Língua Portuguesa, por alunos do 9º ano, a partir da percepção da realidade da comunidade local, registrada por meio de fotos, questionários e entrevistas. Essa carta aberta foi lida pelos estudantes em uma sessão da Câmara Legislativa do Município de Campo do Brito, pequena cidade sergipana com pouco mais de dezessete mil habitantes. O evento causou grande impacto nos adolescentes de treze/ catorze anos, pois puderam se sentir cidadãos ativos.

Nesse caso, a língua, entendida como prática interativa, social e discursiva, foi colocada a serviço do desenvolvimento das capacidades argumentativas dos estudantes. Inicialmente, a oralidade serviu como uma porta de acesso a outras linguagens e colaborou com a ampliação de diferentes habilidades, necessárias para o uso efetivo de gêneros orais e escritos. Além do caráter comunicacional e social no uso da linguagem, Silveira (2016) destaca a carta aberta ser um importante meio de persuasão.

Esse entendimento gerou a compreensão de que a cidadania é exercida por meio da participação política, a qual pode ser iniciada em sala de aula, pois não é algo exclusivo para “pessoas autorizadas”, que exercem algum cargo político ou estão ligadas a partidos. Na democracia contemporânea, todos têm a possibilidade de participar ativamente da sociedade, uma vez que são diversos os espaços sociais, como na imprensa, em associações e espaços comunitários, o que engloba também as escolas.

Disso decorre que a liberdade de exposição de pontos de vista diferentes e a cobrança de direitos, bem como o cumprimento de deveres, é um ambiente favorável à argumentação, visto que permite “[...] a efetivação da democracia, cujo maior princípio é a participação carregada de diversidades, discordâncias, acordos, diálogos; além das contribuições linguístico-discursivas” (SILVEIRA, 2016, p. 35).

Esse PL se desenvolveu ao longo de cinco semanas e, nele, diferentes gêneros foram utilizados a fim de favorecer o estudo de variados discursos políticos e suas estratégias argumentativas. Com base nas análises dessas estratégias, foram geradas as informações necessárias para a elaboração da carta aberta.

Quadro 2 - Práticas de letramento realizadas pelos estudantes de Campo do Brito (SE)

1ª SEMANA	<p>Levantamento de problemas da cidade, visando a cobrar das autoridades o não cumprimento de promessas de campanha;</p> <p>elaboração de um questionário a ser aplicado junto aos moradores da cidade;</p> <p>simulações das entrevistas com os colegas em sala e com funcionários na escola;</p> <p>produção de fotos para o registro dos principais problemas de Campo do Brito (feitas com seus próprios celulares e câmeras).</p>
2ª SEMANA	<p>Seleção do material recolhido: fotos produzidas e entrevistas transcritas;</p> <p>debates relativos às políticas públicas e aos problemas encontrados na cidade;</p> <p>digitação de dados para posterior distribuição entre os alunos;</p> <p>elaboração de gráficos resultantes das respostas compiladas;</p> <p>construção de um retrato da ausência de políticas públicas na cidade referentes a saúde, saneamento básico, creches, projetos educativos, oportunidades de emprego, entre outros.</p>
3ª SEMANA	<p>Estudo dos tipos de argumentos utilizados em diferentes discursos políticos: o de posse de 2º mandato de Dilma Rousseff; o de Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de sorteio do país sede da Copa de 2014; o de resposta constitucional à TV Globo, no Jornal Nacional, de Leonel Brizola; o de posse do prefeito eleito de Campo do Brito, Alexsandro Menezes da Rocha; o do então Presidente da República de José Sarney, diante da tentativa de denúncia de “golpe institucional”; o de posse do então Governador de Sergipe Jackson Barreto de Lima, em 10.12.2013;</p> <p>compreensão dos conceitos de orador, auditório e de <i>ethos</i> retórico/discursivo.</p>
4ª e 5ª SEMANAS	<p>Partilha das análises dos discursos políticos, realizadas por seis grupos;</p> <p>comparação entre as estratégias argumentativas utilizadas pelos políticos para persuadir o povo;</p> <p>elaboração coletiva da carta aberta da turma;</p> <p>digitação da carta pela professora;</p> <p>recolhimento de assinaturas de estudantes, professores e funcionários da escola;</p> <p>entrega e leitura da carta em sessão da Câmara Legislativa de Campo do Brito (em 17/05/2016): Vídeo da leitura da carta na Assembleia disponível na página da escola: https://bit.ly/37rk8C7.</p>

Fonte: Adaptado de Silveira (2016)

Ao final desse PL, os discentes demonstraram que são capazes de expor suas ideias e justificá-las. De fato, aprenderam a argumentar, pois exercitaram, em primeiro lugar, a escuta: ouvir a opinião dos outros, compreender uma resposta e, depois, desenvolveram a fala e a escrita. Isso permitiu destacar os pontos positivos e os negativos de cada situação observada e identificar recursos que possibilitavam, em cada etapa, fortalecer os posicionamentos expressos. Assim, ao desenvolver práticas significativas de leitura, oralidade e escrita, os estudantes ampliaram suas competências argumentativas e exerceram a cidadania. Confirmou-se, assim, que uma prática interacionista, funcional e discursiva da língua, a partir de atividades verbais, gera condições para a participação social e o domínio da linguagem, pois os estudantes tornam-se participativos, leitores e produtores de textos orais e escritos.

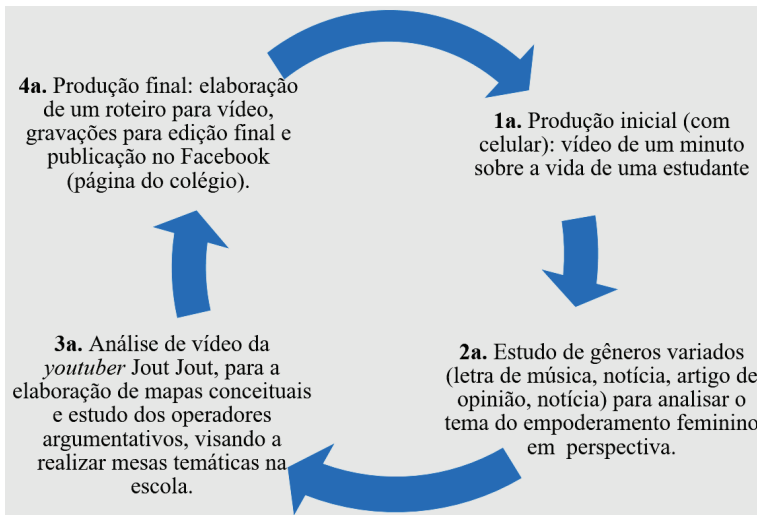
Produção de vídeos por jovens para publicação em espaço digital (Japarutuba, SE)

Em relatos informais para a docente Marcia Oliveira Moura, algumas estudantes declararam as dificuldades vividas com pais, namorados e maridos para continuarem a vida escolar, uma vez que, muitas vezes, sentiam-se cerceadas e até impedidas de progredir os estudos, ou mesmo de emitir suas próprias opiniões no ambiente familiar. Com o intuito de entender mais detalhadamente esses posicionamentos e promover discussões em torno do polêmico tema do empoderamento feminino no contexto de uma escola pública de Japarutuba (SE), a professora optou por realizar uma sondagem de opiniões dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental, a partir da leitura da crônica “Os namorados da filha”, de Moacyr Scliar (ver o texto integral em anexo).

As respostas dos estudantes da turma, com idade entre catorze a dezoito anos, apontaram julgamentos bastante rígidos em relação ao comportamento da adolescente: ela foi chamada de “puta rodada”, “muito puta”, “quenga”, “passou de uma prostituta”, “jovem mal falada”, “se tratava como uma qualquer”, “já está perdida”, “ficava trocando toda hora de namorado” e mudava “de namorado como roupa”. Com relação às atitudes do pai, alguns consideraram que ele deveria ser mais rigoroso com a filha e dar menos liberdade a ela, pois “o pai dela não deveria deixar ela dormir com o namorado”, já que “não é normal um pai aceitar que sua filha chegue em casa com um namorado diferente”, também “não é normal um pai permitir que a filha durma em casa com o namorado”. Uma garota de 14 anos declarou: “Se fosse um filho (o que eu vou falar agora vai parecer muito machista, mas é verdade) eu deixaria com mais facilidade”, indicando, como ela própria destaca, o tratamento diferenciado que se dá a homens e mulheres naquela comunidade.

Em função dessa realidade, propôs-se aos estudantes a realização de um PL que rompesse com a linearidade do olhar docente sobre essa questão. Para tanto, foram os discentes os responsáveis por iniciar a prospecção dos principais problemas e das visões acerca das circunstâncias que afetam a vida das adolescentes na escola e fora do ambiente escolar. Assim, o grupo todo iniciou um processo que permitiu o estabelecimento de uma “rede” de colaboração, na qual a professora assumiu a função de uma das agentes de letramento (KLEIMAN, 2006), mas não a principal. Essa atividade deu início a um conjunto de outras ações que podem ser organizadas em quatro etapas principais, conforme consta na Figura 1.

Figura 1 - Etapas do PL realizado em Japaratuba (SE)



Fonte: Adaptado de Moura (2019)

Como podemos notar, o desenvolvimento das ações foi favorecido pela coordenação da professora mas também contou com o apoio de outros professores e do administrador escolar para que outros estudantes pudessem ser integrados ao projeto. Além disso, foi possível notar que, ao estudarem diferentes gêneros discursivos, os estudantes formularam questionamentos que permitiram problematizar o que estava posto. Segundo Meyer (1982), questionar é argumentar, pois, quando se coloca algo em questão, o objetivo é que a resposta encontrada seja uma verdade interpretada pelo outro.

Assim, o desenvolvimento de um conjunto de atividades ampliou tanto o repertório argumentativo dos estudantes, ainda que inicialmente reduzido, quanto o conhecimento dos recursos argumentativos (linguísticos e discursivos) disponíveis no uso da língua. Tudo isso forneceu uma importante base para a realização de mesas temáticas em torno de questões

associadas ao empoderamento feminino: “A presença da mulher no esporte”; “A mulher e o mercado de trabalho”; “Sexualidade feminina”; “Violência doméstica”; “Relacionamentos abusivos”. Devido a essas mesas, ampliou-se também o número de participantes, uma vez que todos os estudantes dos anos finais do ensino fundamental daquela escola puderam participar das reflexões. Cada temática foi discutida por um grupo formado por quatro a cinco estudantes, que se esforçaram para expor os posicionamentos construídos ao longo do PL. Ao final das apresentações, ocorreram discussões entre os estudantes e também entre eles e professores de diferentes disciplinas.

Na análise realizada pela professora-pesquisadora, resta comprovado que as interações estabelecidas ao longo das mesas temáticas geraram impactos. Um deles é o seguinte:

[...] a apresentação das mesas para as demais turmas do colégio permitiu que o nono ano expressasse pontos de vista distintos sobre o empoderamento feminino e o papel da mulher na sociedade, indicando que o trabalho favoreceu o letramento crítico dos estudantes [...] (MOURA, 2019, p. 66).

Outro impacto desse PL se associa ao fato de que o desenvolvimento de significativas práticas de leitura, de produção textual (oral e escrita) e de vídeos (construção multissemiótica), por não se configurarem como um fim em si mesmas nem como meras atividades escolares para as quais são atribuídas notas ou conceitos, permitem confirmar que, em uma sociedade complexa como a em que vivemos, as tecnologias, desde as mais antigas até as contemporâneas, permeiam os modos de expressão sobre os mais variados assuntos e orientam as escolhas dos sujeitos (KLEIMAN; MORAES, 2001). Assim, ao iniciarem, por exemplo, a construção dos roteiros, os estudantes, organizados em grupos, puderam discutir temas complexos, pois conseguiram entender “[...] as regras que orientam os discursos, o funcionamento da língua que materializa esses discursos e saber elaborar pontos de vista consistentes sobre o assunto [...]” (MOURA, 2019, p. 67), ou seja, souberam argumentar.

Em suma, o desenvolvimento desse PL possibilitou a Moura (2019) confirmar que a argumentação, quando integrada a eventos de letramento, confere aos sujeitos escolares o status de cidadão crítico, capaz de questionar e alterar a realidade em que vive.

Debate regrado organizado por estudantes do 9º ano do ensino fundamental (Portalegre/RN)

Diante de uma longa estiagem, muitos reservatórios de água do interior do Estado do Rio Grande do Norte entraram em colapso em 2016 e ficaram impossibilitados de garantir água potável de qualidade para alguns municípios, tais como a cidade de Portalegre, situada na região do Alto Oeste potiguar. Apesar de haver promessa de reabastecimento, por meio da conclusão da instalação da Adutora Alto-Oeste, a constante falta de água incomodava a todos na cidade. Cientes disso, os estudantes do 9º ano da Escola Estadual 29 de Março se mostraram interessados em saber quais seriam os destinos políticos do município, visto que as eleições municipais se aproximavam. Imbuídos do compromisso de saber em quem votar – alguns já estavam aptos a isso, pois a turma reunia discentes com idade entre 13 e 20 anos – e de orientar os pais no exercício do voto consciente, foi organizado um debate regrado em torno da seguinte questão: o que deve (ou pode) fazer um vereador para resolver ou, ao menos, amenizar o problema da falta de **água** em Portalegre?

Para a organização desse debate, foram articulados agentes internos à instituição escolar (professora-pesquisadora, professora readaptada de língua portuguesa, supervisora escolar e diretor da escola) e agentes externos (uma especialista da UFRN em gestão ambiental e recursos hídricos, vereadores de Portalegre e alguns candidatos a vereador desse município, concorrentes ao pleito de 2016, o prefeito municipal, a secretária de educação de Portalegre, o diretor local da Companhia de Águas

e Esgotos do Rio Grande do Norte e o representante municipal da defesa civil, bem como alunos de outras instituições de ensino).

Ao adotar esse tipo de debate como um evento de letramento em lugar de um gênero discursivo, Aquino (2018) assumiu se tratar de uma prática social na qual a escrita é utilizada para atingir outros fins que vão além de sua aprendizagem, daí a opção por partir de interesses e/ou problemáticas vivenciais. Nesse sentido, o debate permitiu aos estudantes colaborar para haver mudanças locais, com emancipação e autonomia, “[...] requisitos indispensáveis ao exercício da cidadania” (OLIVEIRA; TINOCO; SANTOS, 2011, p. 13).

No PL desenvolvido por Aquino (2018, p. 122), destaca-se:

[...] uma série de ações de leitura, de escrita e de oralidade ligadas, [...] uma vez que muitas demandas direcionadas para a resolução das situações-problema requereram o uso de estratégias, bem como o desenvolvimento de habilidades ligadas à competência argumentativa. Essas ações, em formato de rede, foram sendo constituídas de modo processual [...].

A realização de um amplo conjunto de ações acadêmicas (“leitura”, “escrita” e “oralidade”, aulas relativas à argumentação) foi acompanhada de outras ações sociais: participar em discussões em casa; assistir a debates políticos daquele momento de eleições municipais; acompanhar postagens em redes sociais, entre outras, para que pudessem participar ativamente do PL. Esse complexo conjunto de ações em rede agrega agentes, gêneros discursivos, espaços e tempos distintos da clássica organização escolar, conforme pode ser visualizado em nosso Anexo 1.

A análise das etapas desse PL explicita alguns aspectos interessantes. O primeiro deles é que um amplo conjunto de gêneros discursivos emerge das necessidades de ações específicas, isto é, eles não são tomados *a priori*. Isso significa que a produção de cartas argumentativas, e-mails, convites, roteiros, perguntas, artigos de opinião compõe as ações, não são o eixo norteador delas. O que orienta todo o PL é a prática social:

o agir colaborativa e coletivamente em função de objetivos partilhados pelo grupo.

O segundo aspecto que merece destaque é o desenvolvimento de algumas ações específicas, como atividades de escrita e de reescrita. Essas atividades não se vinculam apenas à obediência de um padrão normativo da língua portuguesa. Antes, estão a serviço do aprimoramento do dizer tanto para a preservação da face dos interlocutores quanto para a construção de imagens positivas de cidadãos atuantes que expressam seus posicionamentos com plausibilidade de raciocínio, não movido a paixões (seja por partidos políticos seja por candidatos específicos).

O terceiro é um aspecto que agrega os três PL aqui analisados, qual seja o engajamento discente e docente. Assim como nos PL que, nesta subseção, antecederam o de Aquino (2018), é a problemática social relevante para a vida externa à esfera escolar que torna a educação significativa e coerente, tendo em vista que ela dialoga com a realidade desses sujeitos. Consequentemente, apesar de os três PL terem vinculação a objetivos acadêmicos (defender dissertação de mestrado ou tese de doutorado), foram alcançadas metas que superam o âmbito escolar e acadêmico, pois foram realizadas ações alinhadas a demandas vivenciais em que a argumentação ocupa um lugar de destaque.

A partir de cada um dos contextos em que à época mes-trandas e doutoranda e seus estudantes estavam inseridos, foi possível chegar à identificação de alternativas para a resolução de problemas sociais específicos. Para tanto, ações de leitura, de escrita e de oralidade de diferentes gêneros discursivos promoveram a agência social dos sujeitos nelas envolvidos, o que possibilitou “[...] ressignificar o ensino de argumentação, já que os discentes aprenderam a argumentar, argumentando” (AQUINO, 2018, p. 124).

No caso de Aquino (2018), o problema da falta de água não foi resolvido em sua totalidade pelos estudantes participantes do PL, mas o fato de protagonizarem uma série de ações e de

debates permitiram-lhes vislumbrar algumas possíveis soluções, colocando-os em uma posição de cidadãos ativos preocupados com uma questão de ordem social.

Discussão relativa aos PL descritos

Apesar de haver diferenças próprias de cada demanda social, observamos que os três PL foram suscitados por situações pertinentes social e localmente. Tendo em vista que as práticas culturais afetam os sujeitos e suas formas de pensamento, assim como sua vida em comunidade, conseqüentemente, contribuem para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural. Logo, ao analisarmos tais projetos, notamos que os diferentes agentes que deles participaram compreenderam as problemáticas implicadas em cada situação e assumiram um papel ativo, um tipo de agência¹¹, com vistas a transformar a realidade na qual estavam inseridos.

Nesse sentido, embora tenham sido realizadas atividades distintas, decorrentes de questões problematizadoras específicas, os três PL seguiram um percurso que instigou, principalmente, estudantes e professoras a prospectarem os aspectos que afetam diretamente suas vidas, bem como as variadas perspectivas que permitem a interpretação dos fatos sociais. Ao colocarem questões do interesse dos diferentes grupos em discussão, puderam perceber as relações de poder

11 Bazerma (2006) esclarece que, quando associamos o conceito de agência social ao de escrita, enfatizamos o engajamento dos sujeitos ao realizarem uma prática social que possibilita expressar propósitos e dar sentido aos modos de estar no mundo. Assim, ser um agente de letramento “[...] implica desenvolver uma gestão de ensino-aprendizagem que reconheça os estudantes também como agentes capazes de responder favoravelmente aos desafios impostos pela vida e possivelmente administráveis pela escrita” (TINOCO, 2008, p. 204). Ressaltamos, contudo, que essa visão também pode ser aplicada a práticas orais, como as que compõem o debate regrado, e à produção multimodal, a exemplo do vídeo digital.

agregadas aos sistemas letrados, socialmente organizados, que visam a influenciar uns aos outros, identificando as estratégias argumentativas necessárias para confrontar cada situação social e assumir diferentes posturas.

Em síntese, os PL são eventos complexamente multicausais, porque estão situados em circunstâncias particulares e “[...] dependem das escolhas agentivas e estratégicas dos atores [...]” (BAZERMAN, 2007, p. 20). Como todas as questões exigiam algum nível de deliberação: denunciar os problemas sociais que afetavam a vida dos habitantes de Campo do Brito (SE), tendo em vista a possibilidade de interferência dos vereadores da cidade; discutir os problemas que afetam as vidas das estudantes na escola e na vida em Japarutuba (SE), por meio de vídeos digitais produzidos para circularem na Internet; prospectar alternativas, junto a vereadores e candidatos a vereadores, para minimizar a crise hídrica de Portalegre (RN), os três PL exigiram: (i) minuciosa avaliação das variáveis de cada problema, bem como dos meios mais favoráveis à deliberação do que poderia ser realizado pelos agentes que em torno desses problemas se reuniram; (ii) identificação de diferentes formas de persuasão, visando a obter a adesão de outros sujeitos (escolares ou atores sociais de outras esferas); (iii) trabalho coletivo e colaborativo com os gêneros discursivos mais apropriados para cada ação a ser desenvolvida, tanto no que tange às práticas de leitura quanto às de escrita e oralidade.

Nesse processo retórico-argumentativo, a constante (re) elaboração de discursos faz emergir os valores, as crenças e as ideologias assumidas pelos grupos em foco, bem como o interesse de adequar o dizer observando as características constitutivas de cada gênero discursivo trabalhado. Todo o processo que caracteriza essa perspectiva de ensino da argumentação tem como finalidade, não o objeto em si (a argumentação), mas a elaboração de propostas de intervenção social exequíveis.

Outro ponto a ser destacado é que as práticas de letramento são dependentes dos contextos sociais e das instituições

às quais estão associadas. Assim, a aprendizagem de leitura e de produção textual (oral/escrita/multimodal) “[...] implica a aprendizagem das normas dessas instituições que legitimam essas práticas” (KLEIMAN; MORAES, 1999, p. 58).

Para tanto, o papel das professoras-pesquisadoras foi central nos três PL, visto que, nesse processo, precisaram, inclusive, se questionar em relação ao seu papel como mediadoras das atividades discentes. Esse questionamento se justifica por não estarem mediando a construção de conteúdos, mas, COM os estudantes, estavam planejando ações viáveis junto às instituições implicadas em cada projeto, esforçando-se para pensar em meios de manter o engajamento dos diferentes agentes em relação às problemáticas selecionadas e analisando as razões e os antecedentes dos projetos em curso, entre outras inúmeras tarefas. Trata-se, portanto, de um desafio que requer constante dedicação e empenho.

Devido às exigências dos PL, é bastante importante contar com o maior número possível de parceiros da instituição escolar durante a realização das atividades, bem como prever um processo de avaliação contínua das etapas realizadas, a fim de averiguar se as ações definidas são as mais apropriadas em função dos objetivos a que desejam chegar.

Considerações finais

Este trabalho propõe-se a apontar como os PL, apoiados em ações argumentativas, podem ser realizados na educação básica de modo a possibilitar a participação ativa dos estudantes em sociedade. Em outras palavras, buscamos demonstrar que os PL sempre partem de uma situação social de relevância para todos, seguem um planejamento norteado pelos objetivos estabelecidos inicialmente, mas precisam ser abertos aos imprevistos ou às oportunidades que podem surgir ao longo de sua realização, como também à multidimensionalidade própria dos projetos de cunho deliberativo.

Ao analisarmos os três projetos selecionados para este trabalho, pudemos perceber, como categorizou Tinoco (2008), que a interatividade e o dialogismo são elementos constitutivos, posto que o trabalho colaborativo em torno da leitura, da escrita e da oralidade ocorre em todas as etapas. Também se mostrou produtiva, na organização das propostas de intervenção social, considerar a pluralidade cultural decorrente das experiências humanas, dos saberes e dos fazeres, da interdisciplinaridade e da transversalidade próprios dos conhecimentos construídos coletivamente.

Pudemos confirmar ainda que, apesar das diferenças procedimentais (não há um modo pré-definido ou único para a consecução dos PL), os três projetos criaram condições para que cada estudante assumisse o papel de agente social, capaz de organizar estratégias discursivas e de ação, selecionadas em função dos propósitos enunciativos e práticos assumidos pelo grupo como um todo.

Por fim, sublinhamos que, enquanto esses PL estavam em andamento, variadas capacidades argumentativas foram ampliadas, conforme o processo retórico constituído desde a escolha da questão problematizadora que serviu de guia para cada um deles até a atividade de culminância a que cada grupo conseguir chegar. Isso significa observar a vida em curso e a argumentação como meio favorável ao fortalecimento da palavra do cidadão, em contraposição à violência em geral e, em particular, às ações armadas.

REFERÊNCIAS

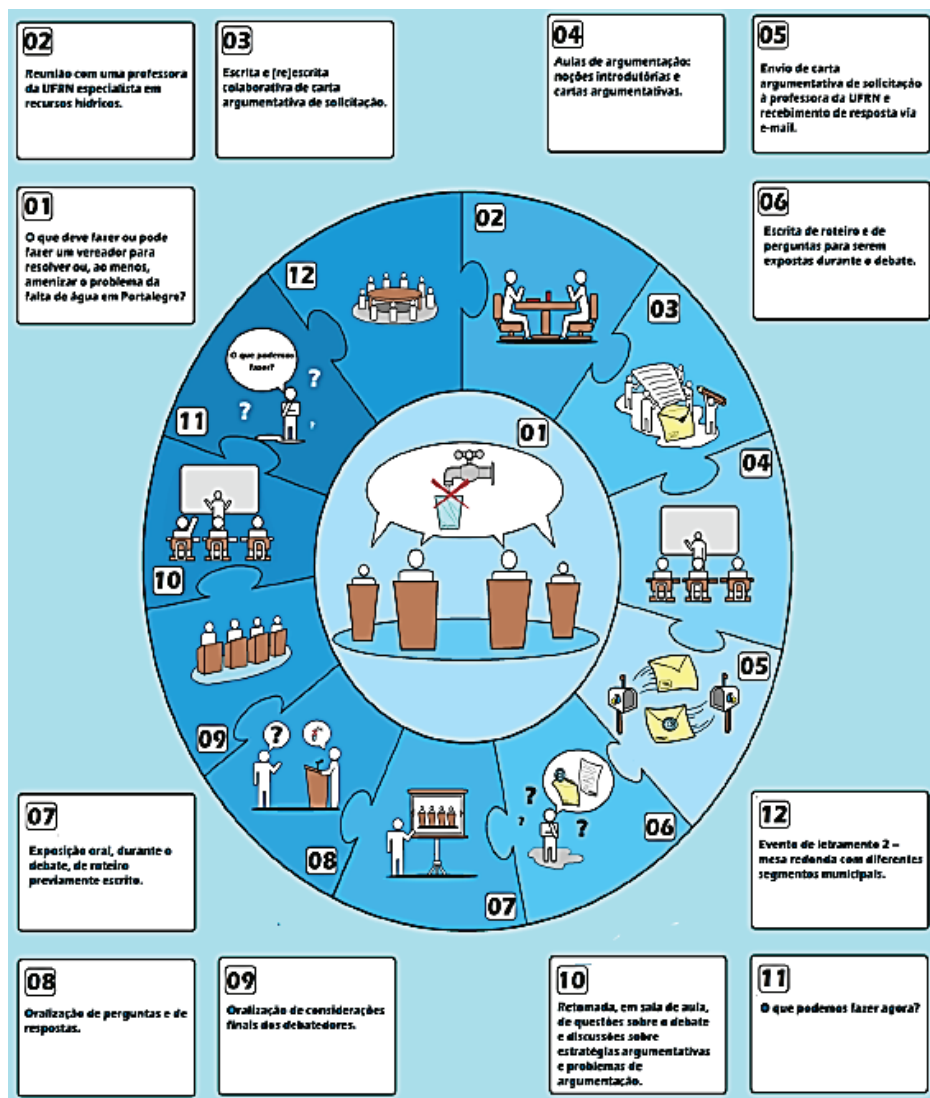
- ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Introdução. *In*: ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Alberto e Alberto Pena. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [c.330-326 a.C.]. p. XIII-LXXI.
- ALVES, Marco Antônio Sousa. **Perelman e a argumentação filosófica**: convencimento e universalismo. Belo Horizonte: D'Plácido, 2015.

- AQUINO, Jaciara Limeira de. **Ensino de argumentação em eventos de letramento**. 2018. 215f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego: António Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Editorial Veja, 1998 [IV a.C.].
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução: Manuel Alexandre Júnior, Paulo Alberto e Alberto Pena. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [c.330-326 a.C.].
- ARISTÓTELES [ANAXÍMENES DE LÂMPSACO]. **Retórica a Alexandre**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2012 [1997].
- AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de. Confluencias y distinciones entre las nociones de capacidad y competencia argumentativas. In: VITALE, María Alejandra et. al. (org.). **Estudios sobre discurso y argumentación**. Coimbra: Grácio Editor, 2019. p. 167-193.
- AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan de; TINOCO, Glícia Azevedo Tinoco. Letramento e argumentação no ensino de língua portuguesa. **Entrepalavras**, v. 9, n. 1, jan-abr. 2019.
- BAZERMAN, Charles. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BAZERMAN, Charles. **Escrita, gênero e interação social**. Coordenação da tradução: Judith Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2007.
- BESSA, Clécida Maria Bezerra; NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Argumentação e letramento em produção de textos. In: JORNADA DO GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS DO NORDESTE (GELNE), 2012, Natal, **Anais [...]**. Natal: EDUFERN, 2012. p. 1-12. Disponível em: <https://bit.ly/2QmH7aM>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2tbUUsv>. Acesso em: 20 out. 2018
- BROCKRIEDE, Wayne. Characteristics of Arguments and Arguing. **Argumentation and Advocacy**, v. 13, n. 3, p. 129-132, 1977.
- CHIRON, Pierre. A Retórica a Alexandre e os oradores áticos. **Letras Clássicas**, n. 4, p. 109-136, 2000 [1997].
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução: Lilian Lopes Martin. 37. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2016 [1979].

- GRÁCIO, Rui Alexandre. **Vocabulário crítico de argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2013.
- KLEIMAN, Angela B. O que é letramento? Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escolar. *In*: KLEIMAN, Angela (org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.
- KLEIMAN, Angela B. Processos identitários na formação profissional: o professor como agente de letramento. *In*: CORREA, Manoel; BOCH, Françoise (org.). **Ensino de Língua: representação e letramento**. São Paulo: Mercado de Letras, 2006. p. 75-91.
- KLEIMAN, Angela B.; MORAES, Sílvia E. **Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- KOCK, Christian. Multidimensionality and Non-Deductiveness in Deliberative Argumentation. *In*: EEMEREN, Frans van; BLAIR, J. Anthony; WILLARD, Charles A; HENKEMANS, Francisca S. (ed.). **Anyone who has view: Theoretical Contributions to the Study of Argumentation**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 157-171.
- McLAREN, Peter. Paulo Freire's Pedagogy of Possibility. *In*: STEINER, Stanley F. et. al. (ed.). **Freirean Pedagogy, Praxis, and Possibilities**. Projects for the new millennium. New York: Routledge, 2000. p. 1-22.
- MEYER, Michel. **Lógica, linguagem e argumentação**. Tradução: Maria Lúcia Novais. Lisboa: Editorial Teorema, 1982.
- MOURA, Marcia Oliveira. **Empoderamento Feminino: proposta de trabalho para a construção de pontos de vista por estudantes do nono ano do ensino fundamental**. 2019. 104f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.
- O'KEEFE, Daniel. Two concepts of argument. **Journal of the American Forensic Association**, v. 13, p. 121-128, 1977.
- OLIVEIRA, Maria do Socorro; TINOCO, Glícia Azevedo; SANTOS, Ivoneide Bezerra de Araújo. **Projetos de letramento e formação de professores de língua materna**. Natal: EDUFRN, 2011.

- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**. A Nova Retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PLANTIN, Christian. **A argumentação**. História, teorias e perspectivas. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PLEBE, Armando. **Breve história da retórica antiga**. Tradução: Gilda Naécia M. de Barros. São Paulo: EPU, 1978.
- SCRIBNER, Sylvia; COLE, Michael. **The psychology of literacy**. London: Harvard University Press, 1981.
- SILVEIRA, Josefa Almeida da. **Argumentação e discurso político: uma proposta para o ensino de língua portuguesa nas séries finais do ensino fundamental**. 2016. 119f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras). Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, 2016.
- SILVEIRA, Josefa Almeida da; MARIANO, Márcia Regina Curado Pereira. Argumentação, ensino da língua e discurso político. **Revista Fórum Identidades**, v. 20, p. 285-301, jan.-abr./2016.
- STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014 [1995].
- TINOCO, Glícia M. Azevedo de M. **Projetos de letramento: ação e formação de professores de língua materna**. 2018. 254f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- VIGOTSKI, Lev S. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Tradução: Alejandro Ariel González. Buenos Aires: Colihue, 2017.
- WENZEL, Joseph. Three Perspectives on Argument: Rhetoric, Dialectic, Logic. In: TRAPP, Robert; SCHUETZ, Janice (ed.). **Perspectives on argumentation**. Essays in Honor of Wayne Brockriede. Prospect Heights: Waveland Press, 2006 [1990]. p. 9-26.

ANEXO 1 - Etapas do PL realizado em Portalegre



Fonte: Aquino (2018)

ANEXO 2 – “Os namorados da filha”, Moacyr Scliar

Crônica extraída da Revista Zero Hora, 26/04/1998

Quando a filha adolescente anunciou que ia dormir com o namorado, o pai não disse nada. Não a recriminou, não lembrou os rígidos padrões morais de sua juventude. Homem avançado, esperava que aquilo acontecesse um dia. Só não esperava que acontecesse tão cedo.

Mas tinha uma exigência, além das clássicas recomendações. A moça podia dormir com o namorado:

— Mas aqui em casa.

Ela, por sua vez, não protestou. Até ficou contente. Aquilo resultava em inesperada comodidade. Vida amorosa em domicílio, o que mais podia desejar? Perfeito.

O namorado não se mostrou menos satisfeito. Entre outras razões, porque passaria a partilhar o abundante café da manhã da família. Aliás, seu apetite era espantoso: diante do olhar assombrado e melancólico do dono da casa, devorava toneladas do melhor requeijão, do mais fino presunto, tudo regado a litros de suco de laranja.

Um dia, o namorado sumiu. Brigamos, disse a filha, mas já estou saindo com outro. O pai pediu que ela trouxesse o rapaz. Veio, e era muito parecido com o anterior: magro, cabeludo, com apetite descomunal.

Breve, o homem descobriria que constância não era uma característica fundamental de sua filha. Os namorados começaram a se suceder em ritmo acelerado. Cada manhã de domingo, era uma nova surpresa: este é o Rodrigo, este é o James, este é o Tato, este é o Cabeça. Lá pelas tantas, ele desistiu de memorizar nomes ou mesmo fisionomias. Se estava na mesa do café da manhã, era namorado. Às vezes, também acontecia — ah, essa

próstata, essa próstata — que ele levantava à noite para ir ao banheiro e cruzava com um dos galãs no corredor. Encontro insólito, mas os cumprimentos eram sempre gentis.

Uma noite, acordou, como de costume, e, no corredor, deu de cara com um rapaz que o olhou apavorado. Tranquilizou-o:

— Eu sou o pai da Melissa. Não se preocupe, fique à vontade. Faça de conta que a casa é sua.

E foi deitar.

Na manhã seguinte, a filha desceu para tomar café. Sozinha.

— E o rapaz? — perguntou o pai.

— Que rapaz? — disse ela.

Algo lhe ocorreu, e ele, nervoso, pôs-se de imediato a checar a casa. Faltava o CD player, faltava a máquina fotográfica, faltava a impressora do computador. O namorado não era namorado. Paixão poderia nutrir, mas era pela propriedade alheia.

Um único consolo restou ao perplexo pai: aquele, pelo menos, não fizera estrago no café da manhã.

WERNECK, Humberto (org.). Boa Companhia: crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 205-206.

Argumentação, autoria e ideologia: o sujeito-escolar e sua relação com a escrita

Soraya Maria Romano Pacífico
Universidade de São Paulo

*O menino aprendeu a usar as
palavras. Viu que podia fazer
peraltagens com as palavras. E
começou a fazer peraltagens.*
(O menino que carregava água
na peneira. Manuel de Barros)

Palavras iniciais

Século XXI. O sujeito contemporâneo tem a ilusão de tudo poder dizer, principalmente, quando ele está em frente à tela de um computador que lhe conecta com um mundo globalizado, ilusoriamente, sem fronteiras para dizer, visitar, fazer amigos, expor opiniões, argumentar, mostrar-se, enfim, por meio de seus discursos, como sujeito no mundo, na/da linguagem, tendo, também, a possibilidade de dizer sem se mostrar, ocultar-se criando *fakes* em redes sociais para poder dizer sem ser visto, ou (re)conhecido. Seja como for, parece-me, que o

sujeito contemporâneo identificou-se com o meio digital para constituir-se como sujeito que lê e escreve, mesmo sem saber, de fato, quem é seu interlocutor.

Apesar de ser assim, uma questão sempre me inquieta: será que, mesmo nessas condições de produção, em que não há o controle escolar, nem cobranças de notas, tampouco a necessidade de cumprir a tarefa de casa, os sujeitos, que aqui os nomearei como sujeitos-multimidiáticos¹, realmente, argumentam e responsabilizam-se pelos sentidos que colocam em discurso? Será que a autoria restringe-se a digitar e postar textos *on-line* sem o crivo de um editor ou de alguém que cumpra essa função? Como a argumentação funciona, ou não, nesse processo de convocação a tudo dizer? Sem ter no horizonte deste trabalho a Internet como estudo teórico, ousar dizer que ela cria condições favoráveis para que outros modos de inscrição da escrita e das operações de escrita sejam postos em funcionamento.

Bauman, no livro *Globalização: as consequências humanas*, analisa os efeitos da globalização e, ao tratar do modo como a sociedade pós-moderna inculca no sujeito o desejo de consumir, escreve:

Todo mundo pode ser *lançado* na moda do consumo; todo mundo pode *desejar* ser um consumidor e aproveitar as oportunidades que esse modo de vida oferece. Mas nem todo mundo *pode* ser um consumidor. Desejar não basta; para tornar o desejo realmente desejável e assim extrair prazer do desejo, deve-se ter uma esperança racional de chegar mais perto do objeto desejado. (BAUMAN, 1999, p. 94, grifo do autor)

A meu ver, o raciocínio de Bauman (1999) pode ser deslocado para a discussão que proponho fazer sobre argumentação e autoria. Para mim, o sujeito-aluno é lançado à escrita no espaço escolar e, depois, ou simultaneamente, na vida. Para viver nessas duas esferas, o sujeito precisa produzir textos, uns com mais, outros com menos desejo, especialmente, quando se trata de

1 Nomeação usada, neste trabalho, como referência aos sujeitos que produzem textos com o uso das tecnologias eletrônicas.

textos escritos. Porém, nem todos têm o direito de assumir a palavra, de disputar sentidos, de sentir o prazer de ler, escrever, falar e ser ouvido. Os sujeitos podem querer, principalmente, na escola, argumentar e ser autor. Mas essa não é uma questão de desejo, é uma questão de poder.

Esse preâmbulo justifica-se, nesta introdução, não para direcionar o leitor para uma pesquisa sobre a escrita em rede eletrônica, mas sim, para inserir o leitor e as pesquisas que serão apresentadas, neste estudo, no contexto escolar. Isso porque, se na rede eletrônica o sujeito não usa a suposta liberdade de tudo poder dizer, pretendo, neste trabalho, analisar como a relação do sujeito com argumentação e autoria se constrói, na escola, e quais as condições que o livro didático oferece aos alunos para que eles possam argumentar e autorar dentro e fora da escola, em um mundo que reclama sentidos *on-line* e *off-line*, o tempo todo.

Os fios discursivos que tecem este trabalho vêm sendo construídos desde 2002, quando defendi minha tese de doutorado. Desde então, minhas pesquisas e orientações de trabalhos acadêmicos têm a argumentação e a autoria como temas centrais. Os resultados delas mostram como essa questão é relevante, uma vez que os alunos que frequentam o Ensino Médio e até o Ensino Universitário não demonstram argumentar, tampouco assumem a autoria em seus textos. Essa situação apresenta-se bastante diferente nos anos escolares iniciais, quando a criança demonstra-se seduzida, encantada e comovida com a descoberta das letras, dos significados das palavras, da potência de ouvir e contar histórias, e da capacidade de inventar e criar novos enredos, narrativas, relatos inventivos sem medo de “errar”. Isso me leva a questionar a forma como as metodologias de ensino de língua praticadas na escola, muitas vezes, fazem esmorecer e apagar o desejo e o direito à voz dos sujeitos-autores no que toca à autoria e argumentação.

Percurso teórico-metodológico

A teoria que embasará este trabalho é a Análise do Discurso construída por Michel Pêcheux, no final da década de 1960, na França, em constante diálogo com tantos outros estudiosos da linguagem, das ciências sociais, da história, e (re)construída por seus seguidores, até hoje, especialmente, no Brasil, em que muitos pesquisadores filiam-se a essa teoria. Na perspectiva discursiva, a exterioridade é constitutiva do sujeito e da linguagem; logo, segundo essa teoria, não se pode estudar a linguagem apenas como um sistema linguístico em que o social e o histórico não intervêm. O lugar social que o sujeito ocupa ao produzir seu discurso interfere nos efeitos de sentido construídos.

A Análise do Discurso considera as condições de produção do discurso a partir da análise de aspectos sócio-históricos e ideológicos. Dessa maneira, o objeto de estudo da Análise do Discurso não é nem a língua, nem a fala, e, sim, o discurso. Para Pêcheux (1993, p. 82):

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Essa imagem que os interlocutores fazem de si e do outro, isto é, “quem eu sou para que ele me fale assim?”; “quem ele é para falar assim comigo?”; “quem eu sou para lhe falar assim?”; “quem ele é para que eu lhe fale assim?” (PÊCHEUX, 1993, p. 83), interfere nas condições de produção do discurso, que, para Pêcheux, são as “circunstâncias” de um discurso, tais como o “lugar” dos interlocutores, a relação com o contexto sócio-histórico, ou seja, a relação de sentido existente entre o enunciado e o interdiscurso (o já-dito, o já-lá), a situação na qual o discurso aparece, os mecanismos de antecipação. No caso deste trabalho, o jogo de formações imaginárias pode ser pensado a partir das seguintes inquietações: qual a imagem que os sujeitos-escolares (professores e alunos) têm de si? E

da escrita? E da interpretação? E dos textos literários? E da prática discursiva de argumentação? E de um autor? Estão eles (professores e alunos) autorizados a essas práticas discursivas?

Para tratar do jogo de formações imaginárias é preciso tratar da noção de sujeito, que não se confunde com o sujeito da Psicologia, visto que se trata, segundo a teoria discursiva, de um efeito sujeito, de posições imaginárias que o indivíduo ocupa ao produzir seus discursos. Segundo a tese de Althusser (1974) é a ideologia que interpela o indivíduo em sujeito. Por ser assim, o sujeito discursivo pode ou não ocupar o lugar de autor, de leitor, de copista, ou de escrevente; pode ou não argumentar.

Para Orlandi (1993), a dificuldade do sujeito-enunciador assumir a função de autor está relacionada ao processo de ensino-aprendizagem, que não trabalha com o aluno a função-autor, mas exige dele esse posicionamento na construção do texto. Na autoria há uma liberdade vigiada, visto que o sujeito, representado socialmente, sofre uma cobrança maior por aquilo que escreve, pois assume a responsabilidade do seu dizer/escrito. Nas palavras de Orlandi (1993):

Diríamos que o autor é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem. Sendo a dimensão discursiva do sujeito que está mais determinada pela relação com a exterioridade (contexto sócio-histórico) ela está mais submetida às regras das instituições. Nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares (ORLANDI, 1993, p. 77).

Em sala de aula, observamos que não raro o aluno fica receoso de interpretar os textos estudados, produzir seu próprio texto e de mostrá-lo ao professor, o que quase sempre vem acompanhado das perguntas: “Está certo?”, ou, “Era isso que você (professor) queria?”. Essas perguntas, a meu ver, estão relacionadas ao fato de que o aluno, assujeitado a falar sobre o referente sempre de acordo com a visão do professor, não vê a possibilidade de assumir, em relação ao seu texto, a posição de sujeito-autor e leitor, assunção que implica a responsabilidade

do dizer, dizer que sempre esteve sob o controle do professor e, via de regra, é controlado pelo livro didático (PACÍFICO, 2007). Assim, os sujeitos-escolares não se consideram sujeitos-autores e leitores autorizados a produzir sentidos, a argumentar, ou seja, os sujeitos-escolares não assumem determinado posicionamento em relação a dado objeto discursivo, ficam calados ou repetem o sentido que já foi lido na lousa ou no livro didático.

Essa não autorização sustenta-se na ideologia que funciona como um mecanismo de naturalização dos sentidos, como se somente os sujeitos autorizados (autores consagrados, autores de livros didáticos, professores, cientistas, enfim) pudessem argumentar e ser autor. Para Althusser (1974), a ideologia é veiculada por mecanismos criados pela classe dominante com a finalidade de confirmar e reproduzir as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Se considerássemos que estamos fadados a reproduzir eternamente as condições escolares de (re)produção desigual de saberes, talvez não valeria o empenho para realizar este trabalho. E é Pêcheux que nos traz uma brecha para tentar romper com esse modo de (re)produção de sentidos no contexto escolar, ao considerar a possibilidade de “transformação das relações de produção”. Segundo Pêcheux (1995, p. 133):

Althusser apresentou os fundamentos reais de uma teoria não-subjetivista do sujeito, como teoria das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção, estabelecendo a relação entre o inconsciente (no sentido freudiano) e ideologia (no sentido marxista).

Pelo fato de considerar que, mesmo sendo difícil, é possível haver transformação nas relações de poder, nas relações com o saber, nas relações sociais, nas práticas pedagógicas, defendo o avesso da prática pedagógica silenciadora. Para isso, é necessário que o sujeito tenha acesso ao arquivo, ao interdiscurso, à memória discursiva, ou seja, que ele possa filiar-se às regiões de sentido em que circula o objeto discursivo. Para poder ocupar o lugar de autor, daquele que tem o direito a interpretar e produzir sentidos, faz-se necessário, portanto,

que o sujeito participe e (re)conheça o processo sócio-histórico de construção dos discursos, que ele estabeleça a relação entre arquivo e interdiscurso, pois como assevera Orlandi (2001):

Pensando a relação arquivo-interdiscurso, o que importa é fazer o sujeito perceber que há relações de sentidos que transitam. Há sentidos que se enredam, que formam filiações. [...] Desse modo é que procuramos modificar a imagem que ele tem de leitura, trazendo novos elementos para sua reflexão, outras maneiras de ler. Trata-se assim de criar condições para que ele trabalhe a construção de arquivos-discursos documentais de toda ordem – que abram sua compreensão para diferentes sentidos possíveis, mesmo os irrealizados (ORLANDI, 2001, p. 71).

Essa afirmação da autora é fundamental para a discussão que proponho, uma vez que coloca em evidência o trabalho com a leitura de modo que o leitor leia o arquivo, ou seja, leia “as relações de sentido que transitam” entre os textos. Julgo que a falta desse trabalho – isto é, a leitura que não se realiza mediante a construção de arquivos, que silencia a construção sócio-histórica dos sentidos-, marca o início da interdição do sujeito à autoria e à argumentação. Essa relação está melhor explicada em minha tese de doutorado (PACÍFICO, 2002), na qual demonstro que a interpretação (que reclama o acesso ao arquivo) leva à autoria e que para argumentar o sujeito precisa assumir a posição discursiva de autor. Se não houver interpretação, ou seja, se a leitura ficar no nível da repetição de um sentido, isso trará implicações para o sujeito no momento de produzir seu texto, pois, provavelmente, ele repetirá o sentido do texto lido, ele não ocupará a posição discursiva de autor, tampouco assumirá um posicionamento argumentativo em relação aos sentidos colocados em discurso.

Isso me leva a refletir sobre como é a relação dos sujeitos-escolares com o arquivo e como o professor permite que os textos sejam lidos e interpretados em sala de aula, ou seja, em que medida os alunos têm acesso a um campo de documentos pertinentes sobre determinada questão, tal como aponta

Pêcheux (1997), especialmente, se considerarmos que a relação do homem com a leitura e a escrita, na pós-modernidade, principalmente, devido às novas tecnologias, desencadeia outros processos de (trans)formação: a forma dos textos, os usos da escrita produzindo múltiplos escritos, as possibilidades de autoria e de significação afetam o modo como o sujeito se relaciona com os textos e com o mundo. A escola, com certeza, deve criar condições para que os alunos, a partir do acesso ao arquivo, leiam, interpretem e produzam textos, não como sinônimo de lição escolar, mas sim, como tessitura de sujeitos e sentidos sócio-historicamente constituídos.

Para produzir seus discursos, o sujeito tem de trabalhar o interdiscurso no intradiscurso. Isso ocorre porque ele identifica-se com determinada formação discursiva e essa identificação,

fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 1995, p. 163).

Para argumentar, então, entendemos que o sujeito tem de ter acesso ao interdiscurso, “ao todo complexo com dominante das formações discursivas” para poder identificar-se com determinados sentidos, para inscrever-se em uma ou em várias formações discursivas e, assim, exercer seu direito de argumentação. Percorrer o interdiscurso significa estar em contato com os sentidos já produzidos sobre determinado assunto, mas não simplesmente em contato, é preciso que o sujeito realize gestos de interpretação. Em outras palavras, para argumentar é preciso, antes, interpretar, pois se não houver interpretação, como poderá o sujeito disputar os sentidos?

Realizei uma pesquisa (PACÍFICO, 2016) com sujeitos-alunos que frequentavam, na época, o Ensino Fundamental, especificamente, terceiro e quartos anos. Meu objetivo com essa pesquisa foi interpretar os sentidos que esses sujeitos

produziram sobre o direito à argumentação. Como resultado, constatei que eles defendem o direito de todos à argumentação, como escreveu o sujeito A.L., “Sim, porque o argumentar deve estar em nossas vidas”. No entanto, eles não silenciaram que muitas crianças não são “levadas a sério”, que “não podem argumentar porque são novas”, que “os adultos não consideram o que elas dizem”. A partir desses resultados, pergunto-me: a quais adultos elas se referem? Estariam os professores incluídos nessa nomeação? Como fica o direito do sujeito-aluno à argumentação no contexto escolar?

Com base nesta breve contextualização, neste trabalho, apresentarei uma análise feita a partir da leitura e discussão, entre professor e alunos, do livro “*Uma história com mil macacos*”, da escritora brasileira Ruth Rocha. Os sujeitos da pesquisa são crianças de 9 a 11 anos, estudantes de uma escola pública de Educação Básica, em Ribeirão Preto, Brasil. Esse livro foi escolhido porque nele o cômico circula e tive como hipótese de pesquisa que seria mais fácil para os alunos, envolvidos pelo riso, argumentar e assumir a autoria em seus textos.

Uma história com mil macacos é uma narrativa que tem como personagens principais o cientista Eduardo Quaresma e Zeca, o telegrafista. Em duas ocasiões, o cientista vai ao correio para enviar telegramas a um dos seus amigos que vive na Transamazônica. Os telegramas solicitavam o envio de um ou dois macacos para Quaresma realizar experimentos. No entanto, devido aos erros ortográficos do telegrafista, os macacos não param de chegar e a cidade é invadida por eles, o que causa situações em que o riso prevalece. Essa é outra razão pela qual eu escolhi este livro, isto é, para destacar como os erros ortográficos são considerados no ambiente escolar e como é difícil argumentar sobre eles, nessa instituição.

Precisamos considerar que tomar o lugar do autor e daquele que argumenta não é uma tarefa fácil, na escola, especialmente, quando o professor tem um modelo de escrita

e espera que todos os alunos escrevam segundo tal modelo. O movimento discursivo de autoria não existe quando o aluno deve preencher lacunas, retornar ao texto lido para responder às perguntas ou produzir outro final para o conto ou outra moral para a fábula, pois, nesses casos, o aluno continua a escrever o que outro autor iniciou. Desse modo, a autoria e a argumentação são proibidas, bem como a identificação do sujeito com os sentidos pode ser interdita.

Entendo que o gesto de interpretação, nos anos iniciais, parte da oralidade e, posteriormente, materializa-se na escrita. Isso significa que a visão de alfabetização restrita a cópias exaustivas de palavras isoladas é infrutífera e só distancia a criança da escrita e da autoria. Caminhando em outra direção, após o processo de leitura, interpretação e discussão dos textos com os sujeitos-alunos desta pesquisa, o percurso metodológico foi o seguinte:

- discussão sobre o contexto em que o livro se insere.
- análise dos elementos linguísticos que provocam o riso, tais como trocadilhos, jogo de palavras, ironia, paradoxos;
- acesso ao arquivo, ao interdiscurso, a fim de que os sentidos fossem construídos além do que se considera “literal”;
- para finalizar, os sujeitos-alunos realizaram uma produção textual, com o objetivo de ocupar a posição discursiva de autor e de argumentar sobre os sentidos lidos, no livro de Ruth Rocha.

A análise que será apresentada foi feita com base na materialidade linguística de cada texto, buscando compreender o efeito do interdiscurso no *corpus*, a opacidade da linguagem e os efeitos da ideologia. Trabalhei com o paradigma indiciário de Ginzburg (1980), que me auxiliou a compreender as pistas, ou seja, as marcas linguísticas de alguns recortes dos escritos considerados mais significativos para efeito de análise. Os sentidos podem ser interpretados através de pistas e para

investigá-las o paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1980) traz importantes contribuições, pois os indícios deixam de ter um caráter místico como tinham na Antiguidade e adquirem um caráter científico, baseado em teorias.

As análises serão apresentadas por meio de recortes, os quais, segundo a AD devem ser entendidos como uma parte do funcionamento discursivo das redações produzidas pelos sujeitos. Os recortes serão apresentados tal qual foram escritos, porque considero fundamental respeitar a relação do sujeito-aluno com a escrita, ou seja, como ele estava se constituindo como sujeito de linguagem, no momento da coleta de dados.

Realizar uma análise discursiva implica considerar a inscrição da língua na história, assim como, as condições de produção dos discursos, num movimento da análise do *corpus* com a teoria, a partir do qual se pode chegar aos gestos de interpretação, os quais não estão prontos, como um modelo a ser seguido, mas se constituem a cada leitura. Sobre isso, considero exemplar o que nos diz Ferreira (2008):

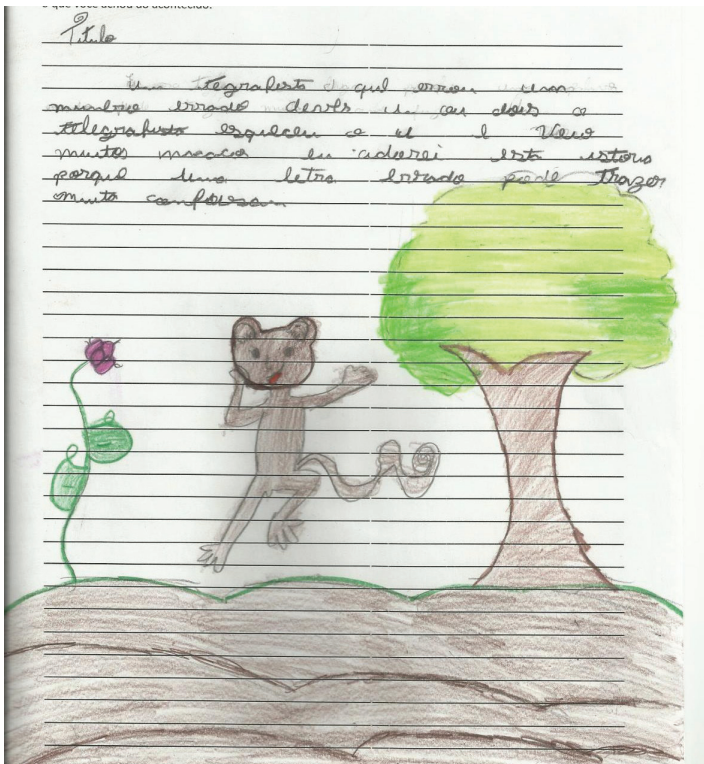
Decorre o interesse de várias áreas das ciências humanas pelo *formidável* ‘método da Análise do Discurso’, como se ele fosse descartável da teoria e pudesse circular com autonomia. Ocorre que esse método não é ‘modelo’ para a compreensão e interpretação dos discursos; ele não existe pronto, pré-fabricado, nem aceita ‘encomendas’. Ele precisa ser a cada procedimento de análise, construído, trabalhado, em parceria indissociável com a teoria crítica onde é forjado (FERREIRA, 2008, p. 17).

Considero importante a citação de Ferreira, especialmente, porque ela desconstrói a possível ilusão de algum analista de encontrar na Análise do Discurso “um modelo” de análise, uma ferramenta que pudesse ser aplicada da mesma maneira a “n” *corpus*. A Análise do Discurso constitui-se em um dispositivo teórico-analítico em que teoria e análise são indissociáveis, funcionam em batimento.

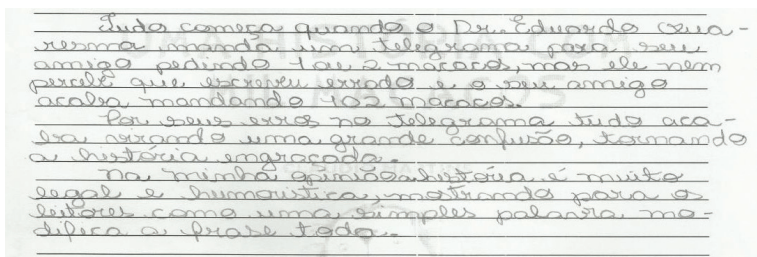
As análises

Os alunos dos três anos escolares (primeiro, terceiro e quinto anos) gostaram muito dessa história e manifestaram esse contentamento, tanto oralmente, quanto por escrito. Isso pode estar relacionado ao fato de tratar-se de uma história de macacos e como aponta Tchernichévski (apud PROPP, 1992, p. 38), “nós rimos dos animais” e Propp (1992) acrescenta: “O mais ridículo de todos os animais é o macaco: ele, mais do que todos, lembra o homem”. E talvez esse seja o maior motivo que suscitou o riso, a argumentação e a autoria nos textos que os sujeitos-alunos escreveram, conforme análise a seguir.

Recorte 1



Recorte 2



Os Recortes 1 e 2 fazem parte de um *corpus* cujos sentidos sobre os erros gráficos do telegrafista são recorrentes. Esses sentidos constituem a formação discursiva que desqualifica, desprestigia, que zomba dos erros de escrita e ela circula com muita força no contexto escolar, mas não só, ela está presente nas mais variadas esferas sociais. Essa formação discursiva materializa um discurso dominante sobre os usos linguísticos, sobre o que pode e deve ser permitido em relação à oralidade e, principalmente, em relação à escrita, de tal modo que os sujeitos-alunos, mesmo submetidos aos crivos da escola, que controla seus escritos, que aponta seus erros, destacam, em suas produções, os erros do personagem.

Muitas produções textuais enfatizaram o problema da “confusão” do telegrafista ao enviar o telegrama, como aquilo que eles consideram a “escrita errada”, elementos que despertaram o interesse dos sujeitos para escrever sobre isso. Talvez porque eles já vivenciaram aquilo que Bagno (2007) chama de “paranoia ortográfica”. De acordo com o autor (2007, p. 119):

A atitude tradicional do professor de português, ao receber um texto produzido por um aluno, é procurar imediatamente os ‘erros’, direcionar toda a sua atenção para a localização e erradicação do que está “incorreto”.

Snyders (1993) também se posiciona sobre a questão. Para o autor (1993, p. 134):

A ortografia, instrumento convencional, forjado e mantido pela classe dominante para eliminar aqueles que, não tendo nascido em berço de ouro, vão se perder entre as dificuldades malignamente acumuladas. Não deixa de ser bastante verdadeiro encontrarmos, por esse viés, um dos maiores riscos da escola e de não-alegria na escola: a seleção em benefício dos já favorecidos.

Como professora, sei que as leis e as regras da língua, impostas sem piedade por muitos professores, eliminam muitos alunos dos bancos escolares, e, indo mais longe, constroem em muitos deles uma imagem de que não são merecedores e competentes para frequentar essa instituição.

Apesar de haver uma filiação a essa formação discursiva, os sujeitos-alunos constroem outro percurso argumentativo para seus escritos, o que é possível porque a própria formação discursiva é esburacada, não é homogênea. Em outras palavras, ocorre que o sujeito que produziu o Recorte 2 não criticou a “confusão” provocada pela escrita do telegrafista, como, geralmente, ocorre na escola quando um aluno não escreve corretamente; ao contrário, sua produção textual é marcada pela posição de autor, pois conforme entendo autoria, o sujeito controlou as possíveis dispersão e deriva dos sentidos do texto ao escrever e argumentar sobre a narrativa lida; ele construiu um efeito de unidade textual, com começo, meio e fim encadeados. Além disso e, talvez, principalmente, o sujeito não repetiu a história de Ruth Rocha, mas sim, realizou gestos de interpretação e escrita sobre ela ao acessar os sentidos que circulam no interdiscurso e trabalhar com o já-lá no intradiscurso, trabalho esse que constitui a função-autor. “A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história” (ORLANDI, 1996, p. 18).

Mesmo deixando pistas em seu texto de que (re)conhece o modo como os desvios da escrita são tratados na escola, o sujeito-aluno inscreve-se em seu texto e assume seu posicionamento em relação ao texto lido, marcando que “na minha

opinião a história é muito legal e humorística”, ou seja, ele realiza gestos de interpretação e de autoria que se materializam em uma escrita que argumenta na direção de um língua em funcionamento, sujeito a falhas, a deslizos, a equívocos, os quais, muitas vezes, podem provocar o riso, mas não o riso de zombaria, punitivo, e sim, um riso alegre que deixa a escrita mais leve, “humorística”.

Esse movimento de interpretação, escrita e filiação a determinada região de sentidos foi possível porque a atividade não se restringiu a uma cópia de outro texto, à reescrita, pois se assim fosse o aluno não encontraria espaço para manifestar-se, posto que a cópia tem de ser fiel à escrita do outro. No caso deste trabalho, o aluno pôde escrever, argumentar e colocar em discurso formulações que o inscreveram em seu escrito.

Palavras (in)finitas

Os recortes analisados reforçam a minha tese de que há possibilidade para o sujeito praticar a argumentação como um direito que deve ser respeitado e incentivado, a fim de que ele não se sinta calado frente à necessidade de argumentar, de expor seu ponto de vista sobre os textos e de ocupar a posição discursiva de autor.

Encerro este texto, registrando meu desejo de ver uma escola repleta de autores, de sujeitos que, ao saírem da escola autorizem-se a ler, escrever e argumentar, de professores que saibam escutá-los, de instâncias avaliatórias que considerem o modo como eles produzem sentidos e façam da língua sua morada. Desejo o direito à autoria e à argumentação para todos que estão dentro e fora do espaço escolar, dos que saíram da escola, prematuramente, abortados pelas péssimas condições de existência. Que a escola possa ser um espaço de acolhida para as variedades linguísticas, para os sujeitos em suas singularidades, heterogeneidades e subjetividades.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1974.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. *In: CANDIDO, Antônio. **Vários escritos***. São Paulo; Rio de Janeiro: Duas cidades; Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191,
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Nas trilhas do discursivo: a propósito de leitura, sentido e interpretação. *In: ORLANDI, Eni (org.). **A leitura e os leitores***. Campinas: Pontes, 1998. p. 201-208.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A ciranda dos sentidos. *In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GASPAR, Nádea Regina (org.). **Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo***. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008. p. 13-22.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. *In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História***. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1980. p. 143-179.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura**. São Paulo; Campinas: Cortez; Ed.UNICAMP, 1993.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Tradução: Bethania S. C. Mariani *et al.* 2. ed. Campinas: Ed.UNICAMP, 1997.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.
- PACÍFICO, Soraya M. R. **Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, 2002.

PACÍFICO, Soraya M. R. O silêncio do/no livro didático. *In*: PACÍFICO, Soraya M. R.; ROMÃO, Lucília M. S. (org.). **Leitura e escrita: no caminho das linguagens**. Ribeirão Preto: Alfabeta, 2007.

PACÍFICO, Soraya M. R. O direito à argumentação no contexto escolar. *In*: PIRIS, Eduardo Lopes; FERREIRA, Moisés Olímpio (org.). **Discurso e Argumentação em múltiplos enfoques**. Coimbra: Grácio Editor, 2016.

PÊCHEUX, Michel. Por uma análise automática do discurso. *In*: GADET, Françoise e HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed.UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Orlandi *et al.* Campinas: Ed.UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas: Ed.UNICAMP, 1997.

PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.

SNYDERS, Georges. **Alunos felizes**. Reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. Tradução: Cátia Ainda Pereira da Silva. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

A construção argumentativa pela emoção no discurso jurídico

Helcira Lima

Universidade Federal de Minas Gerais

*Por conseguinte se o nosso discurso
predispõe devidamente os espíritos
dos juízes e lhes mostra que os
que invocam a sua compaixão a
não merecem, pelas razões que
apresentam, antes merecem que
ela lhes seja recusada, então será
impossível suscitar essa compaixão.*

(Aristóteles)

Introdução

No âmbito do Direito, o juiz possui um *ethos* de neutralidade e a ele é conferida uma autoridade sociojurídica e moral a ponto de fazê-lo ser considerado uma figura isenta, racional sob vários aspectos, e doutra o suficiente a ponto de proferir sentenças que espelhem o julgamento do conjunto da sociedade. Essa suposta neutralidade e essa ideia de racionalidade se faz presente não apenas nos trâmites jurídicos, mas também em outros campos, como o científico, por exemplo, o que é fruto de

uma determinada ideia de saber em vigor no mundo ocidental. Tal ideia tem como pano de fundo uma visão estereotipada de razão e de emoção, sendo a última vista como irracional. Entretanto, sabe-se que a “verdade jurídica” é fruto de uma construção resultante do confronto entre a interpretação de leis, boletins de ocorrência, laudos periciais, provas técnicas, relatórios, testemunhos e elementos dóxicos. Sabe-se, ainda, que o juiz – e os agentes jurídicos de um modo geral – não estão livres de emoções; de senti-las e, no que nos interessa mais diretamente, de expressá-las e também de argumentá-las. Assim como os outros agentes, os juízes são susceptíveis a todo tipo de influência e, por consequência, em cada processo acabam por encenar um determinado papel social, fruto de um complexo jogo identitário cuja manifestação pode ser observada no resultado dos julgamentos (LIMA, 2006). Essa tensão faz parte da *mise en scène* linguageira e pode ser vislumbrada de forma velada ou explícita nos textos decisórios, como será possível observar neste artigo. Quando se trata de uma *decisão* polêmica, tal tensão se torna ainda mais aguda, pois, ao colocar em destaque uma questão de interesse público, os juízes podem colaborar para o acirramento de diferenças entre os membros de uma sociedade. Temas “quentes” como legalização do aborto, direito de mulheres, de homossexuais, combate à violência de gênero, entre outros, estão mais aptos a suscitar emoções diversas e polarizam a sociedade. Quando são ressaltados polemicamente na voz de uma autoridade, eles podem ser amplificados de modo a tornar a questão ainda mais aguda.

É justamente acerca desse assunto que trataremos no presente artigo, partindo de uma reflexão sobre a noção de polêmica para uma abordagem sobre a construção argumentativa das emoções, em uma *decisão* proferida por um juiz da 1ª Vara Criminal e Juizado da Infância e da Juventude de Sete Lagoas/MG, em 12 de fevereiro de 2007, em um processo que envolveu violência contra a mulher. Nesse gesto de leitura, partiremos das seguintes questões: o que caracteriza a polêmica de um modo

geral? O que sustenta, em termos dóxicos, a polêmica pública colocada em cena pelo sujeito? Qual a relação das emoções com tal polêmica? Quais são as emoções argumentadas pelo juiz e a partir de que recursos linguístico-discursivos?

Uma questão polêmica

As pesquisas sobre a polêmica no domínio dos estudos da linguagem não são tão recentes como se imagina, mas a noção tem roubado a cena na atualidade, aguçando o interesse de analistas de discurso e de pesquisadores da argumentação sobre o assunto¹. Esse movimento se deve a uma necessidade de melhor compreender o cenário contemporâneo no qual polêmicas públicas pululam de todos os lados, marcando discursivamente uma polarização social há tempos não vista.

De um modo geral, a polêmica é diretamente associada à erística, ensinada pelos sofistas, cuja fundação é atribuída a Protágoras. Essa arte pressupõe o choque de opiniões, posições antitéticas e teria como princípio vencer o oponente em uma discussão contraditória a qualquer custo. Por essa razão e por não lidar com a verdade, mas com o verossímil, a erística foi extremamente mal vista a ponto de ser associada à deusa Éris, deusa da Discórdia. A erística não está, para os sofistas, confinada aos tribunais e aos discursos públicos, mas se aplica a quaisquer assuntos de que fale o homem. Nela, a dissensão não seria um desvio, mas uma regra. Apesar da má reputação, não devemos entendê-la pelo viés negativo com que esta foi consagrada pela história, olhar que, inclusive, coloca os sofistas como enganadores, como se verifica no verbete de um dicionário de grande circulação como o Houaiss, por exemplo:

1 Para saber mais o assunto, ver: Kerbrat-Orecchioni (1980), Maingueneau (1983) e Dascal (1998; 2011).

adjetivo de dois gêneros

1 relativo a sofisma

adjetivo e substantivo de dois gêneros

2 que ou aquele que utiliza a habilidade retórica no intuito de defender argumentos especiosos ou logicamente inconsistentes <orador s.> <é um s. inveterado **substantivo de dois gêneros** fil

3 na antiga Grécia(s V a.C. e IVa.C.), mestre da retórica que tomava a si a tarefa de ensinar conhecimentos gerais, gramática e a arte da eloquência para os cidadãos gregos postulantes à participação ativa na vida política, tendo freq. Acrescentado questionamentos polêmicos aos debates filosóficos da época. (HOUAISS)²

A erística encontrou lugar na Atenas de Péricles onde, segundo Cassin (2005 [1995]), os homens estavam desejosos de discursar publicamente, valendo-se da persuasão. Ademais da importância relativa ao fazer político da época, os sofistas tiveram papel importante na elaboração das primeiras gramáticas, interessados que foram em questões de linguagem e na educação. Esses pensadores foram, assim, fundamentais às reflexões sobre o funcionamento da democracia, aspecto, aliás, motivador das críticas de Platão.

Ao contrário da erística sofística, o horizonte da retórica clássica, em especial de base aristotélica, que acabou por funcionar como uma espécie de discurso fundador da área, é o consenso. A retórica, nesse sentido, teria um papel essencial ao permitir que se negocie as distâncias/diferenças a fim de resolver uma questão, um problema. Autores como Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958]) e Meyer (2008) seguiram as trilhas de Aristóteles, dando ênfase ao que é ou ao que pode ser consensual.

2 Fonte: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Entretanto, como se sabe, nem sempre o consenso é possível e mesmo desejado. Pode-se argumentar em prol do dissenso. Pode-se argumentar tendo como propósito suscitar uma disputa agonística sem fim ou mesmo, simplesmente, para fazer calar. É o que ocorre na polêmica, uma vez que o polemista não deseja o fim do debate.

Não se trata de algo louvável em muitas circunstâncias, mas de algo que não pode ser negligenciado pelos pesquisadores da argumentação, sobretudo nas atuais *condições de produção dos discursos*³. Como afirma Innerarity (2017, p. 114) uma “democracia, mais do que um regime de acordos, é um sistema cujo objetivo é conseguir conviver em condições de profundo e persistente desacordo”⁴.

Poder-se-ia afirmar, juntamente com Amossy, que a polêmica seria, nesse sentido, não somente um dispositivo transversal, mas sim uma dimensão constitutiva do *logos*, o que se verifica na contradição existente entre o desdém que é atribuído a ela e o fato de que as polêmicas não param de surgir.

As discussões sobre a publicação de biografias não autorizadas, demanda que, recentemente, recebeu um veredicto favorável no Supremo Tribunal Federal (STF); as discussões sobre diversidade sexual e gênero que sobrecarregam o STF, colocando em cena disputas na seara dos costumes, entre outras, são exemplos de polêmicas relativamente recentes que convocaram a opinião pública.

3 Os conflitos no campo da política estão acirrados no Brasil e no mundo, convivemos diariamente com *teses negacionistas* que colocam em cena polêmicas em diversos campos de saber. Apresentaremos uma discussão a esse respeito, com mais cautela, em outro artigo a ser publicado brevemente.

4 Uma ressalva deve ser feita nesse sentido: no que se refere às polêmicas públicas, quando estas são incitadas, colocando a sociedade em estado de dissensão, é preciso ter cautela a fim de não sustentar o insustentável. Isto porque, em uma democracia, um movimento em prol do bem da coletividade deve ser o motor maior.

O percurso apresentado por Amossy (2014) nesse sentido, bem como as análises que permitem ver como a polêmica funciona discursivamente, oferecem uma contribuição a essas reflexões no campo da Análise do Discurso e dos estudos sobre argumentação. Todavia, é preciso dizer que, embora concordemos com a autora sobre a importância de voltarmos o olhar para a polêmica e, obviamente, para o dissenso, não podemos também deixar de considerar que em uma democracia, em algum momento, é necessário buscar uma concordância, mesmo que parcial. Isto porque, continuando com Innerarity (2017, p. 114):

Ora, em assuntos que definem nosso contrato social ou quando se dão circunstâncias especialmente graves, os acordos são muito importantes e vale a pena investir neles os melhores esforços. Embora manter a discordância possa ser melhor do que chegar a um mau compromisso, embora os compromissos sejam considerados (às vezes com razão) o resultado de uma negociação entre partes que carecem de princípios ou uma mera questão de equilíbrio de poderes, uma realidade é inevitavelmente imposta: os desacordos são mais conversadores do que os acordos; quanto mais polarizada estiver uma sociedade, menos capaz será de se transformar. Ser fiel aos próprios princípios é uma conduta admirável, mas defendê-los sem flexibilidade é ser condenado à estagnação.

O desgaste promovido pela manutenção do desacordo e, às vezes, da dicotomização – um “nós” se opõe a um “eles”, o qual é colocado no campo inimigo – afeta o fazer democrático e promove uma paralisia, como vemos atualmente no Brasil e em outros países do mundo. Ao se suscitar uma polêmica pública coloca-se em cena uma dissensão que afeta não somente um sujeito, mas um grupo social ou a sociedade como um todo. A dicotomização acaba por conduzir à desqualificação do oponente, muitas vezes, apoiada em fortes emoções, chegando ao extremo da violência verbal, por meio de insultos, injúrias e difamações. Na verdade, ela pode chegar mesmo à violência física, como observamos nas notícias de jornais sobre crimes

ocorridos no período da disputa eleitoral⁵, por exemplo, e mesmo em casos de feminicídio.

O fato é que as polêmicas são tão dificilmente resolvidas, porque colocam em jogo valores em oposição, em choque. Justamente por valorarem algo que está em oposição, os sujeitos entram em conflito; são razões antagonistas.

No caso em tela nesse momento, a *decisão* do juiz aborda o tema da violência contra a mulher no Brasil, um assunto de interesse social. Ao apresentar um ponto de vista supostamente definitivo sobre a questão, esse sujeito tanto se vale de uma polêmica pública já instaurada pela promulgação da lei quanto colabora para acirrará-la, ao colocar em xeque não somente a lei, mas também as conquistas alcançadas nas últimas décadas. A *decisão*, que foi divulgada em jornais e nas redes sociais, gerou uma resposta quase imediata da sociedade. Nessa situação específica, nota-se que, embora as polêmicas públicas sejam geralmente efêmeras, o imbróglcio ocupou os noticiários durante, pelo menos, 4 (quatro) anos. Após o caso ter sido noticiado e as respostas virem de redes sociais e do próprio meio jurídico, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por 9 (nove) votos contra 6 (seis), em novembro de 2010, decidiu afastar o juiz do cargo por um período de 2 (dois) anos, procedimento administrativo e disciplinar. Antes disso, houve uma representação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, formalizada junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça (TJ) Estadual e dirigida ao CNJ, que solicitava providências quanto às “declarações de cunho preconceituoso e discriminatório”. A representação acabou sendo arquivada pela Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, mas, no CNJ, ela “converteu-se em procedimento de controle disciplinar

5 Para saber mais sobre o assunto, ver, por exemplo: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/mestre-de-capoeira-e-morto-com-facadas-apos-discussao-politica-na-bahia.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2019.

que resultou na imposição da pena de disponibilidade compulsória, por considerar a conduta discriminatória ‘análoga à do crime de racismo’” e por considerar que havia “excesso de linguagem” na decisão.⁶

Este último argumento foi retomado na decisão do Ministro Marco Aurélio Mello que afirmou: “entre o excesso de linguagem e a postura que vise inibi-lo, há de ficar-se com o primeiro, pois existem meios adequados à correção, inclusive, se necessário, mediante a riscadura – artigo 15 do Código de Processo Civil”.⁷

Como se pode notar pela diversidade de posições a respeito da decisão proferida pelo juiz em distintos órgãos (CNJ, TJ, STF), a polêmica incitada pela *decisão* dividiu opiniões. Assim como a sociedade de um modo geral, os atores jurídicos também se dividiram, pelo menos, em relação ao teor das afirmações. Enquanto alguns consideraram a decisão apenas “excesso de linguagem”, o que não seria suficiente para o afastamento, outros enfatizaram seu conteúdo discriminatório. A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) chegou, inclusive, a divulgar na época uma nota de apoio ao juiz: “A Associação entende que a decisão não se deu por equidade e continuará ao lado do magistrado, empenhando todos os esforços para o restabelecimento da justiça” e, ainda, que ele é “um juiz íntegro, competente, dedicado ao Judiciário e à sociedade e respeitado pelos colegas e pelos cidadãos das comarcas nas quais atuou”.⁸

6 Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/02/ministro-do-stf-reabilita-juiz-que-atacou-lei-maria-da-penha.html>. Acesso em: 15 abr. 2018.

7 Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/cnj-afasta-juiz-que-comparou-lei-maria-da-penha-regras-diabolicas.html>. Acesso em: 15 abr. 2018.

Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150307_analise_lei_feminicidio_ms. Acesso em: 15 abr. 2018.

8 Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/cnj-afasta-juiz-que-comparou-lei-maria-da-penha-regras-diabolicas.html>. Acesso em: 23 mai. 2018.

Em sua defesa, o juiz afirmou na ocasião:

Eu não ofendi a parte e nem a quem quer que seja. Eu me insurji contra uma lei em tese, e mesmo assim, parte dela. Combato um feminismo exagerado, que negligencia a função paterna, que quer igualdade sim, mas fazendo questão de serem mantidas intactas todas as benesses da feminilidade.⁹

A decisão reverbera, dessa maneira, a voz de uma sociedade dividida que tem uma importante parcela mais preocupada com a manutenção de valores conservadores do que com o fim da violência contra a mulher, como se esta não colocasse em cena importantes problemas estruturais.

Argumentação pela emoção em uma situação de polêmica pública

A reflexão sobre a noção de justiça e sobre o campo de atuação do Direito atravessa o campo da filosofia, e Jacques Derrida apresenta uma problematização que pode colaborar para pensarmos sobre o assunto. Segundo o filósofo Derrida (2007 [1994]), a palavra “justiça” assume um peso peculiar nesse domínio, assim como a interpretação de que Direito é sinônimo de justiça. Como bem pontua o autor,

O Direito não é a justiça. O Direito é o elemento do cálculo, é justo que haja um Direito, mas a justiça é incalculável. Ela exige que se calcule o incalculável; e as experiências aporéticas são experiências tão improváveis quanto necessárias da Justiça, isto é, momentos em que a decisão entre o justo e o injusto nunca é garantida por uma regra (DERRIDA, 2007 [1994], p. 30).

Mesmo com a pretensão do cálculo exato, há sempre algo que escapa às regras, porque a justiça depende do ser humano e não de uma inteligência artificial. No campo do direito ainda há um movimento em prol do silenciamento

9 Fonte: <https://www.conjur.com.br/2009-set-17/juiz-criticou-lei-maria-penha-avesso-preconceito>. Acesso em: 23 mai. 2018.

do diálogo existente entre o direito e a sociedade, colocando em relevo a dificuldade da dogmática jurídica em lidar com os fenômenos sociais, mesmo sabendo que, por lidar com a linguagem e a lógica, o direito é um campo privilegiado para a argumentação¹⁰. Streck (2001) cita casos que ilustram algo próximo dessa problemática. Segundo o autor,

[...] é possível dizer que se estabeleceu no país uma “cultura” jurídica standard, dentro da qual o jurista *latu sensu* vai trabalhar no seu dia-a-dia com soluções e conceitos lexicográficos, recheando, desse modo, suas petições, pareceres e sentenças com ementas jurisprudenciais que são citadas, no mais das vezes, de forma descontextualizada (STRECK, 2001, p. 45).

Conforme Lima (2006), os manuais do campo do direito, por exemplo, acabam por funcionar como fórmulas, modelos a serem seguidos, representados por citações de resumos de ementas, normalmente uma a favor e outra contra determinada tese. Assim, além de já terem à sua disposição paradigmas para análises pouco elaboradas dos casos, os atores jurídicos repetem fórmulas pautadas em uma visão redutora de seu campo de atuação. O ensino, desse modo, ao apresentar o ordenamento estatal o delinea como racional e necessário, destituído de contradições e lacunas, o que colabora com a formação de alunos crentes de que vivemos no melhor dos mundos possíveis e de que, ao aplicar determinada regra sem levar em conta fatores extrajurídicos, ele estaria realmente sendo justo.

Além disso, a lei, como salienta Derrida (2007 [1994]), é sempre fruto de uma violência. A instituição de uma lei é um ato de violência. Dessa maneira, se não é possível pensar em neutralidade da lei, não há como pensar em neutralidade por parte dos agentes jurídicos, mesmo que eles se portem como meros reprodutores da letra da lei. São sujeitos, assim

10 Alguns autores, como Dworkin, Alexy entre outros, já desenvolvem pesquisas de modo a problematizar essa relação, mas, na prática, no campo do direito, existe ainda uma resistência em se valer de tais reflexões.

como os outros, susceptíveis a sentir e expressar emoções e, evidentemente, a argumentar emoções quando for conveniente, é o que notamos na *decisão* que terá destaque neste artigo. Nesse caso, trata-se de uma *decisão* que ultrapassa os requisitos necessários à manutenção do gênero de discurso, pois o sujeito explicita uma posição assentada em uma hierarquia de valores que culpabiliza, por meio de severas críticas à *Lei Maria da Penha*, as mulheres pela violência sofrida por elas. A coerência como elemento central na interpretação e aplicação do fenômeno jurídico não parece encontrar lugar em tal *decisão*, além de um excessivo envolvimento emocional do julgador com a questão em foco se tornar evidente.

No que tange à *Lei Maria da Penha*, seguindo o raciocínio de Derrida de que a lei é fruto de uma violência, podemos afirmar que seu caráter agonístico não está somente na operação de fundar, de fazer a lei, deste golpe de força, mas também e, sobretudo, na naturalização da diferença entre homens e mulheres que ela desestabiliza. Ela seria, nesse caso, duplamente violenta por fundar determinações e também por desestabilizar uma ordem social vigente, fundada em um machismo estrutural. Dessa maneira, o incômodo, a insatisfação e mesmo o rechaço em relação a ela é duplamente reforçado e se revela em um *ethos* emocionado por parte do juiz que a julga no texto decisório.

A *decisão* tanto se alimenta de uma polêmica pública já existente sobre a validade da *Lei Maria da Penha* quanto a reafirma ao se posicionar contrariamente, a partir de uma construção inflamada que colabora para manter uma forte dicotomização, como se nota nos fragmentos a seguir:

- 1) O tema objeto destes autos é a Lei no 11.340/06, conhecida como “Lei Maria da Penha”. Assim, de plano surge-se a seguinte indagação: devemos fazer um **juízo apenas jurídico** ou podemos nos valer também de um **juízo histórico, filosófico e até mesmo religioso para se saber se esse texto tem ou não autoridade?**
[...]
- 2) Se, segundo a própria Constituição Federal. É **Deus** que nos rege – e graças a **Deus**, por isto – **Jesus** está estão no centro destes pilares, posto que, pelo mínimo, nove entre dez brasileiros o têm como **Filho Daquele** que nos rege. Se isto é verdade, o **Evangelho dele** também o é. E se **Seu Evangelho** – que por via de consequência também nos rege – está inserido num Livro que **Ihe** ratifica a autoridade, todo esse Livro é, no mínimo, digno de credibilidade – filosófica, religiosa, ética e hoje inclusive histórica. [grifo nosso]

Fonte: http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/439_CNJdecisesde1ae2ainstncias.pdf

Logo de início o locutor já deixa pistas de como procederá, o que se explicita na primeira pergunta retórica do texto (1). A conjunção *ou*, presente nesse fragmento, serve para ligar duas orações, marcando uma ideia de suposta dúvida e incerteza e não de alternância de ideias, o que é reafirmado, nesse caso, pela modalidade deôntica – “devemos fazer”, “podemos nos valer”. Isto porque, embora o locutor apresente sua “indagação” ele a responde ao longo da decisão: toda ela se pauta em argumentos de cunho religioso e não jurídico, o que servirá de discurso de apoio à construção argumentativa pela indignação. Vale destacar também o papel do operador argumentativo “até mesmo” que soma argumentos para uma determinada conclusão, em uma escala argumentativa, em cujo crescente, o último argumento tem um peso maior. Nesse caso: “e até mesmo o discurso religioso”. A suposta dúvida aparece novamente, com o apoio da conjunção “ou” em outro período: “para saber se esse em texto ou não tem autoridade”. Dúvida essa já previamente sanada. Esse movimento se nota, também, na menção à figura divina por meio do item lexical “Deus” e também nos termos que a ele se referem (2).

- 3) **Esta** “Lei Maria da Penha” – como posta ou editada – é portanto de uma **heresia manifesta. Herética**, porque é **inconstitucional** e por isso **flagrantemente injusta**.
- 4) **Ora!** A **desgraça humana** começou no Éden: por causa da mulher – todos nós sabemos – **mas** também em virtude da **ingenuidade**, da **tolice** e da **fragilidade emocional** do homem.
- 5) Deus então, irado, vaticinou, para ambos. E para a mulher disse:
- 6) “[...] o teu desejo será para o teu marido e ele te dominará [...]”
- 7) Já **esta** lei diz que aos homens não é dado o direito de “controlar as ações (e) comportamentos [...]” de sua mulher (art. 7º, inciso II). **Ora!** Que o “dominar” não seja um “você deixa?”, **mas** ao menos um “o que você acha?”. Isto porque o que parece ser não é o que efetivamente é, não parecia ser. Por causa da maldade do “bicho” Homem, a Verdade foi então por ele interpretada segundo as suas maldades e sobreveio o **caos**, culminando – na relação entre homem e mulher, que domina o mundo – **nesta preconceituosa lei**.
- 8) **Mas** à parte dela, e como inclusive já ressaltado, o **direito natural**, e próprio em cada um destes seres, nos conduz à conclusão bem diversa. Por isso – na esteira destes raciocínios – dou-me o direito de ir mais longe, em definitivo! **O mundo é masculino! A ideia que temos de Deus é masculina! Jesus foi Homem!** A própria Maria – inobstante sua santidade, o respeito ao seu sofrimento (que inclusive a credenciou como “advogada” nossa diante do Tribunal Divino) – Jesus ainda assim a advertiu, para que também as coisas fossem postas cada uma em seu devido lugar: “que tenho contigo, mulher!?”
- 9) E certamente por isso a mulher guarda em seus arquétipos inconscientes sua disposição com o **homem tolo e emocionalmente frágil**, porque foi muito também por isso tudo isso começou.
- 10) **Ora!** Para não se ver eventualmente envolvido nas armadilhas **desta** lei absurda o homem terá de se manter tolo, mole – no sentido de se ver na contingência de ter de ceder facilmente às pressões – dependente, longe portanto de ser um homem de verdade, másculo (contudo gentil), como certamente toda mulher quer que seja o homem que escolheu amar.
- 11) **Mas** poder-se-ia dizer que um homem assim não será alvo **desta** lei. **Mas** o será assim e o é sim. Porque ao homem **desta** lei não será dado o direito de errar. Para isto, basta uma simples leitura do art. 7º, e a verificação virá sem dificuldade.
[...]

- 39) Enfim! Todas estas reflexões históricas, filosóficas e psicossociais, ao invés de nos conduzir ao equilíbrio, ao contrário vêm para culminar **nesta** lei absurda, que a confusão, certamente está rindo à toa! Porque a vingar **este** conjunto normativo de **regras diabólicas**, a família estará em perigo, como inclusive já está: **desfacelada**, os filhos sem regras – porque sem pais; o **homem subjugado**; **sem preconceito**, como vimos, não significa sem ética – a adoção por homossexuais e o “casamento” deles, como mais um exemplo. Tudo em nome de uma igualdade cujo conceito tem sido **prostituído** em nome de uma “sociedade igualitária”.
- 40) **Não!** O mundo é e deve continuar sendo masculino, ou de prevalência masculina, afinal. Pois se os direitos são iguais – porque são – cada um, contudo, em seu ser, pois as funções são, naturalmente diferentes. Se se prostitui a essência, os frutos também serão. Se o ser for conspurcado, suas funções também o serão. E instalar-se-á o caos. [grifo nosso]

Como se nota nos fragmentos acima, a interjeição “*Orá!*” e os sinais de exclamação, ambos recursos repetidos diversas vezes ao longo da *decisão*, são reveladores da expressão de protesto. O locutor expressa seu estado emocional, de sujeito ofendido pela atuação da lei na resolução de conflitos relacionadas à violência doméstica e, por consequência, no abalo a estruturas sociais solidificadas.

Os pronomes demonstrativos “*esta*” e as contrações “*desta*”, “*nesta*”, que perpassam todo o texto nesse processo de referência, apontam para a lei de modo a promover um afastamento, um fosso, uma distância intransponível. Poderíamos dizer, a partir da definição de retórica de Meyer (2018), que o juiz procede a um duplo movimento explicitado nesse caso pela referência: busca diminuir a distância entre ele e um auditório que compreende os conservadores e adeptos do direito natural, enquanto se distancia explicitamente dos progressistas e, obviamente, da lei. Além disso, tal uso colabora para produzir um efeito de distanciamento, algo que contribui para colocar a lei como algo à parte, como algo “à margem” do Direito.

O locutor argumenta, nesse sentido, para manter a polêmica pública, pois sustenta os dois campos inimigos e, ainda, dá continuidade ao processo de desqualificação do outro por meio da violência verbal: “heresia manifesta”, “herética”, “flagrantemente injusta”, “da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem”, “desgraça humana”, “regras diabólicas”, entre outras desqualificações.

Em um movimento em direção à manutenção de valores patriarcais, o locutor projeta uma imagem de indignação, construção emocionada que não é camuflada, mas ao contrário se explicita, sobretudo, na seleção lexical, como se pode notar nos fragmentos em destaque. Ele se mostra indignado para indignar mais, pois, como afirma Plantin (2011, p. 169):

O locutor deve se colocar primeiramente no estado emocional que ele pretende transmitir, isto é, um estado que favoreça o enquadramento empático de seu público. Ele deve sentir-estimular para estimular.¹¹

Na indignação, há a culpabilização de algo ou alguém, porém não se deseja a vingança, mas sim proferir um grito, como já afirmamos em outro momento (LIMA, 2018). E é justamente um grito que o *texto decisório* parece emitir: ele grita contra os abalos a estruturas sociais solidificadas em nosso país que sustentam a desigualdade de gênero e são assentadas em uma *doxa* patriarcal. Nesse movimento, o locutor argumenta a indignação, colocando em cena um ofensor e um ofendido ou prejudicado, além de protestar contra este ofensor, encarnado na *Lei Maria da Penha*. Os julgamentos morais, importantes a quaisquer emoções e mais ainda a algumas delas, como à indignação, dirigem-se à lei e também às mulheres, as quais são culpabilizadas por desfacelar a família: ((8)“O mundo é masculino! A ideia que

11 Texto original em francês: “Le locuteur doit se mettre d’abord dans l’état émotionnel qu’il souhaite transmettre, c’est-à-dire un état qui favorise le cadrage empathique de son public. Il doit ressentir-simuler pour stimuler”.

temos de Deus é masculina! Jesus foi homem!; (40) “Não! O mundo é e deve continuar sendo masculino”; (11) “Porque ao homem desta lei não será dado o direito de errar”).

Solomon (2015) aborda a indignação de modo a ressaltar a importância do julgamento moral nela presente. Segundo o autor, não se trata de uma emoção qualquer, pois: “A indignação moral, em particular, inclui um tipo especial de julgamento avaliativo que contém um princípio moral” (SOLOMON, 2015, p. 331). Para Solomon, as emoções morais são aquelas que têm em si um princípio moral que conduz à avaliação, ao julgamento. De algum modo, elas dependeriam, assim, de padrões éticos da sociedade. Os sujeitos podem se indignar mais ou menos, dependendo dos padrões morais e éticos vigentes. A indignação não se dirige a uma pessoa em particular, não tem a ver com as preferências pessoais. Nesse aspecto, concordamos com o autor, pois defendemos a ideia de que, ademais do aspecto cognitivo, das experiências pessoais (e individuais) do sujeito, as emoções são sociais, porque os sujeitos são sociais. Todavia, acreditamos que toda indignação e não apenas a indignação moral envolva uma avaliação, um julgamento moral (e, talvez, todas as emoções)¹².

Aristóteles (2010, p. 189), ao abordar a indignação, afirma que:

Uma pessoa propensa à indignação se se acha digna dos maiores bens e os possui; pois não é justo que aqueles que não são nossos iguais sejam julgados dignos de bens iguais aos nossos; e em segundo lugar, se uma pessoa é boa e virtuosa porque nesse caso julga rectamente e odeia a injustiça; e se uma pessoa é ambiciosa e aspira a certos privilégios sem o merecer. De modo geral, os que se consideram dignos de regalias que outros não merecem sentem-se tentados a indignar-se contra tais pessoas e coisas. Isso explica que os seres de carácter servil, os grosseiros e os desprovidos de ambição não sejam propensos à indignação, pois não há nada de que se julguem dignos.

12 Em artigo a ser publicado em outra obra coletiva sobre as emoções desenvolvemos, com mais profundidade, o assunto.

No filósofo, encontramos já a ideia de um julgamento e também a ideia de que as emoções fazem parte de nossa cognição, de que não são, portanto, irracionais. Para Aristóteles, o sujeito indignado sente-se prejudicado, sente que algo de direito lhe foi tirado e, diferentemente do ressentido, reage a essa falta. Entretanto, ele não se vinga, mas expressa seu julgamento por meio de um grito.

Retomando o fio de nossa leitura, ao apresentar os homens como prejudicados pela lei, o locutor também se coloca nessa posição. O operador argumentativo “mas”, no fragmento (4), não coloca em oposição perspectivas distintas, mas tem o valor de somar argumentos para uma determinada conclusão; ele equivale ao operador “e”. Dessa maneira, tanto mulheres quanto homens seriam culpados da desgraça humana. Entretanto, há uma ênfase na responsabilidade feminina (“por causa da mulher – todos nós sabemos”). Trata-se aqui, mais uma vez, da expressão de uma moral de cunho religioso.

Ainda em relação ao operador argumentativo “mas” e em seu papel canônico como marcador do ato de refutação, importa salientar que se trata de uma importante marca linguístico-discursiva da polêmica. Como arte da refutação, a polêmica tem, em termos linguístico-discursivos, algumas marcas características e a presença do operador argumentativo “mas” e da “negação polêmica” estariam entre elas¹³.

No texto em pauta, não por acaso ele aparece repetidas vezes, mesmo introduzindo períodos (fragmentos (7), (8), (11)). E, nesse sentido, seria responsável por marcar a refutação, como em: “**Mas** poder-se-ia dizer que um homem assim **não** será alvo desta lei. **Mas** o será assim e o é sim”. Nesse caso, trata-se

13 Desenvolvemos no momento projeto de pesquisa que se debruça sobre a noção de polêmica, intitulado “Polêmica, violência verbal e emoções: a propósito do insulto”, no qual investigamos a estrutura e o funcionamento da polêmica e do insulto como importante elemento utilizado no discurso machista.

de um *ato de refutação*, classificado por Moeschler (1982) como uma *retificação*. Segundo o linguista suíço, a retificação teria uma estrutura bastante estável [não.. mas..] que necessita da presença de um conjunto antonímico que possua as propriedades seguintes: (i) possa ser introduzido pelo conector pragmático “mas”, que seria um marcador indicativo de retificação; (ii) conserve uma relação de oposição semântica (contradição ou contrariedade). O ato de retificação incide sobre um simples constituinte do enunciado rejeitado e corresponde aos enunciados negativos (marcados por uma negação polêmica), nos quais o foco é indicado por um encadeamento que se dá sobre a enunciação negativa.

O número de negações polêmicas observáveis ao longo do texto decisório apoia a leitura nesse sentido, uma vez que elas, assim como o operador, colocam em cena enunciadores distintos e em oposição ((E1 *versus* E2)).¹⁴

Além da lei e da parcela mais conservadora da sociedade, homens e mulheres são colocados em campos inimigos: [mulher] causa da desgraça humana x [homem] ingênuo, tolo e frágil emocionalmente. O locutor se ampara em uma tese conspiracionista de que a lei, na verdade, representaria uma conspiração contra a família, contra o casamento e, portanto, contra os “cidadãos de bem”.

Os campos inimigos evidenciados e as teses conspiracionistas, amparadas em um evidente ressentimento, permitem ao locutor melhor argumentar o medo. O uso do *argumento ad baculum*, nesse sentido, se faz apropriado. Segundo Fiorin (2010, p. 227), trata-se de “um argumento voltado para o futuro, pois o enunciador força o enunciatário a aceitar sua proposta, recorrendo a uma ameaça, a uma proibição, a um valor negativo”. Nesse caso, o que está implícito é: se o “conjunto de regras diabólicas” vingar, valores como os de família, casamento,

14 Para saber mais sobre o assunto, ver: Moeschler (1982).

paternidade e maternidade não mais existirão e, ainda, o homem será punido por qualquer mínimo deslize. Com isso, nossa sociedade perderá seus alicerces e o caos prevalecerá. Esse medo suscitado é criado por uma isotopia, formada por itens lexicais em uma rede semântica: “caos” (7); “armadilhas” (10); “confusão” (12) e “perigo” (12). Os termos não se repetem, mas se reforçam mutuamente. Isto reafirma a ideia de que o fato de as partes de uma polêmica valorarem de forma distinta um problema é o que a alimenta.

Nessa empreitada, busca-se também desconstruir a ideia de “sociedade igualitária”, subvertendo seu valor, ou ainda, promovendo outras possibilidades a ele. Isto porque os valores não são perenes e a ideia de *igualdade* pode sofrer mutações de acordo com grupos sociais e momentos históricos diferentes. Nesse caso, a “sociedade igualitária” que se pretende manter é aquela da dominação masculina, abordada por Bourdieu (2007), da submissão das mulheres, tal como Deus profetizou: (5) e (6) “Deus então, irado, vaticinou, para ambos. E para a mulher, disse: ‘[...] o teu desejo será para o teu marido e ele te dominará [...]’”.

As mudanças na legislação que desestabilizaram uma *doxa* patriarcal é o que se condena. Tal *doxa* se alicerça nos valores mencionados (família, casamento, paternidade, maternidade), pois, como sinônimo de opinião comum e de crenças partilhadas, a *doxa* se forma a partir de valores universais e de valores particulares. Os valores, por sua vez, funcionam como balizas morais, as quais promovem julgamentos.

Dessa maneira, ademais de um *ethos* indignado, o locutor projeta também a imagem de um sujeito encolerizado. A cólera é uma emoção direcionada a algo ou alguém e é acompanhada de um prazer que passa pelo desejo de vingança. Ela envolve uma frustração geradora de descontentamento, o que leva à agressividade. Nesse sentido, ela se aproxima da indignação, embora nesta a agressividade não se faça, necessariamente, presente. Além disso, na indignação não há desejo de vingança,

como na cólera. O sujeito encolerizado sente-se desdenhado, por meio do desprezo, do vexame ou do ultraje. E ele pode apenas supor ter sido desdenhado, pois tudo passa pelo modo como o outro (supostamente) o vê. Ambas as emoções envolvem, assim, a imagem do sujeito, seu *ethos*, e uma avaliação feita pelo ofendido, um julgamento moral. O ofendido se vê em uma posição vulnerável que o faz proferir um grito ou se vingar. O fio que separa a indignação da cólera, nesses termos, parece bastante tênue. Além disso, ambas as emoções envolvem o desejo: de possuir o que o outro tem ou aquilo que acredita ter o direito de possuir, como a liberdade, por exemplo. Elas envolvem também e, mais especificamente, no caso da cólera, a busca pela concretização de um desejo. Na possibilidade de ser impedido por algo ou alguém, na possibilidade ter algum obstáculo no caminho, como uma lei, ou na possibilidade de sentir amargura, o sujeito torna-se irascível.

Nesse caso, o locutor parece sentir-se ultrajado pela lei e também pelos ideais de uma sociedade igualitária. Ademais de gritar contra ela e contra as mudanças pelas quais a sociedade brasileira vem passando, ele deseja eliminar o que obstaculiza a possibilidade de manutenção de uma *doxa* patriarcal. Isto porque ele não se volta contra o caráter punitivo da lei ou contra o fato de que ela, assim como a *Lei do feminicídio*, possa atingir as camadas mais vulneráveis de nossa sociedade. Trata-se de uma empreitada beligerante contra visões progressistas e pela manutenção de valores conservadores. Isto se verifica na menção aos direitos LGBTI+ à união homoafetiva, à adoção, entre outros. Os termos axiológicos, no fragmento (39), “prostituído” e também “sem preconceito”, confirmam sua oposição aos avanços, os quais, como afirmamos, pelo medo incitado, podem facilitar a argumentação pela indignação e podem levar o auditório a se indignar também. Nesse sentido, a construção argumentativa pela emoção pode mobilizar a sociedade brasileira a também protestar e a lutar contra os avanços progressistas.

Algumas palavras para concluir

Em todo o texto da sentença há também um movimento no sentido de afirmar que a decisão se sustenta no direito natural. Todavia, convém salientar que embora tenha sido importante por oferecer fundamentos à ideia de um direito justo no Ocidente, esta vertente não oferece respostas satisfatórias para se compreender a relação entre direito, legitimidade e justiça. Trata-se de uma vertente do direito natural fundada no discurso religioso. No encerramento do verbete “Direito natural e jusnaturalismo”, na Enciclopédia Jurídica da PUC São Paulo, Gonzaga (2017)¹⁵ atenta para o risco de se ater exclusivamente a essa perspectiva, ao afirmar que

Todas as teorias da lei natural compreendem a lei como um remédio contra os grandes males de, por um lado, a anarquia (anarquia) e, por outro lado, a tirania. E uma das formas características da tirania é a cooptação da lei como uma máscara para decisões fundamentalmente sem lei encobertas nas formas de lei e legalidade.

A adesão aos princípios do direito natural explicita, nesse sentido, o viés conservador e preconceituoso do texto decisório em tela, o que o locutor também não procura esconder. Ele vocifera contra o pensamento progressista em uma tentativa quase desesperada de manutenção da “moral e dos bons costumes”: (39) “Porque a vingar este conjunto normativo de regras diabólicas, a família estará em perigo, como inclusive já está: desfacelada, os filhos sem regras – porque sem pais; o homem subjugado; sem preconceito, como vimos, não significa sem ética – a adoção por homossexuais e o ‘casamento’ deles, como mais um exemplo. Tudo em nome de uma igualdade cujo conceito tem sido substituído em nome de uma ‘sociedade igualitária’”.

A polêmica sustentada na *decisão* do juiz, à revelia de seu autor, colaborou para lançar holofotes a um problema estrutural

15 Fonte: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.

da sociedade brasileira que se trata de uma *doxa* machista e também de posicionamentos controversos no campo do direito sobre o assunto. Isso porque tal sentença se volta, contra uma lei que, como temos defendido, reflete uma conquista em direção ao fim da violência contra a mulher no Brasil, em especial, à violência doméstica. Por meio da análise da decisão e pelas próprias palavras do juiz, fica evidente uma adesão a uma corrente alinhada ao jusnaturalismo, o qual, como afirmamos, apesar das importantes contribuições, não é suficiente para atender às demandas da área e às demandas sociais.

Ainda em relação à polêmica sustentada, ela deixa o risco de colaborar para acirrar as diferenças entre os sujeitos e pode colaborar, como afirma Innerarity (2017), para uma estagnação social, em virtude do fato de que ela mantém a dicotomização e acaba por não promover o debate de ideias. No que tange às emoções, estas são, a nosso ver, julgamentos morais que se alicerçam em valores e os fundam também. Como temos afirmado em nossos trabalhos, um estudo das emoções suscitadas, expressas, ditas, mostradas etc. pode contribuir com uma melhor compreensão de nossa sociedade. Nesse sentido, a linguística tem muito a contribuir, a partir de sua abertura, aos estudos das emoções no discurso de um modo geral e, em particular, aos estudos sobre a argumentação pela emoção no discurso jurídico.

Por fim, a partir da *decisão* em destaque, é possível verificar que uma *doxa* machista, sustentada por recursos à tradição cristã, ampara a polêmica pública incitada pelo sujeito, a qual segue uma estrutura prototípica que vai desde a polarização até a violência verbal, nesse caso especificamente. O juiz constrói uma argumentação emocionada e semiotiza, especialmente, a indignação, por meio de sua demonstração. Em outras palavras a *indignação* é mostrada por meio de recursos linguístico-discursivos, como a interjeição, os sinais de exclamação, a seleção lexical, os termos axiológicos. Ele argumenta a indignação a partir de valores conservadores e busca no direito natural a chancela jurídica para sua *decisão*.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **Apologie de la polémique**. Paris: PUF, 2014.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. 4. ed. Tradução: Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Casa da Moeda. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CASSIN, Barbara. **O efeito sofístico**: sofística, filosofia, retórica, literatura. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Maria Cristina Franco Ferraz e Paulo Pinheiro. São Paulo: Ed.34, 2005.
- DASCAL, Marcelo. The study of controversies and the theory and history of science. **Science in Context**, n. 11, v. 2, p.147-154, 1998.
- DASCAL, Marcelo. Controvertibilidade sem controvérsia? Tradução: Bento Itamar Borges. **Educação e Filosofia Uberlândia**, v. 25, n. 50, p. 785-792, jul./dez. 2011.
- DERRIDA, Jacques. **Força de lei**: o fundamento místico da autoridade. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2010.
- GONZAGA, Álvaro de Azevedo. Direito natural e jusnaturalismo. *In*: **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**, 2017.
- INNERARITY, Daniel. **A política em tempos de indignação**. A frustração popular e os riscos para a democracia. Tradução: João Pedro Jorge. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine; GELAS, Nadine (ed.). **Le discours polémique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980.
- LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. **Na tessitura do processo penal**: a argumentação no tribunal do júri. 2006. 260f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. Emoções representações de si: a propósito da indignação e do embaraço. *In*: CUNHA, Gustavo Ximenes; OLIVEIRA, Ana Larissa (org.). **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. **Semântique de la polemique.**

Lausane: L'Âge d'Homme, 1983.

MEYER, Michel. **Principia rhetorica.** Une théorie générale de l'argumentation. Paris: Fayard, 2008.

MOESCHLER, Jacques. **Dire et contredire.** Pragmatique de la négation e acte de réfutation dans la conversation. Berne; Frankfurt: M. Peter Lang, 1982.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica.** Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLANTIN, Christian. **Dictionnaire de l'argumentation.** Une introduction aux études d'argumentation. Paris: ENS Éditions, 2016.

SOLOMON, Robert C. **Fiéis às nossas emoções.** O que elas realmente nos dizem. Tradução: Miriam Raja Gabaglia de Pontes Medeiros. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

STRECK, Lênio Luiz. **Tribunal do Júri: símbolos e rituais.** Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001.

“Não aceitamos crianças”: discurso e argumentação no movimento *Childfree*

Maria Flávia Figueiredo
Universidade de Franca

Luciana Carmona Garcia Manzano
Universidade de Franca

Introdução

O chamado movimento *Childfree* parece ter tido início nos anos 1980, no Canadá e nos EUA, como um grupo de apoio a adultos, sobretudo a casais, que não tinham filhos, seja por infertilidade ou por escolha. Havia, à época, um sentimento de discriminação daqueles que, por qualquer motivo, viviam bem com a decisão sobre o planejamento familiar. A discriminação parecia tomar corpo a partir de um efeito simbólico construído sobre a configuração social e que produzia sentidos por estar revestida de ciclo biológico: nascer, crescer, reproduzir-se, morrer.

No início, tratava-se apenas de um manifesto de pessoas que não queriam se sentir discriminadas por não terem filhos. Alguns restaurantes e pontos de encontro *childfree* foram criados para abrigar essas famílias que ou decidiram não ter filhos ou,

simplesmente, não puderam tê-los. Noutras palavras, era um movimento inclusivo para aqueles que se sentiam deslocados do conceito tradicional de família (CARISTINA, 2017, s/p).

Da ideia conceitual de um movimento de apoio a um grupo socialmente preterido, a nomenclatura *childfree* passa por um deslizamento de sentidos quando sua circulação é ampliada pelos meios de comunicação, sobretudo, após o advento da Internet. Atualmente, é possível encontrar, nas redes sociais, espaços dedicados a evidenciar diversas vantagens sobre a escolha de não se ter filhos, que passam, inclusive, pela concepção de proteção à natureza. Além disso, o termo já foi incorporado por companhias aéreas, que, juntamente com a divisão entre a classe econômica e a primeira classe, contam com o espaço *childfree*, para oferecer paz a seus clientes.

No Brasil, esse movimento começa a se difundir em 2017 e se espalha rapidamente na *Web*, sobretudo, nas redes sociais, que se dedicam a páginas com a temática *childfree*. Para além do movimento de adultos sem filho(s), o que se encontra em larga escala são postagens e memes que passam a destilar ódio à existência das crianças, como, por exemplo, frases como “Seu filho, seu carma” ou ainda “Sextou com S de sem filhos, S de sossego, S de sai criança”.

A partir desse contexto que, historicamente, possibilitou a emergência de enunciados que instauram polêmica social, voltamos nosso olhar analítico para uma reportagem intitulada “‘Não aceitamos crianças’: avanço da onda ‘*childfree*’ é conveniência ou preconceito?”, publicada em 9 de agosto de 2017, por Paula Adamo Idoeta, no site da BBC Brasil¹. Para tanto, nossa análise congregará reflexões discursivas e reflexões sobre argumentação, na esteira do pensamento de Michel Foucault, Perelman e Olbrechts-Tyteca, Luiz Antonio Ferreira e José Luiz Fiorin.

1 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-40784489>. Acesso em: 1 ago 2019.

Com base nesses estudiosos, discutiremos a forma com que o enunciado na matéria se relaciona com as subáreas da Linguística aqui envolvidas: Análise do Discurso e Retórica.

Na porção retórica deste estudo, almejamos descrever como a construção argumentativa dos comentários que compõem o artigo de Idoeta se apoia em bases inconsistentes. Visamos, pois, elucidar de que forma conceitos como a dissociação de noções e a identificação de falácias lógicas podem auxiliar no processo analítico na lide com artigos de opinião e pronunciamentos de âmbito popular.

Discursivamente, buscamos observar de que modo o jogo de linguagem evidencia uma relação de poderes que promove um efeito de consenso, a partir de uma memória discursiva inscrita por uma estratégia de estreitamento de sentidos que orienta o leitor a uma dada conclusão, por um processo de apagamento de outros sentidos possíveis na materialidade enunciativa.

Os resultados previstos buscam associar a incompatibilidade de raciocínios argumentativos, de dissociação e generalização, na produção de um discurso hegemônico sobre uma temática complexa, que apaga discursivamente determinadas possibilidades de sentidos por uma sobredeterminação de uma vontade de verdade a partir de um jogo interdiscursivo que traz à tona uma memória discursiva historicamente construída em uma sociedade de base cristã, o que evidencia a falta de fundamentação argumentativa para a orientação a uma conclusão que se constrói enunciativamente no próprio título da reportagem em análise.

Para alcançar esses resultados, a estruturação do artigo partirá da apresentação do objeto de estudo, passando primeiramente pela descrição teórico-metodológica da construção e funcionamento dos argumentos retóricos e, posteriormente, pela articulação entre as reflexões discursivas de base foucaultiana e da análise discursivo-argumentativa da materialidade enunciativa e, por fim, chegará à tessitura de nossas considerações finais.

Objeto de estudo

A análise retórico-discursiva aqui proposta tomará como objeto de estudo uma matéria publicada no site da **BBC News Brasil** em agosto de 2017 que se intitula “‘Não aceitamos crianças’: avanço da onda ‘*childfree*’ é conveniência ou preconceito?”. Nela, encontramos opiniões sobre a temática da proibição de crianças em alguns contextos sociais.

Os argumentos presentes na matéria, propositalmente conflitantes para demonstrar posições contra e a favor do movimento *childfree*, mostram-se bastante adequados para a análise proposta uma vez que nos ajudam a deflagrar a importância do conceito de “dissociação de noções”, por meio do qual os dados conceituais que servirão de fundamento para a argumentação serão remanejados.

Vejamos, com mais vagar, em que consiste esse conceito e de qual contexto classificatório, dentro do universo retórico, ele advém.

Argumentos retóricos

Como amplamente difundido, a gênese da Retórica data da Grécia Antiga. Esse campo do saber compreende a disciplina que estuda a arte da persuasão. Junto da Gramática e da Dialética, a Retórica compunha uma das três artes antigas do discurso. De forma geral, a arte do bem falar fita o estudo de capacidades que habilitam oradores (no sentido amplo de qualquer sujeito que profira um discurso, seja ele oral, visual, textual etc.) a atingir o seu auditório de forma eficaz, despertando processos identitários e acarretando o convencimento e a persuasão.

Inúmeras são as formas de um orador atingir seu objetivo no processo retórico e, em função disso, pensadores e estudiosos de todas as épocas se debruçaram sobre o funcionamento dessa disciplina no intuito de desvelar os caminhos até a efetiva

persuasão. Diversas abordagens foram traçadas e algumas delas permanecem até os dias atuais em nossa sociedade por meio de seus tratados e compêndios. Autores de ontem e de hoje investigaram e investigam o curioso funcionamento do sistema retórico, e alguns dos que se destacaram em suas empreitadas científicas foram, na antiguidade, Aristóteles, Quintiliano, Cícero, e na modernidade, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, Kenneth Burke, Christian Plantin e Michel Meyer.

Em particular, Aristóteles, na Era Clássica, e Perelman e Olbrechts-Tyteca, na modernidade, ganharam notável destaque por suas contribuições em âmbito retórico. O primeiro sistematizou essa arte milenar em sua obra *Retórica*, e os segundos fizeram uma releitura do livro do estagirita e reinseriram os estudos retóricos na modernidade, observando os conceitos clássicos com uma lupa mais atual com foco na faceta jurídica e política de questões polêmicas. Com base na contribuição desses pensadores belgas, Ferreira (2010, p. 149, grifo do autor) afirma:

Para Perelman, as técnicas argumentativas se apresentam sob dois aspectos: o positivo consiste no estabelecimento de solidariedade entre teses que se procuram promover e as teses já admitidas pelo auditório: são os *argumentos de ligação*. O negativo visa abalar ou romper a solidariedade entre as teses admitidas e as que se opõem às teses do orador: *ruptura das ligações e argumentos de dissociação*.

Assim, delineamos o nosso foco nesta seção: apresentar brevemente as estratégias argumentativas, os tipos de argumento e, por fim, as noções falaciosamente aproximadas, que rondam os oradores desatentos e também os mal-intencionados.

Como mencionado na citação de Ferreira, para Perelman e Olbrechts-Tyteca, os argumentos podem ser divididos em técnicas de aproximação ou distanciamento retórico. Vejamos como os autores modernos definem e classificam cada um dos componentes dos grupos de aproximação.

O primeiro tipo de argumento que podemos caracterizar dentro desse grande grupo da aproximação são os **argumentos quase lógicos**. De acordo com Ferreira (2010, p. 150 apud PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005):

Os argumentos quase lógicos são aqueles cuja estrutura lógica lembra os argumentos da lógica formal, mas não possuem o mesmo rigor por não ter valor conclusivo, já que é impossível eliminar da linguagem comum toda a ambiguidade e as múltiplas possibilidades de interpretação. Assim, para cada argumento lógico, de validade reconhecida e incontestável, corresponderá um argumento quase lógico, de estrutura semelhante, cuja forma persuasiva consiste justamente na sua proximidade com aquele.

É possível observar, então, que esses argumentos derivam em estrutura dos argumentos da lógica formal. Vejamos o exemplo de argumento lógico elucidado por Fiorin (2015, p. 115, grifo do autor): “*Todos os planetas do sistema solar giram ao redor do Sol. Marte é um planeta do sistema solar. Logo, Marte gira ao redor do Sol*”. Assim, os argumentos quase lógicos se fundamentam na estrutura dos argumentos lógicos (premissa 1; premissa 2: conclusão). Nesse tipo de argumento, a conclusão advém necessariamente das premissas que a antecipam. No caminho inverso, ou seja, quando a conclusão não decorre obrigatoriamente de uma premissa, quando a conclusão é plausível, provável, verossímil adentra-se ao universo dos argumentos quase lógicos, seara da Retórica.

Passando ao próximo grupo da grande área da aproximação, temos os **argumentos baseados na estrutura do real**. Enquanto o subgrupo anterior visa uma relação mais bem definida com a estruturação dos argumentos lógicos, ou seja, parte de duas premissas correntemente aceitáveis para chegar a uma conclusão plausível, verossímil, os argumentos baseados na estrutura do real pautam-se na construção de uma possível relação entre premissas que não estão evidentemente relacionadas. Além disso, esse tipo de argumento fundamenta-se

nas relações do “mundo objetivo” como evidencia Fiorin (2015, p. 149). Observemos algumas considerações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 297) sobre esse grupo:

Enquanto os argumentos quase-lógicos têm pretensão a certa validade em virtude de seu aspecto racional, derivado da relação mais ou menos estreita existente entre eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas, os argumentos fundamentados na estrutura do real valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover.

Com processos de causalidade, sucessão, coexistência e hierarquização (FIORIN, 2015), tal grupo fita uma conclusão baseada na relação de sentidos presentes em premissas do mundo “real”, ou objetivo, isto é, tais argumentos valem-se das relações de valorizações de situações cotidianas para delinear uma conclusão aceitável em sentido argumentativo.

No último grupo por aproximação é possível destacar os **argumentos que fundamentam a estrutura do real**. No grupo anterior, os argumentos se pautavam na organização do nosso mundo para relacionar premissas de forma aceitável, enquanto que neste podemos considerar os argumentos como organizadores dessa realidade. Para Fiorin (2015, p. 185),

São aqueles argumentos que não são vistos como conformes à maneira como se estrutura a realidade, mas que são considerados modos de organização da realidade. São argumentos indutivos ou analógicos, ou seja, aqueles em que se generaliza a partir de um caso particular ou aqueles em que se transpõe para outro domínio o que é aceito num campo particular.

Argumentos que se enquadram nessa categoria atuam pelo exemplo, modelo, antimodelo, metáfora e analogia. Assim, fundamentam-se em generalizações e transposições para aplicar o que é aceito em um caso a outro.

Como explicitado anteriormente, Perelman e Olbrechts-Tyteca definem as estratégias argumentativas por aproximações e distanciamentos argumentativos. Os grupos discriminados

pelos autores, elencados anteriormente, estão inseridos no âmbito da aproximação. Repousando sobre a caracterização argumentativa de distanciamento está a estratégia argumentativa de **dissociação de noções**, ponto fundamental da parcela argumentativa deste trabalho.

Dissociação de noções

O conceito de “dissociação de noções” consiste em uma classe de argumento advindo da necessidade de se demonstrar que, em alguns contextos argumentativos, não existe conexão lógica entre conceitos relacionados em pares ou que tais conceitos estão indevidamente vinculados.

[...] os argumentos por dissociação separam ideias que aparecem em pares hierarquizados: essência e aparência, letra e espírito, figurado e literal, etc. Mostram que não há ligação entre os conceitos ou que eles estão indevidamente vinculados (FIORIN, 2015, p. 193).

Ponderando acerca da afirmação anterior, é possível discernir que tal técnica argumentativa objetiva salientar a associação incoerente de noções dentro de um discurso, apontando a obscuridade na construção argumentativa na lide com o vínculo de ideias incongruentes. Para que tal conceito fique mais claro, vale a pena considerar a descrição do funcionamento da dissociação de noções feita por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 467):

A oposição ao estabelecimento de tal solidariedade [vínculo dos conceitos] se assinalará pela recusa de reconhecer a existência de uma ligação. Mostrar-se-á, notadamente, que uma ligação que fora considerada aceita, que fora presumida ou desejada, não existe, porque nada permite constatar ou justificar a influência que certos fenômenos examinados teriam sobre aqueles que estão em causa e porque, em consequência, é irrelevante levar-se em consideração os primeiros.

Sintetizando o postulado dos pensadores belgas, a dissociação de noções serve para analisar argumentos que podem ser levianamente aceitos, em um sentido argumentativo, porém, quando perscrutadas as suas associações, a incompatibilidade do vínculo é deflagrada.

Um exemplo trazido por Fiorin (2015, p. 193, grifo do autor) demonstra como funciona tal noção ao associar (em seu exemplo) a falsa relação criada entre realidade e aparência. Vejamos: “É típico dos brasileiros deixar tudo para a última hora”. Nesse exemplo podemos observar como a aparência, que generaliza uma característica (deixar tudo para a última hora), pode ser erroneamente vinculada com a realidade, criando, portanto a impressão (aparência) de que os brasileiros, sem exceções, são sujeitos procrastinadores. A inconsistência desse exemplo está em generalizar uma classe, tomando uma aparência por realidade, ou seja, reduzindo a realidade, que é muito mais complexa – nem todos os brasileiros deixam tudo para a última hora –, a uma aparência que é generalizada, estereotipada.

A definição apresentada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 467-468) descreve o funcionamento dessa ferramenta argumentativa dentro do sistema retórico. Eles assim se expressam: “A dissociação das noções determina um remanejamento mais ou menos profundo dos dados conceituais que servem de fundamento para a argumentação”.

O par apresentado anteriormente, definido por Fiorin (2015) como aparência/essência e por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) como aparência/realidade, é tido pelos últimos como o protótipo de dissociação nocional. Atuando nesse par, a dissociação de noções fita demonstrar que a aparência é incompatível com a realidade (essência). Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 473) explicam a organização de tal raciocínio da seguinte maneira:

O termo I corresponde ao aparente, ao que se apresenta em primeiro lugar, ao atual, ao imediato, ao que é conhecido diretamente. O termo II, na medida em que se distingue dele, só é compreendido em relação ao termo I; é o resultado de uma dissociação, operada no seio do termo I, visando eliminar as incompatibilidades que podem surgir entre aspectos deste último. O termo II fornece um critério, uma norma que permite distinguir o que é válido do que não é, entre os aspectos do termo I; não é simplesmente um dado, mas uma construção que determina, quando da dissociação do termo I, uma regra que possibilita hierarquizar-lhe os múltiplos aspectos, qualificando de ilusórios, de errôneos, de aparentes, no sentido desqualificador do termo, aqueles que não são conformes a essa regra fornecida pelo real. Com relação ao termo I, o termo II será, a um só tempo, normativo e explicativo. Por ocasião da dissociação, ele permitirá valorizar ou desqualificar determinados aspectos sob os quais se apresenta o termo I; permitirá distinguir, entre as aparências cujo estatuto é equívoco, as que não passam de aparência das que representam o real.

Como foi mencionado, Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam o par aparência/realidade como prototípico em razão de sua recorrente presença no pensamento argumentativo, porém, os autores descrevem ainda diversos outros pares. Quando necessário, tais pares serão abordados durante a análise, e seu funcionamento e sua incompatibilidade serão esmiuçados para que a dissociação nocional em questão seja desvelada.

Em síntese, a dissociação de noções diz respeito, então, a uma ferramenta do sistema retórico que visa explicitar associações equivocadas em um argumento que parece aceitável do ponto de vista discursivo, evidenciando a discordância das noções associadas na trama argumentativa.

O consenso como discurso e a estrutura argumentativa: análise

Foucault (2015) compreende a existência de um conjunto de procedimentos sociais, históricos e culturais, que

regulamentam os discursos e promovem uma aparência de que se pode tudo dizer; é sob uma aparente independência de um saber social que se operam procedimentos de controle discursivos que constituem uma ordem do que pode ou não ser dito, pode ou não ser pensado. Assim, o discurso legitimado como verdadeiro, ou que se posiciona de acordo com certa vontade de verdade em um movimento histórico, monopoliza e reproduz certos dizeres, perpetua saberes e conserva poderes.

A verdade obedece a condições históricas de aceitabilidade dos enunciados e se inscreve, em um tempo histórico, a partir de jogos de poder e saber em uma sociedade. A compreensão dos limites desses jogos de poder e saber se dá pelo dispositivo, ao qual Foucault (2015, p. 47) define como “estratégias de relações de forças suportando tipos de saber e sendo suportado por eles”.

Sob essas condições de emergência do que se pode ou não dizer a partir de uma vontade de verdade, irrompe o enunciado “conveniência ou preconceito?” que, de saída, promove uma tentativa de cerceamento de sentidos outros, a partir da instauração de uma dicotomia pelo uso da conjunção “ou”, e que coage o leitor a buscar, entre os dois termos, uma única verdade, de acordo com certa filiação a uma vontade de verdade historicamente construída numa cultura cristã.

Foucault afirma (1996) que a produção discursiva é controlada, selecionada, organizada e redistribuída obedecendo a determinados procedimentos e respondendo a uma vontade de verdade, também construída historicamente. Não é possível dizer tudo, a qualquer tempo ou lugar. Os saberes, poderes e a vontade de verdade que constituem as condições de emergência dos discursos, atuam, também, na interdição dos dizeres. No que tange ao título da reportagem, a disposição intradiscursiva dos elementos “conveniência” e “preconceito” inscrevem ao leitor um paradigma de leitura que, ao remontar a uma memória discursiva cristã, opera um direcionamento de sentidos que legitima uma “verdade” que pesa sobre o vocábulo “preconceito”.

Vejamos os seguintes enunciados extraídos do objeto de análise:

Enunciado 1:	Pessoas que não têm filhos também precisam ter a liberdade de escolher frequentar um ambiente sem crianças.
Enunciado 2:	Adultos têm que saber que o mundo não é só deles. O choro da criança incomoda, assim como o adulto bêbado também incomoda e ele não é (previamente proibido) nos lugares.

No movimento de construção de (uma) verdade, à qual se liga o encadeamento da materialidade enunciativa, o que se interdita, no limite, são os sentidos/significados que se podem associar a “criança”, já que nos enunciados que se posicionam a favor e contra a presença de crianças dão conta de um único efeito de sentido, que associa criança a “problema”.

Para além de uma ordem do discurso que permite um dado dizer em dada época, que legitima uma (vontade de) verdade, é interessante pensar, na esteira das reflexões de Foucault (2001), sobre um sistema de normalização, compreendido como um poder produtivo, que cria mecanismos que têm seu funcionamento amparado pela formação de um saber que é, ao mesmo tempo, um efeito e uma condição de exercício. A associação da criança aos efeitos de sentido associados a “problema” faz funcionar a polêmica em torno do movimento *childfree* ao mesmo tempo em que recupera uma verdade construída historicamente nas sociedades cristãs: a criança é dádiva de Deus, e não há que se tolerar o preconceito – considerando que a organização material do texto direciona o efeito de sentido a essa verdade como fim único, ao qual se constrói o consenso.

No início da matéria analisada, observamos a apresentação da temática – o movimento *childfree* – e uma breve narração de casos. Dessa maneira, a jornalista Paula Idoeta apresenta

e logo introduz os primeiros testemunhos (argumentos) que servirão de combustível para a nossa análise.

Observemos o argumento introdutório:

‘Não sou obrigada a aguentar crianças mal-educadas que não sabem se comportar’, ‘muitos pais não impõem limites’ e ‘os estabelecimentos têm o direito de escolher quem vão servir’ foram alguns dos argumentos citados por leitores da BBC Brasil ao serem questionados, no Facebook, se achavam correto o limite imposto à presença de crianças em determinados locais (IDOETA, 2017, grifo nosso).

O primeiro comentário do usuário do Facebook “não sou obrigada a aguentar crianças mal-educadas que não sabem se comportar” pode ser enquadrado em uma variação proposta por nós do par prototípico descrito por Perelman e Olbrechts-Tyteca: aparência/realidade: generalização/complexidade. Para dissociar tais noções dentro do comentário, primeiramente, é necessário caracterizá-las.

O par em questão diz respeito à generalização de uma questão que é muito mais complexa e profunda do que o apresentado na associação feita no texto. Com isso, tal fato é generalizado a partir do descarte de diversas outras variantes que compõem a questão em pauta, ou seja, uma característica é destacada e potencializada em detrimento da complexidade da questão.

Aprofundando-nos no comentário, a questão a que se refere é a presença de crianças em um local público determinado; a característica valorizada, que caracteriza a generalização, é a eventual falta de educação que uma criança pode apresentar em um ambiente social; o apagamento das variantes pode ser definido, por exemplo, como a infinidade de crianças existentes e a pluralidade de suas personalidades, que ditará a forma com a qual ela lidará com esse tipo de situação. Dessa maneira, o par aparência/realidade desdobra-se em generalização/complexidade, como proposto no esquema a seguir:

termo I	aparência	generalização
termo II	realidade	complexidade

Como podemos observar, o Termo I está para aparência, assim como aparência está para generalização. Como explicado no exemplo de Fiorin (2015) na seção de dissociação de noções, a aparência é a apresentação enviesada de uma questão, ou seja, na aparência, apenas um fragmento distorcido e isolado da realidade é denominado como a totalidade dela. Assim, o Termo II está para a realidade, assim como a realidade está para a complexidade, dessa maneira, a noção da realidade apresenta-se em sua totalidade complexa e plural no exemplo de Fiorin, bem como no comentário analisado.

Nele, temos, então, o Termo I (generalização: as crianças são mal-educadas e não sabem lidar com situações sociais) se opondo ao Termo II (complexidade: não é possível afirmar que todas as crianças serão mal-educadas em situações sociais), ou seja, ao afirmar “não sou obrigada a aguentar crianças mal-educadas que não sabem se comportar”, o responsável por tal comentário está associando a noção de que crianças serão mal-educadas em locais públicos, generalizando-as. Com tal raciocínio, fica claro como essa dissociação de noções carece de base sólida para se sustentar em âmbito argumentativo.

A mesma dissociação do par generalização/complexidade poder ser observada em outros argumentos presentes na matéria. Vejamos:

[1] No resort do sul do país, “é permitida a hospedagem apenas de maiores de 18 anos, **para manter o clima de sossego total para nossos hóspedes**”. [...] [2] Na companhia aérea internacional, a “zona silenciosa” é exclusiva para “viajantes com dez anos ou mais e para viajantes que não estejam viajando com menores de dez anos”, porque “**todos precisamos de um pouco de paz e silêncio**”. [...] [3] Para o relator Covatti Filho (PP-RS), porém, “**não se trata de um tratamento discriminatório das crianças ou mesmo das famílias, pois é a exploração legítima de um nicho de mercado**” (IDOETA, 2017, grifo nosso).

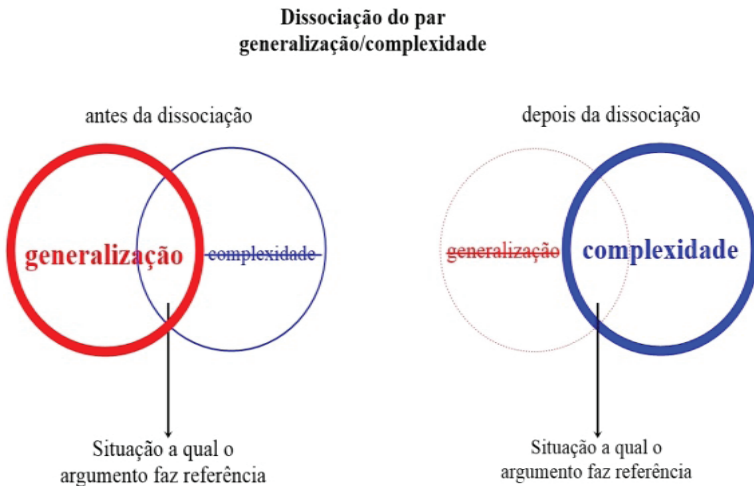
No trecho 1, podemos deflagrar a atuação do par generalização/complexidade. Observemos cautelosamente a associação efetuada nesse comentário a fim de elucidar dissociação de noções efetuada.

A associação realizada é da mesma natureza do argumento analisado anteriormente, uma vez que generaliza pessoas com idade menor que 18 anos, afirmando que elas são uma afronta ao clima de sossego total do estabelecimento. Ao afirmar isso, o orador exclui diversos outros aspectos da situação em questão e valoriza, ou seja, generaliza a imagem dos sujeitos com menos de 18 anos, aplicando a eles um traço em comum: a incapacidade de coexistir com o sossego.

Aprofundando a dissociação anterior, o que está em pauta não é afirmar se um indivíduo X possui ou não tal traço, mas sim desvelar que a associação generalização (pessoas com menos de 18 anos não são capazes de manter o clima de sossego) e complexidade (o problema envolve muito mais do que a idade do indivíduo; não é possível afirmar que todos os sujeitos que se enquadrem nessa faixa-etária colocarão em risco o sossego do estabelecimento) está intrinsecamente ligada à falta de fundamentação retórica do argumento analisado. Sob esse mesmo viés, analisemos os próximos trechos destacados.

O trecho 2 atua nas mesmas circunstâncias dos anteriores, uma vez que generaliza passageiros com menos de dez anos, ao afirmar que esses não são capazes de respeitar a paz e o silêncio alheios. Como explicitado anteriormente, há uma generalização, supervalorização de uma característica – seja tanto por meio do exagero de uma característica da situação, quanto pela exploração de um estereótipo de determinado grupo –, e um apagamento das diversas outras características que tornam a questão muito mais complexa. A Figura 1 visa ilustrar tal raciocínio:

Figura 1 – Funcionamento do par generalização/complexidade



Fonte: Elaboração da autora

Com o esquema anterior, podemos observar de que maneira a estratégia argumentativa de dissociação funciona: ao transferir o foco da questão da generalização para a complexidade, a dissociação é aplicada, destacando a incompatibilidade das noções associadas na situação argumentativa.

O comentário 3, além de contar com o par generalização/complexidade, também configura uma falácia lógica. Primeiramente, repousemos nossa atenção na caracterização do par em questão. Apesar da generalização não compor um estereótipo, como nos comentários anteriores, o enunciador do comentário apaga a complexidade da questão (o veto de crianças em determinados estabelecimentos) e valoriza apenas uma variável dessa questão (se trata apenas da exploração legítima de um nicho do mercado). Dessa maneira, outros aspectos da questão, como, por exemplo, o fato de a exclusão dessa parcela da sociedade afetar o convívio das famílias vetadas, são ignorados, apagados, em detrimento da valorização apenas da circunstância da qual o argumento se mostra a favor. A própria estruturação

argumentativa do comentário (não é A porque é B) valoriza um ponto e invalida o outro, reforçando o par generalização/complexidade e configurando também a falácia do falso dilema ou da falsa dicotomia.

Vejamos em que consiste essa falácia:

Apresentar dois estados alternativos como sendo as únicas possibilidades quando, na verdade, existem mais. Esta tática insidiosa tem a aparência de um argumento lógico, mas, se analisarmos o caso com cuidado, torna-se evidente que há mais possibilidades que a dualidade que é apresentada. O pensamento binário de “preto ou branco” não permite contemplar as muitas variáveis, condições e contextos nos quais existiriam mais que as duas possibilidades apresentadas. Enquadra o argumento de uma forma enganadora e ensombra o debate honesto e racional. Exemplo: Numa campanha para reunir apoio ao seu plano, que iria diminuir os direitos fundamentais do cidadão, o Líder Supremo advertiu o seu povo que, ou estavam do seu lado, ou estariam do lado dos inimigos do país (BARBOSA, 2012).

Essa falácia atua sob a seguinte estrutura lógica: É A, não B, por isso não pode ser B. Assim, ela define que A é obrigatoriamente excludente em relação a B pelo simples fato de ser A, ou seja, o fato de ser A exclui a possibilidade de ser B. No entanto, a estrutura lógica velada por trás dessa falácia, após a devida dissociação de noções ter sido aplicada é: Ser A não exclui ser B, portanto A pode ser A, enquanto também é B.

No comentário analisado, essa estrutura lógica também é utilizada: **“não se trata de um tratamento discriminatório das crianças ou mesmo das famílias, pois é a exploração legítima de um nicho de mercado”** (IDOETA, 2017). Se aplicarmos a estrutura da falácia no comentário, teremos: É A (exploração legítima de um nicho do mercado), não B (tratamento discriminatório das crianças), por isso não é B. Quando observada dessa maneira, a argumentação no comentário torna-se infundada, uma vez que a exploração de um nicho específico do mercado não exclui a possibilidade de gerar discriminação, não existe nada na caracterização da exploração de determinada parcela

da sociedade em sentido comercial que previna a discriminação de um grupo. Dessa forma, a decisão de vetar a presença de crianças em determinados estabelecimentos e lugares até pode ser A (exploração de um nicho do mercado), mas não é por ser A que exclui a possibilidade de ser B (discriminação). Sendo assim, esse raciocínio compreende a falácia do falso dilema ou da falsa dicotomia por apresentar duas variáveis que não são excludentes, ou relacionáveis, como se fossem.

Elenquemos alguns outros trechos para a apreciação:

Mas outros pontos também foram levantados: “Será que todos aqui nasceram adultos e não lembram como é ser criança?”; “E se os restaurantes passarem a proibir também pessoas velhas, gordas e feias, será aceitável?” (IDOETA, 2017, grifo nosso).

No trecho “será que todos aqui nasceram adultos e não lembram como é ser criança?” podemos observar a relação que o depoente faz ao aproximar a ideologia do movimento *childfree* com a questão do eventual barulho produzido por crianças para concluir que os adeptos do movimento se esqueceram de como é ser criança. Podemos notar que a **premissa A** (crianças fazem barulho e isso é natural) é aproximada à **premissa B** (o movimento *childfree* restringe o acesso de crianças por conta do risco ao sossego que elas representam em ambientes inapropriados para elas) para tentar chegar à **conclusão** (Logo, esqueceram como é ser criança ou nasceram adultos). Quando a premissa A é cotejada em relação à premissa B fica evidente que a aproximação feita pelo depoente é problemática. Nada em A está contido em B, ou seja, para funcionar como um argumento quase lógico, a aproximação de A estaria pautada em um ponto relacionável em B, como no exemplo que elencamos na seção de tipos de argumentos². Ao aplicar essa dissociação de noções, que atua sob o par generalização/complexidade, também é

2 Todos os planetas do sistema solar giram ao redor do Sol. Marte é um planeta do sistema solar. Logo, Marte gira em torno do Sol.

possível deflagrar a ocorrência da falácia de falsa causa, uma vez que nada contido em A ou B justifica a conclusão extraída do raciocínio do responsável pelo comentário analisado. Assim, o fato de não querer a presença de crianças em um determinado local não quer dizer que eu não concorde que o barulho das crianças é natural, muito menos que eu tenha me esquecido que fui criança um dia.

Analisemos o segundo trecho do excerto apresentado: “E se os restaurantes passarem a proibir também pessoas velhas, gordas e feias, será aceitável?”. Se decantarmos o raciocínio contido no comentário, obteremos: **premissa A** (restringir o acesso de pessoas por suas diferenças é discriminatório); **premissa B** (crianças estão sendo privadas de frequentar lugares específicos); e **conclusão** (crianças estão sendo discriminadas). O argumento em questão tenta aproximar o conceito de discriminação por especificidades ao veto de crianças em determinados locais por meio de uma generalização de uma questão muito mais ampla. Além de atuar sob o par fundamental deste artigo (generalização/complexidade), o argumento tenta tecer uma falsa relação de reciprocidade ao apresentar a conclusão que deriva das duas premissas quando coloca no mesmo patamar a discriminação com o veto das crianças. A falsa relação de reciprocidade incide sobre a equivalência entre crianças, por um lado, e pessoas velhas, gordas e feias, por outro.

Uma vez que a dissociação de noções tenha sido aplicada no trecho anterior, é profícuo elencar outro trecho para reflexão:

Já Isabella Henriques, representante do instituto Alana, organização de defesa dos direitos infantis, diz que, feita a ressalva a locais que sejam impróprios por trazerem perigos às crianças, “**o veto é discriminatório sim, por estar excluindo um segmento da sociedade. Abre precedentes para se excluírem também, por exemplo, pessoas com deficiência**” (IDOETA, 2017, grifo nosso).

Na mesma esteira do comentário anterior, o excerto elencado também comete o erro de aproximar duas questões que não são compatíveis, além de atuar sob as circunstâncias do par generalização/complexidade. Ao equiparar o veto de crianças com discriminação por deficiência, o argumento generaliza a questão do movimento *childfree* supervalorizando o fato da restrição da presença de crianças ao ponto de torná-la uma discriminação, sendo que a questão possui diversas outras facetas, que tornam o tópico um tema muito mais complexo.

O argumento a seguir mostra como observar a estrutura argumentativa pode prevenir que argumentos mal formulados se apresentem como aceitáveis. Atentemo-nos ao trecho:

“O fato de um estabelecimento ser privado não o exime de ter de cumprir a Constituição, que em seu artigo 5º diz que todos são iguais perante a lei, e que no artigo 227 diz que crianças e adolescentes têm prioridade absoluta”, argumenta Henriques (IDOETA, 2017, grifo nosso).

O comentário em questão traz duas afirmativas: crianças estão sendo tratadas com desigualdade perante o artigo 5º da Constituição e crianças não estão sendo priorizadas da forma que deveriam. O comentário não pode ser caracterizado como um argumento plausível, pois o veto da presença de crianças defendido pelo movimento não diz respeito a uma causa legal, ou seja, jurídica. Nesse caso, o apelo à lei tem um cunho falacioso uma vez que toma, como argumento, a posição de uma instituição de autoridade. O apelo à autoridade ou argumento *ad verecundiam*, nesse contexto, adquire valor de falácia, uma vez que a autoridade da lei, como instituição, não tem relevância intrínseca para o contexto em questão.

Além disso, a afirmativa em análise caracteriza a presença do par generalização/complexidade porque generaliza a medida de certos estabelecimentos como uma afronta à Constituição, ignorando outros aspectos da decisão, como motivações comerciais, entre outras. Dessa maneira, evidenciar que

a generalização (tratar a iniciativa do movimento como algo que transgrida a lei) sobrepuja uma questão muito mais complexa é dissociar as noções contidas no par analisado.

No próximo trecho é possível observar alguns mecanismos que derivam dos trechos anteriores, observemos:

“Se não conseguimos conviver com as crianças e entender suas necessidades, que sociedade queremos ter no futuro? Uma que confine as crianças apenas a locais específicos gerará adultos que não sabem se relacionar”, opina Isabella Henriques, do Alana (IDOETA, 2017, grifo nosso).

Nesse comentário é usada uma estrutura de argumento muito próxima do argumento de transitividade. Como explicita Fiorin (2015, p. 126): “O argumento de transitividade se baseia na relação matemática transitiva: se a é igual a b e b é igual a c , então a é igual a c ”. Dessa forma, o depoimento em questão tem a seguinte estrutura: a (Tal movimento impossibilita a empatia e situações sociais que desenvolvam habilidades de tolerância); b (a sociedade precisa saber lidar com situações sociais em que a empatia e a tolerância sejam desenvolvidas); c (Logo, a nossa sociedade, ao promover tais medidas defendidas pelo movimento, está fadada ao insucesso social e gerará adultos que não sabem se relacionar). Assim, o comentário implica, com a insustentável ligação que tenta tecer, que a é b ; b é c ; logo, a é c . Porém, o movimento *childfree* não fita a segregação de todas as crianças de todos os adultos, muito menos almeja isolar a totalidade dos ambientes exclusivamente para adultos que não querem crianças por perto. Assim, a ação do movimento não possibilitaria causar a circunstância apresentada em b de forma generalizada, como afirmado pelo comentário, não sendo possível, assim, transpassar de a para c , afirmando que a sociedade está direcionada ao insucesso social em função de um movimento que defende a ideia de privar as crianças de frequentar determinados lugares. Em outras palavras, a iniciativa do grupo não pode ser generalizada como causadora de uma sociedade que não é empática e tolerante.

Para concluir nossa seção analítica, vejamos um trecho em que os argumentos são construídos de forma coesa e podem ser validados enquanto argumentos retóricos pautados em uma relação quase lógica:

[1]	“Muitos de nós vivemos em cidades não amigáveis para crianças, com poucos parques ou espaços adequados. Aí elas entram no restaurante e saem correndo e ‘a culpa é da mãe que não dá limites’, quando a questão é muito mais complexa”, opina Henriques.
[2]	“Temos também pais cansados, com filhos que precisam comer. Que tal encarar situações (de mau comportamento) com um outro olhar, oferecendo-se para brincar com a criança enquanto o pai come? No fim das contas, vale o ditado de que é preciso uma aldeia para criar uma criança - é uma responsabilidade coletiva. E isso não significa deslegitimar quem não quer ter filhos, uma escolha que também precisa ser respeitada” (IDOETA, 2017).

No trecho 1, podemos compreender como esse argumento não atua sob um par que demanda a estratégia de dissociação de noções e que muito menos é falacioso ou retorce algum dos argumentos que se enquadram na categoria de argumentos quase lógicos ao analisá-lo sob os moldes de um argumento desse tipo.

Refletimos: Premissa A (As cidades em que vivemos muitas vezes não estão adaptadas para as necessidades das crianças); Premissa B (Então, quando alguma criança faz barulho em um local público, responsabilizar os pais por eventuais problemas de comportamento não é justo); Conclusão (Logo, a situação é muito mais complexa e exige uma reflexão muito mais profunda).

Se analisarmos cuidadosamente o raciocínio contido no depoimento, é possível observar como ele atua nos moldes da dissociação de noções referente ao par generalização/complexidade, ou seja, ele valoriza a complexidade da questão em detrimento da generalização sem fundamentos. Além disso, é clara a forma como as premissas atuam em correlação para sintetizarem a conclusão contida no raciocínio, ou seja, é verossímil

o que está sendo afirmado. O argumento é aceitável uma vez que não parte de demasiadas generalizações, nem tenta relacionar noções que estão distantes da *doxa*, ou seja, da visão do que é socialmente aceitável.

No trecho que segue o excerto referenciado anteriormente, temos o seguinte argumento:

“Temos também pais cansados, com filhos que precisam comer. Que tal encarar situações (de mau comportamento) com um outro olhar, oferecendo-se para brincar com a criança enquanto o pai come? No fim das contas, vale o ditado de que é preciso uma aldeia para criar uma criança - é uma responsabilidade coletiva. E isso não significa deslegitimar quem não quer ter filhos, uma escolha que também precisa ser respeitada” (IDOETA, 2017).

Nesse comentário, é possível notar a presença de um argumento que fundamenta a estrutura do real. De forma mais específica, podemos defini-lo como um argumento por ilustração. Vejamos do que se trata:

O argumento por ilustração [...] serve para reforçar uma tese tida como aceita. Ele figurativiza-a para dar-lhe concretude, para torná-la sensível, para aboná-la. Por isso, não se destina à comprovação, mas à comoção; volta-se mais para o sentimento (FIORIN, 2015, p. 188).

Esse tipo de argumento é muito usado em fábulas ou em pronunciamentos que fazem uso de ditos populares (como o caso do argumento em questão). Como vimos, ele ilustra ao figurativizar uma questão com uma “mensagem”, uma “moral”. A mensagem, moral, contida no comentário é a de que criar uma criança é uma atividade socialmente coletiva. Parte do princípio de que somos seres sociais e estamos interligados por essa circunstância, logo, somos todos responsáveis uns pelos outros. De certa forma, esse argumento também permeia a *doxa* atual e, por isso, pode ser amplamente aceito, sendo essa, uma afirmação verossímil. Com isso em mente, o responsável pelo comentário vai além, ilustrando sua tese com o dito popular “é preciso uma aldeia para criar uma criança”. O argumento

conecta a visão social de que somos seres interdependentes com a visão da lide social indígena, que funciona como um grande órgão composto por seus indivíduos em harmonia. Assim, além de apresentar uma visão da *doxa* para pautar a sua tese de que um olhar humanitário é a melhor opção para lidar com o outro, em específico com crianças, o comentário reforça esse aspecto ao ilustrar a posição nele contida com o dito popular.

Esgotados os trechos selecionados para análise, passemos às considerações acerca de nosso processo analítico, para ponderar e mensurar o alcance das nossas proposições.

Considerações finais

A observação de determinadas estratégias discursivas do discurso jornalístico que incidem sobre o modo de disposição dos elementos no título da reportagem permite destacar um regime de enunciabilidade que constrói certos efeitos de prova a um sentido hegemônico que sobredetermina possibilidades de sentidos outros e inscreve legitimidade a um dizer determinado. Essas estratégias formam séries com outras formulações que entram em circulação e correspondem a um domínio de memória, tal qual denomina Courtine (2009), que coloca em jogo sentidos que se atualizam e se perpetuam historicamente na sociedade.

Esse funcionamento é o produto de um sistema de regras, de uma ordem discursiva que regula o que pode/deve ser dito em determinado momento histórico e que homogeneízam o dizer e fazem ecoar e perpetuar sentidos de modo que eles irrompem como efeito de uma universalidade. Sob a aparência de uma completude do dizer que dá conta da polêmica e da complexidade, ecoa um discurso que silencia sentidos outros porque perpetua a reprodução de determinados sentidos ao passo que conserva determinados saberes construídos sócio-historicamente.

De forma específica, nosso estudo demonstrou a aplicabilidade de conceitos retóricos na vida cotidiana por intermédio

da análise de um texto de circulação social. Ademais, agregou reflexões no âmbito da retórica contemporânea ao discutir noções clássicas e modernas sob um panorama atual.

Com base no levantamento sobre os argumentos retóricos pautados em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), Fiorin (2015) e Ferreira (2010), é possível ponderar que estruturas de amplo conhecimento na *doxa* podem ser distorcidas para passar por argumentos plausíveis em um contexto geral. Os argumentos contidos no artigo de Idoeta, em sua maioria, seguem estruturas quase lógicas e também obedecem ao funcionamento de tais estruturas, porém, quando nos debruçamos sobre o cotejo das premissas que sintetizam a conclusão, fica evidente como essas estão pautadas no equívoco argumentativo.

Não apenas para o analista, mas também para a sociedade em geral, uma vez que os discursos retóricos circundam majoritariamente as situações com o outro, a atenção às circunstâncias argumentativas demanda maior empenho no momento de enunciação de uma opinião ou da defesa de uma tese. Tais incompatibilidades configuram um fenômeno comum no mundo atual, em que a forma vale mais que o conteúdo.

Dessa maneira, o conceito de dissociação de noções se apresenta como uma ferramenta fundamental para a conscientização da necessidade da reflexão retórica na elaboração e na defesa de teses, uma vez que um argumento pode parecer verossímil, porém, conter raciocínios incompatíveis e que não fundamentam a conclusão aparentemente alcançada.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Diana. Não cometerás uma falácia lógica! **COMCEPT**. Disponível em: <http://comcept.org/2012/05/25/nao-cometeras-uma-falacia-logica/>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- CARISTINA, Jean. #Childfree: livre(m-se) das crianças. **Intervalo Legal**, 2017. Disponível em: <http://www.intervalolegal.com.br/2017/09/11/how-to-drive-growth-through-customer-support/>. Acesso em: 7 ago. 2019.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradução: Cristina de Campos Velho Birck *et al.* São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010.
- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. O jogo de Michel Foucault. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. 44-77.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Curso no Collège de France (1974-1975). Tradução: Eduardo Brandão. Martins Fontes, 2001.
- IDOETA, Paula Adamo. ‘Não aceitamos crianças’: avanço da onda ‘childfree’ é conveniência ou preconceito?. **BBC News Brasil**, 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salaso-cial-40784489>. Acesso em: 1 ago. 2019.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O fenômeno do SE-Locutor: índice de polifonia e de argumentatividade na língua e no discurso

Erivaldo Pereira do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba

Introdução

Nos estudos empreendidos no âmbito das Semânticas Argumentativa e Enunciativa, especialmente a partir de Ducrot (1987; 1988), ganha especial atenção o princípio segundo o qual a polifonia é constitutiva do sentido dos enunciados e um fenômeno que imprime orientação argumentativa. A língua mesmo, postula Ducrot (1988), fornece elementos que permitem a construção de enunciados polifônicos. Dessa forma, descrever o sentido dos enunciados, e conseqüentemente do discurso, implica analisar os fenômenos polifônicos que os constituem.

Partindo desse princípio, apresentamos, neste trabalho, a descrição e a análise do funcionamento linguístico-discursivo do fenômeno do SE-locutor, ou ON-Locuteur/OMNI-Locutor, como indicador de polifonia e de argumentatividade, em textos e enunciados de diferentes gêneros discursivos (especialmente

charge, reportagem, ata e relatório). Objetivamos verificar como a subjetividade se processa nos referidos textos por meio de uma voz coletiva e anônima evocada pelo locutor responsável pelo discurso (L1).

Ressaltamos que este artigo é resultado de uma série de investigações realizadas no âmbito do projeto “Estudos semântico-argumentativos e enunciativos na língua e no discurso: marcas de (inter)subjetividade e de orientação argumentativa (ESAELD)”, que objetiva descrever e analisar o funcionamento de diferentes estruturas e fenômenos semântico-argumentativos e enunciativos, tanto no âmbito da língua como do discurso, a partir de diferentes gêneros discursivos e em diversos contextos de uso da língua.

A investigação sobre o fenômeno do SE-Locutor, aqui apresentado, é de natureza qualitativa, de caráter descritivo e interpretativista, e é conduzido com base na Teoria da Argumentação na Língua (TAL), desenvolvida por Ducrot e colaboradores, especialmente as noções de polifonia e de impessoalidade, fundamentais para a compreensão do fenômeno SE-Locutor, investigado por Anscombe (2005, 2010). As análises seguem também a ótica de Nascimento (2009) que estuda a evocação da palavra alheia e posicionamentos do locutor perante o dito.

Organizamos este artigo em quatro seções, além desta introdução: na primeira seção, sintetizamos os estudos sobre a polifonia, no âmbito das Semânticas Argumentativa e Enunciativa, de Ducrot e colaboradores; na segunda, será apresentado o fenômeno do SE-Locutor, descrito por Anscombe (2005, 2010); na terceira, apresentamos a descrição e a análise da ocorrência do fenômeno do Se-Locutor em textos e enunciados de diferentes gêneros discursivos (charge, reportagem, relatório e ata) e; na quarta, as considerações a respeito da análise realizada.

A polifonia enunciativa

O uso do termo polifonia, nos estudos da linguagem, foi introduzido por Bakhtin (2002), em Problemas da Poética de Dostoiévski, quando o estudioso postulou a existência de dois tipos de literaturas: a dogmática, de tipo monológica, e a carnavalesca, popular ou polifônica. Na última ele incluiu a obra de Dostoiévski.

Bakhtin afirma que, na literatura polifônica, o personagem apresenta a si mesmo, é “o agente do discurso autêntico e não um objeto mudo do discurso do autor” (BAKHTIN, 2002, p. 64). O autor, acrescenta Bakhtin, não fala do personagem, mas fala com ele, estabelecendo um diálogo constante na obra. Na literatura dogmática, por sua vez, a personagem é definida pelo autor, fechada e porta-voz de um ponto de vista do autor.

Ducrot (1987, 1988) traz o termo polifonia para a Linguística, com o objetivo de questionar o princípio da unicidade do sujeito falante e, ao mesmo tempo, propor que o sentido dos enunciados é, por natureza, polifônico. Assim, pretende provar que um enunciado – “manifestação particular” ou “ocorrência hic et nunc de uma frase” (DUCROT, 1987, p. 164) – pode ser perpassado por mais de uma voz, ou seja, Ducrot pretende mostrar que o autor do enunciado não se expressa nunca diretamente, mas põe em cena, no mesmo enunciado, um certo número de personagens linguísticos.

Para Ducrot, a língua mesma dispõe de vários recursos linguísticos e fenômenos discursivos que permitem a construção de discursos polifônicos, entre os quais estão a pressuposição, a paráfrase e a negação.

A unicidade do sujeito é um postulado linguístico, segundo o qual em cada enunciado há somente uma pessoa que fala. De acordo com Ducrot (1987, p. 179), esse sujeito possuiria três propriedades: ser dotado de uma atividade psicofisiológica indispensável à produção do enunciado; ser o autor, responsável

pelos atos ilocutórios (ordem, pergunta, asserção etc.) realizados na produção do discurso; ser designado em um enunciado pelas marcas de primeira pessoa (o *eu* que aparece no texto).

Segundo Ducrot (1987, p. 179), “considera-se como óbvio que este ser designado por eu é ao mesmo tempo o que produz o enunciado, e também aquele cujo enunciado expressa as promessas, asserções, etc.”. No entanto, no discurso direto é possível encontrar casos em que esse eu não se refere à pessoa que o pronuncia, mas a uma segunda pessoa, como no exemplo abaixo:

Exemplo 01: Eu escutei quando Maria disse: “eu não irei à aula hoje”.

No exemplo 01, há duas marcas de 1ª pessoa. A primeira se refere ao locutor responsável pelo enunciado como um todo e que o proferiu (doravante L1). O segundo *eu*, no entanto, não se refere a esse locutor, mas a um segundo locutor (L2 - Maria), que é responsável pelo segmento “eu não irei à aula hoje”. Entrou em cena, portanto, uma segunda pessoa do discurso (L2), a quem o segundo *eu* é atribuído.

Outro exemplo, citado por Ducrot (1987, p. 182), que coloca em questão as propriedades acima referidas, é o caso dos documentos escolares que os pais costumam assinar, autorizando seus filhos a realizarem determinada atividade. Esse tipo de correspondência possui, geralmente, um enunciado do tipo “Eu, fulano de tal, autorizo meu filho a Assinado ...”. Esse *eu* se refere ao pai que assina e, como tal, responsabiliza-se pelo teor da autorização. No entanto, não designa o autor do texto, aquele que produziu o documento (a secretária, diretora, ou outro funcionário da escola que elaborou e padronizou o documento).

O exemplo das autorizações escolares coloca em evidência que o autor empírico do enunciado nem sempre é quem se responsabiliza por ele. É para resolver esse problema, entre outros, que Ducrot propõe a sua Teoria Polifônica da Enunciação. O autor começa por definir três funções diferentes, para o sujeito da enunciação: sujeito empírico (SE), locutor (L), e enunciadador (E).

1 – O sujeito empírico (SE) é o autor efetivo, o produtor do enunciado: “El sujeto empírico es el autor efectivo, el productor del enunciado. Pero determinar quién es el autor efectivo del enunciado es mucho menos fácil de lo que se podría creer”. (DUCROT, 1988, p. 16).

A dificuldade de determinar o sujeito empírico, para Ducrot (1988), não é um problema linguístico. O autor afirma que o linguista semanticista deve se preocupar com o sentido do enunciado, ou seja, o que interessa ao semanticista é o que está no enunciado e não as condições externas de sua produção.

2 – O locutor (L) é aquele que se apresenta como responsável pelo discurso, a quem se referem as marcas de 1ª pessoa do discurso.

Por definição entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome eu e as outras marcas de 1ª pessoa (DUCROT, 1987, p. 182).

Ducrot (1987) ainda afirma que o locutor pode ser totalmente diferente do sujeito empírico (o produtor efetivo do enunciado), já que o locutor trata-se, geralmente, de um personagem fictício a quem o enunciado atribui a responsabilidade de sua enunciação. O locutor “tiene marcas en el enunciado mismo: las de la primera persona (yo, mí, me etc.) y en cierta medida, aquí, ahora...”. (DUCROT, 1988, p. 17).

O autor ainda diferencia, no interior da própria noção de locutor, o “locutor enquanto tal” (L) e o “locutor enquanto ser do mundo” (λ), ambos seres do discurso:

L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade. λ é uma pessoa “completa” que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado – o que não impede que L e λ sejam seres de discurso, constituídos no sentido do enunciado e cujo estatuto metodológico é, pois, totalmente diferente daquele do sujeito falante (este último deve-se a uma representação “externa” da fala, estranha àquela que é veiculada pelo enunciado) (DUCROT, 1987, p. 188).

Para explicar a distinção entre o L e λ , Ducrot recorre a diferentes fenômenos linguísticos, entre os quais os enunciados performativos explícitos, em enunciados do tipo “Eu te desejo boas férias”. Nesse enunciado, segundo Ducrot (1987, p. 190), a fórmula “Eu desejo...” é utilizada para uma asserção de ordem psicológica e o pronome *eu* remete a λ (locutor enquanto ser do mundo): “Não é enquanto locutor que se experimenta o desejo, mas enquanto ser do mundo, e independente da asserção que se faz dele”. E acrescenta: “Por outro lado, o ato de desejar, que não existe senão na fala em que se realiza, pertence tipicamente a L: L realiza o ato de desejar afirmando que λ deseja”.

Por fim, Ducrot (1987) postula que L pertence ao comentário da enunciação feita globalmente pelo sentido e λ pertence à descrição do mundo feita pelas asserções interiores ao sentido.

3 – Os enunciadores (E) são pontos de vista que o locutor apresenta em seu discurso, assumindo determinadas posições a respeito desses enunciadores: “En la teoría de la polifonía, por el contrario, el enunciado presenta una multitud de puntos de vista diferentes y el locutor toma una multitud de actitudes en relación con esos puntos de vista” (DUCROT, 1988, p. 68).

Ao enunciador, Ducrot associa o “centro de perspectiva” de Genette, ou seja, a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos, no texto literário: “Para distingui-lo do narrador, Genette diz que o narrador é ‘quem fala’, enquanto que o centro de perspectiva é ‘quem vê’” (DUCROT, 1987, p. 195).

Após haver identificado os diferentes seres do discurso, Ducrot (1987; 1988) propõe a existência de dois tipos de polifonia presentes nos enunciados e, conseqüentemente, no discurso: a polifonia de enunciadores e a polifonia de locutores. A polifonia de enunciadores ocorre quando, no mesmo enunciado, são identificados pontos de vista diferentes, ou seja, enunciadores que são colocados em cena pelo locutor e perante os quais o

locutor assume diferentes posições: ora aprovando-os, ora assimilando-se a eles, ora se opondo a eles.

A polifonia de locutores, por sua vez, se dá quando, num mesmo enunciado, verifica-se a existência de dois locutores distintos, eventualmente subordinados, conforme assinala Ducrot (1987).

Convém ressaltar que os estudos sobre a polifonia enunciativa, realizadas por Ducrot, se dão no âmbito da sua Teoria da Argumentação na Língua (TAL), a qual parte da premissa que a argumentação está marcada na própria língua e é constitutiva do sentido dos enunciados.

Embora esteja preocupada em descrever a língua enquanto elemento de significação e de argumentação, a TAL rejeita a concepção de língua como conjunto de estruturas e regras independentes de toda enunciação e contexto, negando a ideia de que a língua tem primeiramente uma função referencial e que o sentido do enunciado se julgue em termos de verdade ou falsidade. Assim, essa teoria abre a possibilidade para discutirmos a subjetividade e a intersubjetividade, a partir de sua materialidade linguística:

Yendo más allá en el mismo sentido, se podría sostener que las relaciones intersubjetivas no están sólo al lado, sino también en el fondo, en la base de los datos aparentemente subjetivos (ANSCOMBRE; DUCROT, 1994, p. 195).

Ducrot (1988, p. 49) afirma que o objetivo geral de sua teoria da argumentação é opor-se à concepção tradicional do sentido. Ele relata que, geralmente, se distinguem três indicações no sentido do enunciado: objetivas, subjetivas e intersubjetivas. As indicações objetivas consistem na representação da realidade, as subjetivas indicam a atitude do locutor frente à realidade e as intersubjetivas dizem respeito às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige.

Ducrot se opõe a essa visão e, em contraposição à concepção tradicional de sentido, apresenta sua teoria. Para esse linguista, a linguagem ordinária não possui uma parte objetiva, tampouco os enunciados descrevem a realidade.

No creo que el lenguaje ordinario posea una parte objetiva ni tampoco creo que los enunciados del lenguaje den acceso directo a la realidad; en todo caso no la describen directamente (DUCROT, 1988, p. 50).

Para Ducrot, se a linguagem ordinária descreve a realidade é através dos aspectos subjetivo e intersubjetivo que o autor os reúne, denominando-os de valor argumentativo dos enunciados.

Para Ducrot, portanto, a língua é fundamentalmente argumentativa. Essa tese recebeu ainda um adendo, pelos pesquisadores do Laboratório Semântico Pragmático de Textos (LASPRAT), para afirmar que não só a língua é argumentativa como também o seu uso.

Filiamo-nos à tese de Anscombe-Ducrot para quem a língua é fundamentalmente argumentativa, fazendo um adendo a essa tese: o uso também é argumentativo. Dessa forma reescrevemos a tese original de Asncombe e Ducrot - a língua e o seu uso são fundamentalmente argumentativos (ESPÍNDOLA, 2003, p. 1).

Convém acrescentar aqui que a preocupação de Ducrot é com a estrutura e não com o uso dessa estrutura, muito embora, acabe por fazer referência, em muitos dos seus conceitos, aos contextos intra e extralinguístico, ou seja, ao uso da língua. Isso ocorre, por exemplo, quando determina o valor argumentativo de uma palavra: Para Ducrot, o valor argumentativo de uma palavra é definido pela orientação que esta palavra dá ao discurso.

En efecto, a mi juicio el empleo de una palabra hace posible o imposible una cierta continuación del discurso y el valor argumentativo de esa palabra es el conjunto de esas posibilidades o imposibilidades de continuación discursiva que su empleo determina (DUCROT, 1988, p. 51).

Nesse sentido, fica evidente que a noção de argumentação, para Ducrot, é sinônimo de orientação discursiva. E a língua mesma fornece elementos, as marcas linguísticas da argumentação, que uma vez utilizadas nos enunciados permitem determinadas orientações discursivas e impedem outras. Entre essas marcas, estão os operadores argumentativos, os indicadores de pressuposição, os indicadores de polifonia, entre outros, e o próprio léxico.

Na próxima seção, apresentamos um dos fenômenos polifônicos que gera argumentação, ou argumentatividade, na língua e no discurso: o fenômeno do SE-Locutor.

O fenômeno do SE-Locutor

A polifonia também pode manifestar-se, em um texto ou enunciado, através da evocação, por parte do locutor responsável pelo discurso, da voz do SE-Locutor (*ON-locuteur*, em francês e *OMNI-Locutor*, em espanhol) estudado por Anscombe (2005; 2010).

O SE-Locutor constitui-se em uma voz colocada em cena, no próprio enunciado, pelo locutor responsável pelo discurso, introduzida ou evocada por marcadores mediativos genéricos (segundo, diz-se, dizem etc.) ou termos equivalentes, por frases genéricas ou formas sentenciosas e que pode estar associada, em alguns contextos, à voz da *doxa* (nos provérbios, por exemplo) ou a uma voz coletiva, na qual o locutor como ser do mundo (λ) pode ou não estar incluído.

Anscombe (2010) afirma que o SE-Locutor é um fenômeno que possui três propriedades básicas:

- a. ser uma voz constitutiva do discurso e introduzida pelo locutor;
- b. tratar-se de uma voz coletiva;
- c. constituir-se em uma voz anônima.

Segundo o próprio autor, a noção de SE-Locutor ocupa um lugar importante nos estudos sobre a polifonia, exatamente por estudar a representação de uma voz coletiva e anônima, cujos limites são fronteiriços. Anscombe (2010) esclarece que, por se tratar de uma voz cujos limites são fronteiriços ou de contornos indeterminados, um dos maiores desafios para o estudioso desse fenômeno é traçar os limites da comunidade linguística evocada nessas estruturas, tarefa a que se propõe o próprio autor.

Nesse sentido, o fenômeno da evocação do SE-Locutor por parte de um locutor responsável pelo discurso (L1) constitui-se um caso particular de polifonia e não nos parece possível, pelo menos neste momento, incluí-lo dentro dos casos de polifonia de locutores (relatos em estilo direto e indireto), uma vez que essa voz coletiva não é atribuída, explicitamente, a um segundo locutor, enquanto ser do discurso, no próprio enunciado. Isso não impede, obviamente, que identifiquemos de onde parte essa voz coletiva, mesmo considerando seus limites fronteiriços, como afirma Anscombe (2010), o que pode ser feito considerando-se as características sociodiscursivas do gênero em questão, ou o contexto semântico-pragmático, como veremos nos casos que analisaremos na seção seguinte.

A partir dos estudos realizados por Anscombe (2005, 2010), e analisando diferentes enunciados, Bastos (2017) afirma que o SE-Locutor ocorre em circunstâncias que podem ser divididas em três grandes grupos, a saber:

a) Marcadores aparentemente especializados em introduzir SE-locutor: nesse grupo estaria o pronome *se* (*on* no francês) indefinido – ou de impessoalidade discursiva (NASCIMENTO, 2015) combinado com verbos de dizer (verbos *dicendi*), a exemplo de *como se diz* ou *como dizem*, ou expressões do tipo *na opinião de todos*, *na visão de todos*, *como diz o ditado* etc., utilizadas para introduzir vozes coletivas e anônimas. O exemplo 02 ilustra um caso de SE-Locutor desse primeiro grupo:

Exemplo 02: Se eu fosse você, continuaria esse curso. Como se diz, é melhor um pássaro na mão do que dois voando.

No exemplo 02, é possível observar que o locutor responsável pelo enunciado (L1) introduz em seu discurso uma voz coletiva e anônima, responsável pelo segmento “é melhor um pássaro na mão do que dois voando”. Essa voz coletiva, pertencente à *doxa*, é introduzida pelo verbo *dicendi dizer*, acompanhada do pronome *se* indicador de impessoalidade discursiva (ou indefinido, nos termos em que apresenta Bastos). Essa voz coletiva é incorporada e assimilada pelo locutor e funciona como argumento para o ponto de vista segundo o qual “Se eu fosse você, continuaria esse curso”.

b) As expressões naturalmente vocacionadas a designarem uma comunidade anônima: nesse grupo encontram-se termos que representam uma voz massificada por meio de expressões de introdução tais como *A opinião...*, *O rumor...*, *A crença...*, em expressões no tipo: *A opinião dos especialistas*. Bastos (2017) afirma que essas entidades lexicais também se combinam com adjetivos, em expressões do tipo *a reprovação unânime* e *o rumor público*.

Convém ressaltar, como afirma Bastos (2017, p. 73), que, nesse grupo também estão incluídas expressões como *a lei*, *o provérbio*, *a gramática*, *a ciência*, *a história*, as quais representam uma autoridade que transcende os indivíduos: “Note-se que tais expressões têm origem em uma comunidade mais ou menos vasta que a representa: a lei ou autoridade suprema; o provérbio ou a sabedoria popular; a ciência ou o pensamento racional e lógico”. Por fim, acrescenta a autora, tais expressões geralmente são acompanhadas de verbos *dicendi*: “A lei garante...”, “A ciência nos ensina...”. O exemplo 03, a seguir, ilustra um caso de SE-Locutor pertencente a este segundo grupo.

Exemplo 03: A ciência comprovou que a terra é redonda. Portanto, não há mais o que discutir a esse respeito.

No primeiro enunciado presente no exemplo 03, temos um caso de um SE-Locutor pertencente ao segundo grupo. A voz coletiva evocada no enunciado - “a terra é redonda” - é apresentada pela expressão *a ciência*, que designa uma comunidade anônima, a qual, conforme afirma Bastos (2017), representa uma autoridade que transcende o locutor responsável pelo discurso (L1) e se constitui um argumento de autoridade. A expressão *a ciência* é acompanhada do verbo *dicendi* modalizador epistêmico asseverativo¹ *comprovar*, que imprime noção de certeza ou verdade no enunciado. Observa-se ainda que o locutor responsável pelo discurso (L1) incorpora essa voz coletiva e, a partir dela, apresenta a sua conclusão: “não há mais o que discutir a esse respeito”.

c) Demais elementos linguísticos evocadores de SE-Locutor: nesse grupo estariam incluídas algumas funções tais como o tema, a pressuposição, as asserções, formas sentenciosas e frases genéricas analíticas. O exemplo 04, a seguir, demonstra um caso de SE-Locutor pertencente ao terceiro grupo.

Exemplo 04: Claro que eu quero este bolo. Você está oferecendo banana a macaco.

No exemplo 04, é evocado um SE-Locutor, sob a forma de frase genérica, no segundo enunciado: “Você está oferecendo banana a macaco”. O SE-Locutor evocado é a frase genérica “Os macacos comem banana”, pertencente à *doxa*. Esse SE-Locutor é utilizado pelo locutor responsável pelo enunciado (L1) como argumento que justifica a afirmação presente no primeiro enunciado “Claro que eu quero bolo”.

1 A modalização é vista aqui como um fenômeno semântico-argumentativo e pragmático, na perspectiva de Nascimento (2009), que permite ao locutor imprimir avaliação no sentido do enunciado, deixando marcas de sua subjetividade e agindo em função do seu interlocutor. A modalização epistêmica asseverativa é aquela que apresenta o conteúdo do dito como algo certo ou verdadeiro e, portanto, compromete o locutor responsável pelo discurso.

Na próxima seção, demonstraremos, a partir da análise de alguns exemplares de textos e de enunciados, a presença do SE-Locutor nos *corpora* analisados, constituídos de diferentes gêneros discursivos.

O SE-Locutor em gêneros discursivos

Apresentamos, a seguir, exemplos de textos e recortes de diferentes gêneros discursivos, em que foram mapeados casos de SE-Locutor. Inicialmente, apresentamos a ocorrência em dois textos do gênero charge², a partir de um *corpus* de 20 textos, publicados entre os anos de 2016 e 2017, relativos ao processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Texto 01 – Gênero charge



Fonte: Portal Chargeonline. Disponível em: www.chargeonline.com.br

- 2 O *corpus* relativo ao gênero charge foi constituído por 20 textos, publicados entre os anos de 2015 e 2016, relativos ao processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

A charge do exemplo 01 foi publicada em 10/12/2015, no portal A Charge Online, uma semana após o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff ser aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Na charge encontramos uma mulher com uma faca em mãos e grupo de ratos com um pedaço de queijo; a mulher que representa a presidente Dilma tem uma expressão de apreensão frente aos ratos que parecem ameaçá-la. O quadro retratado nesta charge remete à expressão popular “ter a faca e o queijo na mão”, um SE-Locutor introduzido no texto. A partir da evocação desse SE-Locutor, uma voz coletiva anônima, da sabedoria popular, o humor e a crítica são introduzidos no texto. O humor está no fato de que os ratos já possuindo o queijo, querem possuir também a faca; trazendo para o contexto político, os ratos representam os adversários da presidenta que desejam tomar-lhe o poder e ter o controle completo da situação política, hipótese apoiada pelo contexto histórico da semana em que a charge foi publicada.

A polifonia nesta charge é também ativada pelo marcador de pressuposição ainda; na pressuposição há dois enunciadores envolvidos: o posto - E1 (O que vocês querem) e o pressuposto - E2 (Vocês quiseram outras coisas antes), ativados pelo operador argumentativo de pressuposição *ainda*.

As coisas que eles, os ratos, quiseram antes estão representadas visualmente na charge pelo queijo – os benefícios que o governo deu aos políticos. O quê eles querem agora é a faca - o poder, o controle da presidência da república. O locutor chargista faz uma crítica à oposição, retratada pelos ratos, por seu desejo em adquirir poder a todo custo, portanto ele rejeita ambos os enunciadores (E1 e E2) que se identificam com os interesses da oposição, uma vez que a ideia básica expressa por eles é: vocês (a oposição) querem mais poder.

O texto 02 também exemplifica outra ocorrência do SE-Locutor no gênero charge.

Texto 02 – Gênero charge



Fonte: Portal Chargeonline. Disponível em: www.chargeonline.com.br

Na charge do texto 02, publicada em 01/11/2015, no portal A Charge Online, verifica-se a presença de duas caricaturas: da então presidente do Brasil Dilma Rousseff e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Ambos são retratados indo em direção a uma guilhotina, instrumento de execução amplamente usado no século XVIII. Na charge, Cunha diz para que Dilma vá primeiro para a execução, que representaria a perda de poder por parte dela, e, da parte dele, a cassação e, posteriormente, a prisão. A fala de Cunha revela polifonia ativada através da captação de um discurso alheio, que pertence ao saber coletivo, um SE-locutor - nesse caso o discurso dos homens cavalheiros destinado às damas, em forma de cortesia. Temos então: SE-locutor: Primeiro as damas.

O locutor-chargista (L1) recupera o SE-locutor, que pertence ao conhecimento coletivo, e a reproduz na íntegra, apenas aplicando-a em uma nova situação, o que gera a polifonia. A ironia da charge é formada a partir do modo como o locutor Eduardo

Cunha (L2) aplica essa fala, isto é, ele a aplica em um contexto completamente diferente do uso normal. Um enunciado que é usado, socialmente, para demonstrar respeito e consideração, na charge expressa o inverso: o enunciado primeiro as damas, em um contexto de execução, expressa o desejo de ver o outro ser destruído inicialmente e a todo custo, significando, entre outras coisas, falta de cortesia, desrespeito, desconsideração. Na verdade, o locutor chargista (L1), ao retomar esse texto, ironiza a ação do presidente da Câmara Federal, ao aceitar o pedido de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, no momento em que era investigado por corrupção, deixando entrever que tal ação se tratava de um revanchismo, vingança ou tentativa de Eduardo Cunha retirar o foco de si e direcioná-lo para a Dilma Rousseff, o que poderia beneficiá-lo, em último caso.

Como vimos a partir da análise das duas charges, o SE-locutor, no referido gênero, é introduzido para gerar o humor e a crítica política. No gênero charge, o SE-locutor comumente evocado é aquele relacionado à sabedoria popular, à voz da *doxa*. Fenômeno diferente vai ser encontrado no gênero reportagem³, como demonstramos, a seguir, no trecho que analisamos.

Texto 03 - Trecho do gênero reportagem:

Para juristas ouvidos por ISTOÉ, apenas a condição de réu já impediria o petista de se candidatar – ele ainda é réu em outros quatro processos, três em Brasília e um em Curitiba. É o caso do ex-ministro do TST Galba Veloso, ex-Consultor da República e da União: “Lula não pode disputar a titularidade de um cargo que não pode exercer sequer como interino, como decidiu o STF quanto a Renan Calheiros quando Presidente do Senado”. (PARDOLLAS; OLIVEIRA, 2017).

O trecho presente no Texto 03 pertence a uma reportagem intitulada “Perder a liberdade está agora no horizonte de Lula”,

3 Para o gênero reportagem, foi constituído um *corpus* de 10 textos publicados entre os anos de 2016 a 2018, nas revistas *Veja* e *IstoÉ*, relativas à temática de política.

publicada pela Revista *ISTOÉ* e que tratava da possível condenação e prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por crime de corrupção, além da sua provável candidatura a presidente nas eleições de 2018. O locutor responsável pela reportagem (L1) inicia o trecho apresentando, em estilo indireto, a voz de um SE-locutor, ou locutor coletivo caracterizado no texto como um grupo de juristas ouvidos por *ISTOÉ*: *apenas a condição de réu já impediria o petista de se candidatar*. Em seguida, traz a voz de um segundo locutor - o ex-ministro do TST Galba Veloso, ex-Consultor da República e da União: *Lula não pode disputar a titularidade de um cargo que não pode exercer sequer como interino, como decidiu o STF quanto a Renan Calheiros quando Presidente do Senado*, trecho relatado em estilo direto por L1.

Percebe-se que o relato de L2, em estilo direto, corrobora o que foi apresentado em estilo indireto (a voz do SE-Locutor), criando um jogo argumentativo de vozes no texto: L1, através da preposição *para*, evoca um SE-Locutor, de modo que este apresenta o assunto em questão - a impossibilidade de uma reeleição para Lula. Após evocar, em estilo indireto, um SE-Locutor (grupo de juristas ouvidos pela revista), L1 introduz, em estilo direto, delimitado por aspas, um sujeito com autoridade no assunto (L2) - trata-se de um argumento por autoridade que exemplifica o que está dito pelo SE-Locutor - gerando, assim, a corroboração⁴ entre os dois estilos discursivos.

É interessante que, neste caso de corroboração, há a voz de um sujeito sendo usada para respaldar a voz de uma coletividade, da qual ele também faz parte enquanto ser do mundo (λ). Soma-se a isso um aspecto pragmático-discursivo: a corroboração deve-se também a um fator extratextual, a investidura e posições de autoridade gozada pela coletividade (SE-locutor - Juristas) e, conseqüentemente, por um segundo

4 Sobre o estilo direto corroborando o estilo indireto, ver Nascimento (2009). O argumento por autoridade é aqui tratado a partir de Ducrot (1987).

locutor (L2 - Galba Veloso), que também pertence a essa coletividade, caracterizados como autoridades no assunto, portanto um caso de polifonia com SE-Locutor e de arrazoado por autoridade.

Fenômeno semelhante ao gênero reportagem, em que a voz coletiva e anônima possui contornos mais definidos, encontramos no gênero relatório⁵, conforme demonstra o Texto 04, a seguir.

Texto 04 - Trecho do gênero relatório:

E) A proposta do Ministério das Cidades para o Plano de Comunicação da 3ª Conferência foi apresentada e **sugeriu-se** a possibilidade de acrescentar entre os mecanismos de divulgação *outdoors* para serem colocados nos estados. (BATISTA, 2010).

No trecho presente no Texto 04, retirado do gênero relatório, o locutor responsável pelo discurso (L1 – locutor-narrador), coloca em cena um SE-Locutor, através do verbo *dicendi* modalizador epistêmico quase-asseverativo⁶ *sugeri*, seguido da partícula *se*. Também neste caso, o ponto de vista ao SE-Locutor, responsável pelo segmento “a possibilidade de acrescentar entre os mecanismos de divulgação *outdoors* para serem colocados nos estados” aparece como uma voz coletiva, não identificada explicitamente no próprio enunciado.

Considerando que o relatório em questão se refere a uma reunião de uma coordenação executiva de uma conferência nacional, parece-nos possível atribuir, discursivamente, essa voz do SE-Locutor à coletividade dos presentes na reunião. No

5 O *corpus* relativo ao gênero relatório é composto por 10 textos, coletados por Batista (2010).

6 De acordo com Nascimento (2009), são classificados como verbos e expressões *dicendi* modalizadores quase-asseverativos aqueles verbos e expressões portadores da síntese léxica “dizer + possibilidade” que, além de introduzir o discurso relatado, modaliza-o, apresentando-o como algo provável ou possível e, nesse sentido, não comprometem o locutor responsável pelo discurso como um todo.

entanto, o fato dessa voz ser apresentada em uma construção impessoal – sugeriu-se – o efeito de sentido que se gera no enunciado é de uma pretensa objetividade uma vez que a introdução do SE-Locutor produz a ideia de que o referido ponto de vista apresenta a si mesmo.

Há de se observar ainda que a expressão utilizada é constituída pelo verbo *dicendi* modalizador quase-asseverativo *sugerir*, portador da síntese léxica “dizer + possibilidade”. Ao apresentar a voz do SE-Locutor com um verbo quase-asseverativo, L1 não se compromete com o discurso apresentado, tampouco o assimila, mantendo uma certa distância com relação ao dito. Esse não comprometimento confirma-se pela própria utilização da palavra *possibilidade*, no discurso do SE-Locutor.

Estratégia argumentativa diferente encontramos na análise do gênero ata administrativa-acadêmica⁷, em língua espanhola, como demonstrado no Texto 05.

<p>Texto 05 Trecho do Gênero ata administrativo-acadêmica:</p>	<p>Se resuelve votar la asignación de las rentas disponibles y se reafirma el criterio de continuar con el listado de ad honorem, por lo que los beneficiados son los siguientes: [...]</p>
--	--

Fonte: Nascimento (2014)

No trecho presente no texto 05, relativo ao gênero ata, o locutor responsável pelo discurso como um todo (L1) coloca em cena, no sentido do enunciado, a voz de um SE-locutor, através do verbo *dicendi reafirmar*. O verbo *dicendi* utilizado possui a síntese léxica “dizer + certeza”, por isso se constitui em um modalizador epistêmico asseverativo e, por conseguinte, apresenta a voz do SE-locutor como algo certo ou verdadeiro.

7 O gênero ata administrativo-acadêmica foi analisado a partir de um corpus constituído por 56 textos, relativo a atas de conselhos e juntas acadêmica de uma universidade pública argentina, publicadas no ano de 2013.

Como o verbo *dicendi* está em uma construção impessoal – se reafirma – o efeito de sentido que se gera no enunciado é de uma pretensa objetividade, ou seja, a introdução do SE-locutor produz a ideia de que o ponto de vista expresso no enunciado apresenta a si mesmo. Nesse exemplo, o SE-locutor, no sentido do enunciado e no próprio gênero ata administrativo-acadêmica, representa a voz de uma coletividade, que poderia atribuir-se discursivamente ao próprio conselho ou a junta departamental a que se refere o texto.

Ainda é importante observar que o uso do verbo *dicendi* reafirmar produz, no sentido do enunciado, uma avaliação epistêmica do locutor responsável pelo discurso (L1 – locutor-narrador) sobre o conteúdo do segmento atribuído ao SE-locutor, uma voz coletiva: este verbo, nesse contexto, adquire uma função argumentativa bastante peculiar, principalmente se considerarmos que os conselhos acadêmicos são autoridades legalmente constituídas para tomar decisões, criar resoluções, afirmá-las e reafirmá-las. Essa voz coletiva é, portanto, assimilada pelo locutor responsável pelo discurso (L1).

Na próxima seção, apresentamos as nossas considerações a respeito da análise realizada.

Considerações sobre a análise realizada

Conforme demonstram os cinco textos (ou trechos de textos) aqui analisados, o fenômeno do SE-locutor é evocado com diferentes funções argumentativas: gerar efeitos de assimilação, de refutação, de ironia, de distanciamento. Em algumas ocorrências, inclusive, é utilizado como argumento de autoridade.

No que se refere ao *corpus* constituído por charges, o SE-locutor é geralmente constituído pela voz da *doxa*, daí a presença de frases genéricas e expressões sentenciosas (normalmente ditos populares). Nesse gênero, a voz do SE-locutor é utilizada, geralmente, para gerar o humor e a ironia. Em

razão disso, normalmente é evocada para fundamentar uma crítica (política, no caso do *corpus* pesquisado) por parte do locutor-chargista.

No *corpus* constituído por textos do gênero reportagem, identificamos que o SE-locutor é geralmente constituído por vozes coletivas pertencentes a grupos sociais específicos (políticos, juristas etc.), as quais são introduzidas ou evocadas pelo locutor responsável pela reportagem para fundamentar pontos de vistas por ele defendidos. Por esse motivo, o efeito de sentido gerado, geralmente, é de assimilação. Os elementos linguísticos que ativam o SE-locutor nesse gênero são, geralmente, expressões introdutoras de citações ou equivalentes (*Para os juristas... Os cientistas afirmam etc.*).

O efeito de assimilação também foi mapeado no *corpus* constituído pelo gênero ata administrativo-acadêmica. Também nesse *corpus*, as vozes coletivas possuem um contorno melhor definido, já que se trata da voz do conselho ou da própria junta a que se refere a ata. Os elementos linguísticos que ativam o SE-locutor nesse gênero são, geralmente, o pronome *se* seguido do verbo *dicendi* (*Se decide..., Se reafirma... etc.*).

No que se refere ao gênero relatório, tanto encontramos estratégias de assimilação como de distanciamento com relação à voz do SE-Locutor. Também nesse *corpus*, as vozes coletivas possuem um contorno melhor definido, já que se tratam de vozes pertencentes a uma coletividade mais definida e os elementos linguísticos que ativam o SE-locutor nesse gênero são ora o pronome *se* seguido do verbo *dicendi* (*sugeriu-se, decidiu-se etc.*) ora expressões relativas a comunidades anônimas: *o conselho, a comissão etc.*

As análises nos fizeram perceber que o fenômeno do SE-Locutor funciona de maneira distinta, em diferentes gêneros discursivos. Observamos também que os elementos linguísticos evocadores ou introdutores do SE-Locutor também

são de natureza diferente. Com relação ao seu funcionamento enunciativo e argumentativo, observa-se que o locutor responsável pelo discurso, ao evocar o SE-Locutor, assume diferentes posicionamentos enunciativos: ora assimila, ora ironiza, ora rechaça, ora se distancia dessa voz coletiva.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, Jean-Claude. Le on-locuteur: une entité aux multiples visages. In: BRES, Jacques *et al.* **Dialogisme et polyphonie**. Paris: De Boeck, 2005. p. 75-94.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude. Author d'une définition linguistique des notions de voix collective et de on-locuteur. **Recherches Linguistique**, n. 31, p. 29-64, 2010.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Tradução: Julia Sevilla e Marta Tordesillas. Madrid: Editorial Gredos, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Tradução: Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- BASTOS, Ana Carolina Vieira. **De quem é essa voz?** Um estudo sobre as marcas de subjetividade em monografias de conclusão de curso. (Tese de Doutorado em Linguística). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.
- BATISTA, Silvana Lino. **Estratégias Semântico-Argumentativas no Gênero Textual/discursivo Relatório**. (Relatório de Pesquisa PIBIC). João Pessoa, 2010. (mimeo)
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. **Polifonía y Argumentación**: Conferencias del Seminario Teoría de La Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.
- ESPÍNDOLA, Lucienne. A Argumentação X Adjetivos X Gênero Opinativo. **IV Semana de Letras**. João Pessoa, 2003 (Mimeo).
- NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: A polifonia na Notícia Jornalística. João Pessoa: Ed.UFPB, 2009.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. A polifonia nos gêneros acadêmicos e formulaicos: a construção de sentidos a partir da evocação da palavra alheia. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 50, n. 3, p. 342-351, jul.-set. 2015.

PARDOLLAS, Sérgio; OLIVEIRA, Germano. A marolinha virou um tsunami. **ISTOÉ**, n. 2483, 14 jul. 2017

Responsabilidade enunciativa, emoções e argumentação: a violência verbal em foco

Maria das Graças Soares Rodrigues
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ana Lúcia Tinoco Cabral
Universidade de São Paulo

Introdução

Desde seus primórdios, os estudos argumentativos preconizam a importância de o orador valer-se das paixões tanto para tocar o auditório quanto para mostrar comprometimento com seu próprio discurso; o dizer é sempre uma questão que envolve o “eu”, um ser implicado nesse ato, procurando conduzir os outros pela forma como ele se dirige a eles (ARISTÓTELES, s/d). Essa visão de discurso está também presente nos estudos de abordagem enunciativa e interacional que orientam nossas pesquisas. Temos dedicado atenção a fenômenos como a responsabilidade enunciativa, mais especificamente, o conceito de Ponto de Vista, doravante PDV (RODRIGUES, 2016a; 2016b; 2017; 2018; RODRIGUES; LANZILLO, 2019) e o discurso das emoções (CABRAL; MARQUESI; SEARA, 2015), inclusive como estratégia

argumentativa, seja para mostrar o envolvimento do orador, seja para focalizar seu distanciamento e o repúdio ao opositor.

No século XXI, marcado pela velocidade de disseminação dos discursos veiculados pelas redes sociais, a forma como os sujeitos expõem suas ideias torna-se um objeto de estudo rico; as redes sociais são, segundo Amossy (2014), a praça pública da atualidade, onde, conforme Cabral e Lima (2017), as interações são mais conflituosas do que harmônicas, marcadas, portanto, pela violência. Nesse contexto de grande exposição midiática promovida pelos ambientes digitais e pelas redes sociais, homens públicos tornam-se vedetes cujos discursos despertam reações apaixonadas nos espectadores.

O envolvimento do enunciador e o apelo às paixões constituem, portanto, fenômenos fundamentais para compreender a dinâmica argumentativa dos discursos públicos no século XXI, tendo em vista a importância das redes sociais para a construção de identidades e das imagens daqueles que ficam no centro das atenções. Assim, considerando o foco do envolvimento do enunciador ao conteúdo enunciado cabe, conseqüentemente, perguntar:

1. Como se manifestam o PDV e as emoções na construção da violência verbal em argumentações envolvendo figuras públicas?
2. Qual a função do PDV, das emoções e da violência verbal, do ponto de vista argumentativo, em polémicas envolvendo figuras públicas?

A fim de responder as duas perguntas, este trabalho tem por objetivos identificar e analisar a responsabilidade enunciativa e as emoções na construção argumentativa de um discurso público no contexto da sociedade brasileira, veiculado na mídia digital, especificamente, no site do *Youtube*, observando o caráter violento desses discursos; interpretar os dados analisados com o intuito de verificar as funções que os fenômenos analisados cumprem na construção argumentativa do discurso. Para dar conta dos objetivos estabelecidos e responder as perguntas postas, este texto

organiza-se em três seções, além destas considerações iniciais e das finais. Na primeira seção, apresentamos concepções teóricas relativas aos conceitos de PDV e de responsabilidade enunciativa (RE), relacionando-os. Na segunda, expomos conceitos relativos às emoções estabelecendo conexões com os conceitos concernentes à violência verbal. Na terceira, apresentamos as análises, em três tempos, iniciando pela análise do PDV, seguido da análise das emoções e terminando pela articulação do PDV e das emoções na manifestação da violência verbal. Nas considerações finais, apresentamos uma breve reflexão sobre a função que esses fenômenos exerceram no discurso sobre o qual recaiu nosso estudo de caso. Quanto aos conceitos teóricos sobre os quais se apoiam as análises, a presente investigação fundamenta-se em Adam (2011); Rabatel (2008a; 2008b; 2016; 2017) para a responsabilidade enunciativa, que investiga a implicação do sujeito de enunciação no enunciado; Plantin (1997; 2011), Rabatel (2015), Rabatel, Monte e Rodrigues (2015), Rodrigues e Passeggi (2015), Cabral, Marquesi e Seara (2015), Pinto e Marques (2015), Cabral e Lima (2017), entre outros, para as emoções; em Culpeper (2008); Bousfield Locher (2008), Cabral (2014; 2016), Cabral e Lima (2018a; 2018b), para questões de violência no discurso, sempre tendo em vista o caráter argumentativo das marcas linguísticas e sua função na construção do discurso argumentativo. Como *corpus* ilustrativo, analisaremos interação violenta entre dois ministros do STF, ocorrida em 21/03/2018, que provocou a suspensão da sessão.

A noção de ponto de vista (PDV) e sua relação com a responsabilidade enunciativa (RE)

Consideramos que o estudo da responsabilidade enunciativa tem estreita relação com o ponto de vista do locutor/enunciador primeiro (L1/E1) ou do(s) enunciador(es) segundo(s) (e2) convocado(s). Com a descrição desse escopo, dispõe-se de dados para se compreender a abordagem argumentativa do L1/E1. Nessa direção, esclarecemos que estamos postulando que é porque o L1/E1 tem

um PDV acerca de um objeto X, que ele assume ou não a RE do conteúdo proposicional dos enunciados proferidos.

De acordo com Rabatel (2016, p. 71):

[...] analisar um ponto de vista é recuperar, de uma parte, os contornos de seu conteúdo proposicional e, de outra, **sua Fonte enunciativa**, inclusive quando esta é implícita, a partir de atribuição dos referentes e dos agenciamentos das frases em um texto [...].

Em livro publicado em 2017, Rabatel (2017, p. 43) diz:

[...]defino como ponto de vista (PDV), em linguística, todo enunciado que predica informações sobre não importa que objeto do discurso, dando não apenas informações sobre o objeto (relativos à sua denotação), **mas também, sobre a forma como o enunciator observa o objeto, expressando, assim, um PDV**. O objeto do PDV pode ser um indivíduo, um coletivo, um anônimo, e pode exprimir PDV singulares ou coletivos, originais ou estereotipados.

O PDV expressa opinião, o PDV faz emergir a subjetividade, o PDV revela a representação discursiva que o locutor-enunciador primeiro (L1/E1) tem acerca de um objeto de discurso, ou seja, evidencia a visada argumentativa.

Quando o L1/E1 exprime um PDV, ele revela sua postura enunciativa em relação a um objeto de discurso, permitindo ao interlocutor interpretar se é uma postura de: (1) **coenunciação** (acordo); (2) **sobrenunciação** (reformulação do conteúdo, mudando, assim, a visada argumentativa) ou (3) **subenunciação** (desengajamento, precaução), nos termos de Rabatel (2015). É importante ficar claro que é sobre um discurso já em circulação, é sobre algo já enunciado.

Discurso de emoções e violência verbal

De acordo com Charaudeau (2008, p. 49), a emoção está ligada à ordem do sensível. A emoção pode se manifestar em

decorrência da cólera, do medo, da vergonha, do afeto, da paixão, do humor, entre outras motivações. O estudo da emoção pode se dar em diferentes perspectivas, quais sejam: psicológica, sociocultural, discursiva e argumentativa, entre outras. Para tanto, a descrição da cena enunciativa será decisiva para que o interlocutor possa avaliar a situação de comunicação em que se deu a interação. Muitas vezes, os interlocutores se excedem, ao produzirem atos de discurso performativos que revelam abuso de poder, violência verbal, e outros mais que ferem as regras sociais de cortesia.

Na polêmica, os abusos violentos são usuais e, embora Amossy (2014), ao tratar da polêmica, não apresente a predominância de emoções como fenômeno obrigatório, é importante que os envolvidos tenham reações e sentimentos negativos diante das manifestações do opositor na disputa e que os sujeitos se mostrem fortemente envolvidos no debate, afinal, como ensina a própria Amossy (2014), uma forma bastante eficaz para marcar a distância do outro e evidenciar que o não compartilhamento de opiniões e valores constitui o apelo às emoções para registrar o choque, o desagravo, o desgosto, o mal estar. As emoções constituem, nessa perspectiva, um fenômeno fundamental.

Vale trazer o pensamento de Plantin (2011), para quem os afetos experimentados durante um estado emocionado provocam certo estranhamento físico, do que decorre que toda emoção provoca certo desconforto naquele que a experimenta. Para esse estudioso das emoções a questão tem a ver com a utilização da emoção para fazer passar um ponto de vista, isto, é sua eficácia como estratégia argumentativa. Tal utilização tem a ver com a ação de evidenciar a desconformidade experimentada, em pôr em relevo a emoção, o que significa usá-la discursivamente. Assim, Plantin (2011) postula o conceito de comunicação emotiva, que é aquela relativa ao uso intencional e estratégico das emoções

por parte do enunciador. Vai ao encontro do postulado de Plantin, a afirmação de Kerbrat-Orecchioni (1997 [1980], p. 125):

[...] l'émetteur espère que la répulsion, l'enthousiasme ou l'apitoiement qu'il manifeste atteindront par ricochet le récepteur, et favoriseront son adhésion à l'interprétation qu'il propose des faits.

Plantin (2011) destaca a importância do léxico de emoções, com o foco de interesse tanto de psicólogos quanto de linguistas. Com respeito à relação entre emoção e argumentação, o autor destaca que “nem todos os enunciados de emoção são obrigatoriamente argumentados (PLANTIN, 2010, p. 60), destacando duas questões importantes: a determinação dos lugares psicológicos e a determinação dos sentimentos.

Os lugares psicológicos dizem respeito aos sujeitos “a quem serão eventualmente atribuídas as experiências” (PLANTIN, 2010, p. 60) de emoção. Relativamente aos lugares psicológicos, a emoção pode ser autoatribuída ou mostrada. A emoção é autoatribuída, ou mostrada, quando aquele que a experimenta é o próprio locutor; a emoção é heteroatribuída, ou associada, quando ela diz respeito a um sujeito que não é locutor do enunciado. Segundo Plantin (2011), é preciso também identificar o elemento desencadeador ou indutor de emoção.

Micheli (2014), por sua vez, propõe três conceitos para tratar das emoções: emoção dita, emoção mostrada e emoção atribuída. Na emoção dita, segundo o autor, o locutor usa uma palavra, associando um significante e um conteúdo de significação, pertencente ao sistema de uma dada língua, e que designa convencionalmente um referente de natureza emocional (um estado, um processo, uma qualidade etc., segundo a categoria de palavras concernente).

Os enunciados que *dizem* a emoção integram uma expressão que comporta uma palavra do léxico designando uma emoção. Essa expressão se encontra tipicamente relacionada, no plano sintático, com uma segunda expressão designando

aquele ou aquela que experimenta a emoção e, eventualmente, com uma terceira expressão designando aquilo sobre o que recai a emoção.

A emoção mostrada não tem o estatuto de objeto do discurso (tema). Ela se observa na maneira como os locutores comunicam a respeito de um tema que é frequentemente outra coisa, diferente de uma emoção. O interlocutor reconstrói os **índices** potenciais de emoção que se materializam no enunciado. A emoção ancorada, ou inferida, é compreendida por meio de uma situação que representa um estado emocional. A situação esquematizada é convencionalmente associada a um determinado tipo de emoção em virtude de normas socioculturais. Na mesma direção, Plantin (2010) ensina que as emoções podem ser expressas diretamente, por meio de substantivos ou verbos de sentimento, ou indiretamente, por meio de enunciados que permitem inferir um sentimento.

Considerando que nosso interesse recai sobre as marcas linguísticas do discurso de emoções, nosso foco recai sobretudo sobre as marcas de emoção dita (MICHELI, 2014); também consideramos os postulados de Plantin, que associamos aos de Micheli. Assim, relativamente **às** emoções, focalizamos o léxico de emoção, verificando quem experimenta a emoção, sobre quem recai a emoção e o indutor de emoção (ou causa).

As emoções podem servir de reforço à violência verbal ou serem elas próprias violentas, situações nas quais elas servem sobretudo para marcar o distanciamento do enunciador relativamente a coenunciador. O fato é que desqualificação marca a diferença e leva ao descrédito do adversário do discurso (AMOSSY, 2014); é também uma forma de lhe atribuir má fé, igualmente expressando um sentimento de desconforto ou de incômodo diante do outro, ou de suas atitudes. Nesse contexto, a violência verbal pode estar contida na manifestação do discurso de emoções, ou se justificar com base nos efeitos emocionais negativos que o outro provoca. De uma forma ou

de outra, tanto as emoções negativas quanto a violência verbal constituem estratégias para agredir o adversário e, em consequência, desqualificá-lo.

Os conceitos concernentes à violência verbal guardam estreita relação com os estudos da polidez e da impolidez, os quais se fundam nos estudos da Teoria das Faces postulados por Brown e Levinson (1999 [1978]). De acordo com esses autores, marcar de alguma forma oposição ao interlocutor é um ato que fere a face negativa do outro (BROWN; LEVINSON, 1999 [1978]), pelo fato de impedir que ele tenha seus pontos de vista aprovados. Conforme destacam Cabral e Lima (2017; 2018a), ameaçar a face do outro pode ser compreendido com um ato de violência.

Embora em geral as pessoas tenham a preocupação em manter o caráter harmonioso nas relações interpessoais (KERBRAT-ORECCHIONI, 2005, p. 189), não são raras as situações em que os indivíduos têm o desejo de insultar e desqualificar o outro e a violência explícita aparece. Nessas ocasiões, conforme observaremos nas análises de nosso *corpus*, instaura-se uma situação de violência verbal.

Vale lembrar que há contextos mais institucionalizados, nos quais, os interlocutores devem manter certa formalidade no trato e, nos quais, pretensamente, normalmente se impõe uma maior preocupação em não agredir o outro; contextos menos formais chancelam o emprego de uma linguagem mais espontânea, conforme explicam Kerbrat-Orecchioni (2005), Eggins (1994) e Cabral (2014; 2016). Apesar de o risco de violência ser maior em contextos mais espontâneos, não podemos ignorar a possibilidade de violência também nas interações que ocorrem em quadro institucionais. Nesses contextos, a violência, inclusive, parece chamar mais atenção, até porque não é esperada e, por isso, surpreende.

Estudiosos da violência verbal e da impolidez ressaltam o seu caráter intencional. Tanto para Bousfield (2008) como para Culpeper (2008), os atos de violência têm um caráter proposital, isto é, o emprego de uma expressão de violência reflete uma intenção de agredir o outro. O fato é que ao agredir alguém, a agressão traz em si a desqualificação do outro e, por extensão, a desqualificação de seus argumentos, do seu dizer. Por isso é que dizemos que a agressão verbal anula a validade dos argumentos daquele que é agredido.

PDV, RE, Emoções e Violência Verbal em Pronunciamento no STF

As situações de comunicação têm estreita ligação com os papéis que os interlocutores exercem, de modo especial, emerge a posição de superioridade, em diferentes esferas da atividade humana, começando na própria família, reproduzindo-se em situações formais, nos variados ambientes de trabalho, como é o caso das sessões de Tribunais de Justiça de diferentes instâncias. Igualmente isso ocorre nas sessões de Câmara de Vereadores, na Assembleia dos Deputados Estaduais, em plenário na Câmara de Deputados e no Senadoetc.

Esse complexo universo das relações humanas em que o poder é disputado, às vezes, ameaçado, outras, fragilizado, constitui o cerne dos dados dos enunciados que estruturam os discursos de dois Ministros, Gilmar Medes e Luís Roberto Barroso, no Supremo Tribunal Federal, objeto de nossa análise, a fim de mostrar o caráter violento desses discursos. Para tanto, focalizaremos a responsabilidade enunciativa e as emoções na construção argumentativa desses discursos públicos relacionados à sociedade brasileira. Atores sociais da vida política, artistas de televisão, jogadores de futebol tornam-se vedetes da cena pública que atrai milhares de espectadores.

Os dados de nossa reflexão se constituem de enunciados proferidos pelo Ministro Luiz Roberto Barroso, em reação a críticas feitas ao tribunal, aos ministros e às decisões, no dia 21 de março de 2018, em uma sessão do Supremo Tribunal Federal, pelo Ministro Gilmar Mendes. Na situação de comunicação, reproduzida no *Youtube*, o objeto de discussão era a inconstitucionalidade de doação oculta à campanha eleitoral. Em resposta à manifestação de descaso e desqualificação pelo Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Barroso reage violentamente, conforme Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Ministro Barroso



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=TSrU4gFfbLE>

No Quadro 1, a seguir, transcrevemos a fala de ambos os ministros, destacando que nossas análises cuidarão do pronunciamento do Ministro Barroso.

Quadro 1 - Trecho de sessão no plenário do Superior Tribunal Federal –
21/03/2018 - discussão Ministros Gilmar Mendes e Barroso

Gilmar M.: o direito do que eu acho o QUÊ (.) eu acho () o que eu aCHAR na rua ... eu acho o quê? eu acho o que quisER(.) ache na constituição (.) ache na constituição ... eu posso achar o que quiser (.) ah eu quero mudar isto? eu tenho vô vocação para mudança\ mude para o congresso? consiga voto ... ah eu sou iluminado? ah: (.) talvez faça viagem para (.) o céu?

((risos no plenário))

Gilmar M.: começa uma viagem espacial? a minha função é iluminar oh (.) quem sabe tenhamos um [// alguém faltando no planeta solar (.) não é disso que se cuida presidente (.) nós temos grandes responsabilidades institucional? é da constituição que se cuida (.) ah mas isso ficou melhor? NÃO FICOU MELHOR O SISTEMA FICOU PIOR (.) e o pior? sem condições de corrigir (.) mas (.) então (.) é preciso ter muito cuidado? por isso que eu disse (.) na sessão passada (.) nós já temos as mãos queimadas\ as nossas intervenções no processo eleitoral (.) deram errado (.) a partir da questão da clausula de barreira\ MU::ITORUINS (.) a explosão partidária tem a ver com a decisão que nós produzimos (.) a tal (.) da portabilidade(.) esse neologismo? também (.) então vejam a consequência desse tipo de situação? tem menor dúvida aqui? eu já disse no meu voto? me parece inconstitucional (.) tem que haver transparência (.) mas é claro que continua a haver graves problemas (.) e é claro que naquela decisão? nós fomos emBAÍDOS (.) a própria OAB? por algo que vamos resolver o problema (.) na esfera eleitoral? é preciso que a gente denuncie isto... que a gente anteVEJA(.) esse tipo de manobra (.) porque não se pode fazer isso com o supremo tribunal federal? ah agora vou dá uma de esperto e vou conseguir a decisão do aborto (.) se de preferência (.) como na nana turma com DOIS (.) com três ministros (.) aí a gente faz um dois a um

Barroso: e (por que) deixa de fora esse seu mau sentimento? você é uma pessoa horrível? uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia? isso não tem nada a ver com que tá sendo julgado? é um absurdo vossa excelência aqui? fazer um comício (.) cheio de ofensas (.) grosserias (.) vossa excelência não consegue articular um argumento? fica procurando? já ofendeu a presidente? já ofendeu o ministro Fux? agora chegou a mim? a vida pra vossa excelência é ofender as pessoas ? NÃO TEM NNHUUMA IDEIA (.)

Gilmar M.: [deixa]

Barroso: (...) NÃO TEM NEM UMA IDEIA ? NENHUMA NEM UMA? só ofende as pessoas ? ofende as pessoas ? qual é a sua ideia? qual é a sua proposta? NENHUMA? NENHUUMA ?É BÍlis? ódio ? mau sentimento? mal secreto ? é uma coisa horrível? vossa excelência nos envergonha? vossa excelência é uma desONRA para o tribuNAL?

Gilmar M.: [eu estou com a palavra (.) minha presidente (.) eu estou com a palavra⁷]

Barroso: uma deSONRA pra todos NÓS ⁷ um temperamento agressivo⁷ grosseiro⁷ RUDE⁷ ÉPÉSSIMOISSO(.) vossa excelência sozinho desmoraliza o tribunal⁷ é muito ruim⁷

P. Supremo Federal: [senhores ministros]

Barroso: (...) é muito penoso pra todos nós termos que conviver com vossa excelência aqui⁷ (.)

P. Supremo Federal: [senhores ministros]

Barroso: (...) não tem ideia ⁷ não tem patriotismo⁷ tá sempre atrás de algum interesse que não é o da justiça\,(.) um coisa horroROSA

P. Supremo Federal: [senhores ministros⁷] eu vou suspender a sessão

Barroso: [coisa horroROSA (.) uma vergonha]

P. Supremo Federal: [eu vou suspender a sessão⁷ está suspensa a sessão pelo período regimental e volto para completar o voto de vossa excelência⁷ tá suspensa a sessão]

Barroso: [um constrangimento (.) é muito feio isso (.) isso é um STF⁷ uma coisa horrível]

((toque de uma companhia que sinaliza o encerramento da sessão))

Gilmar M.: (...) presidente eu estou com a palavra (.) eu estou com a palavra e continuo⁷ presidente por favor

P. Supremo Federal: (...) mas eu estou suspendendo apenas para o voto

Gilmar M.: [estou com a palavra e continuo⁷ eu estou (.) não⁷] eu estou com a palavra⁷ e continuo presidente

Barroso: [tá suspensa] ou não tá

P. Supremo Federal: está suspensa a sessão

Gilmar M.: [não⁷ eu continuo com a palavra presidente⁷ eu continuo com a palavra ⁷ continuo com a palavra (.) presidente⁷ eu vou recomendar o ministro Barroso que feche seu escritório⁷

P. Supremo Federal: [ministro ()]

Gilmar M.: FECHÉ seu escritório de advocacia

Barroso: tá suspensa a sessão?

Fonte: Dados da pesquisa

O PDV e a RE no discurso do Ministro Barroso

Temos dois locutores enunciadores primeiros (L1/E1), os Ministros Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso, no entanto interessa-nos o PDV do L1/E1, Ministro Barroso, acerca dos enunciados do Ministro Gilmar Mendes, haja vista a postura de sobrenunhação que ele assume, reformulando o conteúdo, mudando, assim, a visada argumentativa. As asserções do Ministro Barroso expressam o PDV dele em relação ao Ministro Gilmar Mendes, conforme evidenciam os enunciados a seguir:

Exemplo 01: e (por que) deixa de fora esse seu mau sentimento?⁷

O discurso revela um enunciado injuntivo, através da forma verbal no imperativo afirmativo “deixa”, gerando tensão, o que está marcado na entonação da voz. Igualmente, há uma descrição avaliativa do sentimento do Gilmar Mendes, qualificado como “mau sentimento”. O lexema “mau” contém uma carga semântica intrínseca a uma visada argumentativa do que é negativo. Essa estratégia de escolha lexical cujos lexemas são marcados internamente por uma carga semântica que é reiterada no/pelo contexto de comunicação revela o engajamento o L1/E1 (Barroso) em relação ao PDV que ele expressa acerca do interlocutor, no caso, Gilmar Mendes. Esse PDV circula publicamente no ato de sua enunhação.

O PDV de Barroso é agressivo, transgressivo ao contexto de interação, acentua-se a cada enunciado que ele enuncia em relação a Gilmar Mendes, de acordo com os exemplos a seguir:

Exemplo 02: você é uma pessoa horrível?⁷

Exemplo 03: uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia?⁷

O conteúdo proposicional dos enunciados expressa a representação discursiva que o Ministro Barroso tem acerca do Ministro Gilmar Mendes. Nessa direção, ressaltamos a escolha

lexical marcada pela subjetividade, como, por exemplo, evidenciam os sintagmas nominais “pessoa horrível”; “coisa horrível”. Além disso, a carga semântica no contexto de comunicação de alguns nomes, tais como: desonra, ódio.

As predicções atribuídas ao Ministro Gilmar Mendes constituem-se de ofensas, mas que foram motivadas ou desencadeadas pelos atos de discursos enunciados pelo próprio Ministro Gilmar Mendes, ou seja, há uma provocação, de certa forma, já acumulada, de acordo com os enunciados do Ministro Luiz Barroso, ao narrar em seus enunciados ofensas anteriores a outros pares do Supremo Tribunal Federal:

Exemplo 04: já ofendeu a presidente↗

Exemplo 05: já ofendeu o ministro Fux↗

O ministro Barroso desenvolveu um percurso discursivo pleno de asserções em que usou estruturas linguísticas de injunção, de descrição e de narração, para então afirmar ao Ministro Gilmar Mendes que o alvo das ofensas passou a ser ele (Barroso), de acordo com o enunciado a seguir:

Exemplo 06: agora chegou a mim↗

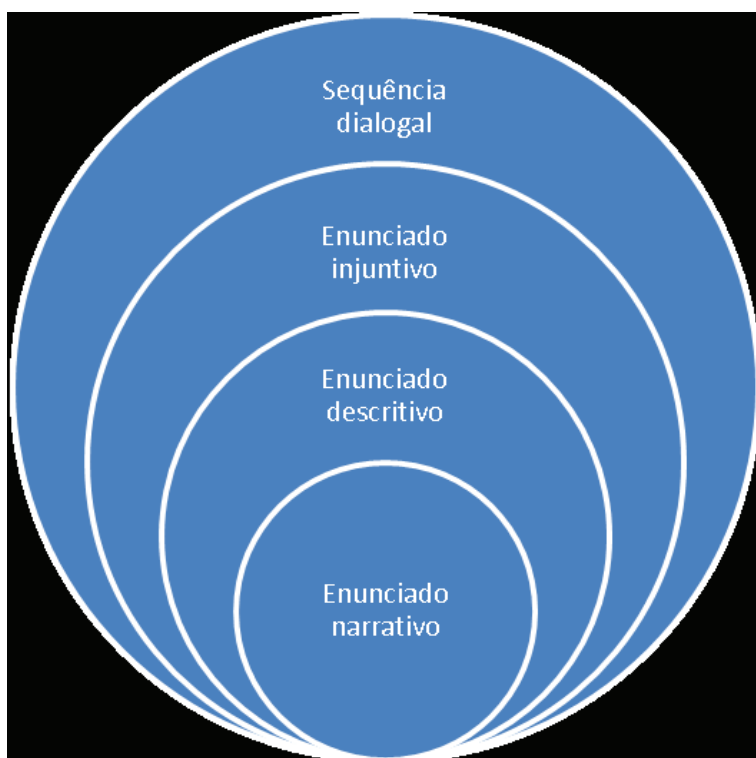
Por fim, ele reitera o PDV com uma asserção que revela ser a prática do Ministro Gilmar Mendes ofender as pessoas:

Exemplo 07: a vida pra vossa excelência é ofender as pessoas ↗

Assim, em uma perspectiva linguística, discursiva e enunciativa, podemos sintetizar que o PDV do Ministro Barroso é assertado, uma vez que expressa opinião (RABATEL, 2016), construindo uma visada contra-argumentativa estruturada a partir do encaixe de enunciados injuntivo (MARCUSCHI, 2002), descritivo e narrativo (ADAM, 2011), em sequência textual dialogal (ADAM, 2011). Os dados constituem um texto co-construído pelos turnos

de fala dos dois ministros, evidenciam conduta linguageira dialógica (RABATEL, 2016). Os exemplos de 01 a 07 foram enunciados pelo Ministro Luiz Roberto Barroso em resposta à provocação do Ministro Gilmar Mendes. Esse conjunto de enunciados assume uma visada contra-argumentativa de ataque, de oposição, de refutação ao que foi enunciado pelo Ministro Gilmar Mendes, em um contexto de cena enunciativa conflituosa.

Figura 2 - Estratégias linguístico-discursivas de um PDV assertado com visada contra-argumentativa



Fonte: Elaboração das autoras

A Figura 2 nos permite observar que a interação se dá, através de uma sequência dialogal, que se constitui de enunciados co-construídos pelos Ministros Luiz Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Ressaltamos que os enunciados proferidos pelo Ministro Barroso veiculam sentido de injunção, descrição e narração, os quais figuram encaixados na sequência dialogal, instaurando um discurso com visada argumentativa.

Nessa direção, os enunciados narrativos funcionam, por sua própria natureza de eventos obviamente ocorridos, como provas, ou seja, como verdadeiros, e, portanto, como argumentos contundentes.

Emoções e violência verbal no discurso do Ministro Barroso: a desqualificação do Ministro Gilmar Mendes

No Supremo Tribunal Federal, as sessões são plenárias e televisionadas por emissora própria, o que atribui plena publicidade e alta visibilidade aos eventos ocorridos nesse contexto. Além disso, trata-se de um contexto que impõe o emprego de linguagem técnica jurídica e certo cuidado no trato entre ministros, com uso preferencial de linguagem polida e controlada.

Com vistas à análise dos procedimentos que rompem com o emprego linguístico preconizado pelo contexto institucional, visando a determinados efeitos, procederemos à identificação das marcas de emoções e procuraremos analisar como as emoções são utilizadas para instituir a violência, o que nos fornecerá elementos para interpretar o papel das emoções e da violência no processo argumentativo da reação do Ministro Barroso à polêmica instaurada pelo Ministro Gilmar Mendes.

Transcrevemos a seguir o pronunciamento do ministro Barroso, no qual destacamos, em negrito, o léxico de emoções:

e (por que) deixa de fora esse seu **mau sentimento** ↗ você é uma pessoa horrível ↗ uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia ↗ isso não tem nada a ver com que tá sendo julgado ↗ é um absurdo vossa excelência aqui ↗ fazer um comício (.) cheio de ofensas (.) grosserias (.) vossa excelência não consegue articular um argumento ↗ fica procurando ↗ já **ofendeu a presidente** ↗ já **ofendeu o ministro Fux** ↗ agora **chegou a mim** ↗ a vida pra vossa excelência é **ofender** as pessoas ↗ NÃO TEM NENHUMA IDEIA (.)

IDEIA NENHUMA NENHUMA ↗ só **ofende** as pessoas ↗ **ofende** as pessoas ↗ qual é a sua ideia ↗ qual é a sua proposta ↗ NENHUMA NENHUMA ↗ É **Bílis** ↗ ódio ↗ **mau sentimento** ↗ mau secreto ↗ é uma coisa horrível ↗ vossa excelência nos **envergonha** ↗ vossa excelência é uma **desONRA** para o tribuNAL ↗

uma **deSONRA** pra todos NÓS ↗ um temperamento agressivo ↗ grosseiro ↗ RUDE É PÉSSIMO ISSO (.) vossa excelência sozinho **desmoraliza** o tribunal ↗ é muito ruim ↗

(...) é muito **penoso pra todos nós** termos que conviver com vossa excelência aqui ↗ (.)

(...) não tem ideia ↗ não tem patriotismo ↗ tá sempre atrás de algum interesse que não é o da justiça ↗ (.) um coisa horroROSA

[coisa horroROSA (.) uma **vergonha**]

[um **constrangimento** (.) é muito feio isso (.) isso é um STF ↗ uma coisa horrível]

Com base nos fundamentos teóricos que apresentamos sobre o discurso das emoções, elaboramos o Quadro 2, no qual organizamos as marcas de emoções, identificando se consistem emoções mostradas ou associadas (MICHELI, 2014) e relacionando-as ao lugar psicológico, isto é, se o estado emocional é atribuído ao próprio locutor, no caso, o Ministro Barroso, expondo estados emocionais experimentados por ele, ou pelos demais Ministros e o elemento indutor de emoção, ou a fonte das emoções, que é o Ministro Gilmar Mendes, ele próprio, portador de “mau sentimento” que ocasiona estados emocionais no Ministro Barroso e demais Ministros.

Quadro 2 – Escolha lexical reveladora de emoção

Indutor de emoções/ Lugar Psicológico Ministro Gilmar Mendes	Lugar Psicológico: outros Ministros	Lugar Psicológico: Ministro Barroso/ Supremo
Seu mau sentimento		
	Ofendeu a presidente	
	Ofendeu o ministro Fux	
		Agora chegou a mim (ofender)
	Ofende as pessoas	
	Ofende as pessoas	
É Bfílis		
Ódio		
		Nos envergonha
		Desonra para o tribunal
		Uma deSONRA para todos NÓS
		Desmoraliza o tribunal
		É muito penoso para todos nós termos que conviver com vossa excelência aqui
		uma vergonha
		um constrangimento

Fonte: Elaboração das autoras

O ministro Gilmar Mendes é referido pelo Ministro Barroso tanto como lugar psicológico de sentimentos ruins quanto como o causador de emoções negativas; o fato é que seu “mau sentimento” causa emoções negativas nos demais Ministros. O verbo “ofender”, tendo como sujeito o Ministro Gilmar, expressa a ação de Mendes cujos alvos constituem a presidente do Supremo, o Ministro Fux, as pessoas, e o próprio locutor, o Ministro Barroso. As ofensas de Gilmar, no dizer de Barroso, causam vários sentimentos negativos: vergonha, desonra, desmoralização, sofrimento (é penoso), constrangimento. Todos esses sentimentos são autoatribuídos, isto é, o Ministro Barroso se apresenta como alvo desses estados emocionais, tanto individualmente quanto coletivamente, ou seja, como membro do conjunto dos Ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal.

Nesse contexto, vale destacar o emprego da palavra “bílis”, que, não sendo uma palavra de emoção propriamente dita, remete, por associação, no senso comum, a ódio. Ódio é o sentimento negativo que emana de Mendes e induz a emoções negativas, sobretudo, ofensa. O verbo ofender mostra um estado emocional provocado e tem também como alvo lugares psicológicos heteroatribuídos, isto é, outras pessoas, do dizer de Barroso sofrem ofensas por parte de Mendes: a presidente do Supremo, o ministro Fux, pessoas em geral.

Por conseguinte, o discurso do Ministro Barroso, marcado por um conjunto de emoções negativas ditas expressamente e cujo indutor é o Ministro Gilmar Mendes chancela que Barroso empregue contra Mendes expressões avaliativas de cunho negativo e violento. O Quadro 3 apresenta uma quarta coluna na qual expomos as manifestações violentas de Barroso a respeito de Mendes.

Quadro 3 - Enunciados veiculando avaliações negativas e violentas

Indutor de emoções/ Lugar Psicológico Ministro Gilmar Mendes	Lugar Psicológico: outros Ministros	Lugar Psicológico: Ministro Barroso/ Supremo	Violência Verbal em relação a Gilmar Mendes (desqualificação)
Seu mau sentimento			Pessoa horrível Mistura de mal com atraso Pitadas de psicopatia Não consegue articular nenhum argumento
	Ofendeu a presidente		Cheio de ofensas grosseiras
	Ofendeu o ministro Fux		
		Agora chegou a mim (ofender)	
			A vida de vossa excelência é ofender as pessoas
	Ofende as pessoas		
	Ofende as pessoas		Qual é a sua proposta NENHUMA
É Bilis			
Ódio			Coisa horrível

		Nos envergonha	
		Desonra para o tribunal	
		Uma deSONRA para todos NÓS	Temperamento agressivo Grosseiro RUDE PÉSSIMO
		Desmoraliza o tribunal	É muito ruim
		É muito penoso para todos nós termos que conviver com vossa excelência aqui	
			Não tem ideia Não tem patriotismo Tá sempre atrás de algum interesse que não é o da justiça
			Uma coisa horrorosa .
			Coisa horrorosa
		uma vergonha	
		um constrangimento	
			é muito feio isso
			Uma coisa horrível

Fonte: Elaboração das autoras

O Movimento de violência verbal do ministro Barroso apoiado nas emoções busca denegrir a pessoa do ministro Gilmar Mendes, com violência verbal. As emoções ditas servem de justificativa para a violência verbal; no discurso do Ministro, emoções e violência caminham juntas para destruir a imagem do opositor, pois, ao denegrir sua pessoa, anulam-se seus argumentos com base no raciocínio inferencial de que “os argumentos de uma pessoa ruim não merecem credibilidade”.

O uso estratégico do discurso de emoções chancela a desqualificação do adversário por meio de expressões de caráter violento, o que reforça a polêmica instaurada, na medida em que desqualifica o opositor, qualificado como “uma coisa horrorosa”.

As emoções fazem com que os raciocínios escapem da razão e entreguem-se às sensações, porque elas provocam estranhamento físico e desconforto (PLANTIN, 2011). Observamos, no discurso do Ministro Barroso, que a exposição das emoções negativas e o estranhamento que elas provocam tiram do foco o tema em discussão. Pode-se afirmar que o ministro Barroso deixou-se levar pelas emoções, pelas sensações provocadas pelo discurso do ministro Gilmar Mendes, ou que, inversamente, ele apenas objetiva denegrir a imagem do Ministro Gilmar Mendes, seu costumeiro opositor. Na enunciação do ministro Barroso, não há argumentação em torno do tema em discussão no STF, mas em torno da pessoa do Ministro Gilmar Mendes, que apresentou o argumento. A violência e as emoções tornam-se assim o *logos* desta argumentação, tirando o foco do tema que estava em discussão, elas se tornam o tema da discussão. Desse ponto de vista, o discurso do ministro Gilmar Mendes é argumentativamente destruidor para a discussão em curso.

Considerações finais

Acontecimentos políticos envolvendo a esfera jurídica no país atraem o público e acabam por incluir no rol de atores das mídias digitais Ministros do Supremo Tribunal Federal, alguns

dos quais assumem o papel de estrela do espetáculo midiático. No contexto político e público, a polêmica cria um espetáculo no qual emergem figuras que desejam, com a polêmica, tornarem-se vedetes. (AMOSSY, 2014)

O ponto de vista dos locutores-enunciadores primeiros, isto é, dos dois ministros em interação conflituosa, se constitui marcado na superfície linguística por uma escolha lexical que faz veicular uma avaliação depreciativa, a partir da representação discursiva que um interlocutor constrói do outro. Nessa direção, evocamos Rabatel (2016, p. 165), quando explica a noção de ponto de vista assertado:

[...] se apoia, explicitamente, em atos de fala, em julgamentos mais ou menos construídos que remetem, explicitamente, a uma origem enunciativa identificável. Assim sendo, aí também, o ponto de vista assertado tenta pôr em ação mecanismos para definir os limites da interpretação ou para dar aos julgamentos pessoais um traço ‘objetivo’, ‘científico’, etc.

Os dados objeto de nossa reflexão são atos de discurso (VANDERVEKEN, 2001; 2013), que evidenciam julgamento, temos clareza da fonte enunciativa. Os dois locutores-enunciadores primeiros assumem seus enunciados marcados pela violência verbal, permitindo-nos observar as percepções que eles fazem um do outro. Isso fica muito claro nos enunciados do Ministro Barroso, quando ele remete aos enunciados depreciativos do Ministro Gilmar Mendes, por exemplo, em relação a outros ministros do Supremo Tribunal Federal, configurando e compondo, assim, uma cena enunciativa caracterizada pela violência verbal.

A função do PDV, das emoções e da violência verbal, do ponto de vista argumentativo, em polêmicas envolvendo figuras públicas é evocar verdade(s). No caso analisado, parece-nos que o Ministro Barroso consegue pelo menos os seguintes efeitos de sentido, entre outros: (1) uso de enunciados com tom ascendente para que seu interlocutor-alvo sentisse o efeito daquela entonação violenta e refletisse sobre as consequências éticas, políticas, sociais...; (2) a remissão a atos de discurso proferidos

pelo Ministro Gilmar Mendes para que o público considerasse verdadeiras e procedentes as críticas que o Ministro Barroso estava fazendo ao seu oponente; (3) o descontrole emocional do Ministro Barroso é uma reação a forma como fora tratado pelo Ministro Gilmar Mendes; (4) as estratégias usadas para reagir às críticas do Ministro Gilmar Mendes, consideradas improcedentes pelo Ministro Barroso, provocariam à adesão do público pró Ministro Barroso.

Em suma, o conteúdo proposicional dos enunciados proferidos, além da entonação e do cenário formal em que se deu a querela constroem um conjunto de argumentos que atribui ao Ministro Barroso o papel de vítima, apesar da forma que destrata o Ministro Gilmar Mendes. Naturalmente, é possível que a opinião pública reconheça que o conflito teve sua origem a partir de enunciados do Ministro Gilmar Mendes.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMOSSY, Ruth. **Apologie de la polémique**. Paris: PUF, 2014.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Edições de ouro, s/d.
- BOUSFIELD, Derek. Impoliteness in the struggle for power. *In*: BOUSFIELD, Derek; LOCHER, Miriam (Ed.). **Impoliteness in Language**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 127-153.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. **Politeness some universals in language usage**. New York: Cambridge University Press, 1999 [1978].
- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Interações verbais em ambientes virtuais: cortesia, descortesia e mal-entendido. *In*: SEARA, Isabel Roboredo (org.). **Cortesia**: olhares e (re) invenções. Lisboa: Chiado, 2014. p. 497-518.
- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Polêmica como estratégia argumentativa no discurso do contencioso. *In*: TOMAZI, Micheline Mattedi;

ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da; POMPEU, Júlio César. **Estudos Discursivos em diferentes Perspectivas: Mídia Sociedade e Direito**. São Paulo: Terracota, 2016. p. 217-228.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; LIMA, Nelci Vieira de. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal. **Signo**, Santa Cruz, v. 42, n. 73, p. 86-97, 2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; LIMA, Nelci Vieira de. Conflitos de opinião no Facebook sobre o cenário político brasileiro: polêmica, emoções e agressividade. *In*: AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PINTO, Maria Alexandra Guedes (org). **O poder do discurso e o discurso do poder**. São Paulo: Paulistana, 2018a. p. 46-62.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; LIMA, Nelci Vieira de. Interações conflituosas e violência verbal nas redes sociais: polêmica em comentários no Facebook. **Revista (Con)textos Linguísticos**, v. 12, n. 22, p. 39-58, 2018b. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/20626/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

CABRAL, Ana Lúcia; MARQUESI, Sueli Cristina; SEARA, Isabel Roboredo. L'articulation entre le descriptif et les émotions dans l'argumentation en faveur de Dominique Strauss-Kahn. *In*: RABATEL, Alain; MONTE, Michèle; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (dir.). **Comment les médias parlent des émotions L'Affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn**. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 307-323.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2008.

CULPEPER, Jonathan. Reflections on impoliteness, relational work and power. *In*: Bousfield, Derek; LOCHER, Miriam (ed.). **Impoliteness in Language**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 17- 44.

EGGINS, Suzanne. **An Introduction to systemic functional linguistics**. London: Pinter, 1994.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **L'énonciation**. Paris: Armand Colin, 1997 [1980].

- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Le discours en interaction**. Paris: Armand Colin, 2005.
- LOCHER, Miriam; WATTS, Richard. Relational work and impoliteness: Negotiating norms of linguistic. *In*: BOUSFIELD, Derek; LOCHER, Miriam (Ed.). **Impoliteness in Language**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 77-99.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.
- MICHELLI, Raphaël. **Les émotions dans le discours**. Modèle d'analyse, perspectives empiriques. Louvain: De Boeck. 2014.
- PINTO, Rosalice; MARQUES, Maria Aldina. L'affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn: argumentation et émotions dans les journaux portugais et brésiliens. *In*: RABATEL, Alain; MONTE, Michèle; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Dir.). **Comment les médias parlent des émotions l'affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn**. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 271-289
- PLANTIN, Christian. L'Argumentation dans l'émotion. **Pratiques**, n. 96, p. 81-100, 1997.
- PLANTIN, Christian. As razões das emoções. *In*: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (org.). **As emoções no discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. p. 57-80. v. 2
- PLANTIN, Christian. **Les bonnes raisons des émotions**. Principes et méthodes pour l'étude du discours émotionné. Berne: Peter Lang, 2011.
- RABATEL, Alain. **Homo narrans**: pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Les points de vue et la logique de la narration. Limoges: Lambert-Lucas, 2008a. (Tomo I).
- RABATEL, Alain. **Homo narrans**: pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Dialogisme et polyphonie dans le récit. Limoges: Lambert-Lucas, 2008b. (Tomo II).
- RABATEL, Alain. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. *In*: ANGERMULLER, Johannes; PHILIPPE, Gilles. **Analyse du discours et dispositifs d'énonciation**: autour

des travaux de Dominique Maingueneau. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 125-135.

RABATEL, Alain. **Homo narrans**: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. São Paulo: Cortez, 2016.

RABATEL, Alain. **Pour une lecture linguistique et critique des médias**: empathie, éthique, points(s) de vue. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

RABATEL, Alain; MONTE, Michèle; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Introduction: la dynamique des émotions dans l'affaire Nafissatou Diallo vs Dominique Strauss-Kahn. In: RABATEL, Alain; MONTE, Michèle; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (Dir.). **Comment les médias parlent des émotions l'affaire NafissatouDiallo contre Dominique Strauss-Kahn**. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 7-35.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Sentenças condenatórias: plano de texto responsabilidade enunciativa. In: PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares. **Linguagem e Direito**: perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Contexto, 2016a. p. 129-144.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Sentenças judiciais: instâncias enunciativas constitutivas e responsabilidade enunciativa. In: TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da; POMPEU, Júlio César (org.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas**: mídia, sociedade e direito. São Paulo: Terracota, 2016b. p. 203-215.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Linguística textual e responsabilidade enunciativa. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria (org.). **Linguística textual**: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador Universitário, 2017. p. 299-316.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. A tessitura textual da denúncia contra a ex-Presidenta Dilma Rousseff e a seção de conclusão da defesa. In: GOMES, Alexandre Teixeira; PASSEGGI, Luis; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Análise textual dos discursos**: perspectivas teóricas e metodológicas. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 51-64.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Sentenças condenatórias: plano de texto e responsabilidade enunciativa. *In*: PINTO, Rosalice; CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (org.). **Linguagem e Direito: perspectivas teóricas e práticas**. São Paulo: Contexto, 2016a. p. 129-144.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares. Sentenças judiciais – instâncias enunciativas constitutivas e responsabilidade enunciativa. *In*: TOMAZI, Micheline Mattedi; ROCHA, Lúcia Helena Peyroton da; POMPEU, Júlio César (org.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito**. São Paulo: Terracota, 2016b. p. 203-215.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luis. Émotions, argumentation et points de vue dans l'affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn. Une analyse textuelle et discursive de chroniques de la Folha de São Paulo. *In*: RABATEL, Alain; MONTE, Michèle; RODRIGUES, Maria das Graças Soares (dir.). **Comment les médias parlent des émotions: l'affaire Nafissatou Diallo contre Dominique Strauss-Kahn**. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 291-305.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; LANZILLO, Anderson Souza da Silva. Aplicação da Constituição Federal de 1988 em decisões judiciais da área cível e penal. *In*: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; BUENO, Francisco de Godoy (org.). **Direito e Linguagem: a Constituição de 1988**. Londrina: Thoth, 2019. p. 141-157.

VANDERVEKEN, Daniel. Illocutionary logic and discourse typology. **Revue Internationale de Philosophie**, n. 216, p. 243-255, 2001.

VANDERVEKEN, Daniel. Towards a formal pragmatics of discourse. **International Review of Pragmatics**, n. 5, p. 34-69, 2013.

Nós x eles: a polarização argumentativa na política brasileira contemporânea

Argus Romero Abreu de Morais
Universidade Federal de São João del-Rei
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Considerações iniciais

Na atualidade, tornou-se comum se deparar, nas análises jornalísticas e acadêmicas, com o argumento de que a atual dinâmica política brasileira está polarizada, resultado da organização simbólica – materializada por signos linguísticos – e imaginária – compartilhada socialmente – do “nós” x “eles”. De um lado, os grupos que afirmam seguirem os princípios políticos, econômicos e éticos da “direita”, os quais, apesar das suas singularidades, conseguiram hegemonia política no país – via extrema direita – com a eleição, em 27 de outubro de 2018, do presidente Jair Messias Bolsonaro, afiliado à época ao Partido Social Liberal (PSL), com 57,7 milhões de votos ou 55,15% dos votos válidos, o que equivale a 39,3% do eleitorado total; do outro, as organizações – partidárias ou não – do que se convencionou chamar de “esquerda”.

Pautando-nos nessa problemática, no presente texto, sustentaremos: (i) na primeira seção, que a estrutura “nós x eles” é necessária à emergência da subjetividade humana; (ii) na segunda, que o aprofundamento da polarização funciona como estratégia eficaz para o aumento da coesão grupal em decorrência do fomento ao medo e ao ódio do/ao outro; (iii) na terceira, que o discurso da extrema direita brasileira tornou-se mais persuasivo, entre outros fatores, em decorrência da baixa confiança nas instituições, da difusão da violência na última década e da mudança dos parâmetros ético-morais religiosos dos grupos menos favorecidos no país. Na quarta, analisaremos o uso do pronome “nós” no discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro no Parlatório, em 1º de janeiro de 2019, transição simbólica da sua posição de presidenciável para a de presidente recém-eleito; logo, da definição do “quem somos nós”.

Sem eles, não há nós: a polarização argumentativa na emergência das subjetividades

Para Benveniste (2006), apenas na/pela linguagem o homem torna-se sujeito. A unificação da experiência psíquica em torno do *ego* permite a elaboração de um *status* linguístico que o define como sujeito de fala: o “eu”. Ao enunciar, o indivíduo converte a língua em discurso e transforma-se em locutor, criando a si e ao outro, o “eu” e o “não eu”, sendo este a instância alocucionária definida como o “tu”, aquele com quem se fala. Reside aí um aspecto universal das línguas naturais, os “pronomes pessoais”, como formas linguísticas que indicam pessoa. Assim, “eu” e “tu” emergem conjuntamente como condição formal da linguagem, instituindo as possibilidades de se dizer e, quando o “eu” transforma-se em “tu”, de se escutar.

Tal polaridade é única na natureza, visto que essa oposição só existe na linguagem. Diferença e oposição são, portanto, premissas necessárias à subjetividade humana: sem o diferente não haveria o mesmo e sem o mesmo não haveria o diferente, de modo

que anular o outro seria destruir a própria condição – biológica e social – da existência de si. Para Benveniste (2005, p. 286),

[e]ssa polaridade não significa igualdade nem simetria: o *ego* tem sempre uma posição de transcendência quanto ao *tu*; apesar disso, nenhum dos termos se concebe sem o outro; são complementares, mas segundo uma oposição "interior/exterior", e [...] reversíveis.

Os pronomes pessoais diferem de todas as demais designações linguísticas, não remetendo nem a um conceito nem a um indivíduo; não denominam, por conseguinte, nenhuma entidade lexical. De um lado, o "eu" não pode reduzir todas as enunciações dos distintos "eu", como ocorreria, por exemplo, com o conceito de "árvore", que engloba o conjunto dos empregos individuais dessa representação; do outro, como todos os humanos podem dizer "eu", seria impossível individualizá-lo, atribuindo-o a um único ente no mundo. Assim, o "eu" adquire uma função dêitica, pois

se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e *lhe* designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que [...] chamamos uma instância de discurso, e que só tem referência atual (BENVENISTE, 2005, p. 288).

Além dos pronomes pessoais, os pronomes demonstrativos, os advérbios e os adjetivos revelam a *déixis*, colocando o "sujeito" como referência das relações espaciotemporais.

Se o "tu" é consequência assimétrica da emergência de um "eu", o "ele" é a instância ausente, a entidade com a qual não se interage e para a qual não se fala, o "não eu" como "não pessoa" do discurso. Excluído da alocação, não remete ao interlocutor, tornando-se o terceiro que surge da tomada de fala de um "eu" que assume o discurso enunciado. Em síntese, da subjetividade do "eu", constitui-se a pessoa do discurso não subjetiva, o "tu"; da distância da alocação ("eu" → "tu"), as não pessoas, o "ele(s)".

Dahlet (2016) retoma o aparelho formal da linguagem benvenistianiana para avaliar a organização enunciativa do “nós” como tentativa de englobar todos os indivíduos em uma representação grupal consensual e estável. Diferentemente disso, o “nós” seria uma subjetividade linguístico-discursiva transitória, responsável por criar efeitos de evidência do sujeito político coletivo. Funciona, em vista disso, como *nóscaptações*, isto é, “formas discursivas de captura circunstancial e ilusória da singularidade a favor da acreditação do discurso político em que elas aparecem” (DAHLET, 2016, p. 215); além disso,

ao impor o sentimento de identidades coletivas estabilizadas, ele [o ‘nós’] oculta os tipos de desconhecimento e de exclusões gerados pela aparente transparência da autossuficiência e da completude relacional do nós (DAHLET, 2016, p. 215).

Dahlet (2016, p. 215-6) sustenta que essa forma pronominal possui quatro propriedades fundamentais, quais sejam: (i) *a encarnação constitutiva de um nós*: no intuito de dilatar sua influência sobre o grupo, o “eu” – dotado de unicidade psíquica e de alteridade consequente – almeja – em vão – desaparecer do “nós”, criando um paradoxo: o “nós” só existe pela condição subjetiva do “eu” que o enuncia; (ii) *o nós opera uma junção entre o “eu” e o “não eu”*: a soma do “eu” com o “não eu” cria uma nova totalidade, irredutível às suas partes, permitindo a emergência de um leque de valores referenciais diferentes, os quais podem conter uma *função inclusiva* (eu + tu/você(s) - ele(s)) ou *exclusiva* (eu + eles - tu/você(s)), sendo que o “eles”, neste caso, passa a ser aquele para quem se fala. Há também o *nós majestade ou de autor* (eu + tu/você(s) + ele(s)), quando o “eu” amplia-se à dimensão das massas, perdendo sua força e tornando-se mais solene e indefinido na tentativa de unir todos em uma ideia de povo; (iii) *o nós abre um espaço de indeterminação*: o “nós” incorpora ao “eu” uma globalidade indefinida de outros indivíduos, permitindo um dinamismo criativo pela abertura constante ao “outro” na criação de comunidades de existência; (iv) *o nós define uma dupla estrutura de incerteza*: a qualitativa, que oscila entre a inclusão e

a exclusão tanto do “tu/vocês” quanto do “eles”; a quantitativa, podendo expandir-se *ad infinitum* ao englobar tanto o público presente quanto o ausente. Unindo os dois últimos aspectos, sugerimos que há também um dinamismo destrutivo possível na ideia de “eles”, na medida em que, quando tornado “inimigo”, essa forma pronominal pode ser expandida indefinidamente pelo “nós” inclusivo (eu + tu/vocês - eles) no intuito de se opor a grupos cada vez mais distintos nessa comunidade de existência negada.

A tipologia conceitual desenvolvida por Dahlet (2016) permite ainda avaliar o dinamismo identitário estabelecido na negociação entre o “nós” que fala – instância locutora/produzora de discurso – e o “tu/vocês/eles” que escuta – instância interlocutora/receptora de discurso.

Essa constante indeterminação do ‘nós’ [...] obriga sempre o(s) outro(s) [...] a uma operação de conversão, no intuito de entender [...] o que faz sentido para ele(s) no nós do eu, e se se encontra protagonizado por este nós (DAHLET, 2016, p. 219).

Tais ferramentas teórico-metodológicas nos permitem averiguar o modo como Jair Bolsonaro oscila continuamente a sua fala entre a posição de “presenciável”, representante de um grupo restrito, e a de “presidente recém-eleito”, representante da totalidade de um povo.

Os limites da polêmica: quando o adversário é transformado em inimigo

Segundo Amossy (2017), ao longo dos séculos, a tradição da retórica tem privilegiado a busca do consenso como fundamento dos processos argumentativos, os quais permitiriam persuadir o auditório a aderir a uma tese ao dirimir – pelas vias racionais – conflitos pré-existentes entre posições antagônicas. Nesse viés, a manutenção do “dissenso” representaria a derrota da razão pelo triunfo das emoções, ameaçando a ordem social, prática e ética da democracia, dado que o ato de deliberar, com

foco na produção de decisões coletivas, permite “negociar as diferenças para se chegar a um acordo” (AMOSSY, 2017, p. 19).

Não obstante, reconhecendo a importância da divergência para a construção da democracia, Amossy (2017) subverte a Retórica do Consenso em prol de uma Retórica do Dissenso, propondo, com isso, uma “apologia da polêmica”. A gestão do dissenso tornaria possível a politização da sociedade em torno dos temas mais fundamentais à coletividade, evitando que conflitos argumentativos insolúveis pela razão se transformem em violência física. Assim, nem paixão, nem violência são condições necessárias à polêmica, a qual se configura como modalidade argumentativa ao atravessar distintos gêneros e tipos do discurso. Caracterizada pelo forte desacordo – de viés mais racional ou mais emocional –, a polêmica se funda em pressupostos, normas e valores compartilhados, os quais garantem o fluxo comunicacional e a construção do espaço comum – consenso + dissenso – (AMOSSY, 2017).

Para tanto, o debate deve assumir dimensões públicas e tentar convencer a coletividade a se posicionar sobre a discussão, transitando da voz dissonante dos atores concretos para a voz abstrata dos actantes sociais, responsáveis por deliberar sobre as escolhas da *polis*. Nesse processo, transita-se do diálogo – presencial – para o dialógico – não presencial – e da interação polêmica para o discurso polêmico, organizando o dissenso em dois conjuntos antagônicos no plano da estrutura actancial, qual seja: o Proponente, o Oponente e o Terceiro (AMOSSY, 2017). Para Amossy (2017, p. 56-57, grifo nosso):

A **divisão actancial entre adversários** tomados numa relação antitética de tipo conflitual explica que a polêmica instaura uma **operação de polarização**, a qual deve se distinguir de **dicotomização**. Esta última exacerba as oposições até torná-las inconciliáveis; ela diz respeito a uma operação abstrata. A primeira realiza reagrupamentos em campos adversos entre os participantes; ela não é de ordem puramente conceitual, mas social. A polarização não apresenta apenas uma divisão

em preto/branco, direita/esquerda – ela põe também um “**nós**” diante de um “**eles**”. [...] Em suma, a **retórica da polarização** consiste em estabelecer **campos inimigos** e é, portanto, um fenômeno social, e não uma divisão abstrata em teses antagônicas e inconciliáveis. Trata-se de aderir a um grupo constitutivo de uma identidade ou de apresentar as coisas de modo a que aqueles que se sentem, de início, solidários a um dado grupo mobilizem-se em favor da tese que o reforça. Ressalte-se que, na polêmica, essa polarização se cria além, e apesar de numerosas **divergências**. É um efeito de distinção entre **atores** e **actantes**. De fato, os atores que assumem o papel de **Proponente** ou de **Oponente** podem se fundar em argumentos diferentes; eles não participam necessariamente do mesmo grupo social e podem mesmo pronunciar-se em nome de ideologias diferentes.

No debate político, o principal destinatário do Proponente não é o interlocutor, o Oponente, mas o Terceiro, o qual representa a *polis* e deve ser convencido a aderir à tese proposta através do ataque àquela defendida pelo adversário. Desse modo, a polarização provoca um duplo movimento: de um lado, o reagrupamento social por identificação, como face positiva da criação de um “eu/nós”; do outro, como contraparte negativa intrínseca, a desqualificação do “outro”, como pessoa (argumento *ad hominem*) e como tese (negação dos seus costumes, ideologias e instituições). Surge, destarte, a ideia de “inimigo comum”, constantemente negado pelas manobras de difamação, responsáveis por desacreditá-lo e deslegitimá-lo, atribuindo-lhe má-fé – não autêntico – e más-intenções.

Segundo Amossy (2017), uma sociedade pluralista deve fomentar os instrumentos de expressão das polêmicas, almejando desautorizar a violência e estimular suas funções positivas, tais como: a *persuasão*, ao propor influenciar e dominar a parte; o *elo social*, ao estabelecer relações e promover a união do grupo; os *protestos*, ao manifestar posição contrária em um debate público; o *posicionamento*, ao permitir estratégias eficazes de debate. Assim, a gestão do dissenso poderia garantir o direito à diversidade e estimular a politização social. O aprofundamento

da polarização, todavia, leva à dicotomização, através da qual os grupos assumem posições antagônicas inconciliáveis, essencializando o “nós” e o “ele(s)” ao considerarem o certo e errado, bem e mal, incluído e excluído e moral e imoral em termos absolutos, bem como ao desferirem ataques hiperbólicos e ao fomentarem o medo e o ódio.

A nosso ver, ao intercalar como sinônimos “adversários” e “inimigos”, Amossy (2017) desconsidera aspectos importantes da forma como o léxico estrutura a cognição humana e a organização social. A transição do “adversário” para o “inimigo” reconfigura a percepção política, na medida em que o “nós” passaria a enxergar apenas a si mesmo como legítimo, criando um ciclo identitário vicioso que aprofunda a negação da alteridade como forma de constituir a própria identidade. De constitutivo, o “outro” passa a ser destrutivo.

Se considerarmos a metáfora esportiva da “corrida eleitoral”, as partes em disputa tendem a se tratar como adversários, concorrendo dentro das normas do jogo para vencer. Ao contrário, se o plano da estrutura actancial for organizado como “guerra eleitoral”, o Proponente passa a ver o Oponente como inimigo, o qual deverá ser eliminado não apenas para que o Proponente vença, mas para que este possa sobreviver. Enfim, no primeiro caso, os “derrotados” devem respeitar os “vencedores” e espera-se que os fins não justifiquem os meios; no segundo, vencer implica inviabilizar o inimigo de competir novamente. Se o primeiro está adequado ao “ideal” político, no qual as polarizações são desejáveis, o segundo reconfigura o “outro” como ameaça, instituindo uma lógica de vida ou morte. Neste viés, a alteridade representa perigo para o “eu/nós”, podendo haver apenas uma forma de conceber e habitar o mundo, restando à diferença ou a submissão ou a eliminação completas.

A organização cognitivo-discursiva da intolerância, como *guerra ao outro*, se estrutura por um “nós” antagônico a um

“inimigo”, em que o medo e o ódio são simbolizados, logo, racionalizados, na/pela *metáforização* – associação do campo semântico de um significante X ao de um significante Y. Por exemplo, “o outro (X) é inimigo (Y)” – de um determinado desejo de repulsa e no enquadramento *metonímico* – associação entre uma dada parte e um todo imaginários, como quando se diz “sou branco, sou heterossexual, sou cristão” etc. – de uma dada posição do “nós” e do “outro” nessa estrutura metafórica que os opõe. Destarte, constrói-se a alteridade como abjeta ou não humana, sendo comum sua animalização. A reação à ameaça a um dado signo identitário – família, tradição, nação, religião etc. – alicerça-se na ideia de retorno à proteção, pureza, representatividade, ordem e hegemonia (MORAIS, 2018a).

O líder autoritário¹ busca a convergência entre o conjunto das posições sociais contraditórias, visto que toda sociedade possui uma pluralidade política constitutiva, para a idealização do unitário. Para tanto, deve mobilizar as emoções e razões mais primárias –tendencialmente consensuais – de um grupo em prol da negação de outro. Deve, portanto, criar estratégias que tentem eliminar ao máximo as fraturas constitutivas do grupo, em vista da presença dos diversos “eu” individuais que compõem a designação imaginária do “nós” coletivo. Com isso, torna-se possível a emergência da posição enunciativa do “eu” líder como representante desse conjunto virtualmente indeterminado de pessoas; logo, se, de um lado, precisa dissolver, tanto quanto possível, o “eu” no “nós” no intuito de fundar seu grupo, dado que, sem grupo/povo, não há líder, do outro, demanda o culto à sua personalidade, sem o qual não se mantém líder. Há, com isso, uma dialética instável na constituição da imagem desse “líder”, a qual só se torna possível com a constante atualização de um “eles” inimigo.

1 A respeito da relação entre líder autoritário e emoções das massas, consultar Freud (1976).

Em estruturas muito rígidas, qualquer fratura pode acarretar uma reação em cadeia. Ao tentar reduzir a nação ao “nós”, esse “chefe” busca criar coesão plena, de modo que aquele que for contra o “eu” será contra o “nós” e, logo, contra a nação. O aumento da empatia interna – ao mesmo – cria proporcionalmente a antipatia ao externo – ao diferente. Sedimenta-se, assim, o desejo de ordem e disciplina contra o constante perigo da desordem. O amor incondicional ao líder, como símbolo paterno e de amor ao grupo, em oposição diametral ao ódio ao outro, acaba por criar mais um oxímoro: a diminuição da intersubjetividade pelo aumento da coesão do grupo. Dada a tendência à homogeneização grupal, ao se relacionar com o outro, relaciona-se, em certa medida, consigo mesmo, visto que esse “eu/nós” massificado tende à perda da própria individualidade e à negação da individualidade do “eles/outro”. Se é possível a existência do medo sem ódio e do ódio sem medo, o autoritarismo funciona, fundamentalmente, como a conversão sistemática do medo em ódio, o qual inibe a culpa pela negação da alteridade.

Desse modo, as comunidades de existência extremistas se fundam também como comunidades de fala, compartilhando razões, emoções, estratégias argumentativas e práticas sociais. Fundam-se, então, como comunidades discursivo-cognitivas que associam semanticamente a visão de mundo do próprio grupo à ordem imutável, caracterizada pela pureza, pelo sagrado, pela tradição e pela distinção (como hierarquia), opondo-se ao confuso, no sentido de impuro, profano, transitório, caótico e indistinto/misturado (MORAIS, 2018b).

Nessas comunidades, formam-se redes de confiança sólidas que potencializam a circulação de informações tendencialmente monolíticas, diminuindo a desconfiança dos indivíduos a respeito da sua veracidade, bem como criando uma predisposição cognitiva à crença no que confirma seus desejos e a aversão ao que os contraria. Perde-se, por conseguinte, o lastro do real e do ilusório, do verdadeiro e do falso. Tornando

o absurdo – como ausência de causalidade lógica – permanentemente real, o real torna-se absurdo. Tudo tende ao hiperbólico.

A análise da marcação discursiva do “nós” demonstra-se bastante profícua para entender o conjunto das tensões que envolve a condição enunciativa de um representante popular, autoritário ou não. Em sistemas democráticos, a figura máxima do executivo deve criar rituais de desatrelamento da estrutura partidária e da sua comunidade eleitoral, os quais simbolizariam interesses particulares e conflituosos, sem contudo destruí-los. Em sistemas totalitários², a polissemia do termo partido pode significar tanto agremiação política (o Partido X) quanto divisão política (O país está partido). Ao reduzir um ao outro, a estrutura partidária passa a se contrapor à unidade do povo, como ocorreu com o Nazismo alemão, com *slogans* como *Alemanha acima de tudo* e *Um povo, uma nação, um líder*. Há neles um forte apelo emocional e uma ideia excessiva da superioridade de um projeto e de um povo frente aos demais.

A negação do “partido” torna-se também a negação da democracia, como sociedade pautada nos valores do pluralismo e do respeito à diversidade. Na acepção primeira, negar o partido implica recusar as organizações institucionais com fins representativos; na segunda, negar o “país” partido, como “palco de polêmicas”, significa rejeitar a legitimidade de todo e qualquer grupo social contrário ao “uno”. Busca-se, assim, o consenso sem o processo deliberativo, concentrando ao máximo as decisões na figura do líder. A negação do “partido”, por consequência, torna-se a negação da política, fomentando o medo e ódio da/à política.

Surgem, então, dois novos paradoxos: primeiro, a *ideologia neutra*, quando a extrema ideologização de um grupo passa a se tornar parâmetro neutro para a ideologização dos

2 Para uma análise aprofundada da formação dos sistemas totalitários, consultar Arendt (2012).

demais, considerando legítimo apenas o que se diz nesse lugar da ideologia desejada, naturalizada como a verdade última, associada à ordem e à pureza das coisas primeiras, *loci* da paz e da harmonia, pois anteriores ao profano, como espaço da disputa e da contradição, símbolos do político; segundo, a *negação da política pela sua hipertrofia*, a ampliação desmesurada da lógica política – debate e deliberação a partir de teses contrárias – procura reduzir todas as regras sociais comuns consideradas desfavoráveis ao Proponente à visão de mundo do Oponente. Instituições científicas, literárias, jurídicas, militares e midiáticas, por exemplo, ou se associam aos movimentos extremistas, tornando-se “neutras”, ou passam a ser consideradas inimigas quando suas atividades contrariam as expectativas do “povo”. Qualquer crítica torna-se política, no sentido pejorativo de interesses obscuros. De tanto se negar a política, passa-se a encontrá-la em todo lugar. O silenciamento de qualquer alteridade torna-se a expressão do consenso.

Para Drawin (2016), há distintas formas de violência, tais como a *física/cruenta*, pela pura negação da corporeidade alteritária, *simbólica*, pela anulação do seu lugar de fala e do seu valor positivo, e *sistêmica*, pela sua exclusão ou anulação via instituições. Como bem lembra o autor, antes dos genocídios, os grupos eliminados já haviam morrido simbolicamente. Isso significa que já não possuíam humanidade, tendo perdido a capacidade da subjetividade ao deixarem de ser pessoas, no sentido pronominal e existencial.

Desse modo, o “nós” é atravessado pelo paradoxo constitutivo da harmonia e do conflito, sendo os dois extremos violentos: a “pura harmonia” e o “puro conflito”. No primeiro caso, a plenitude do “nós” significaria o silenciamento completo – interno e externo ao grupo – do dissonante; no segundo, a impossibilidade humana de formar um “nós” significaria o caos, a ausência de colaboração para propósitos comuns, à medida que, sem o “nós”, não haveria grupo(s), e, sem grupo(s), não

haveria sociedade; assim como o inverso é verdadeiro. Funda-se aí uma dialética da existência social como condição implícita a essa forma dêitica. Se não há neutralidade total possível, a sociedade só se torna factível ao se organizar pressupostos comuns – ainda que relativamente estáveis/instáveis – que permitam a coexistência e o diálogo.

Uma sociedade em guerra contra as instituições, a criminalidade e o profano

A nosso ver, a baixa confiança da população brasileira em relação às instituições, principalmente as políticas, tem potencializado o desejo por soluções simples/imediatas, absolutas/totais/finais e diretas/pessoais/não representativas por parte significativa do eleitorado. Em 2017, 3% da população confiava muito na *Presidência da República*, 31% confiavam um pouco e 65% não confiavam; no *Congresso Nacional*, 3% confiavam muito, 31% confiavam um pouco e 65% não confiavam; nos *Partidos Políticos*, 2% confiavam muito, 28% confiavam um pouco e 69% não confiavam; na *Imprensa*, 22% confiavam muito, 49% confiavam um pouco e 28% não confiavam; no *Poder Judiciário*, 20% confiavam muito, 53% confiavam um pouco e 25% não confiavam; nas *Forças Armadas*, 40% confiavam muito, 43% confiavam um pouco e 15% não confiavam (DATAFOLHA, 2017).

Somando-se a esse quadro, a violência urbana tomou proporções semelhantes à de uma guerra civil. Em 2017, houve no Brasil 65.602 homicídios, sendo 72,4% por armas de fogo. Isso significa uma taxa de 31,6 mortes por 100 mil habitantes, a maior da história brasileira. Se considerado o período de 2007 a 2017, são 618 mil homicídios no país (FBSP, 2019). Para fins de comparação, são aproximadamente 300 mil mortos em decorrência das bombas de Hiroshima e Nagasaki no Japão, em 1945, (EFE, 2005) e aproximadamente 511 mil mortos em sete anos de guerra na Síria (2011 a 2018) (O GLOBO, 2018).

Essa epidemia social afeta, principalmente, os setores mais fragilizados no país, aprofundando a experiência do medo e do ódio na sociedade brasileira e reduzindo, por conseguinte, a empatia a qualquer argumento que possa ser considerado favorável ao inimigo. Do total de assassinados, 92% das vítimas são homens, sendo que 74,6% dos homens e 66,8% das mulheres possuíam até 7 anos de estudos, marcando um corte de classe e de educação; 75,5% das vítimas eram negras, sendo que a taxa de homicídios de negros é de 43,1 para 100 mil habitantes, enquanto que a de não negros é de 16,0. Isto é, para cada não negro vítima de homicídio, houve 2,7 negros mortos, marcando um corte étnico (FBSP, 2019).

No que concerne à violência contra o gênero feminino, 4.936 mulheres foram assassinadas em 2017, o que equivale a 13 homicídios por dia, o maior número em 10 anos. Se cruzarmos com os dados de raça e etnia, 66% das vítimas eram negras, tendo um crescimento de 29,9% desde 2007, enquanto que a cifra de mulheres não negras cresceu 4,5% no mesmo período. Além disso, em 2017, ocorreram 35.783 homicídios de jovens, chegando à impressionante taxa de 69,9 por 100 mil habitantes, marcando um corte etário/geracional. Por fim, se consideradas as notificações de violência – física, psicológica e tortura – contra homossexuais e bissexuais (LGBTI+), em 2016, foram 5.930 notificações de violência, sendo que 64,8% dos agressores de homossexuais e bissexuais eram homens, 59,5% das vítimas eram mulheres e 92,1% das vítimas residiam em áreas urbanas (FBSP, 2019).

Há, ainda, outro aspecto fundamental para o entendimento da atual dinâmica sociopolítica brasileira, a composição ético-moral religiosa. De acordo com o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE, 2010), o Brasil ainda figura como a maior nação católica do mundo, embora tenha demonstrado uma tendência à queda no seu número de fiéis. Se, em 1970, 91,8% dos brasileiros se consideravam católicos, em 2010, 64,6%

se autodeclaravam nesse grupo. No mesmo período, os grupos evangélicos cresceram de 5,2% para 22,2% (IBGE, 2010).

Em decorrência do vácuo deixado pelo Estado brasileiro e pela Igreja Católica, o segmento evangélico que mais cresceu foram os pentecostais, principalmente, nas regiões metropolitanas. Esses grupos religiosos, com rígidos valores morais, passaram a atuar sobretudo na demanda por guias espirituais e por um certo “assistencialismo”, como é o caso da Assembleia de Deus. Essa denominação evangélica é a maior do país, com cerca de 12 milhões de fiéis, atrás apenas da Igreja Católica. Em terceiro lugar, o grupo neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus, com cerca de 1,8 milhão de seguidores (IBGE, 2010).

O crescimento evangélico pentecostal e neopentecostal decorre, portanto, do processo de favelização e ocupação das periferias desde a década de 1980. Caracterizados pela baixa renda, pela baixa escolaridade, pela pouca idade, pela composição étnico-racial não branca, tais grupos veem na “família” a célula estruturante das relações políticas, econômicas e morais, melhorando as chances de inserção social e diminuindo sua fragilidade social. Em paralelo, houve a expressiva conversão evangélica de parcelas da classe média brasileira (DINIZ, 2017).

Diferentemente da tradição católica, o eleitorado evangélico demanda uma representatividade mais direta dos seus valores na política, não sendo incomum a entrada de pastores e outros líderes religiosos na cena eleitoral, local ou nacional (DINIZ, 2017). A “teologia da prosperidade” apresenta um caminho de ascensão social pela associação direta entre crescimento espiritual e crescimento financeiro, aprofundando o diálogo entre a ética religiosa e a ética de mercado, especialmente, a neoliberal (MORAIS, 2018b).

Comparemos, então, algumas das opiniões de grupos católicos e evangélicos em relação à ética religiosa e à postura político-econômica: 81% dos católicos, 50% dos evangélicos

concordaram com a afirmação *todas as religiões têm o mesmo valor porque todas levam ao mesmo Deus*"; 94% dos católicos e 98% dos evangélicos concordaram com a afirmação *O homem é uma criação de Deus, que o construiu à sua imagem e semelhança*; 91% dos católicos e 97% dos evangélicos concordaram com a afirmação *todo o sucesso financeiro da minha vida eu devo, em primeiro lugar, a Deus*; 80% dos católicos e 87% dos evangélicos concordaram com a afirmação *Aqueles que creem em Deus, quando morrerem, irão para o céu e terão uma vida eterna*; 68% dos católicos e 83% dos evangélicos concordaram com a afirmação *O fim está próximo e somente aqueles que acreditam em Deus irão se salvar*; 23% dos católicos e 28% dos evangélicos concordaram com a afirmação *As pessoas pobres, em geral, não têm fé em Deus, e por isso não conseguem sair dessa situação* (DATAFOLHA, 2016).

Sobre o aborto, o ensino religioso e a homossexualidade, 58% dos católicos e 64% dos evangélicos concordaram com a afirmação *A mulher que interrompe uma gravidez deveria ser processada e ir para a cadeia*; 85% dos católicos e 85% dos evangélicos concordaram com a afirmação *As escolas deveriam ensinar as crianças a rezar e a acreditar em Deus*; por fim, 77% dos católicos e 71% dos evangélicos concordaram com a afirmação *Deveria haver uma lei para punir quem constranger ou ofender homossexuais* (DATAFOLHA, 2016).

Em julho de 2019, parte significativa da população afirmou estar preocupada, principalmente, com três aspectos da vida social: a violência (47%), o atendimento de saúde (46%) e o desemprego (39%). A corrupção foi citada por 38% dos entrevistados; em setembro de 2018, 42% haviam manifestado preocupação com esse tema. A pesquisa revela que o Brasil é o país que mais demonstrou preocupação com o acesso à educação (36%) e que apenas 28% se mostraram preocupados com a pobreza e a desigualdade social, justamente em um dos países que mais apresentam assimetrias sociais e concentração de renda no mundo. Temas considerados mais abstratos recebem

pouquíssima atenção, como: ameaças ao meio ambiente (8%); extremismo político e religioso (7%); declínio moral (7%); manutenção dos programas sociais (3%), terrorismo (2%); controle da imigração (2%); mudança climática (2%), mais pontuadas em países desenvolvidos (BBC, 2019).

Esses dados nos permitem compreender o auditório da extrema-direita brasileira contemporânea a partir de três macro fatores, a saber: a desconfiança nas instituições, a crise da segurança pública e o paradigma ético-moral religioso. Para nós, os três favorecem a organização social das razões e emoções pela metáfora da guerra, sendo que a desconfiança nas instituições, comumente tidas como corruptas, ineficientes e corporativas, enseja o aumento da negação e personalização da política; a massificação da violência sedimenta a ideia de inimigo comum em relação aos grupos excluídos, associando-os à indisciplina, ao imoral e ao mal; por fim, o aprofundamento da rigidez moral religiosa contribui para a diminuição da distância entre o sagrado e o profano na compreensão do mundo, pautada em uma verdade dogmática e na explicação metafísica de fenômenos sociais, significando o bem/mal, o certo/errado, o excluído/incluído e o moral/imoral em termos absolutos, maniqueístas e dicotômicos.

O “nós” no discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro

No pronunciamento realizado no Parlatório pelo Presidente eleito emerge uma interface entre o processo que se encerra, de político que deverá cumprir as promessas feitas ao eleitorado durante a campanha eleitoral – o “nós” sem tendência à universalidade –, e o que se inicia, de político que deve persuadir o todo da população brasileira – o “nós” tendencialmente universal do “povo brasileiro” –. Conciliar as contradições entre essas duas posições demanda o desenvolvimento de estratégias retóricas eficientes para a conquista o auditório.

Não se tratando mais de debate eleitoral, mas de um discurso de posse, há um rearranjo da estrutura actancial, a saber: (i) o “eles/terceiro” ausente do debate e foco real da argumentação do Proponente passa ao “tu/você aliado” do povo brasileiro, o “nós” acima de qualquer fragmentação partidária anterior; (ii) o “tu/você” Oponente passa ao “eles/terceiro antagonico” em relação ao Proponente.

Desse modo, o Presidente incorpora o “eles” anterior como novo alocutário (“tu/você”), trazendo-o da posição de não pessoa para a de não subjetividade. Todavia, ao dizer “nós”, o representante busca persuadir o eleitorado e, por vezes, o não eleitorado à posição de subjetividade, como o “eu” coletivo da nação que fala através do “eu” no Parlatório. No sentido inverso, os “receptores” do pronunciamento avaliam continuamente se se encaixam ou não nesse “nós”. Ao mesmo tempo, eleitores e não eleitores precisam ser convencidos a abandonarem suas posições conflituosas: quem votou no representante eleito espera que ele não mude seu discurso após o sucesso eleitoral, quando tentará se diluir em um “nós” do Estado brasileiro, institucionalizado e impessoal, e, como vimos, com baixa confiança; quem não votou, espera que ele aproxime suas posições políticas daquelas do “perdedor”.

Retomando a tipologia de Dahlet (2016), o discurso do presidente Jair Bolsonaro oscila entre a *função inclusiva* (eu + você(s) - eles não eleitor) e o *nós majestade ou de autor*, englobando o eleitorado e o não eleitorado (eu + vocês + eles não eleitor - eles ex-representantes), tentando dotar-se de autoridade e expandir as massas *ad infinitum*, englobando tanto o público presente quanto o ausente, no sentido físico e simbólico. Apesar disso, há sempre a manutenção de um “eles ex-representantes”, o qual deve servir de parâmetro de diferenciação política do “nós”. Para Bolsonaro, esse “eles” é o Partido dos Trabalhadores (PT).

Em síntese, para a análise do pronunciamento de posse do presidente Jair Bolsonaro, propomos as seguintes formas

semânticas do “nós”: (i) *eu + minha equipe* = representantes; (ii) *eu + vocês - eles* = representante(s) + eleitores - não eleitores; (iii) *eu + vocês + eles* = representante + representados (= eleitores + não eleitores), o “nós” de majestade/autor; *eu + vocês + eles não eleitores - eles ex-representantes* = representantes + representados - ex-representantes. Quando houver apenas “eles”, remetemos aos não eleitores, visto que, como veremos, há uma exclusão implícita contínua dos ex-representantes. Quando o “eles” estiver dividido entre não eleitores e ex-representantes, entendemos que há essa divisão explícita no intuito de chamar os não eleitores a aderirem ao grupo (“nós”) e a negarem o projeto político anterior. Além das marcas do “nós”, sublinharemos no pronunciamento os substantivos, pronomes indefinidos e de primeira pessoa (caso reto e oblíquos átonos), os quais permitem elucidar a divisão ou união entre os representados. Passemos, então, à análise:

Amigas e amigos de todo o Brasil. É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. As eleições deram voz a quem não era ouvido. E a voz das ruas e das urnas foi muito clara. E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer com esse desejo de mudança. Também estou aqui para renovar **nostros** [1: *eu + vocês - eles = representante + eleitores*] esperanças e lembrar que, se **trabalharmos** [2: *eu + vocês - eles*] juntos, essa mudança será possível. Respeitando os princípios do estado democrático de direito, guiados por **nostra** [3: *eu + vocês + eles = representante + representados (= eleitores + não eleitores)*] Constituição e com Deus no coração, a partir de hoje, **vamos** [4: *eu + minha equipe = representantes*] colocar em prática o projeto que a maioria do povo brasileiro democraticamente escolheu, **vamos** [5: *eu + minha equipe*] promover as transformações de que o país precisa. **Temos** [6: *eu + vocês + eles*] recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e um povo maravilhoso. **Temos** uma grande nação para reconstruir e isso **faremos** [7: *ambiguidade: eu + vocês - eles ou eu + vocês + eles*] juntos. Os primeiros passos já foram dados. Graças a vocês, eu fui eleito com a campanha mais barata da história. Graças a vocês, **conseguimos** montar um governo sem conchavos ou acertos políticos, **formamos** [8: *eu + minha equipe*] um time de ministros técnicos e capazes para transformar nosso Brasil. Mas ainda há muitos desafios pela frente. Não **podemos** [9: *eu +*

vocês - eles] deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem **nossos** valores e tradições, destroem **nossas famílias**, alicerce da **nossa sociedade** [10: *ambiguidade: eu + vocês - eles ou eu + vocês + eles*]. E convido a todos para **iniciarmos** [11: *eu + vocês + eles*] um movimento nesse sentido. **Podemos, eu, você** e as **nossas famílias, todos** juntos [12: *eu + vocês + eles não eleitores - eles ex-representantes = representantes + representados - ex-representantes*], reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil. A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado, para que o Governo e a economia sirvam de verdade a toda Nação. Tudo o que **propusemos** e tudo o que **faremos** [13: *eu + minha equipe = representantes*] a partir de agora tem um propósito comum e inegociável: os interesses dos brasileiros em primeiro lugar. O brasileiro pode e deve sonhar. Sonhar com uma vida melhor, com melhores condições para usufruir do fruto do seu trabalho pela meritocracia. E ao governo cabe ser honesto e eficiente. Apoiando e pavimentando o caminho que **nos** [14: *eu + vocês + eles não eleitores - eles ex-representantes*] levará a um futuro melhor, ao invés de criar pedágios e barreiras. Com este propósito **iniciamos nossa** [15: *eu + minha equipe*] caminhada. É com este espírito e determinação que toda equipe de governo assume no dia de hoje. **Temos** [16: *eu + minha equipe*] o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de **nossas** [17: *eu + vocês + eles não-eleitores - eles ex-representantes*] crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos, e da desconstrução da família. **Vamos** [18: *eu + minha equipe*] propor e implementar as reformas necessárias. **Vamos** [19: *eu + minha equipe*] ampliar infraestruturas, desburocratizar, simplificar, tirar a desconfiança e o peso do Governo sobre quem trabalha e quem produz. Também é urgente acabar com a ideologia que defende bandidos e criminaliza policiais, que levou o Brasil a viver o aumento dos índices de delinquência e do poder do crime organizado, que tira vidas de inocentes, destrói famílias e leva a insegurança a todos os lugares. **Nossa** preocupação será com a segurança das pessoas de bem e a garantia do direito de propriedade e da legítima defesa, e o **nosso** [20: *eu + minha equipe*] compromisso é valorizar e dar respaldo ao trabalho de todas as forças de segurança. Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e o futuro de **nossos** [21: *eu + vocês + eles não eleitores*] filhos e netos, diminuindo a desigualdade social. **Temos** [22: *eu + vocês + eles*] que nos espelhar em nações que são exemplos para o mundo e que por meio da educação encontraram o caminho da prosperidade. **Vamos** [23: *eu + minha equipe*] retirar o viés ideológico de nossas relações internacionais. **Vamos** [24: *eu + minha equipe*] em busca de um novo tempo para o Brasil e os brasileiros! Por muito tempo, o país foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. **Vamos** [25: *eu + minha equipe*] restabelecer a ordem

neste país. **Sabemos** do tamanho da nossa responsabilidade e dos desafios que **vamos** enfrentar [26: eu + minha equipe]. Mas **sabemos** [27: eu + minha equipe] aonde queremos chegar e do potencial que o **nosso** [28: eu + vocês + eles] Brasil tem. Por isso **vamos** [29: eu + minha equipe] dia e noite perseguir o objetivo de tornar o **nosso** [30: eu + vocês + eles] país um lugar próspero e seguro para os **nosso**s [31: ambiguidade: eu + vocês + eles ou eu + vocês - eles] cidadãos e uma das maiores nações do planeta. Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos **nosso**s [32: ambiguidade: eu + vocês + eles ou eu + vocês - eles = representantes + eleitores] sonhos. Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis. Peço ao bom Deus que **nos** [33: eu + minha equipe] dê sabedoria para conduzir a nação. Que Deus abençoe esta grande nação. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos (BOLSONARO, 2019)

Como podemos notar, o discurso presidencial é marcado por uma constante oscilação referencial em relação a quem fala e a quem escuta, a qual pode ser sintetizada ainda na primeira frase: “Amigas e amigos de todo o Brasil”. Ao preferir falar como amigo, institui uma relação mais personalizada e direta com o público ouvinte, colocando um “eu” íntimo – ainda anterior ao “nós” do povo e das instituições burocráticas – como lugar de fala, o qual agradece pessoalmente pela “confiança” depositada pelo voto. Trata-se, primeiramente, de uma relação entre próximos, pautada na humildade, a qual será retomada ao longo do texto como um “eu” que se compromete com os desafios da posição, reafirmando a palavra de honra. Tem-se como foco expressar o carisma e a empatia do orador, transferindo-as do indivíduo para a posição institucional, a qual agrega a imagem simbólica do Estado – com suas instituições – e da nação – com suas tradições –. Reafirma-se, assim, um diálogo direto entre o “povo” brasileiro e Jair Bolsonaro, como indivíduo e presidente. As eleições – “as urnas” – expressaram a voz da maioria dos brasileiros, que deve ser transformada na voz daquele que se pronuncia, garantindo o cont(r)ato político entre o representante máximo e seus representados.

Essa relação “eu → tu/você(s)” aparece explicitamente nas seguintes passagens: “É com humildade e honra que me

dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil” [transição do “eu” para o “nós”]. E me coloco diante de toda a nação [...]”; “E eu estou aqui para responder e, mais uma vez, me comprometer [...]. Também estou aqui para renovar **nossas** [1ª] esperanças” [transição do “eu” para o “nós”]; “Graças a vocês, eu fui eleito [...]”. Graças a vocês, **conseguimos** [8ª, transição do “eu” para o “nós”]”; “**Podemos**, eu, você e as **nossas** famílias, todos juntos [...]” [12ª, transição do “eu” para o “nós”, mas também do “nós” para o “vocês”, via enumeração; “famílias” busca captar os grupos religiosos conservadores]; “Podem contar com toda a minha dedicação [...]”; “Agradeço a Deus por estar vivo e a vocês que oraram por mim e por minha saúde nos momentos mais difíceis”. Nesse caso, a relação entre orador e auditório em uma questão de vida e morte triangulada por um terceiro metafísico, Deus, garante um tom mais emocional, de compromisso ou mesmo de dívida de vida/eterna.

No sentido inverso, quem são as “Amigas e amigos de todo o Brasil”? Ao colocar “amigas” no início, demonstra-se a adesão ao pacto social de remeter ao público feminino primeiramente, garantindo a esse grupo poder e representatividade. Além disso, há uma ambiguidade interessante: de um lado, “amigas(os)” pode remeter àqueles que votaram e oraram no/pelo Presidente, restringindo-se, portanto, ao grupo dos eleitores; do outro, pode remeter ao público geral da nação, seu novo auditório, sem o qual sua função institucional não faria sentido. Tal dubiedade permanecerá ao longo da fala nos momentos em que inclui a si, sua equipe e seus eleitores no “nós” em oposição a um “eles” não eleitor, como podemos perceber neste excerto: “**Temos** uma grande nação para reconstruir e isso **faremos** [7ª] juntos”. O duplo sentido permanece porque na oração anterior há o estabelecimento de premissas tendencialmente consensuais em relação ao auditório brasileiro (“**Temos** [6ª] recursos minerais abundantes, terras férteis abençoadas por Deus e um povo maravilhoso”) e em seguida restringe-se o público aos eleitores (“Graças a vocês, eu fui eleito [...]).

A formação das cadeias semânticas antagônicas (a) *ideologia* → *divisão* → *destruição* e (b) *valores* → *tradições* → *família* → *segurança* → *cidadão* cria uma ambiguidade semelhante, opondo, as imagens de construção e destruição em relação à ordem, pureza, hierarquia, tradição e ao sagrado para captar o seu eleitorado, o “cidadão de bem”, o qual estaria acuado pela violência, pela política de esquerda (patrimonialista e estatista, no sentido de corrupta, socialista e comunista) e a tentativa desta de romper com as tradições econômicas (liberais, no sentido de neoliberais) e religiosas (no sentido de cristã conservadora). O verbo “perseguir”, nesse contexto, acaba por assumir a mesma dubiedade, entre mostrar determinação e ensejar uma “caça” a esses grupos. Os cidadãos estão para a nação brasileira como os não cidadãos estão para seus inimigos.

Vejam os esses raciocínios nas seguintes passagens: “Não **podemos** [9º] deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa [10º] sociedade”; “Por isso **vamos** [29º] dia e noite perseguir o objetivo de tornar o nosso [30º] país um lugar próspero e seguro para os nossos [31º] cidadãos e uma das maiores nações do planeta”; “Podem contar com toda a minha dedicação para construir o Brasil dos **nossos** [32º] sonhos”. Baseando-nos nesses trechos, podemos nos indagar: esses “brasileiros”, essa “sociedade”, esses “cidadãos” e esses “sonhos referem-se à totalidade da nação ou ao eleitorado do Presidente?

Há, ainda, uma outra estratégia interessante de captação do público, aquela na qual busca-se incorporar ao “nós” os que não votaram no Presidente, cindindo o “eles” entre não eleitores e ex-representantes e pautando-se em demandas consensuais. Analisemos, por exemplo, os excertos (A) “**Podemos**, eu, você e as **nossas** famílias, todos juntos [12º], reestabelecer padrões éticos e morais [...]. A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar”; (B) “Apoiando e pavimentando o caminho que

nos [14^o] levará a um **futuro melhor**, ao invés de criar **pedágios e barreiras**"; (C) "**Temos** o grande desafio de enfrentar os efeitos da **crise econômica**, do **desemprego recorde**, da ideologização de **nossas** [17^o] crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos, e da desconstrução da família".

No primeiro trecho, a oposição entre o "nós" e os "ex-representantes" a partir de conceitos universalmente negados pela sociedade brasileira tende à persuasão *ad infinitum* do auditório. Sendo os "Oponentes/adversários/inimigos" do Presidente os responsáveis por destruírem os padrões éticos e morais no país através da corrupção, dos privilégios e das vantagens, o "eles não eleitor" deve se identificar com o "nós vencedor" – representante + eleitores – em prol de um "nós" que isole o "eles ex-representantes", os únicos derrotados na disputa eleitoral. Essa mesma tonalidade enunciativa se mantém na segunda passagem, quando o Presidente acena para um futuro melhor e para a eliminação de barreiras e pedágios, em absoluto, a favor dos quais seus não eleitores convergem, salvo em caso de maior especificação dos significados de "futuro melhor", "barreiras" e "pedágios". No último, também são apresentadas questões de interesse geral – crise econômica e desemprego recorde –, mas procurando associá-las a demandas específicas do eleitorado quanto à educação das crianças – a respeito do debate de gênero nas escolas – e aos direitos humanos, os quais, desvirtuados pelos Oponentes, têm favorecido a criminalidade e desvalorizado as forças de segurança.

Decidimos propor essa cisão no "eles" como forma de captar certas nuances no texto analisado. Assim, nem o "nós" nem o "eles" nunca se fundem em uma instância homogênea, pacífica e estável. Se é preciso garantir aos amigos/eleitores que cumprirá o prometido, no discurso político, deve-se sempre tentar incluir "novos amigos" em benefício de uma unificação imaginária do "todos", alicerçando-se, para tanto, nas imagens metafísicas de povo, nação e Deus, por exemplo. Não à toa, o

slogan da campanha se mantém no do mandato presidencial: *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*, com o qual Jair Bolsonaro conclui sua fala pública.

Quem poderia, no Brasil, um país majoritariamente religioso, contrapor-se a tais premissas? Na perspectiva de Jair Bolsonaro, se o faz, são minoritários; se são minoritários, possuem menos poder; devem, portanto, se submeter à maioria. Busca-se, com isso, o absoluto: o “tudo” e o “todos”, nas esferas profana da política e sagrada da religiosidade. Há um equilíbrio sempre instável no uso político do absoluto, semelhante ao do “nós”, o qual não pode prescindir do dissenso para formar um “propósito comum e inegociável”. No sentido contrário, no pronunciamento analisado, estariam os interesses pessoais e partidários, símbolos da corrupção e do privilégio. Da necessidade democrática do comum para a formação da hegemonia política, via argumentação e conciliação, o discurso político do Presidente torna incomum a minoria, via imposição e inconciliação.

Ao associarmos semanticamente os substantivos e adjetivos utilizados para descrever o “nós”, temos a seguinte cadeia semântica (MORAIS, 2018b): Nós → estado democrático de direito → forças de segurança → maioria do povo brasileiro → pessoas de bem → governo → sociedade → povo → nação → ordem → valores/tradições → cidadãos → famílias → inocentes → verdade → determinação → técnicos → capazes → honestos → eficientes → meritocracia → voz de quem não era ouvido → voz das ruas e das urnas → quem trabalha e quem produz → Presidente do Brasil (= voz do Brasil(eiro)). No lado oposto, “Eles” → interesses partidários → politicamente correto → crime organizado → socialismo → estatismo → ideologia (= divisão/destruição) → corrupção → bandidos → privilégios → vantagens → favores → inimigos (pessoais e públicos).

É interessante notar a recorrência da ideia de mudança no texto, com verbos que apontam para uma dicotomia estanque entre passado (de desespero) e futuro (de esperança), fundando

um sentido de libertação, de construção de um novo tempo; além daqueles verbos com características de ação e fortemente morais quando associados à superioridade – inerente – do vencedor, salvo quando remete ao povo, às instituições e a Deus, momento em que deseja expressar humildade e subserviência. A polarização temporal é bastante comum no discurso político, visto que o Proponente deve sempre buscar solucionar problemas e marcar posição de competência frente aos desafios do poder. No entanto, comumente, busca-se uma linha conciliatória em relação aos antecessores, adversários políticos, procurando pacificar a nação.

No pronunciamento, não há em nenhum momento conciliação com o passado. Fala-se de um país destruído e pautado em erros, focando na descontinuidade completa. Almeja-se, então, fomentar ou uma postura salvacionista ou enérgica de maneira dicotômica, como podemos ver nos seguintes trechos: “o dia em que o povo começou a se libertar [...]”; “Também estou aqui para renovar nossas esperanças e lembrar que, se trabalharmos juntos, essa mudança será possível”; “Temos uma grande nação para reconstruir [...]”; “Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil”; “A corrupção, os privilégios e as vantagens precisam acabar. Os favores politizados, partidarizados devem ficar no passado [...]”; “[O governo] apoiando e pavimentando o caminho que nos levará a um futuro melhor [...]”; “Temos o grande desafio de enfrentar [...]”; “Pela primeira vez, o Brasil irá priorizar a educação básica, que é a que realmente transforma o presente e o futuro de nossos filhos e netos [...]”; “Vamos em busca de um novo tempo para o Brasil e os brasileiros! Por muito tempo, o país foi governado atendendo a interesses partidários que não o dos brasileiros. Vamos restabelecer a ordem neste país”.

A polarização “nós x eles”, por si, não enseja o desenvolvimento de uma sociedade autoritária. O desafio está no equilíbrio instável entre a oposição ao outro e a sua anulação, associadas

à conversão de “adversários” em “inimigos”. Na atualidade, os grupos de extrema-direita, significativamente mais expressivos do que os de extrema-esquerda, como demonstram distintas pesquisas a esse respeito, argumentam em prol da ruptura com o *status quo* no intuito de garantir um *status quo* excludente e até mesmo retomá-lo em termos ainda mais desiguais, criando, para tanto, um passado mítico de ordem e pureza, entre o sagrado e o profano.

Para evitar uma falsa simetria argumentativa nas análises – quando se considera que grupos hegemônicos e subalternos agem da mesma forma ao buscarem a ruptura com o *status quo* –, consideramos que o parâmetro inclusivo deve funcionar como o fiel da balança. Isso significa que rupturas que busquem continuamente uma maior igualdade social entre os distintos grupos, respeitando a diversidade e garantindo voz à diferença, parecem-nos moralmente superiores ao aprofundamento das desigualdades e ao desrespeito à alteridade.

Considerações finais

No presente texto, tivemos por intuito avançar na compreensão da organização discursiva política em torno do pronome “nós”, marca linguístico-discursiva responsável por criar a ilusão de uma coletividade homogênea em oposição a uma outra comunidade homogênea, o “eles”. Para tanto, utilizamo-nos das contribuições teóricas de Benveniste (2006), especialmente, no que concerne à organização pronominal da subjetividade humana. Na mesma seção, retomamos a proposta de Dahlet (2016) a respeito das *nóscaptações*. Em seguida, retomamos as contribuições de Amossy (2017) para uma “apologia da polêmica”, com foco na sua perspectiva de “adversário” e de “inimigo” e na diferenciação entre “polarização” e “dicotomização”. Por fim, analisamos o discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro, avaliando a dinamicidade dos seus usos do “nós” e suas estratégias de exclusão do “eles”.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. Tradução: Rosalice Botelho, Wakim Souza Pinto *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.
- ARENDR, Hannah. **As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo e totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BBC. Pesquisa Ipsos: 59% dos brasileiros pensam que país está na direção errada, e violência é maior preocupação. *BBC News Brasil*, 26/07/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49123165>. Acesso em: 18 ago. 2019.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. *In:* BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 284-293.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. *In:* **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução: Marco Antônio Escobar. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-90.
- DAHLET, Patrick. O discurso político e o sujeito coletivo: fachadas do nós. *In:* EMEDIATO, Wander (org.). **Análises do discurso político**. Belo Horizonte: Editora FALE/UFMG, 2016. p. 214-40.
- DATAFOLHA. **Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil**: PO813906. Entrevistas em 07 e 08/12/2016. São Paulo: Instituto Datafolha, 28 dez. 2016.
- DATAFOLHA. **Grau de confiança nas instituições**: PO813920. Entrevistas de 21 a 23/06/2017. São Paulo: Instituto Datafolha, 23 jun. 2017.
- DINIZ, José. O IBGE e a religião — Cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%: Entrevista a Reinaldo Azevedo. **Revista Veja**, 18 fev. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>. Acesso em: 18 ago. 2019.
- DRAWIN, Carlos Roberto. Clamor e silêncio da violência. *In:* MOREIRA, Jaqueline de Oliveira; NETO, Fuad Kyrillos; ROSÁRIO, Ângela Bucciano do. **Violência(s): diálogos com a Psicanálise**. Curitiba: CRV, 2016.

EFE. Hiroshima homenageia os mais de 300 mil mortos por bomba atômica. **Folha de São Paulo Online**, 6 ago. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u86419.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2019.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Ano 13. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego. In: **Obras completas de Sigmund Freud**. Direção geral de tradução: Jayme Salomão. Tradução: Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

IBGE. **Censo 2010**: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso em: 18 ago. 2019.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. Intolerância e alteridade. **Contemporânea**, Florianópolis, v. 8, p. 8-9, 2018a.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. A estética da intolerância: extremismo político e arte no Brasil atual. **Revista Rua**, v. 24, n. 2, p. 499-524, 2018b.

OGLOBO. Em sete anos, guerra da Síria já tem mais de 511 mil mortos. **O Globo Online**, Rio de Janeiro, 11 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/em-sete-anos-guerra-da-siria-ja-tem-mais-de-511-mil-mortos-22479399>. Acesso em: 18 ago. 2019

